

Novembro de 2012

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**Dw CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-economico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Helga Silveira

### Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.Org](mailto:cedoc.dwang@angonet.Org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>I.</b>	<b>REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>I</b>
1.1	Executivo foi elogiado pela ONU	1
1.2	Onde anda o “Inquiriquê?..	1
1.3	Cozinhas comunitárias para acudir mais carenciados	2
1.4	Má nutrição ameaça 500 mil crianças angolanas	2
1.5	Em Angola há pessoas a viverem em situação de insegurança alimentar	3
1.6	Malnutrição ameaça 500 mil crianças angolanas	3
1.7	Nações Unidas dão formação sobre “Milénio”	3
1.8	Indiferença face a fome que mata	4
<b>2.</b>	<b>MICROFINANÇAS</b>	<b>5</b>
2.1	Candidatos com crédito bonificado	5
2.2	BANCO SOL. Famílias vítimas da seca recebem financiamento	5
2.3	Micro-finanças em debate	5
2.4	BDA financia produção de legumes e cereais	6
2.5	Cooperativas agrícolas na Catumbela mostram resultados do crédito de campanha	6
2.6	Chuvvas regulares animam camponeses	7
2.7	Mais de 100 camponeses recebem crédito da campanha no Negage	7
2.8	Micro, pequenas e médias empresas em baixa	8
2.9	Sector bancário mantém crescimento em 2012	8
2.10	Crédito jovem continuam a crescer	9
2.11	Caála. Atrasos no reembolso dos créditos agrícolas	9
2.12	Crédito dirigido a quem menos tem	10
2.13	Microcrédito beneficia centens de jovens	10
2.14	Fundo de risco inicia operações	11
2.15	Banco Sol	12
2.16	Questões ignoradas	12
2.17	Microcrédito chega a supermercados e universidades de luanda	12
2.18	BNA quer mais de 5 milhões de angolanos bancarizados até 2013	13
2.19	Os caminhos da bancarização	14
2.20	BNI disponibiliza 3 milhões de USD para o microcrédito pelo fácil credito	14
2.21	Programa de micro-crédito do executivo abrangue centenas de jovens na Ganda	15
2.22	BNI lança no mercado financeiro nova família de crédito	16
2.23	Bni cria sociedade de microcrédito	17
<b>3.</b>	<b>MERCADO INFORMAL</b>	<b>18</b>
3.1	Crédito de campanha relança sector agrícola	18
3.2	Vendedores ambulantes transferidos para mercados	18
3.3	Promoção do comércio rural a bom ritmo	18
3.4	Camponesas do Huambo receberam microcrédito	19
3.5	Vendedores continuam a preferir a rua	19
3.6	O mercado das hortícolas aos churrascos	20
3.7	Fórum de microcrédito	21
3.8	Comodidade às zungueiras	21
3.9	Fiscalização atira -o para o Morro Bento	23
3.10	Força para companheiros	23
3.11	O pequeno grande zungueiro	24

3.12	Entre a pirataria e a sobrevivência	25
3.13	Praças dos correios a maior concessionária de Angola	26
3.14	Mulheres sindicalizadas continuam a lutar pela regulamentação do trabalho doméstico	27
3.15	Zungueiras continuam na rua e deixam bancadas vazias	28
3.16	Vendedores passam por dificuldades	29
3.17	A base para uma sociedade sadia	30

## 4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 32

4.1	Prestação de contas	32
4.2	Apenas 15 empresas públicas viram as contas homologadas	33
4.3	Sociedade civil quer um Tribunal de Contas mais actuante	34
4.4	Fundo Soberano dá estabilidade a economia	35
4.5	As contas das empresas públicas	35
4.6	Fundo Soberano vai reduzir exposição da economia	36
4.7	Transparência na gestão das empresas públicas	36
4.8	Responsabilidade fiscal	37
4.9	Em busca de transparência	38
4.10	Transparência nas contas	39
4.11	Prestação de contas públicas aumenta confiança na modernização empresarial	40
4.12	Executivo tem macro plano para o período 2013/2017	41
4.13	Reforma tributária em debate	42

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 43

5.1	PR inviabiliza pretensão de Bento Bento de exonerar presidente da Cidade de Luanda	43
5.2	As autarquias locais em Angola	43
5.3	Afinal, que «autárquicas» teremos?	44
5.4	Autarquias supra-municipais	45
5.5	Dois a mandar é complicado	46
5.6	Eleitos ou nomeados? Artigo	46
5.7	Já saberemos quantos somos em 2013	47
5.8	Censo populacional adiado	48
5.9	Censo Populacional vai permitir melhor distribuição de riqueza	49
5.10	Equipas actualizam cartografia do país	50
5.11	Quantos somos exactamente?	50
5.12	Cabinda quer aumentar o número de municípios	51
5.13	Censo geral da população. Levantamento cartográfico em conclusão	52
5.14	Eleições autárquicas somente em 2015	53

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 54

6.1	combatentes "acolhidos" no Kilamba	54
6.2	"Acesso ao crédito à habitação é um dos principais problemas	54
6.3	Governantes e empresários analisam sector imobiliário	55
6.4	Imobiliário. Luanda com rendas positivas	57
6.5	Realizar sonho pela auto-construção	57
6.6	Tendências do mercado arrancam opiniões de especialistas	58
6.7	Plano b para salvar a política habitacional	60
6.8	Antigos MPLA segura Nino Inácio	60
6.9	Novas urbanizações da província da da Huíla ficam concluídas nos próximos dois anos	61
6.10	Centralidade do Sumbe vai reduzir a carência habitacional na região	61
6.11	Agentes imobiliários reclamam crédito bonificado para aumentar oferta	62
6.12	Municípios de Luanda são esclarecidos sobre o plano de requalificação urbana	63
6.13	É prematuro falar já na conclusão da requalificação do Sambizanga, Cazenga e Rangel	63



6.14	Título Centralidade do Kilamba espelha cinismo de Dos Santos	66
6.15	GPL cria comissão de trabalho com Imogestim	66
6.16	Imobiliário com retorno de investimento	66
6.17	Executivo já trabalha nas soluções para habitar a cidade do Kilamba	67
6.18	PR visita Cidade do Kilamba	68
6.19	OGE para 2013	69
6.20	O estresse já mora no Kilamba	69
6.21	Preços altos. Arrendamento e venda de imóveis sem solução	70
6.22	Sonangol imobiliária vai ajustar preços no Kilamba	71
6.23	Reflectindo no onze	72
6.24	Advogados fazem consulta gratuita aos cidadãos sem recursos no Zango	73
6.25	Afinal o kilamba não dá graça	73
6.26	PR e Ministro do Urbanismo com discursos desencontrados	74
6.27	Martelo demolidor do MPLA volta a arruinar pobres angolanos na calima	75
6.28	Desalojados foram viver para o Zango	76
6.29	A Cidade do Kilamba e o direito à habitação	76
6.30	Kilamba: experiência dolorosa	80
6.31	Mais de cinquenta apartamentos em 18 meses	81
6.32	Alguém viu o fundo de fomento habitacional ?	81
6.33	Empresas incumpridoras são levadas aos Tribunais	83
6.34	Desalojados foram viver para o Zango	84
6.35	Quanto a essas famílias, disse, o processo de transferência para o Zango arrancou em Agosto e deve terminar em Dezembro. Moradores do Zango I abandonados à sua sorte	84
6.36	Cidade do Kilamba	86
6.37	Executivo entrega casas aos antigos combatentes	86
6.38	Nova centralidade é erguida no Uíge	87
6.39	Ministro do Urbanismo com dias contados	88
6.40	Preços das casas são exorbitantes	88
6.41	Banco Sol entrega casas	89
6.42	Luanda. Requalificação dos bairros com projectos de casas sociais	89
6.43	Kwanza-Sul. Entregues casas evolutivas	90
6.44	Casas novas para deputados na cidade do Kilamba	91

## 7. TERRA

92

7.1	Instituto de Propriedade e Industrial tem mais de 30 mil processos de reconhecimento de direito	92
7.2	Desalojamentos forçados e demolições	92
7.3	Direitos violados,	93
7.4	Desalojamentos forçados e demolições	93
7.5	Falta de informação processual. Comunidades lamentam distribuição de terras	94
7.6	Impacto psicológico de demolições e desalojamentos	95
7.7	Sociedade Baía de Luanda ainda não definiu venda de novos espaços urbanos	96
7.8	Cobrança de energia no bairro Huambo. O justo e o especulativo no mesmo pote	97
7.9	Comissão de moradores “Merecemos mais atenção”	99
7.10	Título Administração de Belas touxe confusões ao Cemitério "Bem-Vindo"	99
7.11	Reservas fundiárias do Estado no Cunene estão prontas para projectos habitacionais	100
7.12	Família perde terreno por ser o elo mais fraco	101
7.13	VENDE-SE	101
7.14	Beneficiários dizem-se irritados com administração	101
7.15	Reservas fundiárias livres de minas	102
7.16	Cunene. Agentes comunitários em formação sobre saneamento básico e higiene	102
7.17	Chineses escravizam angolanos	103
7.18	Terras para a agricultura foram cedidas às mulheres	104
7.19	Condenados ocupantes ilegais de terrenos no Cacucaco	104
7.20	Desalojados das Zonas de Risco. Governo de Luanda aperfeiçoa o controlo	105
7.21	Demolição imediata	105

7.22	Previsão de cultivar 3 milhões de hectares	106
7.23	Disputas de Terrenos	106
7.24	Desalojados foram viver para o Zango	107
7.25	"Não me deixaram administrar a Samba"	108
7.26	Dirigentes e funcionários acusados de abuso de poder	108
7.27	"Inviabilizei o projecto "Cemitério Bem-vindo"	109

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 110

8.1	Rocha Pinto às escuras	110
8.2	Municípios estão às escuras	110
8.3	Crise de água no município	111
8.4	Excrementos aterrorizam moradores	111
8.5	População de Nzau Evua abastecida de água potável	112
8.6	Sistemas de pré-pagamento são instalados no Huambo	112
8.7	Furos artesianos abastecem populações	113

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 115

9.1	Kwanza-Sul. Notificados vários casos de violência doméstica	115
9.2	Detidos marginais envolvidos em assassinatos	115
9.3	Marginais investem contra jornalistas	117
9.4	Juventude "perdida"	117
9.5	Criminalidade em alta no Cazenga	118
9.6	Cunene. Grupo de marginais foi desmantelado	118
9.7	Sambizanga. Reflexão de estudantes sobre a delinquência	118
9.8	Delinquência nos estabelecimentos escolares	119
9.9	Título Abraço mortal da Polícia aos assassinos	119
9.10	Caça ao crime no último fim-de-semana. Polícia deteve mais de 190 suspeitos em Luanda	120
9.11	Polícia desmantela grupo altamente perigoso	121
9.12	Crescem denúncias de violência doméstica	122
9.13	Mulheres atrás das grades	122
9.14	Campanha contra violência no género dá ênfase à estabilidade das famílias	123
9.15	Falta de policiamento preocupa moradores do Chinguari	124
9.16	Polícia garante segurança	124
9.17	Aumenta violência contra as crianças	125
9.18	Nas cercanias do ministério do Interior	126
9.19	Violência Juvenil debatida em Luanda	127

## 10. AMBIENTE 128

10.1	Regularidade das chuvas estimula os agricultores	128
10.2	Camponeses do município do Andulo esperam boas colheitas no próximo ano	128
10.3	Seca põe em perigo população da Bibala	128
10.4	Bio combustível arranca no próximo ano	130
10.5	Huíla. Chuva destrói casas no Cuvango	130
10.6	Chuvas fortes causam mortes	131
10.7	População da recebe 158 toneladas de bens diversos	131
10.8	Chuva das nossas desgraças!	132
10.9	Executivo garante medidas drásticas para travar garimpo ilegal de inertes	133
10.10	Chuva desaloja famílias	133
10.11	Seca no Kwanza-Sul. Três mil famílias recebem bens de primeira necessidade	133
10.12	Chuvas provocam mortes	134
10.13	Chuva causa dificuldades às famílias luandenses	134
10.14	Desalojados das Zonas de Risco. Governo de Luanda aperfeiçoa o controlo	135

10.15	Chuva provoca estragos incalculáveis em Luanda	135
10.16	Luanda não está preparada para as chuvas	136
10.17	Chuvas fustigam kapangombe	137
10.18	Desalojadas 27 famílias	138
10.19	Vítimas da seca recebem ajudas	138
10.20	Administração da Samba concede apoio aos desalojados do bairro da Camuxiba	139
10.21	Chuva causa dificuldades na circulação em Luanda	139
10.22	Chuva aumenta a degradação de agita a rua do Sambizanga	140
10.23	O Inspector-geral coloca em causa o plano de contingência da província de Luanda	140
10.24	Captura do pescado cresce 37% mas não trava importação	141
10.25	Chuvas com impacto na produtividade	143
10.26	Chuva intensa provocou corte de várias estradas	144
10.27	As chuvas que “estamos com elas”	145
10.28	Kwanza Seco	146
10.29	Chuvas na Catata matam e destroem	146
10.30	Plantação de eucaliptos no Huambo	147
10.31	Milhares de pessoas ficaram sem abrigo	147
10.32	Famílias desalojadas em Malange estão ao relento	147
10.33	Angola apresenta avanços na aplicação dos protocolos relacionados com o clima	148
10.34	Chuva causa estragos em municípios e distritos	148
10.35	Cerca de 500 milhões de USD para apoiar vítimas da seca	149
10.36	Famílias afectadas pela estiagem com apoio alimentar do governo	150
10.37	Uíge. Vítimas da chuva encontram abrigo	151

# 1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 Executivo foi elogiado pela ONU

*Jornal de Angola*

*03 De Novembro de 2012*

A Organização das Nações Unidas reconheceu ontem, em Luanda, que Angola tem alcançado progressos no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, sobretudo no domínio da redução da fome e da pobreza. O facto foi sublinhado pela coordenadora residente da ONU em Angola, Maria do Valle Ribeiro, à saída de uma audiência com o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, com quem abordou a cooperação entre Angola e as agências especializadas das Nações Unidas. A diplomata confirmou que o país tem alcançado índices satisfatórios de desenvolvimento em vários domínios, principalmente no combate à fome e à pobreza, acesso à educação, à saúde, combate às grandes endemias como a Sida, malária, tuberculose, protecção do Ambiente e redução da mortalidade infantil. Quanto à redução da fome e pobreza, que mereceu maior realce, Maria do Valle Ribeiro disse que há duas semanas foi lançado um relatório conjunto do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Fundo Internacional Agrícola sobre a segurança alimentar no mundo, onde se notou que Angola faz parte de três países africanos em que houve uma melhor e maior produção de alimentos. A responsável assegura que já não há pessoas a viverem em situação de insegurança total alimentar: "temos de lembrar que Angola viveu muitos anos de guerra e só nos últimos dez anos tem conseguido dar passos seguros na redução da pobreza".

## 1.2 Onde anda o “Inquiriquê?..

*Semanário Factual*

*De 03 a 10 de Novembro de 2012*

Quando, há mais de um ano, o Executivo Angolano, através do Instituto Nacional de Estatística, se decidiu a levar a cabo o projecto Inquérito sobre o Bem-Estar da População (IBEP), a sociedade mostrou-se favorável a esse projecto.

Por esse motivo e tendo em conta a propaganda na rádio, na televisão e no Jornal de Angola, o IBEP

levou brigadistas por várias zonas do País, na perspectiva de conhecer de perto as condições de habitabilidade dos angolanos. O certo é que, até hoje, nada foi espelhado sobre o IBEP, desconhecendo-se os resultados do Inquérito. Afinal, medir o grau de vivência de uma família não é tarefa fácil, devido a condicionalismos de várias ordens, nomeadamente transporte, alimentação, pernoita e outros itens. E a população angolana esperou, passivamente, pelos resultados do IBEP, pois a propaganda do "Inquiriquê" ocupou tempos de antena, na rádio e na televisão.

Tem sido comum no País fazerem-se anúncios sobre diversos projectos, como se as pessoas andassem distraídas e não tomassem a peito as questões atinentes.

Logo, a não demonstração de resultados sobre o IBEP, passados mais de dois anos, sugere que eles foram inconclusivos. Mas, mesmo assim, é dedireito dos cidadãos informações sobre o projecto, a partir do qual se saberia como vive a maioria dos angolanos, com menos de um dólar por dia (um dólar equivale a 100 Kwanzas). Se, se partir do princípio de que o desemprego em Angola é galopante, com gente formada a trabalhar em serviços menores, com a pobreza lactente na maioria dos lares, a carência permanente de água e de energia eléctrica, os serviços hospitalares deficientes, sem transportes públicos notáveis, o IBEP não poderia vir ao de cima, afinal, a sugestão é de que 90 por cento da população angolana é pobre.

No entanto, os números referem que as reservas líquidas internacionais de Angola são 32 mil milhões de dólares, com um PIB cada vez mais elevado.

O contraste com o modus vivendi dos angolanos é abismal, sendo que a paz veio beneficiar mais aqueles que pouco ou nada fizeram para o seu alcance.

E nunca o IBEP poderia vir a lume, pois, para tal, seria necessário, primeiro, um censo populacional (o que deve acontecer somente em 2013), porque uma população saída de um conflito de mais de 30 anos, nada pode ter, pelo êxodo forçado, pela migração pressionada, pela procura estonteante de melhoria de condições de vida e nadaencontrado para a satisfação das necessidades.

O quadro actual do País ainda não é sentido pelo grosso dos angolanos, pois há crescimento, mas não desenvolvimento. E não são precisos IBEPs para se verificar que a pobreza e a miséria mor. Os mercados a céu aberto, em Luanda, são o exemplo mais execrável, dado que os milhares de vendedores, com



as mais diversas formações académicas, são o reflexo de que a luta pela sobrevivência afecta a quase totalidade dos lares angolanos.

O País caminha seguro para a sua internacionalização, mas é preciso lembrar que, a nível do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Angola está no 168º lugar. Parece um paradoxo falar de um crescimento notável, mas, a nível do Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, está-se praticamente na estaca zero. Daí a razão do IBEP não apresentar resultados, pois, se o mínimo, como água e a energia eléctrica ainda são Calcanhares de Aquiles, como se pode afirmar que o angolano vive bem? É neste prisma que o Executivo de Angola que investir no homem, depois de ter já investido nas infra-estruturas rodoviárias ferroviárias e aéreas, após paz lograda como o sacrifício de quase todos os angolanos, de Cabinda ao Cunene e do Litoral ao Leste. Mas, mesmo que não seja explicitado, o IBEP, de Instituto Nacional de Estatística, provou que são iniciativas como essa que devem nortear a gestão do País, com base na transparência e na probidade, como se refere no programa de governação do MPLA (no poder), para 2012- 2017 ...

### 1.3 Cozinhas comunitárias para acudir mais carenciados

*Jornal Agora*

*10 de Novembro de 2012*

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) lançou, nesta terça-feira, o projecto de cozinhas comunitárias, visando diminuir os casos de má nutrição nas crianças vítimas da seca no país. A iniciativa prevê proceder o controlo de cerca de 50 por cento das comunas do Huambo, Bié, Zaire, Kwanza-Sul, Cunene, Moxico, Benguela, Namibe, Bengo e Huíla, sendo estas as mais afectadas pela estiagem.

A província do Kwanza-Sul foi a escolhida para acolher o acto de lançamento que contou com a presença do director provincial da Saúde, Henriques Silvestre. Na ocasião, o responsável lamentou o facto de, não haver na província número de crianças malnutridas internadas nos centros de reabilitação especializados para o efeito.

"Lamentamos aquilo a que hoje assistimos nos nossos centros de reabilitação, onde temos muitas crianças internadas com um índice de má nutrição severa", disse, acrescentando que a doença é actualmente apontada como a causa principal das mortes no país. o responsável sugeriu que a

população esteja mais informada a cerca de cuidados a ter com a alimentação das crianças .

### 1.4 Má nutrição ameaça 500 mil crianças angolanas

*Jornal Agora*

*10 de Novembro de 2012*

O Governo angolano e parceiros internacionais, incluindo as Nações Unidas, lançaram terça-feira, um programa de luta contra a má nutrição infantil que ameaça meio milhão de crianças nas dez províncias mais afectadas pela estiagem. O programa prevê a construção de centros de saúde e a formação de mais de 2.000 técnicos comunitários. "Os casos de má nutrição mais severos serão tratados nos centros e os técnicos irão até às famílias para fazerem prevenção e despistagem", disse à Agência France Press Olivio Gambo, responsável pela comunicação em Angola da UNICEF, fundo das Nações Unidas para a infância.

Os técnicos comunitários de saúde deverão trabalhar com cerca de 350 mil famílias nas quatro províncias mais afectadas, designadamente, Kwanza-Sul, Zaire, Huambo e Bié. O programa de gestão comunitária da má nutrição, que envolve o Ministério da Saúde, as Nações Unidas e a organização não-governamental World Vision, foi ontem lançado na província de Kwanza-Sul. O número de meio milhão de crianças afectadas por má nutrição aguda consta de uma avaliação do Ministério da Saúde divulgada pela agência noticiosa estatal Angop.

A crise nutricional afecta dez das 18 províncias angolanas - Zaire, Bié, Huambo, Kwanza-Sul, Cunene, Huíla, Bengo, Benguela, Moxico e Namibe. A situação, segundo a Angop, agravou-se devido a um decréscimo das chuvas durante mais de um ano em todo o território angolano, que levou a uma situação de estiagem generalizada, principalmente naquelas regiões. A produção agrícola diminuiu em mais de 400.000 toneladas, afectando a segurança alimentar de mais de 1,8 milhões de pessoas. Em Junho, o Fundo de Intervenção de Urgência das Nações Unidas atribuiu 5,1 milhões de dólares (mais de 3,9 milhões de euros) à UNICEF e à Organização Mundial de Saúde para apoio à luta contra a crise alimentar.

## 1.5 Em Angola há pessoas a viverem em situação de insegurança alimentar

*Semanário factual*

*De 10 a 17 de Novembro de 2012*

Há duas semanas, foi lançado um relatório conjunto do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e do Fundo Internacional Agrícola sobre a Segurança Alimentar No mundo, através do qual se descobriu que Angola faz parte de três países africanos onde houve melhor e maior produção de alimentos", disse, quarta-feira, 7, aos jornalistas a coordenadora residente da ONU em Angola, Maria do Valle Ribeiro. Para a diplomata, já não há, em Angola, pessoas a viverem em situação de insegurança total alimentar. "Temos de lembrar que Angola viveu muitos anos de guerra e só nos últimos 10 anos é que tem conseguido andar para frente, por isso, há esperança de que a situação continue a melhorar", afirmou. Em relação à audiência, disse ter conversado com o presidente da Assembleia Nacional sobre a necessidade do reforço da cooperação entre a ONU e o Parlamento Angolano, bem como solicitar o contributo de Angola na definição da agenda da organização, após o ano de 2015, altura em que termina o programa que define os objectivos de desenvolvimento do milénio. Garantiu que a ONU vai continuar a apoiar o País no reforço das suas capacidades, visando o crescimento socioeconómico e o bem-estar da população.

## 1.6 Malnutrição ameaça 500 mil crianças angolanas

*O País*

*18 de Novembro de 2012*

O Governo angolano e parceiros internacionais, incluindo as Nações Unidas, lançaram esta terça-feira um programa de luta contra a malnutrição infantil que ameaça meio milhão de crianças nas dez províncias mais afetadas pela seca.

O programa prevê a construção de centros de saúde e a formação de mais de 2.000 técnicos comunitários. "Os casos de malnutrição mais severos serão tratados nos centros e os técnicos irão até às famílias para fazerem prevenção e despistagem", disse à agência AFP Olivio Gambo, responsável pela comunicação em Angola da UNICEF, fundo das ações Unidas para a infância.

Os técnicos comunitários de saúde deverão trabalhar com cerca de 350 mil famílias nas quatro províncias mais afectadas: Kwanza-Sul, Zaire, Huambo e Bié. O

programa de gestão comunitária da malnutrição, que envolve o Ministério da Saúde, as Nações Unidas e a organização não-governamental World Vision, foi ontem lançado na província de Kwanza-Sul.

O número de meio milhão de crianças afectadas por malnutrição aguda consta de uma avaliação do Ministério da Saúde divulgada pela agência noticiosa estatal Angop.

A crise nutricional afecta dez das 18 províncias angolanas - Zaire, Bié, Huambo, Kwanza-Sul, Cunene, Huíla, Bengo, Benguela, Moxico e Namibe. A situação, segundo a Angop, agravou-se devido a um decréscimo das chuvas durante mais de um ano em todo o território angolano, que levou a uma situação de seca generalizada, principalmente naquelas regiões. A produção agrícola diminuiu em mais de 400.000 toneladas, afectando a segurança alimentar de mais de 1,8 milhões de pessoas.

Em Junho, o fundo de intervenção de urgência das Nações Unidas atribuiu 5,1 milhões de dólares (mais de 3,9 milhões de euros) à UNICEF e à Organização Mundial de Saúde para apoio à luta contra a crise alimentar.

Angola é o segundo maior produtor africano de petróleo, depois da Nigéria. Apesar disso, a maioria da população vive na pobreza.

## 1.7 Nações Unidas dão formação sobre "Milénio"

*Jornal de Angola*

*21 de novembro de 2012*

Jornalista das províncias, Namibe Cunene, Bié, Kubango, Moxico, Luanda, Sul e Lunda-Norte participa formação sobre os Objectivos de desenvolvimento do Milénio.

A acção de formação é organizada pelo Ministério da Comunicação social, através do Centro de Jornalistas (CEFOJOR) com o apoio do Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento em Angola (PNUD) na sexta-feira.

O diretor-geral do CEFOJOR Albino Carlos, disse no acto, tura do encontro, que o objetivo formação, visa sensibilizar e capacitar os jornalistas angolano para a importância das questões que têm a ver com os Objectivos do desenvolvimento do Milénio.

A representante adjunta da UNICEF em Angola, Amélia Russo de Sá, destacou a importância da formação dos jornalistas no processo dos Objectivos do Milénio.

## 1.8 Indiferença face a fome que mata

*Folha 8*

*24 de Novembro de 2012*

Depois temos a fome que ameaça centenas de milhares de pessoas no nosso país. E aí, aí Jesus! Levantase altaneiro o porta-voz do regime JES/MPIA a fazer lembrar que o combate à pobreza é um compromisso de honra do MPIA

Mas o combate à fome e à pobreza, pelo que se tem passado com o predomínio da construção dos condomínios, com o fracasso total da negociata do Kilamba na maravilhosa aventura imobiliária em favor do povo de Angola (sic), imaginada pelo dueto JES/Falcone, com a destruição de milhares de casas pertencentes às camadas mais baixas da hierarquia social, sobretudo nas terras da Huila, mas também em Benguela e em Luanda e com o esbanjamento de biliões de dólares em negociatas da set -jet angolana, (Isabel dos Santos na pole position e Zenu também Dos Santos propulsado a gestor de biliões), com os bancos a proliferar e a roubar (é o termo exacto) cada vez mais, dá como impressão que o combate à pobreza é um combate contra a pobreza.

Ao mesmo tempo que esta dramática palhaçada capitalista liberal se desenvolve ] perante o olhar enternecido do Papá Zédu, seguem-se uns atrás dos outros o desaparecimento de gente reni- , tente, adversária assumida do regime, que em idos muito recentes ia agindo nos limites da legalidade, mas que, só por contrapor argumentos reivindicativos, foi evacuada ou eliminada, em forma seja de desaparecimento, seja de assassinato.

Em Angola não há desemprego, só há desempregados. Estes últimos contam-se aos milhões, mas as estatísticas dizem que o desemprego está a diminuir. Entretanto vão chegando a Angola milhares, dezenas de milhares de chineses, brasileiros, portugueses e outros europeus com uma mão à frente e outra atrás, esfomeados, virados ao contrário nem dinheiro para cerveja lhes cairia dos bolsos.

Toda essa gente vai ganhar mais ou menos dez vezes mais do que ganham os angolanos para executar as mesmas funções, num contributo exemplar do programa de combate não contra a pobreza, não à pobreza, mas a promover o desenvolvimento saudável da pobreza - com tal política cada vez haverá mais mecenas, mais fundos sem fundo, tipo Besa, Lwini, S. Esperança .. a promover a ideia que a pobreza não é uma tara nem uma fatalidade da sociedade. Enfim, chegamos à abordagem do que se passa na comunicação social.

É uma beleza! O programa do governo angolano está a ser cumprido à risca Depois de os vampiros do regime terem sugado o Semanário Angolense, a "A Capital", ed cetera e tal, o "Agora" acaba de ser deglutido em suave degustação por uma camarilha alegadamente ligada intimamente à franco-maçonaria JES está por perto, Kopelipa e Manuel Vicente não estão longe, vemos os tremeliques de toda a gente a fazer de conta que tremelicam e, no fundo, resta um único semanário mais ou menos independente em Angola. Um só: o FolhaS. Mas tudo o que acabamos de escrever é brincadeira em comparação com o que queríamos transmitir como mensagem Angola é um autêntico barril de pólvora e o drama é que ninguém se dá conta disso.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Candidatos com crédito bonificado

*Jornal de Angola*

*04 De Novembro de 2012*

Mais de 500 milhões de kwanzas foi o montante disponibilizado pelo Balcão Unico do Empreendedor (BUE) no município de Icolo e Bengo, a 1.167 candidatos, de Julho a Novembro do ano em curso. Citado pela Angop, o coordenador do BUE no Icolo e Bengo, José Sul ano Boco, frisou que foram apresentadas, na Unidade Técnica Municipal, um total de 4.165 candidaturas, que resultaram na inserção de 3.933 processos analisados. O responsável sublinhou ainda que este número corresponde a 3.682 comerciantes em nome individual e 559 sociedades comerciais. De acordo com José Boco, durante este período o BUE procedeu à emissão de 53 licenças comerciais e abriu 1167 contas bancárias no Banco de Comércio e Indústria (BCI), além da emissão de 1322 números de contribuintes. Apesar do bom funcionamento da instituição no atendimento público e o cumprimento escrupuloso do objecto social pelo qual foi criado, o BUE necessita de reforçar os equipamentos informáticos, com novos computadores, fotocopiadoras, impressoras e scanner. "Precisamos destes meios para diminuir ainda mais o tempo de espera dos cidadãos que procuram pelos nossos serviços, que não são nada poucos", disse a concluir.

### 2.2 BANCO SOL. Famílias vítimas da seca recebem financiamento

*Jornal de Angola*

*16 de Novembro de 2012*

Famílias camponesas do município da Quibala estão a ser financiadas pelo Banco Sol para fazerem face às perdas registadas durante a estiagem na campanha agrícola passada, informou ontem, na localidade, o responsável da área do microcrédito, Manuel Cambundo Joaquim.

O responsável do banco disse que 2,5 milhões de kwanzas foram cedidos a 50 famílias camponesas para adquirirem sementes, enxadas e catanas a fim de desenvolverem a actividade agrícola, tendo em conta a regularidade das chuvas que se regista neste momento. "Queremos continuar a dar o nosso contributo para a melhoria da vida dos camponeses e enquanto instituição financeira vamos continuar a

conceder microcrédito", afirmou Manuel Cambundo Joaquim.

Pelo menos 70 famílias já beneficiaram de microcrédito no ano passado e estão a reembolsar os fundos de acordo com as previsões: "neste momento, 75 por cento dos valores cedidos foram reembolsados", disse Manuel Cambundo.

### 2.3 Micro-finanças em debate

*Jornal de Angola*

*20 de Novembro de 2012*

A cidade do Huambo acolheu, na quinta e sexta-feira últimas, o V Fórum Nacional sobre Microfinanças e Empreendedorismo, promovido pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, em parceria da com o Ministério das Finanças, para avaliar e debater as políticas e estratégias de luta contra a pobreza fons famílias. O evento, que decorres reu sob o lema "Promover a Micro-finança para a afirmação do empreendedor no país", serviu para debater e rever as políticas e estratégias, traçadas para a criação de pequenos negócios, a educação financeira e avaliar o desempenho dos operadores nos BUE, considerados como as principais alavancas para o combate à pobreza.

O director nacional para a Política Familiar, António João, lembrou dó- que, desde 1997, o Executivo, por em via do Ministério da Família e Promoção da Mulher, cria incentivos mediante a micro-finanças e o micro-crédito para a realização de pequenos e médios negócios em todo país. Para o combate à pobreza, o Executivo determinou programas específicos que visam a promoção, consolidação e expansão da micro-finança e o microcrédito como instrumentos de afirmação do empreendedor à escala nacional.

António João disse que o Ministério vai velar pela concretização das políticas traçadas pelo Estado e estimular o rnicro-crédito, o crescimento económico e melhorar as condições de vida das famílias nas zonas rurais.

O vice-governador do Huambo para o sector económico, Francisco Fato, disse que o programa de micro-finanças, lançado pelo Executivo, constitui uma importante estratégia política no combate à pobreza, uma vez que promove serviços que contribuem na minimização das carências das populações e estimula os pequenos empreendedores.

Desde o ano de 2002, cerca de 10.200 mulheres do Huambo beneficiaram de microcréditos para a prática de médios e pequenos negócios e, com a recente criação dos balcões de empreendedorismo, o



Número de famílias que melhorou os seus rendimentos cresceu de forma considerável.

Participaram ao fórum diretores provinciais da Família e Promoção da Mulher de todo país, vice-governadores das províncias e administradores municipais.

## 2.4 BDA financia produção de legumes e cereais

*Jornal Agora*

*10 de Novembro de 2012*

O Presidente do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), Paixão Franco, lançou recentemente, no Sumbe (Kwanza-Sul), o Programa de Implementação de Projectos Tipo de Cereais e Leguminosas. Esta iniciativa enquadra-se nos programas do BOA direccionados para o relançamento dos sectores produtivos do país. Numa primeira fase, o Banco promoverá revitalização de sectores da produção agrícola no Kwanza-Sul, concedendo financiamento às pequenas e médias empresas locais. Os projectos a financiar estão ligados à produção de cereais e leguminosas, como milho e feijão, para viabilizar processos sustentáveis da cultura desses produtos.

O BOA realizou um estudo/diagnóstico preliminar também no Kwanza-Sul, que permitiu a recolha dos elementos socioeconómicos e infra-estruturais necessários, para definir as modalidades e a viabilidade técnico-económica para a execução de um programa direccionado para a aplicação de projectos voltados para a produção de cereais e leguminosas. Os projectos de produção envolvem pequenos e médios fazendeiros localizados nos municípios da Quibala, Waku Kungo e Cassongue. Com base no estudo, foi elaborado um cronograma de execução onde estão previstas as diferentes fases de aplicação e as actividades a serem realizadas, tendo sido identificados e seleccionados 45 fazendeiros que beneficiaram de financiamento. O documento refere que, com a produção sustentável de cereais e leguminosas, o BDA tem em vista praticar preços competitivos e contribuir para o aumento do emprego e redução da pobreza nas áreas rurais.

## 2.5 Cooperativas agrícolas na Catumbela mostram resultados do crédito de campanha

*Jornal de Economia e Finanças*

*13 de Novembro de 2012*

A agricultura joga um papel preponderante no desenvolvimento sustentável das comunidades. Na Catumbela, este segmento não está alheio aos avanços que se registam neste município da província de Benguela. Dados da administração local indicam que até ao mês de Setembro, cerca de 164 camponeses associados em cooperativas e pessoas singulares beneficiaram do crédito agrícola de campanha, cedido pelos bancos Sol e de Comércio e Indústria, num total de 11 milhões de kwanzas (kz), tendo sido reembolsados 3,4 milhões de kz. O documento a que tivemos acesso aponta que 200 camponeses e cooperativas aguardam pela aprovação dos seus créditos, cujo montante solicitado é de cerca de 19,2 milhões de kz.

### Perímetro irrigado

A comuna sede do município conta com um perímetro irrigado de 4.000 hectares, dos quais apenas 3.608 estão a ser utilizados para a prática da agricultura. Segundo o responsável pelo ordenamento de terras, no perímetro agrário da Catumbela, Raimundo Mussili, esta diminuição de espaços deve-se ao estado obsoleto em que se encontram as infra-estruturas do canal de irrigação, associado também ao desgaste fértil do perímetro. Ainda assim, o gestor avançou que cerca de 20 cooperativas tem estado a cultivar milho, feijão, banana e hortaliças diversas.

### Sectores turísticos e hoteleiro crescem na Catumbela

Actualmente aquela localidade pertencente à província de Benguela conta com oito restaurantes e dois hotéis. O município da Catumbela conta com inúmeras potencialidades turísticas, o que tem atraído investidores na região. Com 107 anos de existência, Catumbela regista um défice na oferta hoteleira. Ainda assim, os sinais de crescimento, neste segmento produtivo, são cada vez mais evidentes, a julgar pelos projectos imobiliários que estão em construção, aguardando pela sua inauguração.

Actualmente, o município conta com duas unidades hoteleiras, com destaque para o hotel Sidia, com 120 quartos, localizado na comuna sede. No domínio hoteleiro, estão em construção três estabelecimentos, onde o realce recai para o hotel de quatro estrelas denominado Riomar e a unidade hoteleira pertencente às Organizações Kabuscorp. O município conta com 36 quiosques e oito restaurantes onde se



destaca o 7 grill, especializado em grelhados. Comércio em expansão

As infra-estruturas ligadas ao sector comercial também têm estado a crescer. No município, a actividade comercial é caracterizada pelo comércio formal e informal, onde o segmento retalhista se destaca, numa altura em que as autoridades municipais estão a construir o novo mercado, localizado no bairro Chiule, na comuna da Catumbela. A primeira fase do empreendimento está, praticamente, concluída, tendo no espaço sido erguidas quatro naves, com capacidade para albergar cerca de 1.500 feirantes, oriundos principalmente do antigo mercado da comuna sede. Actualmente, as obras da segunda fase estão centradas na terraplanagem do espaço.

## 2.6 Chuvas regulares animam camponeses

*Jornal de Angola*

*16 de Novembro de 2012*

O ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Canga, procedeu ontem, na Vila Branca, Caluquembe, à abertura oficial na Huíla da campanha agrícola, numa altura em que os camponeses estão animados com a regularidade das chuvas nos 14 municípios e os meios de trabalho que estão a receber da Direcção Provincial da Agricultura. Antes da abertura oficial da campanha agrícola, o ministro visitou os armazéns de produtos agrícolas e infra-estruturas da Estação de Desenvolvimento Agrário (EDA) com o objectivo de verificar as condições preparadas para o arranque da campanha. A província da Huíla tem preparados 605 mil hectares para a colheita de 300 mil toneladas de produtos, com realce para o milho, feijão, massango e massambala. Para o êxito da campanha, a Direcção da Agricultura e Desenvolvimento Rural na Huíla está a distribuir aos camponeses sementes, fertilizantes, instrumentos de trabalho e equipamentos agrícolas.

Correcção dos solos

Ainda na Vila Branca, o ministro da Agricultura testemunhou a aplicação de calcário para a correcção dos solos e aumentar o rendimento das culturas. O director provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural na Huíla, Lutero Campos, informou que este ano vão ser aplicadas duas mil toneladas de calcário para a correcção dos solos e melhorar o rendimento por hectare. A correcção dos solos com calcário deve ser feita com "adubo 12-24-12", que permite ter um rendimento por hectare de duas a seis toneladas de

cereais. Lutero Campos disse que a maior parte dos camponeses da província da Huíla pratica agricultura de sequeiro, dependente da chuva, e por isso os técnicos estão a incentivar o aproveitamento das linhas de água: "estamos a ensinar as populações a fazer lavras próximas das linhas de água, fazendo ramais para que não sintam os efeitos negativos da estiagem que de forma sazonal tem ocorrido na província".

Crédito vai continuar

Os camponeses da província da Huíla vão continuar a receber crédito agrícola de campanha na presente época, com vista a melhorarem as técnicas agrícolas e aumentarem a produção de alimentos no âmbito do programa do Executivo de combate à pobreza no meio rural. "O crédito agrícola de campanha na Huíla vai continuar para ajudar os camponeses a adquirirem sementes, fertilizantes, sistemas modernos de rega e motobombas para aumentarem a produção", disse.

A cedência de crédito agrícola de campanha aos camponeses da província está a permitir reforçar a produção e reduzir a dependência das chuvas para a produção de alimentos em grande escala, disse o director provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural na Huíla. Com o crédito de campanha, os camponeses estão a conseguir adquirir moto bombas e sistemas de irrigação para garantir a produção agrícola sem dependerem totalmente das águas das chuvas, sublinhou. Lutero Campos informou que as três instituições financeiras responsáveis pelo crédito de campanha são o Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco de Comércio Indústria (BCI) e Banco Sol.

Os bancos já emprestaram 640 milhões de kwanzas, dos 899 milhões previstos, perfazendo 71 por cento. Os montantes emprestados beneficiaram 2.526 camponeses integrados em 1482 famílias, distribuídas pelos 14 municípios da província da Huíla, informou o responsável da Agricultura na Huíla.

## 2.7 Mais de 100 camponeses recebem crédito da campanha no Negage

*O Independente*

*17 de Novembro de 2012*

Cento e dois camponeses, agrupados em oito associações, no município do Negage, 37 quilómetros a nordeste da cidade do Uíge, beneficiaram na época agrícola transacta de crédito da campanha, numa iniciativa do Banco Sol, informou o responsável de micro-crédito do Banco Sol no Uíge, Modesto Kiame.

De acordo com o responsável, o valor global concedido aos camponeses nesse ano agrícola foi de 11 milhões 589 mil 782 kwanzas. Salientou, por outro lado, o facto de os camponeses não reembolsar o crédito, devido à estiagem que afectou à região.

Para este ano agrícola 2012/2013, avançou estar previsto trabalhar com 50 camponeses do município de Maquela do Zombo, organizados em cinco associações, cujos processos já se encontram no Banco Sol, adiantando que a sua efectivação estava condicionada ao fim da estiagem.

"A nível dos produtos do Banco Sol, temos também o pacote chamadas microempresas, com vista a ajudar os pequenos empreendedores, aqueles que têm pequenos negócios e que querem evoluir mais, mas que estão condicionados em termos financeiros", realçou.

No quadro do programa de combate à pobreza, disse estar em curso a implementação também do chamado "crédito amigo", tendo beneficiado já 100 pessoas, com o propósito de criarem os seus negócios.

## 2.8 Micro, pequenas e médias empresas em baixa

*Novo Jornal*

*23 De Novembro de 2012*

A TRIBUTAÇÃO das micro, pequenas e médias empresas que operam no país continua a ser um problema para os cofres do Estado devido à sua pouca contribuição fiscal. Isso mesmo ficou demonstrado no seminário sobre empreendedorismo que Luanda acolheu na semana passada. De acordo com o ministro da Economia estas empresas tiveram uma contribuição "residual" no valor do imposto industrial arrecadado no ano passado. Mesmo sem avançar a receita arrecadada, Abraão Gourgel disse que "do total de imposto industrial pago ~m 2011 as micro, pequenas e médias empresas contribuíram apenas com 5 por cento". Uma participação aquém das expectativas para um grupo que pretende ter uma palavra significativa no desenvolvimento da economia do país. Para esta "residual" participação nos cofres do Estado, defendem os empreendedores, muito tem contribuído a informalidade destas empresas, sem esquecer o valor da contribuição exigida que é de 35 por cento sobre a receita da empresa. "O valor do imposto é desincentivador e proibitivo para estes negócios. Isto é inviável e incentiva a evasão fiscal". Disse um dos muitos participantes do seminário que procurou encontrar melhores caminhos para estas empresas, num país

onde o modelo de empreendedorismo assenta na importação com baixa incorporação nacional, com uma taxa de sucesso de 3 por cento no primeiro ano. Ideia partilhada pelo presidente da Associação Industrial de Angola (AIA) que defende a redução do imposto industrial para incentivar o pagamento do mesmo. "O imposto industrial tem que baixar, se não a evasão fiscal vai continuar", disse José Severino, que reforça a sua posição com a obrigatoriedade de todos os importadores comprovarem que são contribuintes fiscais e assim evitar a "concorrência desleal que existe, porque muitos empresários e não só, importam, mas não pagam as suas contribuições". O aumento da formalização destas empresas poderá passar pela redução de alguma tributação como o imposto de consumo ou o imposto de selo, já que parte significativa da tributação é feita por operadores (importadores) privados que não são tributados industrialmente e em alguns casos a tributação é feita com base numa declaração voluntária que não corresponde à verdade. A pensar na importância das micro, pequenas e médias empresas os ministérios da Economia e Finanças têm já previsto a redução do valor industrial sobre a receita da empresa para 30 por cento que no entanto, na visão da AIA, ainda continua alta. "O Ideal seria baixar para 20 por cento", defende José Severino. Assim também pensa um dos economistas da nossa praça ouvido por este semanário. "É preciso que o imposto esteja próximo do que é pago na SADEC se quisermos ter uma classe empresarial forte e sairmos da dependência das importações", disse. "Da forma que está é crítico para a estabilidade e crescimento da nossa economia, porque estas micro, pequenas e médias empresas são promotoras de crescimento económico e desenvolvimento sustentável", concluiu a nossa fonte.

## 2.9 Sector bancário mantém crescimento em 2012

*Novo Jornal*

*23 De Novembro de 2012*

O sector bancário angolano, em 2012, manteve a sua tendência de crescimento, nomeadamente nas rubricas de activos, crédito, depósitos e resultados, não obstante o ritmo de crescimento ter sido menor do que em anos anteriores, sublinha o estudo da consultora KPMG divulgado nesta quarta-feira, 21, em Luanda. O estudo que analisa o desempenho de 20 das 22 instituições bancárias que operam no país nesse período, refere que o sector apresenta inúmeras oportunidades de crescimento e desenvolvimento, a exemplo da taxa de 22 por cento de penetração de serviços, que ainda continua a revelar um enorme

potencial. No entanto, da análise feita, cinco instituições financeiras são responsáveis por 79 por cento do mercado, que no entanto tem se assistido a uma gradual perda de quota relativa, indiciando uma maior competitividade do sector. Apresentado aos jornalistas por Vitor Ribeirinho e José Luís Silva, líderes da consultora KPMG, o estudo indica que o sector reforçou os sistemas de pagamentos em Angola, através do aumento de ATM "s evoluindo para cerca de 26 por cento, com 1.629 terminais e de TPA' s registando um crescimento na ordem dos 50 por cento, ou 18.199 unidades. O aumento da rede de balcões com a abertura de 153 agências em 2011, estas passaram para 991 balcões, representando um acréscimo de cerca de 18,3 por cento. 'Outra subida de realce teve a ver com o investimento nos recursos humanos, mediante a criação 1.150 postos de trabalho, empregando um total de 13.700 funcionários, correspondentes a um crescimento na ordem dos 9,2 por cento/Desta forma, estamos convictos que este sector, em Angola, continue a apresentar uma elevada dinâmica, tendo necessariamente que se adaptar aos desafios e às tendências emergentes", afirmou Vitor Ribeirinho. Em 2011, apesar de permeável a esta dinâmica dos agregados macroeconómicos, o sector bancário em Angola continuou a apresentar um acentuado crescimento.

## 2.10 Crédito jovem continuam a crescer

*Semanário Factual*

*De 24 de Novembro a 01 de Dezembro de 2012*

Cerca de 170 jovens, enquadrados em 31 cooperativas da província da Huíla, beneficiaram do "Crédito jovem", desde Maio deste ano, altura em que arrançou a segunda fase do programa, noticiou a ANGOP.

De acordo com Francisco Barros, director provincial da Juventude e desportos na Huíla, os jovens receberam, através do Banco de Poupança e Crédito (BPC), kits destinados ao exercício de actividades comerciais, prestação de serviço, agricultura, pecuária e de recauchutagem.

O responsável afirmou que, neste momento, se encontra em processamento no BPC 123 processos de diversas cooperativas, cujo financiamento está previsto ainda para este ano.

Em contrapartida, informou que as cooperativas que desenvolvem actividades comerciais receberam créditos até 800 mil Kwanzas cada, enquanto as

industriais, agrícolas e pecuárias beneficiaram de 1,2 milhões de Kwanzas.

Francisco Barros afirmou que o processo, a nível da província da Huíla, decorre a "bom" ritmo,

pois os Jovens conseguiram já receber os bens dos seus fornecedores e montaram as pequenas empresas que permitem, igualmente, enquadrar outros que se encontravam desempregados.

Direcção da Juventude e Desportos teve contacto com BUE

A Direcção da Juventude e Desportos na Huíla já teve contacto com o Balcão Único do Empreendedor (BUE), no sentido de tratar de processos afectos aos jovens enquadrados em cooperativas diversas.

Na primeira fase, iniciada em 2008, mais de 900 jovens enquadrados em cooperativas beneficiaram de um financiamento avaliado em 40 milhões de Kwanzas concedidos pelo BPC.

O "Crédito Jovem" tem por objectivo proporcionar aos jovens condições para a criação dos seus negócios. Os critérios de adesão são ter 18 a 30 anos de idade e estar agrupado em cooperativa de pelo menos cinco indivíduos.

O "Crédito Jovem" é um programa nacional inserido no "Angola Jovem, uma parceria entre o Instituto Nacional de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Ministério da Juventude e Desportos.

## 2.11 Caála. Atrasos no reembolso dos créditos agrícolas

*Jornal de Angola*

*28 de Novembro de 2012*

A chefe da Estação de Desenvolvimento Agrária (EDA) na Caála disse ao Jornal de Angola estar desapontada com as cooperativas e associações de camponeses da comuna da Calenga por não honrarem o compromisso de reembolso do crédito agrícola.

Maria das Saudades afirmou que, no âmbito do crédito agrícola e de campanha, o Banco Sol disponibilizou mais de 80 milhões de kwanzas a 1.300 camponeses de Calenga que deviam ser reembolsados após a colheita, mas que até agora poucos cumpriram o compromisso. Desde o lançamento do programa, referiu, muitos camponeses aumentaram as áreas de cultivo e melhoraram a qualidade de vida. A chefe da

EDA na Caála declarou que 23 mil famílias que participam na produção da presente campanha agrícola foram apoiadas pelo Governo Provincial com fertilizantes, sementes de milho, de bata rena, batata-doce, feijão, soja, jinguba e hortícolas. Quase 87.500 hectares de terras aráveis foram desbravados no município, onde está previsto colher mais de 17 mil toneladas de milho.

## 2.12 Crédito dirigido a quem menos tem

*Nova Gazeta*

*04 de Agosto de 2012*

O crédito habitacional, específico para estes projectos, destina-se a famílias consideradas de renda baixa ou a casais jovens e destinam-se à aquisição ou construção.

O agregado familiar é um instrumento-chave para o acesso de juros bonificados. Segundo o regulamento, não podem aceder ao crédito os agregados familiares cujo rendimento mensal seja superior ao salário mínimo nacional da Função Pública multiplicado por 42 meses, ou seja, 3600 dólares.

A intenção desta medida visa facilitar o acesso ao crédito por parte das famílias mais carenciadas, uma vez que o pagamento deverá ser em 30 anos. Tem vantagens quem tenha constituído até a data da publicação do regulamento em DR, uma conta – poupança com montante mínimo de 10% do valor da residência. Os bancos estão autorizados a conceder para primeira prestação 40% do valor da casa.

## 2.13 Microcrédito beneficia centens de jovens

*Jornal de AngolaFonte*

*08 de Agosto de 2012*

Jovens empreendedores do município do Sumbe, província do Kwanza-Sul, depois de serem submetidos a uma acção formativa de gestão de pequenos negócios beneficiaram do programa de concessão do microcrédito do empreendedorismo na comunidade.

Este programa, que beneficiou 246 jovens, inclui a atribuição de crédito "Sol Amigo", tutelado pelo Ministério do Emprego e Segurança Social (MAPESS), através do Banco Sol, cujo valor cedido a cada beneficiário atinge os cinco mil dólares, podendo aumentar se houver uma evolução positiva do negócio junto das comunidades.

O programa de concessão do microcrédito ao empreendedorismo na comunidade, desde o seu início em 2008, contemplou em todo o país um universo de 8 mil e 320 beneficiários.

### Beneficiários do programa

O beneficiário Valentino André, ligado ao ramo da construção civil, visivelmente satisfeito, disse que com este valor vai ampliar o seu negócio para o tornar mais rentável e criar mais postos de trabalho assim como para transmitir experiência aos demais colegas, contribuindo para o Programa de Combate à Pobreza.

Albertina Augusta, por seu lado, louvou a iniciativa do Executivo e espera que esta acção seja extensiva a mais empreendedores das restantes circunscricões da província.

Estando atualmente desempregada, mas inserida no mercado informal, Albertina Augusta disse que este dinheiro já me possibilita acrescentar nas pequenas poupanças a fim de alargar o leque de mercadorias para a sua comercialização na minha bancada no mercado do Chingo". Matias Adriano disse que está satisfeito com o lançamento do programa de concessão do crédito do empreendedorismo na comunidade e considerou-o como uma mola impulsadora para gerar emprego e sustentar as micro ou pequenas empresas.

O beneficiário que é proprietário de um posto de venda de medicamentos e uma cantina, referiu que "o valor recebido vai ser empregue no sentido de melhorar o atendimento dos clientes e ampliar as infra-estruturas". O programa, disse, vai contribuir para a redução da delinquência juvenil, miséria, desemprego e outras práticas delituosas, por isso, louvou o Executivo a prosseguir com iniciativas do género.

### Empreendedorismo

O programa de empreendedorismo na comunidade nasceu de uma orientação do Chefe do Executivo angolano, José Eduardo dos Santos, principiou em 2008 e está totalmente implantado nas províncias, decorrendo em parceria com os bancos comerciais Sol, BAI micro- finanças e BCI. Visa disseminar a cultura do empreendedorismo, através de acções de formação de modo a permitir, que os empreendedores possam identificar e implantar oportunidade de negócio geradoras de rendimento e proporcionando ofertas de bens e serviços às comunidades.

O director de Incubadoras de Empresas de Luanda, Jacinto Ferreira Domingos, que presidiu o acto, que o



MAPESS, a par das acções de formação profissional, está desde Agosto de 2008 a desenvolver um programa de empreendedorismo na comunidade.

O responsável deu a conhecer que o mesmo programa comporta a componente de formação profissional, onde os empreendedores aprendem noções inerentes a construção nacional e à formação empresarial, considera a mais importante.

O director de incubadoras de empresas de Luanda explicou que a introdução da componente da concessão de microcrédito se deveu ao facto de na maior parte dos casos, em condições normais, os pequenos empreendedores terem sido incapazes de obter créditos junto de agências bancárias, visto que os bancos exigem a apresentação de garantias, traduzidas em bens, recursos financeiros ou avalista.

O MAPESS, para o caso, estabeleceu um convénio com vários bancos e no Sumbe fê-lo com o Banco Sol que, permitiu a abertura de um produto denominado "Sol Amigo", programa de crédito, cujo montante vai cem mil a 500 mil kwanzas.

Jacinto Ferreira Domingos encorajou os empreendedores a aplicar da melhor forma os recursos e conhecimentos adquiridos para a prática dos seus negócios.

#### Administração do Sumbe

A administradora municipal adjunta do Sumbe, Elsa Sara Lialunga, agradeceu ao conselho da administração do Banco Sol e ao Ministério da Administração Pública e Segurança Social a implantação deste programa porque, segundo considerou, "vai permitir a inserção de mais empreendedores no mercado do emprego, criar postos de trabalho e serviços, assim como contribuindo combate à pobreza".

"O empreendedor é alguém versátil dotado de habilidades, capacidades, espírito criativo capaz de iniciar e desenvolver uma actividade geradora de rendimentos, criando para si e terceiros oportunidades de inserção na vida profissional e laboral", esclareceu a responsável.

## 2.14 Fundo de risco inicia operações

*Jornal de Angola*  
9 de Agosto de 2012

O ministro da Economia, Abraão Gourgel, e o Banco de Investimento Kwanza formalizaram ontem, em Luanda, o arranque do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), destinado a financiar o

programa "Angola Investe", de desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas.

O ministro da Economia e o responsável da Sociedade Kwanza Gestão de Projectos Empresariais, do Banco Kwanza Investe, Alvaro Jorge Mendes, assinaram ontem um acordo que marcou o início das operações do FACRA.

Abraão Gourgel disse, após a assinatura do acordo, que o FACRA é a terceira iniciativa de financiamento do programa "Angola Investe", além das destinadas à bonificação de juros e do fundo de garantia já instituído.

"O FACRA é um instrumento poderoso para a diversificação da economia e modernização das empresas. O instrumento vai proporcionar maturidade aos investimentos para maior internacionalização das empresas nacionais", referiu.

Abraão Gourgel apontou como objetivos do Fundo Activo de Capital de Risco, a concessão de fundos estáveis de financiamento de longo prazo para as micro, pequenas e médias empresas, com elevado potencial de crescimento desde a sua fase inicial.

O ministro da Economia definiu o FACRA como um instrumento fundamental para a criação de empregos e o aumento do grau de inclusão tecnológica. "As empresas apoiadas pelo Fundo Activo de Capital de Risco Angolano têm sete vezes mais capacidade de gerar empregos que outras empresas", estimou.

Álvaro Jorge Mendes explicou que a Sociedade Kwanza Gestão de Projectos Empresariais vai efectuar a gestão do fundo, estimulando a inovação e a competitividade nas pequenas empresas nacionais. "A gestão do fundo será feita pelo Banco Kwanza Investe, utilizando as melhores práticas internacionais, alinhada aos interesses do país", realçou.

O Banco Kwanza direcciona as suas actividades para a banca de investimentos. Reúne os padrões internacionais e uma rede especializada de peritos para gerir o fundo com responsabilidade, afirmou Álvaro Jorge Mendes. "Assumimos o compromisso de assegurar e respeitar os interesses do país, através de uma gestão transparente e profissional", prometeu.

O Fundo Activo de Capital de Risco Angolano foi criado ao abrigo do Decreto Presidencial nº 108/12 de 7 de Junho, como suporte para a inovação e empreendedorismo nas micro, pequenas e médias empresas.



## 2.15 Banco Sol

*Agora*

*11 de Agosto de 2012*

O Banco Sol, no Lubango, têm uma operacionalidade que não permite enchentes nos balcões, como as que ocorrem em outras instituições bancárias locais, ou mesmo de Luanda. Na agência situada nos 'Laureanos', apenas para exemplificar, o atendimento personalizado deixa o cliente satisfeito e com desejo de domiciliar ali os seus 'patacos' ainda que os juros não sejam dos mais atractivos, um problema extensivo a praticamente todos os bancos comerciais que operam no mercado. Uma outra boa notícia é que o Sol de que é Pca o economista Coutinho Nobre, disponibilizou, no primeiro semestre, 148 milhões de dólares em micro-crédito, sendo que a estratégia assenta em 'largar' para as pequenas e médias empresas, cerca de 1 milhão de dólares mensais. O crédito agrícola de campanha e o financiamento aos Programa' Angola investe' e 'Empreendedorismo na comunidade' são outros pacotes de investimento do banco. Se estes forem susceptíveis de alavancar a economia, então, boa sorte!

## 2.16 Questões ignoradas

*Folha 8*

*18 de Agosto de 2012*

Para esta semana, trazemos à baila mais umas questões embaraçosas do engenheiro Fernando Pacheco (Coordenador do OPSA) "( ... )Onde estão os dois mil campos de futebol prometidos em Fevereiro de 2010?

Para quando a Bolsa de Valores sempre anunciada e sempre adiada?

Quem se deu conta da "autêntica revolução" que iria ser provocada pelo crédito agrícola, anunciada em Julho de 2010? Por onde se perdeu o relançamento da cultura de algodão no Kuanza-Sul?

E a fábrica que iria produzir mais de 200 mil toneladas de açúcar e 35 a 50 MW de energia a partir de 2012 em Malanje?

O que se fez para mitigar o problema do trânsito em Luanda, agora já vivido noutras cidades como Lubango e Soyo?

Que explicação para desastres como os Nosso Super e a Aldeia Nova?

Que se fez para a democratização do país prometida ao Papa Bento XVI?

## 2.17 Microcrédito chega a supermercados e universidades de luanda

*Novo Jornal*

*24 de Agosto de 2012*

O crédito ao consumo apresenta-se como um novo proouro que o Banco de Negócios Internacional (BNI) prevê lançar em breve, mediante protocolos a serem assinados com vários supermercados e universidades de Luanda, através da "FacilCred", um balcão não bancário especializado em micro-crédito, inaugurado nesta segunda-feira, 20, em Luanda.

O anúncio foi feito pela administradora executiva da FacilCred, Judite Correia, à margem da cerimónia que assinalou a abertura oficial da instituição que vai centralizar as operações de 50 agências do BNI, que numa primeira fase inicia com balcões mais próximos.

O crédito Fácil Supermercado que visa fazer face à necessidade de fundos para a realização de compras, destina-se a particulares, cujo valor varia entre os 25 mil e um milhão de kwanzas.

Este produto bancário consiste no pagamento directo pelo BNI aos supermercados fornecedores para, conforme deixou a entender a administradora da FacilCred, evitar eventuais desvios.

A FacilCred, é uma sociedade financeira a quem competirá agilizar e controlar a implementação do .Micro-crédito, contará também com outros produtos de micro-crédito, nomeadamente, o crédito Fácil Solidário, Fácil Estudante e o Fácil Empreendedor, com montantes mínimos de crédito a disponibilizar de 10 mil, 25 mil e 50 mil kwanzas respectivamente e o valor máximo de um milhão para ambos os pacotes. Num valor global a disponibilizar de três milhões de dólares, Judite Correia considera o montante "muito bom", uma vez que por via de regra as sociedades bancárias dispõem de apenas um capital mínimo de 25 mil dólares, e o facto do Banco de Negócios Internacional avançar esse montante significa que está a fazer uma "boa aposta" e com fundos próprios.

Para acompanhar o processo, o BNI vai introduzir a figura do agente de crédito, cujo papel consiste em acompanhar e monitorar o processo junto dos

credores a implementação e conclusão do micro-crédito.

"O agente de crédito terá um papel fundamental no terreno. Além do questionário sócio-económico que vamos realizar a qualquer pessoa que venha a pedir crédito, iremos depois também aferir essas informações no local e fazer o acompanhamento até à sua completa conclusão, através do agente de crédito", observou.. A gestora da FacilCred, que se escusou a mencionar as taxas de juro a serem praticadas, salientou que serão analisadas caso a caso, na base do estabelecido nas regras contidas no Aviso nº 8/2012; do Banco Nacional de Angola.

Judite Correia, que defende prioridade dos pobres no acesso ao micro-crédito, afirma que a taxa de bancarização no país situa-se em apenas 22 por cento.

"Mesmo estes 22 por cento já bancarizados ainda estão numa fase inicial, já que existem ainda muito poucos produtos bancários acessíveis", destacou Judite Correia. "Acredito que isso vai ajudar a melhorar a vida das pessoas e é uma maneira mais barata de combater a pobreza. Vamos dispor de mais gente empregada, maior número de produtos nacionais para satisfazer a procura interna e simultaneamente baixar a taxa de inflação que ronda os 10 por cento e que o . Governo pretende que baixe para um dígito, ou oito por cento nos próximos anos", frisou. Questionada sobre o eventual sucesso do micro-crédito, Judite Correia mostrou-se optimista, porquanto avança como exemplo um determinado supermercado de Luanda que concede micro-crédito às mulheres "zungueiras", cuja taxa de reembolso é de 100 por cento.

## 2.18 BNA quer mais de 5 milhões de angolanos bancarizados até 2013

*Expansão*

*24 de Agosto de 2012*

O Banco Nacional de Angola (BNA) pretende que, até Dezembro de 2013, o número de cidadãos nacionais com conta bancária ronde os 5 529 970, que corresponde atualmente a 30% da população angolana, considerando os últimos dados demográficos do Instituto Nacional de Estatística. O desafio foi assumido, recentemente, pelo governador do banco central, José de Lima Massano. Atualmente, estimativas oficiais apontam para uma taxa de bancarização na ordem dos 22%.

"Volta e meia, temos estado a falar de taxas relativamente superiores, mas vamos aqui ser realistas. O nosso sentido é que os níveis de

bancarização continuem a crescer, A meta que assumimos publicamente é de até ao final do próximo ano atingirmos os 30% da nossa população", disse Massano a jornalistas, à margem da inauguração da nova sede do Banco de Negócios Internacional.

De acordo com o homem forte do BNA, as dificuldades no processo de bancarização decorrem do nível de literacia financeira da população, da expansão dos serviços financeiros, do nível de rendimento dos cidadãos e de um conjunto de limitações que, no entanto, não especificou. José Massano fez saber que esforços estão em curso, no sentido de se estimular a adesão da população aos serviços financeiros e, por esta via, aumentar os níveis de bancarização.

"O sentido de parceria com as instituições financeiras tem sido instrumental para que a bancarização continue a ocorrer. Nós continuamos bastante otimistas relativamente ao programa", sustentou.

O órgão regulador do mercado bancário desenvolve, desde Agosto de 2011, em parceria com nove bancos comerciais, de signadamente o BFA, BPC, BCI, BMF, BIC, B I, BCA, BRK e o Banco Sol, o programa Bankita, que, além da vertente educativa, permite também aos cidadãos procederem à abertura de contas bancárias com a quantia mínima de 100 Kz, contra os 20000 Kz exigidos anteriormente.

Na visão de Amílcar Silva, presidente da Associação Angolana de Bancos (ABANC), para quem o Sistema bancário angolano se está a consolidar, melhorando a sua oferta de serviços e fazendo a Inclusão bancária, de forma palatina mas segura, o Bankita é um programa que está a ter muito sucesso, com grande adesão, não apenas dos cidadãos, como também dos bancos.

Sobre a existência de alguns bancos que se recusam a abrir contas com apenas 100 Kz, o presidente da ABANC considerou ser normal que tal aconteça em qualquer sistema, atendendo à estratégia adoptada por cada player.

"Nós temos 23 bancos com diversas estratégias e objectivos.

Uns ocupando espaços grandes, outros pequenos. Dos 23, cinco têm 75% do mercado bancário, mas os outros ocupam nichos de negócios muito importantes e estabelecem uma sã concorrência que beneficia os clientes. Os clientes têm e estar atentos a esta concorrência, no sentido de optarem por aquelas instituições que os possam servir melhor", aconselhou o líder associativo.

## Alguns indicadores oficiais

No período de Janeiro a Julho de 2011, o programa de bancarização dos salários da função pública permitiu aumentar a percentagem de servidores públicos bancarizados de 37,5% para 86,7%.

## Importância da bancarização

Comentando ao *Expansão*, o especialista em assuntos financeiros João Fonseca referiu' que a bancarização desempenha dois papéis importantes: na inclusão social, tendo impacto na redução da pobreza e no aumento do grau de monetarização da economia nacional.

Acrescentou que o grau de monetarização está ligado ao aumento da eficácia da política monetária; "ao permitir reduzir a massa monetária em circulação e utilizar esta para a cobertura das necessidades do crescimento do tecido produtivo, quer através de crédito, quer através da promoção da captação da poupança".

O administrador do Banco Angolano de Investimento (BAI) explicou que, em termos gerais, a taxa de bancarização está muito relacionada com o grau de desenvolvimento da economia. No caso de Angola, disse, não somente o grau de informalidade do sector não-petrolífero é elevado (refletido, por exemplo, na elevada preferência por transações a dinheiro, mesmo que tal acarrete mais riscos), como também uma grande parte da população depende da economia rural.

Num quadro mais específico, recordou Fonseca, estudos sobre a matéria em 2010 apontavam como limitação principal para a abertura de conta a dificuldade na obtenção de documentos de identificação pessoal, situação esta que, no seu entender, tem vindo a melhorar. Uma outra limitação decorre dos elevados custos de investimento e operacionais para a instalação e funcionamento de agências bancárias fora da província de Luanda, especialmente nas zonas rui fez saber o especia

## 2.19 Os caminhos da bancarização

*Expansão*

*24 de Agosto de 2012*

No seu desafio para aumentar os níveis de bancarização no País, para além do programa Bankita, lançado em 2011, o BNA procedeu à regulamentação das remessas de valores, que não exigem a abertura de conta bancária, e dos cartões de pagamento, em especial dos cartões pré-pagos, em que o titular não precisa de ter conta bancária,

facilitando as transacções de baixo valor, quer levantamentos quer transferências.

Por exemplo, uma pessoa, em Luanda, pode recarregar um cartão pré-pago de uma pessoa que esteja no Lubango. Neste momento, está em curso a preparação da regulamentação do correspondente bancário e o estudo sobre a utilização do telemóvel para pagamentos. A par destes meios, realça-se também a cada vez maior disponibilização de serviços nos caixas automáticos (ATM), havendo já algumas entidades a permitir

o pagamento de facturas através destes, como é o caso da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL), e até mesmo em pequenas cantinas comerciais já se usa também os Terminais de Pagamento Automático.(TPA), fruto do programa Bankita.

Existem ainda outras iniciativas a nível do Governo central, como seja o programa de bancarização dos salários da função pública, iniciado em 2010, o Balcão Único do Empreendedor (BUE) iniciado este ano, e os programas de microcrédito. No caso do BUE, para além de obtenção de documentos de identificação, este programa permite a abertura de conta bancária sem necessidade de depósito antecipado.

## 2.20 BNI disponibiliza 3 milhões de USD para o microcrédito pelo fácil credito

*2..20 Expansão*

*24 de Agosto de 2012*

O Banco de Negócios Internacional (BNI) disponibilizou 3 milhões USD para o microcrédito, no âmbito do seu programa interno, que visa o combate à pobreza, à exclusão social e a promoção do emprego. A gestão do referido montante estará a cargo da nova sociedade de microcréditos do banco (FacilCred), inaugurada na passada segunda-feira (20/08), em Luanda, a quem competirá coordenar e analisar as solicitações de créditos, nos 50 balcões da instituição bancária.

"É uma espécie de central, onde se vai coordenar todos os 50 balcões do BNI. É uma sociedade financeira e não um banco como tal. Portanto, não pode receber depósitos", esclareceu a administradora executiva da FacilCred, Judite Correia, à margem da cerimónia inaugural.

A responsável apontou o facto de representar baixos custos e de se poder usar em todas as redes de balcões já existentes, por forma a se capitalizar

melhor, como as principais vantagens do programa do microcrédito do BNI.

A sociedade FacilCred comporta quatro produtos, designadamente Fácil Supermercados, FacilSolidário, Fácil Estudante e Facil Empreendedor. Judite Correia considera, no entanto, ser este um meio de tirar as pessoas da rua, combater a exclusão social e aumentar o emprego, na medida em que, como disse, "permite ter um mercado mais alargado, mais contribuintes fiscais e mais consumidores".

Questionada sobre a taxa de reembolso, sem entrar em detalhes, a administradora executiva do FacilCred limitou-se a afirmar que a mesma vai obedecer a lei sobre a matéria em vigor. "Nós temos uma lei que estabelece o regime para o microcrédito, que é o Aviso n. 008 do Banco Nacional de Angola", garantiu.

Judite Correia fez saber, no entanto, que a FacilCred pode emprestar apenas até 10 000 USD por pessoa ou grupo solidário, com prazos de reembolso que vão de três meses a um ano, conforme orienta o Aviso 08 do baco central.

Em termos de recursos humanos, informou que a sociedade de microcrédito do B I arrancou com cinco colaboradores, mas com perspectivas de crescimento, à medida que o negócio for se desenvolvendo. Neste momento, para dar resposta às solicitações, a FacilCred conta também com a rede front-office do banco.

#### Solução eficaz no combate à pobreza

Ao discursar no acto que marcou a inauguração FacilCred, o presidente do conselho de administração do BNI, instituição que detém a sociedade, Mário Palhares, considerou o microcrédito como "um instrumento privilegiado" na luta contra a exclusão social e promoção do emprego. Acrescentou que, no caso de Angola, o microcrédito se afigura como uma "solução eficaz" na promoção de pequenos negócios e consequente melhoria do bem-estar social dos cidadãos, contribuindo, também, para o repovoamento do interior do País e para o aumento da produção nacional. Deste modo, defendeu, elimina-se ainda a carência da oferta interna e a dependência do exterior.

"Os objectivos consensuais do desenvolvimento e do progresso, que passam pelo aumento da taxa de emprego, melhoria da qualificação dos angolanos, o crescimento da produtividade e da competitividade, a criação de uma sociedade de conhecimento e de inclusão, são também comunga- dos pelo BNI", frisou.

Recordou que o microcrédito tem como objecto primário as pessoas, sendo que a criação de empresa é um instrumento da sua valorização. "É mais vasto do que o crédito às microempresas, não se podendo confundir nem limitar a estas", advogou. Assim, concluiu, os clientes que normalmente estariam excluídos do crédito tradicional terão acesso a uma fonte de financiamento para as suas necessidades, com prazos e taxas compatíveis com o seu perfil e riscos.

Neste contexto, Palhares salienta que é propósito da FacilCred atingir aqueles cidadãos que não têm oportunidade de integrarem o sistema bancário. Estimativas do Banco Nacional de Angola (BNA), avançadas recentemente, apontam para uma taxa de bancarização no País a rondar os 22%.

Por seu turno, António André Lopes, vice-governador do BNA, que testemunhou a inauguração da nova sociedade de microcrédito, afirmou que com o FacilCred o BNI põe à disposição dos micro empreendedores soluções de financiamento às suas actividades. Reforçou que, por intermédio da referida sociedade de microcrédito, se poderá ter mais recursos no mercado para as pessoas que desenvolvem pequenos negócios.

"Este acto acaba por ser um conforto para o Banco Nacional de Angola, pois faz jus às preocupações do Executivo e do órgão regulador do mercado bancário local, que se prendem com a inclusão financeira e com o aumento dos níveis de bancarização", realçou.

## 2.21 Programa de micro-crédito do executivo abrangue centenas de jovens na Ganda

*Jornal de Angola*  
28 de Agosto de 2012

Centenas de Jovens empreendedores do município da Ganda, Benguela, receberam microcrédito através do programa de Empreendedorismo na Comunidade, depois de serem submetidos a uma acção formativa de gestão de pequenos negócios.

Sebastião Lukinda, vice-ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, disse aos beneficiários que, com o crédito recebido, estão em condições para desenvolverem os seus negócios e melhorarem as suas condições de vida.

"Alguns dos nossos detratores dirão que estão a aproximar-se as eleições e o Executivo vem com crédito para enganar a população", alertou o vice-



ministro, lembrando que se trata da actividade normal do Executivo.

Uma das missões do Executivo, acrescentou, é contribuir para a promoção, desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população. Por isso, se o crédito recebido pelo empreendedores for bem aplicado, daqui a algum tempo a vida da população vai melhorar.

Sebastião Lukinda aconselhou aqueles que receberam crédito a cumprirem as condições contratuais estabelecidas com o banco credor e a, no momento certo, reembolsarem os valores recebidos. O cumprimento dos acordos vai permitir que outros beneficiem do programa. "Este é um processo de reprodução do qual todos têm de beneficiar", disse.

#### Satisfação dos beneficiários

Benedito Caluvi, um beneficiário do programa, agradeceu o Executivo por fomentar o auto emprego e potenciar as microempresas.

"Estou satisfeito com o lançamento do programa de Empreendedorismo na Comunidade e vou trabalhar para ter rendimentos e, ao mesmo tempo, honrar os compromissos assumidos com o banco", disse Benedito Caluvi.

Verónica Chipepe, outra beneficiária, sublinhou que, com o lançamento do programa de crédito, o Executivo vai consolidar o combate à pobreza no seio da população. "Este tipo de acções está direccionado para desenvolver as comunidades, combater a pobreza e gerar empregos", referiu.

Paulino Bandevideo, ligado ao ramo da agro-pecuária, adiantou que, com o valor que recebeu, vai ampliar o seu negócio para o tomar mais rentável e criar postos de trabalho para empregar jovens município necessitados de emprego.

#### Empreendedorismo

O director adjunto do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), António Agostinho Pereira, afirmou que este programa tem como objectivo disseminar a cultura da formação de negócios, através da associação entre a formação e o financiamento.

Tal, acrescentou António Pereira, é feito de modo a permitir que os empreendedores identifiquem e apliquem projectos de negócio susceptíveis de gerar oferta de bens e serviços às comunidades.

Com este programa também se complementa a formação profissional dos jovens saídos dos centros

de formação, com oportunidade de inserção directa no mercado de trabalho através de iniciativas de negócios locais.

No município da Ganda, o programa que beneficiou 250 jovens, inclui a atribuição do crédito "Sol-Amigo", tutelado pelo Ministério do MAPESS por intermédio do Banco Sol e que cede valores a cada beneficiário, situados entre os 100 mil e os 500 mil kwanzas. O programa de concessão do microcrédito ao Empreendedorismo na Comunidade, teve início em 2008, no município do Cazenga, e já abrangeu 9.320 beneficiários.

## 2.22 BNI lança no mercado financeiro nova família de crédito

*O Continente*

*31 de Agosto de 2012*

O Banco de Negócio Internacional (BNI) procedeu recentemente, ao lançamento da sua mais nova sociedade de micro crédito, denominada FacilCred, que visa oferecer mais oportunidades aos micro-empresendedores, através de novas soluções de financiamento às actividades que desenvolvem.

De acordo com o presidente da nova sociedade de microcrédito, Mário Palhares, que falava à imprensa, após o acto oficial de inauguração da sede do FacilCred, o surgimento desta sociedade vem demonstrar o interesse que existe por parte do sistema financeiro em pôr a disposição dos micro-empresendedores financiamento para dar soluções às suas actividades. "O FacilCred terá como público alvo aquela franja populacional que não tem acesso ao sistema bancário", disse, acrescentando que "a actual taxa de bancarização no país é equivalente a 22%, existindo, assim, uma parte significativa da população que ainda está fora do sistema bancário".

O gestor disse também que o BNI dispõe de outros serviços bancários no mercado, como é o caso do "Facil Solidário", "Facil Empreendedor", "Facil Estudante" e o "Facil Supermercado".

Com a entrada do FácilCred, Mário Palhares salientou que, além do questionário socioeconómico submetido aos interessados, a sociedade criou a figura do agente de crédito, que vai colher as informações no terreno, fazendo o acompanhamento até a completa conclusão do crédito.

O FacilCred vem fazer jus às preocupações do Executivo Angolano, no sentido de aumentar os níveis de empreendedorismo na sociedade e o



crescimento do empresariado nacional, bem como aumentar os recursos disponíveis.

Localizado na rua Comandante Che Guevara, no bairro Maculusso, a FacilCred, designação atribuída à referida sociedade, consta do vasto programa de expansão do BNI.

O BNI obteve autorização para a sua constituição pelo BNA, em 2005, mas só em 2006 deu início à sua actividade económica, posicionando-se no mercado como o primeiro banco de especialidade.

## 2.23 Bni cria sociedade de microcrédito

*Agora*

*31 de Agosto de 2012*

A nova sociedade de microcrédito do Banco de Negócios Internacional, denominada Facil-Cred, arrancou, recentemente, com a oferta do Fácil-Supermercado, Fácil-Solidário, Fácil-Estudante e Fácil-Empreendedorismo.

O Bni disponibilizou 3 milhões de dólares para o projecto, no âmbito do seu programa interno, que visa o combate à pobreza, exclusão social e promoção do emprego.

A gestão do referido montante estará a cargo da nova sociedade de microcrédito, Facil-Cred, a quem competirá coordenar e analisar as solicitações de créditos, nos 50 balcões daquela instituição bancária. Trata-se de uma central que coordenará todos os 50 balcões do Bni e não receberá depósitos.

A sociedade Facil-Cred comporta os quatro produtos, designadamente Fácil-Supermercados, Fácil-Solidário, Fácil-Estudante e Fácil Empreendedor. No entanto, a gestão do banco assegura ser este um meio de tirar as pessoas da rua, combater a exclusão social e aumentar o emprego, na medida em que, permite ter um mercado mais alargado, mais contribuintes fiscais e mais consumidores.

Quanto à taxa de reembolso, obedecerá à lei sobre a matéria em vigor. A FacilCred pode emprestar apenas até 10 mil dólares por pessoa ou grupo solidário, com prazos de reembolso que vão de três meses a um ano, conforme o 'Aviso n.º 8' do Bna.

Em termos de recursos humanos, a sociedade de micro-crédito do Bni arrancou com cinco colaboradores, mas com perspectivas de crescer, à medida que o negócio for se desenvolvendo.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Crédito de campanha relança sector agrícola

*Jornal de Angola*

*03 De Novembro de 2012*

Camponeses, agrupados em oito associações, no município do Negage, beneficiaram de crédito na campanha passada, numa iniciativa do Banco Sol, informou o responsável de micro-crédito da instituição no Uíge, Modesto Kiame. Foram 102 agricultores beneficiados. O valor global concedido aos camponeses no ano agrícola passado foi de 11,6 milhões de kwanzas. Muitos camponeses não reembolsaram o crédito, devido à estiagem que afectou a região. Para este ano agrícola, o Banco Sol vai conceder crédito de campanha a 50 camponeses do município de Maquela do Zombo, organizados em cinco associações, cujos processos já se encontram aprovados. "Anível dos produtos do Banco Sol, temos também o pacote micro-empresas, com vista a ajudar os pequenos empreendedores, aqueles que têm pequenos negócios e que querem evoluir mais, mas que estão condicionados em termos financeiros", realçou. No quadro do programa de combate à pobreza, está em curso a execução do "crédito amigo", tendo beneficiado já 1 00 pessoas, para criarem os seus negócios. Na província na Huíla 750 hectares estão preparados, no município de Caluquembe, no âmbito da campanha agrícola que ontem arrancou na província.

### 3.2 Vendedores ambulantes transferidos para mercados

*Jornal de Angola*

*03 De Novembro de 2012*

A administração municipal de Viana encaminhou 4.500 vendedores ambulantes, dos 8.441 controlados, em parceria com a Liga das Mulheres de Negócios, para vários mercados da região. O chefe de repartição do Comércio da administração de Viana, Domingos Rodrigues, informou que a retirada de vendedores das ruas é resultado de um projecto em curso no município. Os mercados com lugares disponíveis são os do "Quilómetro 30", "Regedoria", Zango e um outro que se encontra no "Projecto Morar", na área de Luanda-Sul. Uma comissão multisectorial, faz um trabalho de sensibilização junto das vendedoras que

deambulam em áreas como a adjacente ao Estádio 11 de Novembro e a ponte pedonal, localizada junto à estação ferroviária de Viana. Domingos Rodrigues assegurou que existem espaços disponíveis nos mercados para receber mais vendedores. Lamentou que alguns vendedores regressam à rua, desvalorizando o facto de a administração municipal estar a gastar dinheiro com o aluguer de viaturas para o transporte dos vendedores para os mercados.

### 3.3 Promoção do comércio rural a bom ritmo

*Jornal de Angola*

*04 De Novembro de 2012*

Um grupo de 13 comerciantes dos municípios da Cacula, Matala e Quipungo, na província da Huíla, já beneficiou do Programa de Promoção do Comércio Rural, que concede financiamentos até sete milhões de kwanzas.

O director provincial do Comércio, Fernando Kalola, disse, durante o encontro provincial das comunidades, promovido pela Organização Não Governamental Acção para o Desenvolvimento Rural (ADRA), na cidade do Lubango, que os comerciantes contemplados optaram pela aquisição de meios de transporte, mercadoria e equipamentos de trabalho. O Programa de Promoção do Comércio Rural, acrescentou, é parte de um programa integrado que contempla a reabilitação das estradas primárias e secundárias, para facilitar o escoamento dos produtos do campo para a cidade. O funcionário da administração municipal de Cacula, Zeferino Sengele, adiantou que os comerciantes locais aderiram logo ao referido programa, legalizando os seus edifícios no notário e cumprindo todos os requisitos.

Comerciantes legalizados

O representante da União Nacional dos Agricultores e Camponeses de Angola (UNACA) na Huíla elogiou o programa e sugeriu a sua expansão para os outros municípios da província. António Jimbo esclareceu que os comerciantes ainda encontram dificuldades para comercializar os seus produtos, mas com a abertura da rede do Nosso Super, que opta pela produção nacional, as coisas vão melhorar. Comerciantes que se dedicam a pequenos negócios informais na província da Huíla, estão a ser legalizadas pela direcção do Comércio, para poderem beneficiar de financiamentos, referiu o director provincial do Comércio, Fernando Kalola, quando dissertava sobre o tema "O Programa de Promoção do Comércio", no encontro das comunidades, realizado no Lubango. "Estamos a sensibilizar os

comerciantes informais para legalizarem os seus pequenos negócios, para que possam beneficiar dos vários programas de financiamento em curso na província", disse. Fernando Kalola adiantou que estão a atribuir a estes comerciantes Alvará Precário, para que possam exercer as suas actividades e organizarem-se do ponto de vista infra-estrutural para, com o tempo, acederem a determinados financiamentos que estão a ser concedidos. "O director do Comércio esclareceu que a legalização está a ser facilitada pelos Balcões Unicos do Empreendedores (B UE) e que este processo ajuda a organizar o exercício da actividade comercial na província e a arrecadar mais receitas para os cofres do Estado, através dos impostos cobrados.

### 3.4 Camponesas do Huambo receberam microcrédito

*Jornal de Angola*

*05 De Novembro de 2012*

Mais de 40 mulheres camponesas do município do Huambo receberam microcrédito de campanha, a ser reembolsado em três meses aos bancos credores, designadamente BPC e Banco Sol, soube o Jornal de Angola de fonte oficial. Sem revelar o orçamento global do projecto, a chefe de Departamento da direcção provincial da Promoção da Mulher, Wilme Ekuikwi, as- sinalou que os valores do crédito se destinam a projectos dos sectores comercial, hotelaria, agricultura, artes e ofícios. A maioria das beneficiárias está a receber formação sobre elaboração de projectos e gestão, para o reembolso com se- gurança do valor recebido. Wilme Ekuikwi referiu que os outros municípios da província aguardam a recepção de créditos e defendeu a expansão do projecto a mais mulheres rurais, para facilitar o desenvolvimento socioeconómico das comunidades. "O objectivo é o combate à fome e a redução da pobreza no seio das famílias", afirmou.

### 3.5 Vendedores continuam a preferir a rua

*Jornal de Angola*

*06 de Novembro de 2012*

O mercado Africampos, município do Cazenga, inaugurado há pouco mais de dois meses, apesar de reunir as condições indispensáveis de higiene e de segurança tem centenas de bancas vazias porque os zungueiros continuam a preferir a rua para exercer a actividade. O mercado, no bairro Hoji ya Renda na estrada que vai dar ao Cemitério do 14, tem mais de dez mil lugares para venda e condições para a

conservação dos produtos, comodidade e segurança, mas os vendedores insistem em manter-se na rua em zonas como a Cuca, Arreou-Arreou, Embondeiro e no Largo de São Paulo.

"Os mercados oficiais, equipados com lojas, cozinhas e câmaras frigoríficas, têm lugares para os vendedores", lembrou o administrador municipal, no final de uma visita do governador de Luanda ao Africampos. O vice-governador de Luanda para área comunitária, Adriano Mendes de Carvalho, lamentou que, mesmo com estas condições, os vendedores insistam em exercer a actividade na via pública, com o argumento que é mais rendível, que são mais procurados por clientes. Cristina Itúlia e Manuela João, vendedoras no Africampos, disseram ao Jornal de Angola que "os clientes não entram no mercado porque são interpelados pelos vendedores na rua". Cristina afirmou não perceber por que é que ainda há quem prefira vender na rua, com os perigos que ela encerra, desde "os carros que não respeitam ninguém, passam por todo o lado, até por cima dos passeios, aos roubos, quando os mercados municipais têm todas as condições de segurança e de higiene e não se paga nada".

Manuela é mais objectiva e referiu que "o assunto se resolve apenas com uma acção mais enérgica das autoridades" e confirmou que "não se paga um único kwanza, nem à Administração Municipal, nem aos fiscais". Devido à concorrência desleal, acusou, acabo muitas vezes por ter prejuízos, pois não consigo fazer nem o dinheiro gasto no táxi e na alimentação durante o dia. Linda Moisés, vendedora, também culpou as vendedoras de rua de estarem a prejudicar a vida dos que exercem a actividade em mercados formais e garantiu que "no Mercado Africampos há espaço suficiente para todos e as condições necessárias de trabalho". .

Fim dos mercados de rua

O vice-governador para a área comunitária referiu que "o mercado dos kwanzas está completamente desorganizado" e "há vendedoras a perder os negócios por culpa dos que exercem a actividade na rua". Adriano Mendes de Carvalho disse que, "face à teimosia dos vendedores, o Governo Provincial vai, por intermédio da Fiscalização e da Polícia Nacional, reforçar acções de desencorajamento da venda ambulante". O administrador do Cazenga declarou ao Jornal de Angola que dez mil vendedores de rua vão passar a exercer a actividade nos mercados construídos no âmbito do programa do Executivo de combate à pobreza. O Governo Provincial, salientou, teve o cuidado de construir mercados onde existem os de rua por o município não ter terrenos para novos empreendimentos.

"Já temos o registo dos vendedores interessados em exercerem a actividade nesses mercados", referiu. Nos municípios de Luanda, Cacucaco e Cazenga estão a ser construídos mercados populares e municipais. O governador de Luanda, Bento Bento, visitou recentemente os mercados do Sucupira, Ngangula, Africâmpo, Deolinda e Nova Luz, no município do Cazenga, e os do Sábado, Funda, Kifangondo, Mundial, Salinas e do Hotanganga, no Cacucaco, que entram em funcionamento ainda este ano.

### 3.6 O mercado das hortícolas aos churrascos

*Jornal de Economia e Finanças*  
06 de Novembro de 2012

A crescente circulação de pessoas e bens, no troço Luanda/Benguela ou vice-versa tem estado a contribuir para o relançamento do comércio rural em várias localidades que ficam ao longo da estrada nacional número 100. Uma das que se tem beneficiado directamente é o mercado comunal da Canjala, município do Lobito, província de Benguela. O vai-e-vem de veículos automóveis, no troço, é uma constante, o que demonstra claros sinais de uma região em crescimento socioeconómico acelerado.

Os produtos agrícolas, nomeadamente a banana, abacate, ananás, laranja, limão, mandioca, batata rena e doce, cebola, tomate, couve, repolho, cenoura, beringela, cana-de-açúcar, feijão, farinha de milho e de mandioca, óleo de palma e mel além de outros fazem o colorido das prateleiras do mercado, tendo como principais vendedores mulheres de quase todas as idades e um número considerável de crianças do sexo masculino.

Os clientes são provenientes das províncias de Luanda, Kwanza-Sul e Benguela. Mas, os principais são os provenientes de Luanda. A toda a hora, um número considerável de feirantes (vendedores) corre ao encontro dos potenciais clientes (compradores), a cada viatura que escala o mercado da Canjala, com o intuito de venderem ao máximo as mercadorias.

Os preços praticados, no mercado, são acessíveis, o que por um lado motiva ainda mais a paragem quase que obrigatória das pessoas que utilizam o trajecto. Além dos produtos do campo, o mercado também oferece serviço de take-away, farnel para a viagem, onde o churrasco e a batata-frita predominam, fazendo as delícias dos passageiros.

### Venda de produtos

Silvina Nana, mais conhecida por "Azi", tem 26 anos, é natural da Canjala, onde vive com o esposo e dois filhos (um casal). Azi é estudante da 10ª classe, na escola 11 de Novembro, naquela comuna, frequentando o curso de ciências jurídicas. Depois de cumprir com a parte lectiva no período matinal, a jovem estudante segue directamente para o mercado da Canjala, onde é vendedora há três anos. Juntamente com a cunhada (mulher do irmão), Azi partilha um espaço (barraca), onde vendem mel em bidões de cinco, 10 e 20 litros, além de produtos agrícolas, como batata rena, cebola e tomate, que compram nos camponeses dos bairros: Maiona, Chileia, Calonama, Tapeia e Anhongo.

"Azi" compra a caixa de tomate de 20 quilos (kg) ao preço de 3.500 kwanzas (kz) e vende em baldes de cinco quilos a 1.000 kz. "Com os lucros, conseguimos sustentar a família e comprar uniformes escolares não só para mim, como também para o meu filho, que tem sete anos e estuda a primeira classe", disse, depois de ter acrescentado que os fins-de-semana e feriados são os períodos com maior fluxo de clientes, o que contribui também para a venda rápida dos "nossos negócios".

Apesar de os níveis de vendas estarem a diminuir, por causa da oferta que o mercado dispõe, "Azi" não perde a esperança de que dias melhores virão. "Tenho certeza de que, nos próximos dias, as vendas vão aumentar, já que entraremos nos meses das festas", assegurou, depois de ter confessado o seu sonho "Quero ser uma juíza para ajudar a minha comunidade a crescer", augurou a jovem estudante de ciências jurídicas.

Fernanda Moye, 30 anos, tem cinco filhos. Vende no mercado da Canjala mel e óleo de palma. Os dois produtos são comprados no município do Cubal (Benguela), onde a comerciante compra o bidão de 20 litros de mel a 17.000 kz. Por viagem ao Cubal, a vendedora paga pela passagem 5.000 kz. Para ter lucro, Moye vende no mercado da Canjala o litro de mel a 1.000 kz. "O meu lucro é apenas de três mil kwanzas. E muito pouco, porque trago normalmente por viagem ao Cubal quatro bidões de mel", frisou, antes de sublinhar que grande parte dos clientes é proveniente de Luanda.

A comerciante augura que as facilidades de créditos concedidos por diversas instituições públicas e privadas cheguem rapidamente à Canjala, medida que, na sua visão, contribuiria para o rendimento do negócio. "Queremos que o Governo nos dê facilidades de crédito. Aqui na nossa comuna, não temos nenhuma instituição para pedirmos dinheiro

por empréstimo", apelou, tendo destacado que por dia os vendedores do mercado pagam uma taxa de 100 kz à sua administração.

#### Famel

O mercado da Canjala também é uma referência incontornável para o serviço de take-away, onde o famel à base da batata rena é predominante. A batata frita acompanhada de um bom churrasco compõe um famel típico da região, onde, principalmente, jovens do sexo feminino são as principais vendedoras destes serviços aos passageiros a bordo dos diversos veículos automóveis que escalam a Canjala.

Joaquina Pedro, 25 anos, vende farnel (take-away) e juntamente com duas amigas e uma prima partilham uma barraca, feita de pau-a-pique, há pouco mais de dois anos. Cada uma tem o seu fogareiro (churrascaria), onde grelha o frango e frita a batata rena. Os preços variam, sendo que por metade de um frango acompanhado com algumas batatas, o cliente desembolsa 500 kz. Existe ainda famel ao preço de 300 e 400 kz. "Este negócio tem muitos clientes, porque muitas pessoas saem muito cedo e não têm tempo para cozinhar, então, passam aqui e compram", disse 'Joaquina, visivelmente satisfeita com o negócio que começou aos 21 anos.

#### Satisfação

Os clientes dos diversos produtos de que o mercado da Canjala dispõe têm contribuído significativamente não só para saciar a fome bem como levar para casa diversos produtos do campo. Um destes habituais clientes é Henriques Estimação, motorista de profissão, que trabalha como camionista na empresa Maboque (gestão de empreendimentos). Quase todas as semanas e a bordo de um camião de marca Volvo, Henriques Estimação, cruza a Canjala. O mercado é uma paragem obrigatória, porque é dali que se retemperam as energias.

### 3.7 Fórum de microcrédito

*Jornal de Angola*

*17 de Novembro de 2012*

O fórum nacional sobre micro finanças encerrou ontem na cidade do Huambo, com a abordagem do tema sobre o desempenho dos operadores no quadro do Balcão Único do Empreendedor (BUE). As experiências, sucessos, constrangimentos e desafios dos bancos operadores, estatísticas de beneficência e avaliação da perspectiva da carteira dos operadores de microcrédito, dominaram o fórum nacional de micro-finanças. o fórum visou avaliar a evolução do micro-

crédito, um dos produtos mais difundidos, como alavanca às iniciativas de geração de riqueza das famílias. A secretária de Estado da Economia, Laura Monteiro, encerrou o fórum, que foi uma iniciativa do Ministério da Família e Promoção da Mulher. Vários participantes, incluindo mulheres do meio rural, manifestaram a sua satisfação com a realização do fórum.

### 3.8 Comodidade às zungueiras

*A Capital*

*17 de Novembro de 2012*

O Governo provincial de Luanda, (GPL) desdobra-se em acções no sentido de, no mais curto espaço de tempo, a cidade deixe de ter vendedores na rua. É assim que, alguns mercados, antes projectados para um piso, terão dois, para receberem mais comerciantes, ao passo que outros estão a ser construídos de raiz. Ambos, os municípios de Viana e Belas, têm em construção, 15 novos mercados.

Espera-se que desta vez o processo de retirada das centenas de homens, mulheres, jovens e crianças, das ruas, passeios e estradas, resulte, de facto, numa Luanda mais ordeira com avenidas folgadas.

O vice-governador da província para área comunitária, Adriano Mendes de Carvalho, assegurou, recentemente, que a intenção do GPL não se cinge em tirá-los das ruas, visa, também, dar-lhes condições.

"O nosso objectivo não é simplesmente tirá-los das ruas. Com os mercados que estão a ser construídos, vamos conseguir trazê-los para o mercado formal", sublinhou, lembrando que cada município vai ter quatro a cinco mercados.

"Este é o objectivo do Governo provincial. Por isso, dizemos à população que o lugar para vender é nos mercados e não nas ruas", reiterou.

Entretanto, para medir às quantas anda a expectativa dos visados, o A Capital foi à rua falar com alguns comerciantes ambulantes e de rua. Muitos deles sabem que a prática desta actividade não contribui para a boa imagem da cidade.

Mesmo com certas objecções, mostraram-se dispostos a acatar a decisão do GPL. Uma das questões que levantam, por exemplo, é o facto de, a maioria deles serem desempregados, o que faz com que seja da venda diária que provem o sustento de suas famílias.



Por isso, advertem que só aceitarão deixar as ruas, caso lhes sejam apresentados lugares que salvaguardem o sustento. Uma das entrevistadas foi Arminda Canene. Disse que vende na rua por falta de mercados com espaço.

"Estamos aqui porque nos mercados já não há mais lugar. Se o Governo construir uma praça espaçosa, vamos sair das ruas. É verdade que, também, não nos sentimos bem aqui", manifestou. Porém, no começo do mês em curso, no município de Viana, km 09, o governador da província, Bento Francisco Sebastião Bento, encontrou, totalmente vazio, um mercado construído há mais de dois anos, com capacidade para mil vendedores em bancadas fixas, 12 lojas, três restaurantes, 10 armazéns, duas dependências bancárias, uma padaria, uma cozinha comunitária, duas creches e um parque infantil.

Maria Luís, outra comerciante de rua, partilha e defende que o número reduzido de bancadas disponibilizadas nos mercados pelas administrações, contribui, igualmente, para a sobra de pessoal.

"Gostaríamos que nos dessem mercados mais espaçosos e, com bancadas grandes para colocarmos os nossos produtos. As que temos, são muito pequenas. Não bastam para estendermos tudo o que possuímos", reparou, acrescentando que, a redução da venda de rua,

passa, também, pela criação de novos postos de trabalho, no sentido de se dar oportunidade a muitos jovens que só através da venda ambulante, conseguem a subsistência das famílias.

Joana Katamba Daniel tem a mesma opinião, mas reforça que com a criação de postos de trabalho bem remunerados, muita gente deixaria de vender na rua.

"Nós que hoje estamos aqui a «zungar», também temos sonhos de sermos alguém no futuro. O Governo deve trabalhar mais. Não fique só por acabar a nossa actividade. Crie condições para que possamos ser inseridos na sociedade", desabafou esta zungueira.

Mais profunda foi Natália dos Santos ao reconhecer que a venda ambulante e de rua são anárquicas e más para a economia, saúde bem como para o progresso da Nação.

"Esta actividade é muito perigosa, para nós mesmas e, também, para os nossos clientes. Não pagamos taxas, as nossas mercadorias não passam por uma inspecção, ocupamos espaços públicos e rodoviários a ponto de criarmos constrangimento ao trânsito, deixamos os lugares sujos ... mas, meu filho, fazemos isso por uma boa causa. Sustentar os nossos filhos",

declarou dona Natália ao constatar que a maioria das pessoas como ela na rua, têm filhos e não tem um trabalho digno bem remunerado.

#### Atacar as causas

Autor de um estudo sobre a venda ambulante em Luanda, o sociólogo e docente universitário, João Batista Lukombo, defendeu, em declarações ao A Capital que qualquer medida que vise resolver problemas desta índole, deve ser antecedida de um estudo, para se conhecer o problema e poder-se abordar com propriedade.

"A medida é bem-vinda na medida em que a venda ambulante, típica da cidade de Luanda, descaracteriza o aspecto da urbe. Mas antes das medidas administrativas é importante ter-se em conta algumas componentes sociológicas, sobretudo, no que toca às causas do problema", observou o académico, explicando, por outro lado, que o comércio informal nas avenidas da capital angolana revela, em parte, a excessiva concentração de pessoas e da economia do país apenas em Luanda.

A construção de mais mercados, bem como, a organização e formalização da actividade mercantil na província são apontadas por Lukombo como possíveis soluções para se minimizar o comércio informal, cujo fim, na visão do sociólogo ainda está bastante longe. "Mais do que um problema social, a venda ambulante é, também, um claro indicador de pobreza", mas, por outro lado, "revela a fraca oportunidade de emprego para as populações do país".

"Se para uns o problema da venda ambulante é um indicador da alta taxa de desemprego em Angola, para mim, o problema é conjuntural desde o baixo nível de escolaridade da população, a precariedade dos salários face ao nível de vida no país", asseverou.

Para ele, acabar com a venda ambulante em Luanda, mais do que ser uma medida política e administrativa, pressupõe tomarem-se medidas sustentáveis e atacar o problema a partir da raiz.

João Lukombo entende que o Executivo deve promover vários tipos de emprego para a juventude, mas para vencer este problema, diz, é importante que sejam atacadas as causas e não os efeitos.

### 3.9 Fiscalização atira -o para o Morro Bento

*O País*

*18 de novembro de 2012*

"Nessa parada, a Polícia Fiscal começou a incomodar nos muito, até que me levaram quase todo meu negócio, então, a partir de 2009, decidi zungar andando entre o Gamek e o Kikagil todos os dias", contou 'Madrasta, realçando que encontrou uma calma sem igual.

Embora se veja mais tranquilo no novo posto, Manuel Mandemba admitiu sentir audades da área dos bancos, onde alega ter mais clientes em relação a do Kikagil. Por isso, de manhã cedo, quando sai de casa, entra para o meio da estrada e, aproveitando o engarrafamento, a pouco e pouco vai rumo ao Morro Bento, enquanto efectua algumas vendas aos automobilistas e outros pedestres.

"Quando estamos num dia bom, eu posso chegar na minha bancada já com cinco mil Kwanzas ou mais ganhos", gabou se o jovem, assegurando que estes ganhos lhe possibilitam seguir em frente sem muitos constrangimentos.

O comerciante vende normalmente cortinas, ambientado para carros, autocolantes, aparadores, materiais que ele prefere reservar numa mochila às costas, para não favorecer a acção dos fiscais.

Com a mochila às costas evidencia-se a sua pequenez, principalmente quando tem de correr para um comprador com pressa de seguir seu caminho.

Entre esses produtos, ele não sabe dizer qual o que tem mais saída, argumentando que para as pessoas o verem de perto são capazes de comprar qualquer coisa.

"Uns até me chamam, porque os filhos dentro do carro pediram para me ver, e aí têm de comprar algo, para mim não desconfiar, mas as crianças não guardam nada e eu já estou preparado para isso", proferiu, acrescentando que, se este é o factor para pegar alguns trocos, não adianta esconder-se a rua do Kikagil, Madrasta não ganha só com as vendas, pois os taxistas que têm como linhas habituais Rocha Pinto Futungo ou Benfica, afeiçoaram-se ao vendedor ambulante, por quem não ousam passar sem lhe dedicar um sinal de apreço, que, normalmente, se resume num buzinao ou na entrega de comida e algum dinheiro.

Desta forma, o zungueiro baixinho, como é carinhosamente tratado por muitos que desconhecem

o seu nome, não precisa gastar dinheiro para as refeições. Até reserva algum de sobra para repartir com os seus mais próximos.

Uma das prioridades desta partilha é o bebé de Ana Teresa, a vendedeira com quem Manuel Mandemba conversa mais. O bebé só é posto à parte quando as oferendas se resumem a refrigerantes e alimentos com muita gordura, porque até do dinheiro ofertado ela conta sempre com um mínimo de dez por cento.

"Ela é muito bonita e tem um bom coração, mas eu sou um pai galinha", considerou o vendedor ambulante, para mostrar que está muito empenhado com sua família de casa.

Ana Teresa, a mãe do beneficiário, caracteriza Manuel Mandemba como um indivíduo muito atento, humilde e simpático.

Lembrou que, quando chegou no local para vender gasosa e água frescas, Madrasta aconselhou a não desempenhar a actividade próxima da estrada, por causa da criança pois o local é aberto e o filho estaria exposto ao sol.

Quanto ao perigo a que teoricamente está sujeito o amigo nas vendas a realizar no meio da estrada, minimiza o assunto dizendo ser muito difícil ele ser atropelado por uma viatura, porque mesmo sendo pequeno chama atenção.

"Aqui só se for um desconhecido, porque a maior parte das pessoas que passa por esta rua o conhece e quer vê-lo sempre que possível. Ele mesmo está sempre bem atento e até provoca engarrafamento", contou.

### 3.10 Força para companheiros

*O País*

*18 de Novembro de 2012*

A mudança de Manuel Mandemba do Gamek para o Morro Bento não foi feita de forma isolada, pois os seus companheiros de luta acompanharam-no, legando Madrasta ser o motivo de suas motivações no trabalho e a grande atracção dos clientes.

"Ele ficou muito prejudicado quando os polícias levaram as suas coisas, por isso mudou de lugar e HÓS que somos amigos dele não podíamos perdê-lo de vista, porque é ele que atrai os fregueses", explicou António Tchivandja, conhecido nessas paragens como Toni.

Segundo ele, mesmo que Madrasta saiba do seu potencial para chamar a clientela, não usa do orgulho

humano para facturar, pois leva sempre alguns produtos dos colegas, com quem reparte as vendas.

Vindo das terras altas da Cheia, Lubango na Huila, António Tchivandja deparou-se pela primeira vez com Manuel Mandele há cinco anos na estrada que liga o Gamek ao Morro Bento, tendo se animado com a presença de um indivíduo de baixíssima estatura a fazer o mesmo trabalho que o seu.

A princípio, não conseguia conter sorriso diante das acrobacias que Mandemba empreendia para chegar à janela da porta de uma viatura para efectuar uma venda.

"É engraçado lembrar que ele não se importa de subir à janela de um carro para entregar um produto e muito menos ser apoiado para tal", recordou, mergulhado em sorrisos correspondidos pelo pequeno grande colega de ofício.

A simpatia foi um tónico apontado por Toni para caracterizar Madrasta, tendo acrescentado que o amigo não se mete em confusão com ninguém e não consome bebidas alcoólicas. O cigarro muito menos.

Apesar de ser amigo de longa data, António Tchivandja desconhece os pormenores da vida conjugal de Madrasta, justificando que ele e outros colegas têm muito receio de tocar em coisas íntimas do zungueiro. "Nós aqui temos muito medo de tocar numa conversa que pode deixá-lo muito chateado, por isso estamos à espera que seja ele próprio a contar nos sobre esposa e filhos.

Sobre as dificuldades nas vendas, em nenhuma ocasião Toni fez referência sobre a altura de Manuel Mandemba como desvantagem no sector. Alias, tal como Ana Teresa, ele ressalta este factor como o trunfo do rendimento do coletivo do Kikagil.

A nossa inter ajuda consiste mais em trocos e vigilância dos produtos, quando alguém vai atender um cliente fora da bancada", informou.

### 3.11 O pequeno grande zungueiro

*O País*

*18 de novembro de 2012*

Apesar do seu um metro e 16 centímetros de altura, condição que o torna pouco visível aos automobilistas, todos os dias Manuel Mademba percorre a pé a Avenida 21 de Janeiro, entre o Nosso Super do Gamek e a zona do Kikagil, no Morro Bento, em Belas, onde prefere montar a sua bancada, para as vendas na estrada

Aos 31 anos de idade, dez dos quais na venda ambulante, em Luanda, o cidadão que prefere ser chamado de Madrasta, por causa das dificuldades que passa para obter o ganha-pão diário, reconheceu, Terça-feira, 6, que a sua altura representa um grande perigo para o tipo de actividade que exerce, mas adiantou não ter outro jeito para sobreviver numa terra de muitos pré-conceitos.

"Eu sei que a minha estatura é uma ameaça de vida na via, mas não fui educado para roubar, por isso, tive de entrar nesse tipo de negócio, para sustentar a minha esposa, o meu filho de um ano e enviar dinheiro para a família da Kaála", disse, revelando que possui mais um filho de oito anos com outra mulher, na referida região do Planalto central, de onde é natural.

A esposa também se dedica ao comércio na praça nova, vulgo mercado do Cantinton, no bairro com o mesmo nome.

Antes de se entregar a esse circuito comercial, Manuel Mandemba já bateu à porta de muitas empresas a solicitar emprego. Quando olharam para a sua fisionomia, responderam-lhe imediatamente e de forma muito simpática para voltar no dia ou na semana seguinte, uma reacção que levava o próprio a fazer uma leitura lógica. E concluiu que não o queriam.

"Eu até ia lá novamente, mas a resposta era sempre a mesma", afirmou, detalhando que os serviços Solicitados têm a ver com construção civil, comércio e hotelaria, áreas onde assegurou ter algum domínio.

Consciente de que a esperança é a última a morrer, como faz questão de referir o popular adágio, "Madrasta" apresentou a sua aversão do dito quando a esperança é eterna, a pessoa que espera é a última a fazer alguma coisa.

"Eu não queria ocupar esse lugar de preguiça", ironizou o jovem. Frequentou o ensino primário e secundário, o que lhe permitiu rubricar a sua assinatura no Bilhete de Identidade número 003496700H0035 de que é portador.

O entrevistado começou a ensaiar-se na prática do comércio ainda na adolescência, no município da Caála, tendo passado posteriormente a exercer a mesma actividade na sede do Planalto central, onde ganhou experiência para explorar o mercado da capital do país.

Na altura, como a maior parte dos jovens das províncias da região sul de Angola, Manuel Mamdemba considerava Luanda como uma terra

muito agitada e de vida difícil, daí que hesitasse em seguir os amigos.

"Ainda mais eu assim, as pessoas iam olhar para mim e rir-se toda hora", salientou, enquanto colocava as duas mãos na cintura para salientar a sua pequenez.

Em 2002, venceu o preconceito e rumou para a capital do país, tendo-se hospedado inicialmente algures no bairro do Kikolo, município do Cacucaco, onde começou a dar os seus primeiros passos nas vendas fixa e ambulante.

Cinco anos mais tarde, mudou-se para o bairro Gamek. Aí trabalhou nas imediações dos bancos BIC e BAI, defronte ao osso Super, tendo se notabilizado, não só pela sua fisionomia, mas também pela maneira franca como trata os clientes que o abordam, aos quais deleita quase sempre com algumas historietas engraçadas contadas na sua voz, que ele mesmo assume parecer-se com a de uma criança.

### 3.12 Entre a pirataria e a sobrevivência

*Semanário Factual*

*De 21 de Novembro a 01 de Dezembro de 2012*

Os jovens. "piratas" são na maior parte Discos Jóqueis (DJ) da periferia e do centro da cidade localizados nos terraços dos edifícios, onde produzem e copiam músicas, vídeos em VHS, em CD (Compact Disc) e em HD (High Definition), para a sua comercialização nos mercados do Kikolo, do Asa Branca, dos Congolenses e dos Kwanzas.

Os jovens, naturais de Luanda, de Malanje, do Bengo, do Bié e de Benguela, possuem aparelhos de alta tecnologia que os possibilita copiar CD's, Cassetes, Disquetes e outros meios electrónicos de sons para a sua venda às redes de jovens "piratas", com o objectivo de lucrar e de expandir vídeos clipes angolanos e músicas nos mercados da capital.

O Factual abordou jovens que se dedicam ao hodierno crime da pirataria que, sem rodeios, assumiram ser detentores da pirataria, por falta de emprego e de oportunidade no mercado de trabalho angolano.

André Simão, de 19 anos de idade, é natural do Bengo e assume a "pirataria", por influencia de amigos, que o ensinaram a tocar no manuseio de programas virtuais e pelos quais conseguiu montar no bairro da Petrangol no distrito do Sambizanga, um estúdio musical onde grava e copia, por dia, mais de 100 CD's para a sua venda nos mercados.

"Chegamos a fazer mais de 10 mil Kwanzas por dia em cada caixa de 50 CD's-cópia e acho ser algo satisfatório para o nosso trabalho", afirmou André.

Edilson Gomes, de 20 anos, é considerado, na rua Ngola Kiluanje, Cazenga, o "Make Money", alguém com capacidades em dar solução a quase tudo. Ele falsifica Bilhetes de Identidade, Certificados, Cremes para Cabelo de marca TCB, embalagens de água, cartões escolares e Borderaux (documentos de transferência de dinheiro).

"Prefiro fazer isso do que roubar e, depois, ser apanhado e cumprir uma pena na cadeia. É uma alternativa que tenho para sobreviver", confessou.

"Pirataria leva abaixo todo um esforço intelectual de um indivíduo" Pinto Baptista, responsável da Direcção Nacional dos Direitos de Autor, do Ministério da Cultura, afirmou, numa palestra

sobre "Problemática dos Direitos de Autor e Conexos", realizada em Agosto, à margem da Feira Internacional da Música e da Leitura, decorrida de 13 a 19 de Agosto, que a "pirataria leva abaixo todo um esforço intelectual de um indivíduo e cria perturbações mentais ao autor, por ver roubada a sua obra".

"Temos de começar por sensibilizar. Por tudo quanto é lugar, vimos espalhadas obras copiadas e trabalhos pirateados a circular sem que haja a noção dos direitos do autor. Tudo isto tem de ser alterado", considerou.

"Vimos jovens que cometem plágio, bem como artistas que não têm o mínimo de consideração pelo trabalho do outro, nem, nalguns casos, a noção da situação. Temos de ensinar a garantir a respeitabilidade pelos direitos do autor", sublinhou.

Relatório da ONU, intitulado "Emprego de Jovens: Perspectivas da Juventude na Busca de Trabalho Decente em Tempos de Mudança", divulgado pelo seu Departamento de Assuntos

Económicos e Sociais, dá conta que a taxa de desemprego global de juventude atingiu o seu recorde histórico em 2009, quando cerca de 75,8 milhões de jovens estavam desempregados.

Em 2010, a taxa de desemprego global de jovens era 12,6 por cento, muito maior do que a taxa de desemprego mundial de adulto, de 4,8 por cento.

Hoje, cerca de 152 milhões de trabalhadores jovens são de famílias que estão abaixo da linha da pobreza (vivem com menos de 1,25 dólares por dia), compreendendo 24 por cento dos trabalhadores pobres no mundo.



### 3.13 Praças dos correios a maior concessionária de Angola

*A Capital*

*24 de Novembro 2012*

Ao chegar, desperta a atenção a quantidade de bancadas e lojas onde estão expostas uma vasta gama de acessórios de automóveis de todas as marcas e modelos, desde a simples porca ou parafuso, ao motor completo. Depois das compras, os clientes têm à sua disposição vários serviços, dos quais, pontificam os indispensáveis roboteiros que carregam as compras feitas para onde for preciso, a preços módicos, bem como os mecânicos sempre prontos a montar peças na hora ou, mesmo, reparar qualquer avaria: A dinâmica é estonteante, Existe oferta para todos os bolsos. O "modus operandi" dos vendedores é fascinante e eficaz. Basta chegar ao mercado com uma viatura para, de repente, estar cercado por uma "maré" de vendedores, que insistentemente procuram saber que o automobilista precisa.

Caso para dizer que, aos Correios, pode-se ir com o carro a "cair aos bocados", e voltar-se com o mesmo completamente renovado. "Com dinheiro qualquer carro sai novo daqui", relatou um jovem mecânico. "Nós vendemos tudo", completou ele ao acompanhar a nossa reportagem até ao local onde se comercializam peças a preço mais barato. Como todas as praças, o mercado dos Correios está dividido em sectores, e, a venda de produtos, no caso, peças e acessórios de viaturas, obedece à esta divisão. Por sua vez, o pessoal, está também enquadrado por nacionalidades.

Assim, a zona da entrada do mercado, junto ao campo de futebol, é dominada por vendedores provenientes da vizinha República Democrática do Congo. A preferência deles vai para a comercialização dos acessórios mais pequenos, tais como: piscas, forros de bancos, faróis, para lamas, calços, discos, juntas e tantos outros objectos que servem de adornos para carros.

A seguir, estão cidadãos nacionais cuja maioria são apenas ajudantes de venda, ou, como sói dizer-se, "matocheiros". Os restantes repartem-se entre malianos, senegaleses e nigerianos, proprietários de lojas e carros, com a vantagem de praticarem preços mais baixos do mercado. Outrossim, têm tempo limitado para fazerem a venda de suas mercadorias. Por isso, ficam na praça no período que vai das 6h00 às 10h00. Fábio Tala é um dos muitos vendedores de nacionalidade maliana. Segundo ele, as peças que vende provêm da China, ao cabo de um período de espera equivalente a um mês. "Já tivemos bons

tempos de venda, mas agora o negócio está um pouco baixo", adiantou o maliano, que já cá está há 10 anos. "Hoje por hoje, temos algumas dificuldades para retirar a mercadoria do Porto", acrescentou e remata: "É como tudo. Já sabes como tudo funciona". E de que maneira? Segundo ele, quando, por exemplo, se quiser retirar o contentor do Porto mais depressa, há que accionar fontes.

Resistiu à proibição

Quando o Estado proibiu a entrada no país de carros de ocasião com mais de três anos de circulação e peças de segunda mão, faziam-se contas sobre o desaparecimento do mercado da sucata. Pelo contrário. "Temos sempre peças. Há vezes, até, as próprias representantes não as possuem", gabou-se outro vendedor, ao recordar que antes da lei da proibição, pagavam-se 15 mil dólares norte-americanos, (USD), para desalfandegar um contentor, do Porto de Luanda. "Agora são apenas oito mil USD, porque baixou o número de pessoas a praticar este tipo de negócio", explicou. Clientes é que não faltam e, são multidões. João Francisco é um deles. Afirma que faz frequentemente compras de peças para a manutenção do seu carro, um Suzuki Vitara, nesta praça. E porquê?

Porque, frisou, a representante da marca nunca tem as peças que ele procura. Aliás, "uma vez andei durante uma semana à procura de um filtro de óleo para o meu carro", manifestou. Por isso, pede à concessionária que melhore o serviço. "Quando o modelo é velho, não quer dizer que o mesmo deixou de existir. Tendo a peça desejada, os preços são alarmantes. Não sei o que seria de mim sem este mercado", exclamou Francisco. Na concorrência

Uma constatação. Nos vários estabelecimentos onde se faz a venda de peças automóveis, a esmagadora maioria são importadas do Japão e dos Emiratos Árabes Unidos (Dubai). As mais procuradas, porém, são as vindas do Japão, sobretudo as dos carros de marca Toyota nos seus mais diversos modelos. Os amortecedores para Hiace, Starlet, Rav-4 e Corola, lideram a lista de procura de acessórios.

Não há dúvidas. O que toma muito concorrido é o facto de, em relação ao preço praticado pelas concessionárias e outras casas de venda de acessórios de automóveis, aqui tudo é muito mais acessível como no-lo confirmam os próprios compradores. Manifestam alguma indignação com as representantes das marcas pela permanente falta de stock, principalmente, quando se trata de modelos mais antigos. Por isso é que, mesmo as viaturas modernas vendidas pelas diferentes concessionárias, têm no mercado paralelo a



fonte de acessórios, já que muitas representantes não conseguem dar resposta em tempo real. Quanto aos preços, por exemplo, conseguimos apurar que um jogo de amortecedores de uma viatura Toyota Rav-4, custa 10.000 kwanzas, (kz) diferente dos 15.000 kz, que se praticam nas casas de venda, e dos 45.000 kz, a que é vendido na representante oficial da marca

Já o jogo de rolamentos do cubo de frente, está orçado em 2 mil kz, ao contrário dos 5 mil kz, nas "standers" e dos 17 mil kz, praticado na Toyota. Um filtro de óleo na concessionária Toyota, chega a custar 8 mil kz, contra os 500 kz, do mercado paralelo.

#### Negócio ameaçado

As concessionárias já há muito vivem sob a ameaça de importadores individuais que, obtendo as viaturas por canais menos dispendiosos, colocam-nas no mercado a preços que alienam a clientela delas, apesar de serem detentoras da exclusividade sobre a comercialização de algumas marcas de carros em Angola. Apontam que a ameaça vem do mercado paralelo, onde os importadores individuais comercializam os carros a preços especulativos. Por conta disso, empresas como a Angolauto, Angomotors, assim como a Imporáfrica queixam-se de que a saída de viaturas dos seus stands está a baixar cada vez mais.

Previa-se que com a entrada em vigor do decreto que interdita a importação de carros com mais de três anos sobre a data de fabrico (para ligeiros) e cinco (no caso dos pesados) viria a dificultar a vida dos operadores do "paralelo". Ao contrário disso a medida parece estar a funcionar em desfavor dos agentes oficiais. "As regras deviam ser mais sérias contra a importação de veículos não oficial", sugeriu João Tomás, responsável pela área de marketing das empresas Angolauto e Angomotors.

Uma posição, aliás, também partilhada pelo director da Imporáfrica, Richad Ibrahim, que, de forma clara, defende a necessidade de "uma maior intervenção das autoridades", para que os importadores autorizados de certas marcas exerçam a sua actividade sem prejuízos resultantes da concorrência com que se vêem a braços.

A concorrência, segundo as empresas em questão, "é sempre salutar", sendo, aliás, um elemento característico das economias de mercado. Entretanto, no caso em análise, "o mercado paralelo não concorre de forma honesta", pois, segundo o director da Imporáfrica, "este não emprega tanta gente, não tem responsabilidade social, não paga impostos, para além de possuir stock e oficinas", à semelhança das

representantes oficiais que têm isso como um imperativo, . que implica custos acrescidos para as respectivas estruturas.

### 3.14 Mulheres sindicalizadas continuam a lutar pela regulamentação do trabalho doméstico

*Jornal de Angola*

*26 de Novembro de 2012*

O Comité Nacional da Mulher Sindicalizada, uma comissão especializada da UNTA-Confederação Sindical, vai continuar a pressionar o Executivo para a regularização, com urgência, do sector informal da economia. A presidente do Comité Nacional da Mulher Sindicalizada, Maria Fernanda Carvalho, disse na sexta-feira à Angop que a intenção é conferir às pessoas que ainda estão na economia informal um trabalho mais digno e uma vida melhor. A responsável, que falava à margem da terceira reunião ordinária do comité, realizada entre sexta-feira e ontem, em Viana, reiterou que o órgão da UNTA-Confederação Sindical vai continuar a lutar para que as mulheres, sobretudo as do sector informal, tenham uma vida decente e um trabalho digno. A sindicalista salientou que, entre as acções prioritárias do Comité Nacional da Mulher Sindicalizada, está a luta pela regulamentação do trabalho doméstico.

O Comité Nacional da Mulher Sindicalizada congrega 60 mil filiadas, distribuídas pelas 18 províncias e oriundas de todos os ramos de actividades que compõem a UNTA-Confederação Sindical. O comité foi criado em 1998, com o objectivo de formar, dentro do movimento sindical, um grupo de pressão pela igualdade de género dentro dos sindicatos e no mercado de trabalho. A terceira reunião do Comité Nacional da Mulher Sindicalizada, que decorreu sob o lema "Igualdade dos direitos e oportunidades no trabalho", fez um balanço do trabalho realizado durante o ano. Maria Fernanda Carvalho garantiu que o balanço é positivo, pelo facto de o comité ter conseguido trazer para o movimento sindical um número considerável de mulheres, sobretudo jovens trabalhadoras.

A reunião contou com a presença de líderes das associações sindicais e coordenadoras dos comités da mulher das 18 províncias do país. O secretário-geral da UNTA-Confederação Sindical, Manuel Viage, afirmou, no discurso de abertura da reunião, que todas as estruturas que formam os sindicatos devem funcionar em harmonia. Manuel Viage acentuou que a reunião vai reforçar a necessidade de articulação

entre os comités de mulheres sindicalizadas dos vários níveis e os líderes de outras associações. O secretário-geral da UNTA-Confederação Sindical, Manuel Viage, pediu aos membros dos comités de mulheres sindicalizadas a nível de todo o país que discutam os problemas que existem, interiorizem bem as questões levantadas e procurem ajudar a encontrar soluções para todos os problemas que ainda dificultam o funcionamento das estruturas.

### 3.15 Zungueiras continuam na rua e deixam bancadas vazias

*Jornal de Angola*  
27 de Novembro

Apesar das orientações do Governo Provincial de Luanda no sentido de as zungueiras deixarem de comercializar os seus produtos nas ruas e passeios, a verdade é que isso não tem sido acatado por elas. Os efectivos da Polícia de Fiscalização têm feito um trabalho de sensibilização para que se registem nos municípios e distritos com o objectivo de, legalmente, terem uma banca num dos mercados públicos, onde há melhores condições de higiene, conservação de produtos e segurança.

No entanto, nem mesmo o risco de serem punidas com a apreensão das suas mercadorias as demove de prosseguirem na rua. Um agente da Polícia de Fiscalização que se encontrava em serviço na Baixa de Luanda disse ao *Jornal de Angola* que "a situação é triste, porque nós primamos pela Lei e muitas vezes somos mal interpretados. Há zungueiras que aceitam o nosso conselho de não venderem na rua, mas há outras que insistem".

Para o agente, todos os membros da sociedade, principalmente as igrejas, devem fazer um trabalho de sensibilização. "Tanto quanto sei, e até porque foi divulgado em quase todos os órgãos de comunicação social, existem muitas bancadas vazias em vários mercados, como o do S. Paulo e Panguila, e outros existentes noutros municípios", acrescentou. Algumas vendedoras revelaram ao *Jornal de Angola* que não deixam de vender na rua porque "é aí que o negócio anda mais". No entanto, reconhecem o perigo por que passam.

"O Governo de Luanda fez uma boa coisa, mas os mercados ficam longe e por isso prefiro vender na rua", disse Maria João, natural do Caxito e residente no Palanca. Do seu ponto de vista, os agentes da Polícia de Fiscalização têm feito o seu trabalho, que é o de mobilizar as pessoas para se retirarem da rua.

"Uns são bons, conversam bem connosco, mas há outros, mesmo sabendo que temos filhos na escola e que o marido está desempregado, levam as nossas coisas e não nos dizem onde é que temos de ir pagar a multa para nos devolverem a mercadoria", referiu.

#### Lamentações

Maria João e Domingas Rafael são zungueiras. Geralmente, "despacham" os seus produtos, que adquirem em vários armazéns de Luanda, na estrada da Rua Lino Amezaga, arredores do mercado dos Congolezes. Elas sabem que o Governo Provincial proibiu as vendedoras ambulantes de comercializarem os produtos em plena rua. Meio envergonhadas, as duas amigas reconheceram que as normas administrativas devem ser cumpridas e ninguém deve estar acima das mesmas.

"Os da fiscalização devem tirar-nos a todos da rua. Porque se nós vamos para os mercados, as outras ficam nas ruas a vender e os clientes não vão aos mercados", argumentou Maria João. A colega partilhou esta opinião.

João André, que é vendedor de jornais' calendários e outros materiais, disse desconhecer que existem centenas de bancadas vazias em vários mercados espalhados pelos municípios e distritos de Luanda. "Eu até nem gosto de confusão. Gosto de respeitar as leis, só que não sei qual é o mercado onde posso ir vender. Os fiscais, quando passam aqui nos Congolezes, não nos dizem nada. E melhor ir vender nos mercados, porque já me levaram muitas coisas. Temos de vender num lugar seguro. E esse lugar é nos mercados", frisou.

#### Estrada da Cuca

Agentes da Fiscalização e da Ordem Pública fizeram, em Setembro, um trabalho aturado para que os vendedores ambulantes abandonassem a área. A maioria abandonou. Mas hoje, como constatou reportagem do *Jornal de Angola*, há ainda alguns vendedores a comercializarem água e refrescos, tal como alguma zungueiras a venderem roupa e calçado, a atrapalharem o trânsito. Construções

O Governo Provincial está a reabilitar, ampliar e construir de raiz mais de 40 mercados. Recentemente, o governador Bento Bento inteirou-se de como estão a decorrer as obras.

O chefe de Departamento de Mercados e Feiras, Manuel Pereira Samuel, garantiu que os mercados em construção vão ter mais de dois mil lugares. No município do Cacuaco vão ser construídos sete mercados, no distrito do Sambizanga quatro, no Cazenga oito, e os restantes no distrito da Samba,

Maianga, Kilamba Kiaxi, Viana, Rangel, Ingombota e no município de Belas. "Estes mercados vão permitir a inserção de todos os vendedores ambulantes. Acredito que eles estão a ver os esforços do Governo Provincial e do Executivo", disse, acrescentando que "é preciso fazer um trabalho de sensibilização e está-se a fazer.

É hora de darmos uma nova imagem à nossa cidade, que hoje acolhe muitos estrangeiros", salientou. Quanto à taxa a ser cobrada nos novos mercados, preferiu não relevar. "Por enquanto, o Governo Provincial está mais preocupado em fazer um trabalho de inclusão nos mercados das zungueiras e dos vendedores de rua", adiantou. Sobre a construção de novos mercados e a resistência das zungueiras em irem vender numa banca, o Jornal de Angola ouviu alguns transeuntes. A maioria, principalmente os automobilistas, reprovaram a zunga e a venda na via pública.

Para eles, os agentes da fiscalização, pautando-se por uma boa conduta, devem persuadi-los de fazerem negócio em locais impróprios. "Já estamos em paz. Devemos organizar-nos e, neste caso, a organização começa na venda em mercados ou em feiras. É triste ver um vendedor ambulante bater ao vidro de um carro muitas vezes sem maneiras só para namorar o condutor, no sentido de este comprar o seu produto. Isso fica mal para a imagem da nossa cidade", disse o automobilista João Cabral.

### 3.16 Vendedores passam por dificuldades

*Semanário Factual*

*De 27 de Outubro a 03 de Novembro de 2012*

Vendedores afirmaram ao Factual que o mercado não proporciona, há dois anos, condições socioeconómicas para a sobrevivência das suas famílias, dado o desnível da procura de mercadoria por parte dos clientes, facto que se ressalta com um dos principais problemas da miséria dos mil e 20 comerciantes.

Ambulantes e retalhistas afirmaram não haver clientes, pelo facto de vendedores preferirem os mercados de maior concorrência, como os do Hojiya-Henda, no município do Cazenga, e do Kikolo, em Cacucaco, que concentram, actualmente, 70 por cento dos vendedores e clientes do antigo Mercado Roque Santeiro, localizado no distrito do Sambizanga.

Madalena Costa, de 40 anos de idade, é vendedeira do antigo Roque Santeiro e confessa gastar, pela

deslocação do São Paulo-Sambizanga até ao Panguila-Cacuaco, cerca de quatro mil e 800 Kwanzas por semana, além de, diariamente, dar à administração do mercado uma quota de 650 Kwanzas, perfazendo, por semana, três mil e 900, "um fardo para os meus filhos", rematou.

"Resolver os problemas do povo é trazer alívio aos mais necessitados e não exigir dos necessitados milagres, coisas impossíveis, porque, com esta realidade, com o mercado às moscas, falta de luz, cobrança exorbitante e falta de transporte para os vendedores a preço razoável, os nossos filhos vão tornar-se ladrões e teremos sempre uma sociedade mutilada, pois não fomos ouvidos", sublinhou.

Perecíveis deterioram-se por falta de electricidade

O Mercado do Panguila conta com 36 câmaras frigoríficas, e as mesmas não funcionam na plenitude, por falta de luz eléctrica e irregularidades mecânicas apresentadas com frequência, há mais de sete meses, no grupo gerador instalado naquele recinto, de acordo com vendedeiras.

Elas fizeram saber ao Factual que a solução tem sido a compra de barras de gelo para refrescar a carne, os refrigerantes e outros produtos domésticos, a fim de estes não entrarem em estado de putrefacção. E, nalguns casos, os vendedores são obrigados a contribuir para a reparação dos geradores.

Marcial Félix, de 50 anos de idade, é morador do Panguila e diz não comprar qualquer fresco naquele mercado, por não haver condições de conservação moderna e prefere sempre comprá-los nas cantinas adjacentes ao bairro.

Mercadorias roubadas de noite

O Factual constatou cerca de oito lojas arrombadas, entre elas, as de telecomunicações, alimentos, vestuário e calçados das 144 lojas diversas existentes no Mercado do Panguila, por indivíduos desconhecidos, facto que inquieta os inquilinos do mesmo.

A Administração do Mercado fez saber da existência de um posto policial e de fiscalização que garante a segurança dos vendedores durante o período diurno, mas a principal insegurança dos vendedores acontece no nocturno, momento em que indivíduos desconhecidos saltam as cercanias do mercado e assaltam as lojas mais caras do Panguila.

Acrescenta que, das cinco mil e 376 bancadas construídas em 24 naves, apenas mil e 20 estão ocupadas. Das 144 lojas, estão ocupadas 10, enquanto, dos 200 armazéns, apenas 54 estão lotados. Das 36

câmaras frigoríficas, duas estão a ser utilizadas, e 48 restaurantes estão a funcionar 26.

Os vendedores manifestaram as suas dificuldades ao governador provincial de Luanda, Bento Bento, que esteve no mercado, em visita de auscultação. Ele manifestou a vontade de as resolver brevemente, mas seria necessária a colaboração de todos.

"Primeiro, acabarmos com a venda ambulante e situarmos os vendedores em mercados fixos, garantilos mais segurança e comodidade", avançou Bento Bento.

O Mercado do Panguila ocupa uma área de 250 mil metros quadrados e comporta cinco mil e 376 bancadas, 200 armazéns, 36 câmaras frigoríficas, 144 lojas, 112 bancos de pousas, 13 chafarizes e igual número de casas de banho.

O complexo comercial conta, igualmente, com uma área administrativa, 48 refeitórios, posto policial e uma zona verde, como consta no seu mapa. Em contrapartida, a falta de água em toda a circunscrição agudiza a permanência dos vendedores.

### 3.17 A base para uma sociedade sadia

*Semanário Factual*

*De 27 de Outubro a 03 de Novembro de 2012*

Desde pequenos, as palavras ordem e disciplina povoaram as nossas mentes, sentido isso nas casas familiares, na escola e, mais tarde, no mercado de trabalho, quer dizer, onde se anda, onde se estuda e onde se trabalha, tudo se baseia na ordem e na disciplina, os itens para tornar as sociedades mais organizadas, porque onde não há organização há anarquia.

Estes valores intrínsecos devem estar presentes na acção diária, para que os males visíveis no seio das crianças sejam esbatidos, para serem responsáveis, honestos, sinceros e, quiçá, mais amigos das pessoas.

Alias, qualquer instituição somente pode sobreviver com ordem e disciplina, a menos que queira desaparecer ou falir, porque valores da anarquia são postos de lado, como empecilhos aos progressos económico, social e industrial.

Pergunta-se por que falar da ordem e da disciplina, se esse ensino vem de longe? Insiste-se nesse tema, porque é notável que, em muitas sociedades, a anarquia faz morada, principalmente naquelas saídas de conflitos armados, golpes de Estado e, até,

pilhagens de fábricas, armazéns, lojas e outras unidades comerciais.

Isso foi notável nos países africanos que se libertaram do colonialismo, na década de 60 do século XX, uns através da luta armada de libertação nacional, e outros através de referendos, mas o resultado sempre foi violento, anárquico e feroz, porque o indivíduo perdera a sua individualidade quando, no seio de um grupo armado, esquecera que a sua liberdade fora tomada. E, ao aviso para qualquer acção, o indivíduo parte sem pensar, dado que o que conta é a operação e não a ordem e a disciplina. Só anarquia interessa, mesmo que ela magoe ou mutile milhares de pessoas do mesmo país.

E, se a ordem e a disciplina não forem tidas em conta, logo a anarquia aparece, sendo depois difícil erradicá-la. Veja-se o caso da Somália, onde clãs disputam, entre si, para assumir o controlo do território, sem possibilidade, devido à anarquia. Olhe-se para o Mali, um país que parecia calmo, ver-se confrontado com grupos tuaregues anarquistas que querem tomar uma parte, senão todo o país.

São apenas dois exemplos para reflectir sobre a falta de disciplina das pessoas, quando se decidem a agir impunemente, sem coacção ou imposição.

Angola também passou pela anarquia, devido ao conflito que grassou pelo País, quando as pessoas perderam o seu grau de responsabilidade e passaram à pilhagem de lojas e de mercados nos alvares da independência, em 1975.

Ninguém era respeitado, e combater o inimigo foi a forma para armar a população e investir contra tudo e todos, quer dizer, o País entrou numa anarquia de que ainda não se soltou, pois os traumas do conflito ainda se fazem presentes.

A fuga do campo para as cidades criou vários mundos, cada um procurando instalar-se em Luanda, o local então mais seguro do País.

Assim, a capital angolana albergou intelectuais, aldeões, camponeses e outros estratos sociais.

Logicamente, pelo baixo nível escolar, pela incapacidade de conseguir serviços bem pagos e sem poder entrar no mercado de trabalho, as pessoas lograram encontrar, no mercado informal, a saída para a sua sobrevivência. E, então, ao contrário do que se possa pensar, a anarquia apareceu com força. Luanda era um mercado a céu aberto; ninguém conseguia parar esse fenómeno e tinha-se despachado, para longe, a ordem e a disciplina.

Mas, tudo tem um fim e hoje é visível que os anteriores locais de venda anárquica acabaram. Agora, em sítios mais cómodos, os vendedores aguardam por novos mercados, em construção por Luanda.

Afinal, é possível ordenar o circo, desde que a ordem e a disciplina sejam impostas. E, assim, é que deve ser, pois, sendo Luanda um sítio bom para se viver, a convivência salutar só será possível quando imperar a ordem e a disciplina, pondo-se de lado a anarquia, que deverá ser combatida por todas as forças militares ou policiais e pela sociedade.

Desse modo, Luanda entrará nos eixos e deixará de ver vendedores por todos os lados, como aconteceu até às eleições de 31 de Agosto de 2012.

Numa altura em que se executa já a requalificação da capital, organizar os vendedores, evitar o seu trabalho na rua e respeitar o bem comum são passos para que, lentamente, Luanda seja uma capital mundial, com todos os serviços disponíveis, incluindo os mercados oficiais que deverão ser um espelho para visitantes e turistas.....



## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Prestação de contas

*Jornal de Angola*

*01 de Novembro de 2012*

A consolidação da democracia está a ser acompanhada pela criação de mecanismos de controlo da gestão de recursos financeiros do Estado. O erário tem de ser tratado com parcimónia, tendo sempre em vista a prossecução do interesse público. Os bens que pertencem ao Estado devem ser tratados de modo a que da sua gestão não resultem prejuízos para os cidadãos. O Estado tem propriedades, entre as quais figuram empresas públicas. Por via das empresas públicas o Estado prossegue também o bem comum, assegurando o fornecimento de bens e serviços que possam ajudar a fazer crescer a economia.

O Estado cria empresas para fazer crescer a economia, mas é importante que essas unidades de produção estatais sejam controladas e prestem contas do seu exercício. É importante que as entidades competentes estejam a exigir que as empresas públicas prestem contas. As empresas públicas, muitas delas de grande dimensão, devem gerir os negócios de modo a que da sua gestão não resultem prejuízos para o Estado. Uma altura em que o Estado tem de intervir na economia, para aquecer a economia e acudir a sectores da população carentes, era imperioso que os poderes públicos se preocupassem com os resultados das empresas que são tuteladas por departamentos ministeriais.

Com a prestação de contas das empresas públicas, abre-se uma nova era de exigência aos gestores encarregados de dirigir património do Estado. Que os gestores públicos saibam que a gestão do património do Estado deve seguir as regras estabelecidas por lei, no sentido de os rendimentos que resultam da actividade empresarial do Estado serem conhecidos e servirem os objectivos previamente estabelecidos. As empresas públicas são unidades de produção, pelo que elas devem também prosseguir a máxima rentabilidade, nos casos em que são obrigadas a prosseguir a maximização do lucro. Sendo empresas, mesmo públicas, que têm de prosseguir lucro, é preciso que os seus resultados estejam virados para a dinamização da actividade empresarial em Angola.

Convém que haja um controlo sobre elas, até porque recebem financiamentos do Estado para realizarem projectos diversos. Que o Estado saiba em que medida os dinheiros que são dados a muitas empresas públicas têm servido para ajudar o crescimento da economia. É oportuna a decisão de se começar a pedir contas aos gestores de empresas públicas. Essa exigência pode levar a que e comece a gerir as empresas do Estado com maior responsabilidade. É preciso que haja a cultura de tratar os bens do Estado com elevado sentido de responsabilidade, cumprindo-se o que a lei estabelece, no que diz respeito à gestão do património do público.

O que é público não deve ser mal gerido até porque para gestão de certas unidades de produção estatais é afectado muito dinheiro. E de louvar o facto de as entidades competentes do país estarem a exigir dos gestores prestações de contas, uma medida que se repercute positivamente no desempenho das empresas públicas. As empresas públicas são também importantes agentes económicos e desempenham um papel indispensável no crescimento da economia, particularmente nesta fase em que é necessário relançar a actividade económica nas zonas urbanas e rurais.

As empresas públicas não podem ser vistas como unidades que não têm de se interessar pela sua rentabilidade. São inúmeras as iniciativas do Estado para relançar a produção, particularmente no campo, onde são visíveis os resultados dos investimentos públicos que foram feitos. A intervenção do Estado na Economia, que é feita por via da criação de empresas públicas, tem em vista a melhoria das condições de vida das populações. O Estado intervém em áreas em que o investidor privado não quer, ou não pode actuar por falta de recursos financeiros suficientes para concretizar por vezes projectos de grande vulto ou pela natureza da actividade que exige avultadas verbas.

Queremos que os nossos gestores públicos sejam cada vez mais competentes e cumpram rigorosamente as leis que os obrigam a prestar contas no final de cada exercício anual. Que os gestores públicos tenham consciência de que as empresas públicas que dirigem são um património que deve ser gerido para a produção de bons resultados, no interesse de toda a sociedade. Temos felizmente no país bons gestores que têm contribuído para que muitas empresas públicas sob o seu comando estejam a produzir excelentes resultados. Mas há ainda problemas por resolver. Há ainda insuficiências dentro do sector empresarial do Estado que é preciso superar. Que se faça o devido diagnóstico para se encontrarem os remédios necessários para os problemas. A economia nacional ficará a ganhar com

a exigência de prestação de contas que é feita às empresas públicas, que no nosso país não são poucas. Que as empresas públicas não sejam apenas unidades que só absorvem dinheiro público, mas que saibam usar os fundos do Estado para investimentos reprodutivos de maneira a que o cidadãos possam beneficiar.

## 4.2 Apenas 15 empresas públicas viram as contas homologadas

*O País*

*02 de Novembro de 2012*

Empresas Públicas de vários sectores de actividade viram as suas contas homologadas, nesta terça-feira, em Luanda, pelo Ministério da Economia, em acto orientado pelo titular deste pelouro, Abraão Gourgel. Trata-se da primeira cerimónia de homologação de contas de empresas do sector empresarial público que se realiza no país. A homologação incidiu sobre o exercício económico de 2011. No total viram homologadas as suas contas 15 empresas de um universo de 60, apenas uma delas sem reserva.

As outras 14 foram homologadas com reserva. A homologação visou apreciar o cumprimento das obrigações regulamentadas e a qualidade do processo de prestação de contas, numa perspectiva de transparência na gestão da coisa pública. O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, que presidiu à cerimónia, na presença dos ministros de tutela sectoriais, bem como os PCAs das empresas visadas, classificou este acto público de homologação das contas das empresas controladas pelo Estado como uma iniciativa de magna importância, porque constitui uma das acções fundamentais da actual filosofia governativa, caracterizada por um primordial compromisso com a transparência e a responsabilidade fiscal em todos os domínios das políticas públicas, abarcando as finanças públicas e a gestão dos recursos do Estado alocados em actividades empresariais de relevante interesse público.

Sublinhou ainda que uma parcela significativa de responsabilidade recai sobre o Ministério das Finanças, quer através da tutela financeira que exerce sobre todas as empresas do sector, quer porque lhe cabe a tutela financeira operacional de um sector estratégico para o desenvolvimento da economia nacional, que é o das instituições financeiras públicas, tarefa que o Ministério das Finanças compartilha com o Banco Nacional de Angola, enquanto Banco Central e regulador do Sistema Financeiro Nacional.

O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, disse ainda que a prestação de contas de 2011 revelou um incumprimento preocupante de prazos e requisitos legais nas empresas de capitais públicos em vários sectores de actividade, constatando-se que só atingiram melhores índices de 'informação comparável' as poucas empresas dos sectores dos petróleos (100%), comunicação social (SO%), banca e seguros (67%), transportes (55%), geologia, minas e indústria (50%) e telecomunicações e tecnologias de informação (50%). As demais empresas apresentaram resultados ainda menos satisfatórios, mostrando a necessidade urgente de converter-se este acto público de homologação de contas no ponto de partida para uma nova era de eficiência na gestão e na tutela operacional e financeira das empresas do sector público', salientou.

Para Carlos Alberto Lopes, impõe-se eliminar as deficiências de gestão causadoras dos principais problemas detectados na prestação de contas de várias empresas, referentes ao exercício anual de 2011, traduzidos em recorrentes atrasos e fragilidades nos registos contabilísticos, impedido o apuramento de Balanços e Contas de forma atempada e com padrões de qualidade certificados por auditores independentes, como recomendam as melhores práticas internacionais.

### Reestruturação à vista

O ministro da Economia, Abraão Gourgel, que homologou as contas das empresas do sector empresarial público referentes ao exercício económico de 2011, considerou na ocasião que o acto se traduz na vontade do Executivo em acrescer transparência ao processo de governação pública na busca de boas práticas de gestão e governação.

Referiu que 'muitas empresas públicas estão a acumular problemas que reclamam solução de difícil implementação, a curto prazo, como ao nível da situação jurídica e regulamentar, cuja resolução adequada pode exigir mudanças institucionais complexas e alterações na legislação vigente, reconhecendo haver ainda dificuldades de organização dos registos de informações fiáveis e de profissionais de contabilidade, bem como de gestão financeira de algumas empresas, que quase tornam impossível a tarefa do sector empresarial público de elaborar contas consolidadas.

O ministro defendeu ainda que o seu pelouro vai reestruturar o sector empresarial público, através do Instituto para o Sector Empresarial Público (SEP) no mais curto espaço de tempo para se adequar ao novo momento que o país vive. Abraão Gourgel defendeu a necessidade de existir uma legislação respeitante à

consolidação de contas, adiantando que a aprovação do novo pacote legislativo do sector empresarial público, com elevado impacto para a transparência das contas públicas, permitirá otimizar os apoios financeiros prestados pelo Estado. Entre as acções a serem desenvolvidas no âmbito da reestruturação, o ministro da Economia, advoga um maior apoio para o desenvolvimento do capital humano do sector empresarial, a optimização dos apoios financeiros do Estado para o sector empresarial público, o redimensionamento do sector empresarial público, a melhoria do desempenho económico e financeiro do sector e um maior compromisso dos gestores empresariais para melhorarem a qualidade do processo de prestação de contas. Quatro categorias

O presidente do Conselho de Administração do Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP), a entidade que controla e faz o acompanhamento das empresas pública, Henda Inglês, ao apresentar os dados sobre a homologação, referiu que o trabalho da sua instituição incidiu na análise aos documentos e o processo de prestação de contas. 'Do trabalho preliminar efectuado nós fizemos uma avaliação preliminar dos documentos sobre o processo de prestação de contas, o que nos permitiu, referiu, caracterizar os documentos e os processos de prestação de contas em quatro categorias: primeiro, caracterizámos como inexistentes aquelas empresas ou grupo de empresas que não apresentaram as contas na data de reporte, na fase preliminar eram 35 empresas; segunda classificação abarcou as empresas que prestaram contas mas que não incluíam os documentos todos para considerarmos como completas.

N não apresentavam os fluxos de caixa. Um documento a que O País teve acesso, indica que as empresas que apresentaram as suas contas acumulam um activo total de Kz 4.774.037 triliões, com um capital próprio estimando em Kz 1.740.701 triliões, sendo que o passivo é de Kz 3.033.336 triliões.

De um total de 86 empresas activas do SEP, 60 apresentaram contas em 2011 (cerca de 70% do total). Das 60 empresas, 59 apresentavam comparativo para 2012, à excepção da ZEE, EP que iniciou actividade em 2011. Dentre as empresas que efectuaram prestação de contas em 2011, 37 efectuaram um reporte incompleto, não apresentando todos os documentos completos de prestação de contas previstos na regulamentação angolana.

#### Apoios concedidos

No ano de 2011 foram concedidos apoios estatais no montante aproximado de Kz 290.550 milhões dos quais Kz 251.356 milhões são referentes a subsídios a

preços. Os restantes apoios estatais dividem-se entre subsídios operacionais e transferências de capital. Em 2011 foram abrangidas por apoios estatais 41 empresas, sendo que no ano anterior foram-no apenas 21 empresas.

### 4.3 Sociedade civil quer um Tribunal de Contas mais actuante

*Semanário Factual*

*De 03 a 10 de Novembro de 2012*

A sociedade civil exige uma "fiscalização intensa das contas públicas" pelo Tribunal de Contas, tendo em vista a materialização cabal do programa do Executivo.

Para membros da sociedade interpelados pelo Factual, gestores do erário público têm vindo a defraudar a imagem do Executivo, com má prestação de serviços.

Faustino Dianvutu Egami, líder da Igreja Cristo Salvador em Angola, diz que os gestores públicos devem ter mais consciência na gestão da coisa pública e mais respeitabilidade na utilização dos fundos que se destinam à satisfação das necessidades colectivas.

"Cumprindo com esses passos, estamos no caminho certo para desenvolvimento do nosso País", aconselhou, acrescentando que o Tribunal de Contas deve observar a realização da actividade financeira do Estado, nos domínios do património, das receitas, das despesas, da tesouraria e dos créditos públicos, do cumprimento da lei, do orçamento e da legislação complementar, assim como as responsabilidades directas ou indirectas do Estado. Para Salomão Zimy, economista, Angola trilhou por um caminho turbulento, porquanto ninguém gosta de ser controlado.

"Por imperativo da defesa e protecção dos interesses do Estado, a existência dos órgãos de controlo e auditoria em sociedades modernas é imprescindível, pois que o controlo não representa uma finalidade em si própria, mas, sim, é parte imprescindível de um mecanismo regulador que deve salientar, oportunamente, os desvios normativos e infracções aos princípios da legalidade, da rentabilidade, da utilidade e da racionalidade das operações financeiras públicas", acrescentou. Para outro economista, Julio Jango, o Tribunal de Contas deveria continuar a publicar a relação nominal de gestores públicos condenados em 2011, por apropriação indevida de dinheiro do Estado. O professor universitário, António dulo de Jesus, apela aos membros do Executivo que pautem pela transparência na gestão

do erário, em obediência à lei da Probidade Pública em vigor no País. "Os que insistirem na prática de enriquecimento fácil através de desvios, falsificação de valores dos serviços solicitados, pagamentos de serviços não prestados, duplicação de cobranças, bem como na selecção de empresas dos seus interesses para a execução de obras devem ser penalizados", opinou. Timóteo José, comerciante, quer maior transparência na gestão dos fundos públicos a nível das instituições do Estado.

#### 4.4 Fundo Soberano dá estabilidade a economia

*Novo Jornal*

*02 de Novembro de 2012*

A criação do Fundo Soberano de Angola vai ajudar a reduzir a exposição da economia às oscilações do preço do petróleo e a criar as condições para um crescimento sustentável, afirma a agência americana de notação de risco Fitch. Há muito aguardado e apresentado este mês, em Luanda, o Fundo Soberano de Angola foi constituído com uma dotação inicial de 5 mil milhões de dólares, a ser aplicada em projectos com potencial de crescimento em Angola é no estrangeiro, em particular na África a sul do Saara.

Administrando recursos provenientes, na sua maior parte, da venda de recursos minerais e de petróleo, o Fundo vai ser gerido por um conselho de administração com três membros presidido por Armando Manuel, conselheiro de assuntos económicos do Presidente da República. Num relatório divulgado na semana passada, a Fitch refere que a criação do fundo pode ajudar a cimentar as recentes melhorias no perfil de crédito de Angola, que incluíram em Maio uma melhoria das perspectivas de evolução da notação da dívida angolana, de "estável" para "positivo", no nível "BB-". "Construir um histórico de transparência e de operações baseadas em regras será importante para assegurar inteiramente os benefícios" do Fundo, refere a Fitch, que sublinha também a importância de os gastos serem inscritos no orçamento.

Segundo comunicado divulgado em Luanda, a administração do Fundo responderá "exclusivamente perante o seu único accionista, o governo de Angola", através de um regime de "análise de desempenho", que inclui a divulgação pública do relatório anual de contas na imprensa angolana e a nomeação de auditores independentes reconhecidos internacionalmente. A Fitch prevê um crescimento de 8,2 por cento da economia angolana este ano e de 8 por cento em 2013 e 2014. A economia angolana tem sido altamente dependente dos preços petrolíferos,

tal como as contas públicas e externas, mas a contenção de despesas e acumulação de reservas têm permitido às autoridades melhorar as finanças públicas.

Neste momento, o "stock" de dívida representa 20 a 25 por cento do PIB e o balanço do banco central "isola a economia de quedas nos preços petrolíferos", adiantam os analistas da Fitch. Outros "sinais encorajantes", referem, são os esforços para eliminar a "operação para-orçamental" da Sonangol, bem como garantir que esta empresa transfira atempadamente as receitas petrolíferas para o Estado.

#### 4.5 As contas das empresas públicas

*O País*

*02 de Novembro de 2012*

Actividade normalíssima e, por isso, afastada da agenda editorial dos jornais, das rádios e das televisões, a prestação de contas por parte das empresas suportadas pelo Orçamento Geral do Estado, ou seja, que vivem de fundos públicos protagonizaram esta semana, entre nós, uma situação sui generis. Os cidadãos, entre surpresos e de certo modo reconfortados, testemunharam na manhã de terça-feira a um acto a que não estavam habituados. Ou melhor, que não lhes passava pela cabeça sequer: quinze grandes empresas públicas prestaram contas à vista de toda a gente, num hotel da capital.

Claro que prestar contas, do modo como se fez, é uma força de expressão, uma maneira de dizer, mas a relevância da experiência está no seu simbolismo, na ideia que foi passada aos cidadãos de que estamos (ou entrámos) na era da contabilidade organizada, das explicações direitinhas sobre o que se recebe e se gasta, que se arrecada e o que se poupa. No país, um dos pecados originais da gestão da coisa pública é o laxismo - aparente, parcial ou real - cristalizado durante anos, em parte pela conveniente muleta da guerra prolongada e, também, pela fragilidade indistigável dos nossos mecanismos contábeis, por força da pobreza técnica de quadros e responsáveis de empresas (alguns).

A situação foi profusamente aproveitada pelos detractores do Estado angolano para lhe bombardearem com a acusação da opacidade dos actos de gestão do seu tecido empresarial público, como expressão de uma teia de corrupção, roubo e outras práticas lesivas do interesse colectivo. O que o Executivo fez com a cerimónia de terça-feira em Luanda serviu claramente para transmitir um sinal de ruptura com aquele velho ambiente, para reanimar as bases no rescaldo de uma eleição cheia de leituras



oblíquas e, ao mesmo tempo, para atrair das (quase) sempre desconfiadas entidades do Norte rico motivos de convergência e crença, ainda que ténues.

Pelas observações feitas ao trabalho das empresas ficou -se com a percepção de que o caminho a percorrer tem ainda umas boas milhas pela frente. Ainda quando o discurso de auditores e governantes dos departamentos ministeriais de tutela tenha sido pedagogicamente cauteloso para não matar no ovo uma intenção carregada de nobreza, deu para captar a atmosfera de algum desconforto pela falta de exactidão e, se calhar, rigor na amostragem dos resultados contabilísticos. Não pode ser de outra maneira, de resto, quando umas 60 empresas tentam fechar as contas mas são tantas as insuficiências que apenas 15 avançam no teste e, dessas - pasmem-se - apenas uma (1), tem nota positiva. No caso a EDEL, porque vale a pena nomeá-la pelo mérito e o brilho num universo exasperante de maus resultados!

De facto, 15 empresas assim -assim e uma(zinha) com as contas certas, é um quinhão notadamente diminuto para o vasto universo do empresariado que se apoia no OGE. Muitas mais unidades orçamentais são, portanto, requeridas para esse exercício que relacionou as esperanças dos que se revêem numa Angola dominada pelo império da lei, da transparência e do rigor no manuseio do património de todos. Há que subir a fasquia, claramente! Mas vale a ideia, a intenção, o passo. O começo aí está, resta agora que o longo caminho seja efectivamente percorrido. Porque não há mais como os tempos serem como os de antes!

#### 4.6 Fundo Soberano vai reduzir exposição da economia

*O País*

*02 de Novembro de 2012*

A criação do fundo soberano de Angola vai ajudar a reduzir a exposição da economia nacional às oscilações do preço do petróleo e a criar as condições para um crescimento sustentável, afirma a agência de notação de risco Fitch. O Fundo Soberano Angolano, apresentado a passada semana, foi constituído com uma dotação inicial de USD 5 mil milhões, a ser aplicada em projectos com potencial de crescimento em Angola e no estrangeiro, em particular na África a sul do Saara. Será dada prioridade a projectos de infra-estruturas, incluindo energia, água e transportes, activos financeiros, indústria, agricultura e turismo, tendo em vista criar riqueza 'para gerações futuras de angolanos. Um relatório divulgado na semana passada, a Fitch refere que a criação do fundo pode ajudar a cimentar as

recentes melhorias no perfil de crédito de Angola, que incluíram em Maio uma melhoria das perspectivas de evolução da notação da dívida angolana, de "estável" para 'positivo', no nível 'BB-'.

Construir um histórico de transparência e de operações baseadas em regras será importante para assegurar inteiramente os benefícios' do Fundo, refere a Fitch, que sublinha também a importância de os gastos serem inscritos no orçamento. Recorde-se que a administração do Fundo responderá exclusivamente perante o seu único accionista, o governo de Angola', através de um regime de 'análise de desempenho', que inclui a divulgação pública do relatório anual de contas na imprensa angolana e a nomeação de auditores independentes reconhecidos internacionalmente.

A Fitch prevê um crescimento de 8,2% da economia angolana este ano e de 8% em 2013 e 2014. Espera-se que o foco de investimentos seja, inicialmente, as infra-estruturas angolanas, partindo depois para a construção de uma carteira de activos no estrangeiro, em economias emergentes de África e da Ásia. O capital foi realizado colocando de lado receitas equivalentes à venda de 100 mil barris de petróleo por dia nos últimos anos, nível que deverá ser mantido para alimentar o fundo. A economia angolana tem sido 'altamente dependente' dos preços petrolíferos, tal como as suas contas públicas e externas, mas a contenção de despesas e acumulação de reservas têm permitido às autoridades melhorar as finanças públicas. Neste momento, o 'stock' de dívida representa 20% a 25% do PIE e o balanço do banco central 'isolam a economia de quedas nos preços petrolíferos', adiantam os analistas da Fitch.

Outros 'sinais encorajantes', referem, são os esforços para eliminar a 'operação quase fiscal' da Sonangol, a petrolífera estatal, bem como garantir que esta empresa transfira atempadamente as receitas petrolíferas para o Estado.

#### 4.7 Transparência na gestão das empresas públicas

*Jornal Agora*

*03 de Novembro de 2012*

Coube ao ministro da Economia, Abraão Gourgel, proceder a assinatura do termo que homologa as constas de 15 empresas públicas em que se destacam as da comunicação social (TPA, Edições Novembro e RNA), a petrolífera Sonangol, EDEL, EPAL, Ferrangol, Empresa de Águas e Saneamento do Lobito, Empresa Portuária de Cabinda, Caminhos de Ferro de Luanda, Benguela e Moçamedes, bem como



da Zona Económica Especial Luanda/Bengo. Este exercício há muito esperado, realça a importância da transparência das empresas, quer públicas ou privadas, torna-as credíveis, sendo que este é um bom sinal quanto a sua cotação, por exemplo, na Bolsa de Valores. Aliás, as empresas que não apresentam contas, acabam também por não oferecer garantias aos investidores.

Em 2009, o economista brasileiro e antigo director geral da Bolsa e Valores de São Paulo (Bovespa), Francisco Tertuliano, havia sugerido em entrevista ao *Agora* que além de se prepararem para a capitalização, as empresas deviam organizar-se do ponto de vista da gestão financeira, a começar pelos balanços representativos e devidamente auditados por órgãos independentes. No mesmo ano, o economista Fernando Heitor revelou, numa acção de formação sobre o mercado de capitais, promovido pela Associação de Jornalistas Económicos, que a maioria das "nossas" empresas não publica os resultados dos exercícios financeiros, fugindo da contabilidade, um mal que impede a sua capitalização e corrói a economia.

Numa só palavra, isto significa que quanto mais as empresas forem transparentes, na sua gestão, mais atractivas se tornam para os investidores quer internos quer estrangeiros. Tudo indica ser este o rumo que Executivo quer tomar com a apresentação, esta semana, dos relatórios de exercício referentes ao ano transacto de empresas públicas, um gesto saudado por gente de diferentes matizes, incluindo governantes e empresários. Como defendeu o titular da Economia, este é um marco histórico, por ocorrer pela primeira vez no país.

"Este simbolismo se traduz na vontade do Executivo de acrescer transparência no processo de governação e na busca incessante de boas práticas de gestão e governação corporativa", reforçou Abraão Gourgel, congratulando-se com o trabalho executado pelo Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP), sobretudo o seu contributo na institucionalização do processo de prestação de contas. O governante sublinhou que, apesar dos esforços empreendidos pelas empresas públicas (EP) que trabalham em condições precárias, muitas destas ainda acumulam problemas, reconhecendo haver "makas" a nível jurídico e regulamentar, cuja situação adequada pode exigir mudanças institucionais complexas e alterações na legislação vigente.

"No que se refere aos demonstrativos contábeis e financeiros, há que reconhecer a grande dificuldade de organização dos registos e informações confiáveis pela carência de profissionais de contabilidade e de gestão financeira, o que torna impossível a tarefa do

ISEP de elaborar contas consolidadas", notou o ministro. Boa parte das EP apresentaram os seus relatórios com evasivas e a opinião de auditorias com significativas limitações no que tange às deficiências entre os sistemas de informação e a conciliação com a contabilidade.

Diante desta realidade, o titular da Economia indicou que serão efectuados esforços de reestruturação do sector empresarial público, uma tarefa a ser levada a cabo pelo seu pelouro em conjunto com o ISEP e as administrações das EP, destacando ainda que o Executivo considera fundamentais algumas medidas para melhoria da prestação de contas, nomeadamente, a implementação de medidas de reestruturação do sector empresarial público, legislação sobre consolidação de contas, necessidade de aprovação do pacote legislativo com elevado impacto para o acréscimo de transparência das contas. As autoridades pensam igualmente na necessidade de otimizar os apoios financeiros prestados pelo Estado, incluindo o desenvolvimento do capital humano, não ficando de fora o redimensionamento do sector empresarial público, melhoria do desempenho económico e financeiro e o compromisso dos gestores na melhoria do nível e da qualidade no processo de prestação de contas.

## 4.8 Responsabilidade fiscal

*Jornal Agora*

*03 de Novembro de 2012*

Por sua vez, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, considerou a entrega dos termos de homologação de contas das empresas controladas pelo Estado como uma iniciativa de notável importância, porque constitui uma das acções fundamentais da actual filosofia do Executivo. "Este acto caracteriza o compromisso com a transparência e a responsabilidade fiscal em todos os domínios das políticas públicas, abarcando as finanças e a gestão dos recursos do Estado aplicados nas empresas de relevante interesse público", defendeu Carlos Lopes (C.L.), acrescentando que o Ministério das Finanças exerce sobre todas as empresas do sector, uma parcela significativa de responsabilidade financeira e operacional de forma estratégica para o desenvolvimento da economia, que compartilha com o Banco Nacional de Angola (BNA), enquanto Banco Central e regulador do sistema financeiro.

De acordo com CL, a prestação de contas de 2011 revelou um incumprimento preocupante de prazos e requisitos legais nas empresas de capitais públicos em vários sectores de actividade. Na mesma ocasião o ministro da Economia indicou com percentagens as

empresas públicas que atingiram os melhores índices de "informação comparável", nomeadamente as empresas do sector petrolífero (100%), comunicação social (80%), banca e seguros (67%), transportes (53%), geologia, minas e indústria (50%) e telecomunicações e tecnologias de informação (50%). Abraão Gourgel lembrou que os 27 anos de espera pela conquista da paz deixaram cicatrizes ainda no sector empresarial público, tendo, após a independência, a árdua missão de garantir o abastecimento de bens e serviços essenciais à população.

"Os reflexos desses 27 anos de uso intensivo das empresas públicas para cobrir o mercado sob condições ineficientes de custos e receitas, impôs ao Ministério das Finanças, como entidade de tutela financeira, o dever de acudir sempre as EP com transferências do Orçamento Geral do Estado para possibilitar a manutenção mínima dos serviços públicos e o suprimento alimentar às populações", finalizou.

EP com activos de mais de 4 mil milhões de dólares

Correcção de irregularidades

As empresas públicas (EP) que apresentaram resultados, acumulam um activo de 4.774.037 triliões de kwanzas (cerca de 4 mil milhões de dólares), tendo como capital próprio 1.740.701 triliões de kwanzas e um total de passivo de 3.033.336 triliões de kwanzas. No ano passado, estas realizaram um volume de negócios na ordem de 3.421.449 triliões de kwanzas (mais de 3 mil milhões de dólares). Estes dados, porém, não reflectem a realidade das empresas, tendo em conta a limitação de informação, como fez saber o presidente do conselho de administração do Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP), Henda Inglês.

"Os dados devem ser vistos com alguma reserva, face a limitação de informação, mas apesar disso, insistimos em publicar para transmitir a informação real do sector empresarial público", justificou. O sector petrolífero acumulou activos na ordem dos 67%, com capital próprio de 78% cento e passivos no valor de 61%. Na mesma demonstração de resultados, o sector bancário surge com activos na ordem dos 19%, com capital próprio e passivo de seis e 27% cento respectivamente, tendo outros sectores acumulado 14% de activos e 16% de capital próprio e despesas fixadas em 12%.

A intenção, segundo o PCA do ISEp, é transformar as EP em instrumentos efectivos, eficazes e eficientes de execução da estratégia pública de crescimento e desenvolvimento socioeconómico do país. Para o

gestor, o processo de homologação de contas prova que existe um controlo das EP e um conhecimento sobre a sua liquidez. De um total de 86 activas, controladas pelo Ministério da Economia, 60 apresentaram contas no ano passado, o que representa 70% do total. O Ministério da Economia (ME) vai endereçar cartas às empresas que não tiveram as contas homologadas, a explicar as irregularidades detectadas para que possam corrigir no próximo exercício. Para as faltosas poderão ter limitação de acesso às verbas atribuídas pelo Estado.

Entre as principais constatações da análise aos documentos e processo de prestação de contas, o ISEP apontou reportes incompletos de informação, não inclusão de todos os documentos previstos na lei, inexistência de fluxos de caixa e notas explicativas às contas, incumprimento dos prazos de prestação de contas, inexistência de parecer do Conselho Fiscal e não realização de auditoria externa às contas.

Todos os anos, o ME publica, no jornal de maior tiragem do país, o calendário de prestação de contas, onde são solicitados os documentos e as datas que devem ser observadas. As contas de 2012 devem ser entregues até Abril do próximo ano e a homologação acontece em Agosto. Em 2009, foi criado pelo Executivo o ISEP, tutelado pelo ME, com a missão de fazer o controlo e acompanhamento das EP. A criação do ISEP visa a melhoria do desempenho económico-financeiro e a governação das sociedades nas empresas do sector empresarial público, o nível e qualidade do processo de prestação de contas, otimizar os apoios financeiros prestados pelo Estado, na forma de subsídios operacionais e a preços e a regularização dos passivos.

## 4.9 Em busca de transparência

*Semanário Angolense*

*03 de Novembro de 2012*

Apesar de ter já homologado os relatórios de contas de 15 empresas públicas, o Ministério da Economia, através do Instituto para o Sector Empresarial Público (SEP), perspectiva otimizar os apoios financeiros prestados pelo Estado, num programa de curto prazo e realizar acções para a sua reestruturação para garantir um elevado impacto à transparência das contabilidades. O anúncio foi feito na semana que hoje termina pelo titular da pasta, Abraão Gourgel, que, à margem da cerimónia de homologação dos relatórios de contas das empresas do sector público, defendeu a necessidade de uma legislação sobre consolidação das contas, a aprovação do novo pacote legislativo do sector empresarial público, com elevado impacto para a transparência das contas públicas,

optimizar os apoios financeiros prestados pelo Estado.

No quadro de acções a serem desenvolvidas para a reestruturação constam ainda o maior apoio para o desenvolvimento do capital humano do sector empresarial, a optimização dos apoios financeiros do Estado para o sector empresarial público, o redimensionamento do sector empresarial público, melhoria do desempenho económico e financeiro do sector e maior compromisso dos gestores empresariais para melhorarem a qualidade do processo de prestação de contas. Para o governante, o Ministério que dirige irá manter um apoio efectivo para permitir os níveis estabelecidos e se cumpram os prazos que o programa contempla.

No total 15 empresas públicas viram os seus relatórios de contas homologados, dentre elas, a Zona Económica Especial Luanda-Bengo EP, dos Petróleos (Sociedade Nacional de Combustível de Angola-EP), do Comércio (Entrepasto Aduaneiro de Angola-EP), Energia e Águas (Empresa de Distribuição de Electricidade-EDEL), a Empresa Nacional de Electricidade ENE-EP, a Empresa de Distribuição de Águas EPAL-EP e a Empresa de Águas e Saneamento de Lobito (EASL-EP).

Pelo Ministério dos Transportes foram contemplados os Caminhos de Ferro de Moçâmedes-EP, de Luanda-EP e de Benguela-EP. Também foram assinados os termos de homologação dos relatórios de contas da Empresa Portuária de Cabinda-EP, pelo Ministério da Comunicação Social a Televisão Pública de Angola (TPA), Edições Novembro e Rádio Nacional de Angola, ao passo que pelo Ministério da Geologia e Minas a Ferrangol viu as suas contas aprovadas. Na cerimónia, que contou com a presença de altos responsáveis destas empresas, ficou o alerta de que as empresas que não apresentaram as suas contas referente ao exercício económico de 2011, poderão ter limitações financeiras atribuídas pelo Estado.

A margem da cerimónia, o ministro da Economia referiu que o acto traduz-se na vontade do Executivo em acrescer transparência no processo de governação pública e na busca de boas práticas de gestão e governação. Acrescentou que o acto visou igualmente dar um passo para a melhor ia da governação empresarial pública. Reconheceu, por outro lado, haver dificuldades de organização dos registos de informações fiáveis e de profissionais de contabilidade, bem como de gestão financeira de algumas empresas, que quase tornam impossível a tarefa do sector empresarial público, de elaborar contas consolidadas.

## 4.10 Transparência nas contas

*Jornal de Economia e Finanças*

*06 de Novembro de 2012*

A semelhança do que se faz nas outras economias modernas, em Angola o Estado não cria apenas as condições necessárias para o desenvolvimento da economia e a melhoria do nível de vida das populações, mas transforma-se também num agente económico que intervém directamente na produção de bens e serviços através do Sector Empresarial Público.

Hoje, porém, nos deparamos na generalidade dos países com um vasto sector público produtivo que se distingue do conjunto de actividades empresariais públicas tradicionais, como a gestão administrativa do aparelho do Estado; construção de infra-estruturas e a manutenção de serviços que satisfazem as necessidades colectivas, como o ensino gratuito e a assistência médico-hospitalar subvencionada ou gratuita. O crescimento que se regista hoje um pouco por todo o país dá garantias de que as políticas do Estado para suprir as necessidades mais básicas das populações estão a caminhar em direcção certa e o programa de governação apresentado para os próximos cinco anos, está a ter o seu real cumprimento.

Uma boa nova para todos nós é a notícia de que doravante as empresas públicas poderão efectuar com regularidade as suas prestações de contas junto do Estado, uma vez que esta medida constitui-se num dos passos fundamentais para a concretização da transparência na gestão do erário público. O Estado ao anunciar a reactivação do parque industrial e a reestruturação das principais unidades empresariais públicas no país que há muito deixaram de funcionar, por razões estruturais, não só poderá actuar como um operador regulador, dinamizador e árbitro, mas também como um agente produtor.

De facto, esta postura surge em função da incapacidade de o sector privado produzir bens e serviços essenciais à população e, assim, o Estado é forçado a intervir na economia no sentido de cobrir falhas de mercado (monopólio ou oligopólio). Aliás, se olhamos para os modelos económicos vigentes, notámos que actualmente não existem economias puramente de mercado, nem centralmente dirigidas, em que o Estado actua apenas como regulador ou como fiscalizador.

Neste caso, numa economia mista como é a que se aplica em muitos Estados, e o nosso não foge à regra, grande parte das decisões de produção, distribuição e consumo de bens e serviços são tomadas por agentes

económicos privados e a outra, certamente, pelo sector empresarial público. E não restam dúvidas de que, nestas economias, o papel do Estado continua ainda a ser relevante.

Assim, o Governo ao transferir parte de recursos do Estado provenientes das receitas fiscais e petrolíferas para o Sector Empresarial Público, como forma de garantir o equilíbrio das forças de mercado (demanda e oferta agregada), está, certamente, a garantir emprego às famílias e dar solução aos problemas que o sector privado seguramente não seria capaz de garantir com os recursos disponíveis.

#### 4.11 Prestação de contas públicas aumenta confiança na modernização empresarial

*Jornal de Economia e Finanças*  
06 de Novembro de 2012

A estrutura do balanço agregado do Sector Empresarial Público (SEP) referente a 2011 demonstra uma crescente subida dos níveis de participação de outros segmentos da economia fora do petrolífero, que, apesar disso, ainda mantém o maior peso na organização financeira das unidades participadas do Estado.

Conforme o relatório de I aprovação de contas emitido pelo Instituto do Sector Empresarial Público (ISEP), recentemente, no seu conjunto, as empresas apresentaram um lucro financeiro de 3,2 mil milhões de dólares e um volume de negócios calculado em 34,2 mil milhões de dólares.

Com isso, a sua participação com a liquidação dos impostos sobre rendimento foi de 1,7 mil milhões de dólares, fruto dos mais de 5,1 mil milhões de dólares que foram apurados como resultados operacionais destas unidades estratégicas. Desde logo, mesmo que tomado ainda como incipiente, o desempenho das empresas públicas chega a satisfazer, na medida em que estes operadores do sistema económico já evidenciam alguma maturidade no seu comportamento de mercado, visto pela aprovação (com e sem reservas nalguns casos) dos resultados de um total de 15 unidades empresariais.

Esta relativa solidez das empresas públicas pode ser, igualmente, demonstrada pela existência de uma carteira de activos fixada em 47,7 mil milhões de dólares, fundos próprios de 17,4 mil milhões e um passivo estimado em 3,03 milhões, indicações que asseguram uma forte almofada para travar as insolvências que decorram de efeitos externos às contas das empresas.

#### Gestão do passivo

Por outro lado, abalço agregado do Sector Empresarial Público (SEP) revela, de igual modo, que, dos valores globais dos activos, 67 por cento reportam à área petrolífera, 19 por cento à banca e os restantes 14 por cento aos outros sectores. No que respeita aos capitais próprios, os petróleos concentram 78 por cento, a banca 6 e os outros sectores aparecem com 16 por cento da carteira global. Quanto ao passivo, também é o sector petrolífero que detém uma maior percentagem, 61 no caso, seguindo-se-lhe a banca com 27 e os outros sectores com 12. Mérito na presente avaliação ao sector bancário que já se começa posicionar como uma alternativa na geração de fundos e de capital às empresas, constituindo-se assim num forte vector de criação de valor acrescentado à economia nacional.

Não menos importante, no reporte financeiro do Instituto do Sector Empresarial Público (ISEP), é também o facto de, no respeitante aos resultados operacionais por sectores, existir uma divisão percentual ajustável ao peso de cada um destes na economia, pois por aqui se pode compreender a concentração de 93 por cento para o petrolífero, 4 para a banca, que cresce de forma acelerada, e os restantes 3 aos outros sectores económicos.

Face a estes números, ao conjunto das 60 empresas (70 por cento do total do sector) que procedeu à apresentação das contas que constituem o SEP colocam-se como principais desafios a sua transformação em instrumentos efectivos, eficazes e eficientes nesta ampla tarefa de facilitar as estratégias de crescimento e desenvolvimento socioeconómico do país, conforme definido pelo Executivo angolano.

Para que estes objectivos sejam concretizados, nos próximos quatro anos, o SEP adoptou como metas a continuidade dos programas de reestruturação das empresas públicas que podem ser consideradas estratégicas, o redimensionamento do sector e o reforço da sua capacidade institucional, a fim de que a materialização dos compromissos das firmas com participação financeira do Estado possam resultar no seu melhor acompanhamento, maior fiscalização e no reforço dos níveis de monitorização da acção de mercado.



## 4.12 Executivo tem macro plano para o período 2013/2017

*O País*

*16 de Novembro de 2012*

A estratégia do Executivo até 2017 terá como bússola o Plano Nacional de Desenvolvimento que respeita a esse período, protegendo os gastos públicos da volatilidade das receitas petrolíferas e permitindo acompanhar e aferir a eficácia das iniciativas em áreas prioritárias, como a electricidade e a energia. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017, anunciado pelo Vice-Presidente da República Manuel Vicente no Namibe, no discurso que produziu no acto central alusivo ao 37º aniversário da Independência Nacional, deverá estar concluído hoje.

O plano terá como lema 'Estabilidade, crescimento e emprego', e o seu objectivo principal é o combate à fome e à pobreza, bem como o aumento da qualidade de vida dos angolanos, referiu Manuel Vicente. Nesta perspectiva, precisou o Vice-presidente, o Orçamento Geral do Estado para 2013 vai dedicar uma atenção especial aos sectores da Saúde, Educação, Ensino Superior, Habitação e Assistência Social, conforme orientação do Chefe de Executivo. O que leva a admitir que as verbas atribuídas às funções sociais poderão exceder 30% da despesa orçamental.

O Vice-Presidente da República, destacou ainda que para maior rigor e transparência na execução do OGE, foram definidos mecanismos e regras que permitam avaliar a eficácia e a qualidade da despesa relativa a estes sectores. Outra prioridade, frisou, será o sector de energia e águas, por ser uma das áreas que tem reflexos no quotidiano das populações.

Proteger os gastos públicos da volatilidade do petróleo Em Agosto, O País noticiara que o Executivo iria formular um plano plurianual para o período 2013-2017, que permitisse enquadrar a política orçamental ao longo do período. A iniciativa fora comunicada no âmbito dos encontros bilaterais entre o Executivo e os representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) que estiveram em Angola a preparar o relatório sobre a economia nacional, ao abrigo da assistência aos países membros do Fundo, designadamente das consultas que decorrem no âmbito do artigo IV do Fundo.

A iniciativa reflecte a intenção das autoridades de reforçar a médio prazo os mecanismos para proteger os gastos públicos prioritários da volatilidade das receitas petrolíferas. O documento do FMI sobre a evolução da economia angolana refere que o facto de o Orçamento passar a estar ancorado num quadro fiscal de médio prazo constitui um 'passo crítico',

facultando aos decisores políticos ponderar melhor a opção entre o aumento do investimento público e o aumento do stock de reservas. Ainda de acordo com o FMI, as autoridades angolanas consideram que o saldo corrente primário não petrolífero poderá constituir uma 'âncora' alternativa à formulação orçamental, partindo da premissa que as despesas em investimento gerarão retornos futuros, incluindo o aumento das receitas fiscais.

Electricidade e água as prioridades

Isto é particularmente importante para um período em que o Estado se dispõe a realizar investimentos de vulto e em que haverá que aferir da sua eficácia. Entre os investimentos previstos ressaltam os que incidirão sobre o sector energético, nomeadamente electricidade e a rede de distribuição de água. No Namibe, Manuel Vicente reconheceu que apesar dos esforços e das melhorias observadas, sobretudo em algumas regiões do interior, ainda se regista um défice significativo na capacidade de fornecimento de energia eléctrica.

Anunciou que está a ser implementado um vasto programa de projectos estruturantes de curto e médios prazo nos domínios da produção, transporte e distribuição de energia a nível dos sistemas norte, centro e sul, bem como a respectiva interligação do qual resultará uma melhoria significativa deste serviço. No que respeita ao programa 'Água para todos', o Vice-Presidente adiantou que este vai alcançar níveis de execução superiores a 80% nas zonas urbanas e peri urbanas e 40 % nas zonas rurais, onde o objectivo passa por assegurar o acesso à água potável a pelo menos, 80% da população.

O Vice-Presidente acrescentou ainda que o programa proposto pelo partido vencedor das eleições gerais será implementado em benefício de toda a sociedade, sublinhando que os interesses do povo e da nação estão acima de todas as contradições e diferenças de opinião existentes entre os distintos actores da vida política do país. "Estamos em condições de conservar as realizações do passado e perspectivar o muito que ainda falta fazer para consolidar o estado democrático e de direito", referiu Manuel Vicente, O Vice-Presidente considerou importante a criação e implementação de políticas económicas que posicionam Angola como um país com maior índice de crescimento em África e no mundo. O nosso objectivo, enquanto governantes, eleitos pelo povo, é de conferir maior dignidade de vida as populações mais carenciadas, garantir o progresso social e o desenvolvimento do país', referiu.



#### 4.13 Reforma tributária em debate

*Jornal de Angola*  
23 de Novembro de 2012

O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, preside hoje, no auditório do Ministério das Finanças, a uma sessão de auscultação pública sobre o Projecto Executivo de Reforma do Sistema Tributário.

A reunião enquadra-se num conjunto de actividades que visam a promoção de eventos de carácter público que contribuam para o debate de temas relativos à tributação e permitam entender a opinião da sociedade civil, afirma o Ministério das Finanças em nota fornecida ao Jornal de Angola.

O documento indica que, para o debate, foram convidados empresários, representantes de associações empresariais e sectoriais, assim como responsáveis e técnicos da Administração Tributária.

O Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) foi oficialmente criado por Decreto Presidencial em Julho de 2010, tratando-se de um órgão de execução central encarregue de elaborar normas para aplicar uma reforma fiscal em Angola e dotar o país de um sistema moderno, capaz de dar resposta aos objectivos que lhe são constitucionalmente atribuídos.

A reforma tem como finalidade o alargamento da base tributária, para garantir a justiça e o bem-estar social com base numa justa distribuição da riqueza, promovendo, deste modo, o aumento de receitas para o desenvolvimento de Angola.

equivalente, para efeitos de repercussão do imposto dos adquirentes de bens ou serviços.

No novo diploma da reforma tributária foram contemplados os serviços de produção, importação, leilões, prestação de serviços, o pagamento do imposto de consumo a uma taxa de cinco por cento, com a criação de áreas de estacionamento, de conferência, portuárias, viagens, segurança privada, serviços de internet, agricultura e pecuária" minerais, pescas e de silvicultura não transformados.

Na lei anterior, o pagamento do IC incluía apenas os serviços de hotelaria e similares.

O vice-presidente da Associação da Câmara dos Despachantes de Angola, Pedro Bequengue, reconheceu que o encontro veio acabar com as dúvidas em relação aos novos diplomas da reforma tributária, incluindo as taxas aplicadas.

Na nova lei sobre o IC prevê-se a isenção de imposto sobre os bens produzidos em Angola, quando os mesmos se encontrem isentos na importação.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 PR inviabiliza pretensão de Bento Bento de exonerar presidente da Cidade de Luanda

*Semanário Continente*  
02 de Novembro de 2012

As informações postas a circular, na semana passada, sobre a possível exoneração do presidente da Cidade de Luanda, José Tavares, pelo governador provincial, terá motivado o Presidente Eduardo dos Santos a colocar os dois dirigentes tete-à-tete, numa reunião, na qual pediu explicações a Bento Bentosobre as reais razões que o motivaram a tomar tal iniciativa. No entanto, Bento Bento viu-se desprovido de qualquer argumento, para justificar as suas pretensões, tendo as mesmas caído por água-abaixo. Chegou-se a cogitar, recentemente que para tentar "livrar-se" de José Tavares, o governador e primeiro secretário do MPLA em Luanda, ter-se-ia pegado na suposta decisão de uma reunião havida no secretariado daquela formação política, tendo supostamente os militantes proposto os nomes de Eduardo Costa Gabriel e Jesuíno Silva este último, seu coadjutor no MPLA/Luanda, para um deles render José Tavares. O primeiro nome era o mais apontado já que Jesuíno teria manifestado mais disposição em dedicar-se ao Parlamento onde é deputado. Aliás, ao que consta, Jesuíno seria uma má escolha uma vez ter sido fortemente criticado e apontado de incompetente para assumir tal cargo. Diz-se mesmo que quem mais sabe fazer é louvaminhar 'vergar-se como um bailarino a empresários como Bento Kangamba Transformando-se num autêntico caçador de fortunas, que usa as pessoas depois as deita quando já não tem nada para sugar, que o diga Riquinho nos famosos jeep 4x4. Tudo quanto se sabe que, José Tavares vai mesmo continuar no cargo, devendo Bento Bento gerir a situação. Comenta-se à boca pequena que a corrente entre os dois não passa faz tempo, mas, não há outra saída, por enquanto, que não seja coabitarem. Neste momento há correntes a favor da continuidade do Presidente da Cidade de Luanda, defendendo que apesar de viajar constantemente para o Brasil, não se sabendo se em tratamento médico, ou em viagens sambistas, assim como as exibições com batedores e sirenes, quando sai de casa para o serviço e vice-versa, fora isto, reconhecem em José Tavares, atitude e capacidade para dirigir a cidade de Luanda. "Não é que tenhamos

algo contra a escolha de Bento Bento, mas esta sua atitude em levar todo MPLA/Luanda no GPL não é conveniente, nem todos somos bons políticos e automaticamente bons gestores", disse uma fonte próxima do Comité Provincial do Partido dos "camaradas" em Luanda, tendo adiante dado o exemplo de Mendes de Carvalho, vice-governador para a área social que, segundo a fonte, tem tido um mau desempenho por ser um bom político e mau gestor.

### 5.2 As autarquias locais em Angola

*Semanário Angolense*  
03 de Novembro de 2012

Autarquia (do grego, autarkheia) significa bastar-se a si mesmo, ser autónomo, mas o seu significado varia de acordo com o campo científico em que é aplicado. Assim, em economia, autarquia implica a qualidade de ser auto-suficiente; em filosofia, o poder de bastar-se a si mesmo. Para este tema, o que importa é a sua utilização no campo do Direito administrativo, a partir do qual esta figura vulgarizou-se no vocabulário político angolano. E neste particular, o conceito radica na ideia de uma entidade com certo grau de autonomia administrativa e financeira criada pelo Estado com objectivo de realizar o interesse público. Esta amplitude conceitual que coincide com a definição de autarquia no Direito brasileiro implica qualquer organização ou instituição criada pelo Estado, desde os institutos públicos, empresas públicas, municípios, distritos às corporações ou associações públicas, etc.

O que interessa é que a pessoa do autarca (administrador da autarquia) esteja na direcção de uma entidade colectiva com uma autonomia que o diferencia do Estado, integrando assim o conceito da administração indirecta do Estado. Para o Direito português, o conceito de autarquia é confinado a Autarquia Local. Isto reduz-se ao Município e a Freguesia. Daí a designação Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia como entidades representativas do poder autárquico local, no Direito administrativo português. O que é facto é que a noção brasileira de autarquia compreende entidades como os institutos públicos assim definidos no Direito português (e no Direito angolano como não podia deixar de ser). Da mesma forma, não importa a diferenciação conceitual, a autarquia é uma entidade auxiliar da administração estatal autónoma e descentralizada.

### 5.3 Afinal, que «autárquicas» teremos?

*Semanário Angolense*

*03 de Novembro de 2012*

«Se vocês me elegerem Presidente da Câmara de Belas, vou substituir a ponte molhada por uma que não seja inundada pelas chuvas, cortando a circulação entre o Talatona e o Kífica. E vou reparar a estrada entre o Talatona e o Lar do Patriota, para acabar com os engarrafamentos de manhã e à noite na ponte molhada. E vou acabar com a aberração das ruas de sentido único nas estradas do Talatona em que passa um carro por minuto. E vou fazer para que haja a água e luz 24 sobre 24 no Kífica, Lar do Patriota e no Chinguar, da mesma forma que há no Talatona. E pôr mais rotundas na estrada bombas da Pumangola - via expressa, impor velocidade máxima de 60 km/h e colocar semáforos para acabar com os acidentes causados por uma «via rápida» que passa no meio de uma zona residencial. E vou asfaltar todas as ruas do interior do Kífica» - assim falaria eu, se entrasse nas autárquicas para «nguvular» o meu amado Kífica. Mas, para quando isso? - eis a questão ...

Terminado o «show» -- terminou mesmo? - das eleições gerais de 2012, os partidos já vão dizendo que o próximo passo será as eleições autárquicas. Cujos formato e «modus faciendú» anda ainda no segredo dos deuses. Cujas data ora é 2014, ora é 2015. Que não se sabe ainda se serão em todos os 161 municípios, ou gradualmente uns em 2014 e outros em 2015. Como pano de fundo, teremos os omnipresentes desafios logísticos que a extensão do país, que se juntarão à falta de experiência absoluta em organização de eleições do género, tanto das autoridades como dos eleitores. Como o céu que cobre a terra, ainda restará a perene e brutal desconfiança de que padecem os seus principais autores: os políticos.

Tudo isso à parte, é tempo de trazer este assunto à agenda dos cidadãos. Reflectir sobre o que é isso de eleições autárquicas e qual o seu impacto na vida do cidadão comum. Sendo, como sabemos, uma eleição daqueles que governarão o município, como é que fica a relação entre o Presidente da Autarquia eleito (vai chamar-se Presidente da Câmara, como nos velhos tempos?) e o Administrador Municipal nomeado. Quem dos dois vai ter a chave do cofre da «bufunfa» para governar. Que programa vai ser executado: se o que o autarca apresentou aos «municípios» e que estes aprovaram, ou o do partido no Poder, que, por ter vencido as eleições nacionais, ganhou o direito de nomear o Administrador. Quem será o chefe directo do autarca: o Governador

Provincial, que não é eleito, mas sim nomeado? Não sendo isso possível (uma entidade eleita não deve, em princípio, subordinar-se a outra nomeada), quem será então o seu chefe? Se for o autarca a comandar a «bufunfa» com quem se relacionará para que a sua fatia do OGE chegue ao seu município? Enfim, mil perguntas que - até agora, pelo menos - carecem de respostas.

Se por um lado, as autárquicas podem ser uma boa oportunidade para dividir o poder pelo MPLA e os outros partidos concorrentes (os que perderam as eleições gerais e que estão como se o mundo tivesse acabado com isso), por outro, e sé as questões acima não forem devidamente acauteladas, podem também constituir um autêntico saco de gatos, com o autarca e o administrador municipal às turras enquanto o município definha. Se nos ativermos à experiência do MPLA em todas as províncias onde o 1.º Secretário Provincial não era o Governador, a convivência entre os dois «poderes» foi de cortar à faca, razão pela qual este partido decidiu juntar os dois postos numa só pessoa, por maioria de razão se fundamentam os receios daqueles que acham que as autárquicas podem também ser mais um palco de luta entre políticos que, mais que adversários, se consideram verdadeiros inimigos, apenas por militarem em partidos diferentes.

Outra dimensão nada desprezível, e cujo tratamento ainda (esperamos) é do domínio de alguns iluminados, é o perfil dos autarcas e o papel que os partidos políticos terão na selecção das candidaturas. A fazer fé em experiências passadas, serão os secretariados municipais dos partidos a seleccionar quem serão os autarcas, incluindo o seu presidente. E a continuar por esta linha, serão os partidos a bancar com as campanhas eleitorais.

Porém, e esta é uma das grandes características das eleições autárquicas, aí os candidatos terão que conhecer e ser conhecidos pelos munícipes - estes agora investidos na verdadeira acepção do termo. Como exemplificámos no início desta peça, aí já não bastarão programas e slogans generalistas do tipo «construir um milhão de casas» ou «reparar as vias entre as províncias Z ou Y» ou ainda «50.000 kwanzas de salário mínimo». Nas eleições autárquicas haverá que se apontar soluções realísticas a problemas concretos. Como, por exemplo, prometer (e depois fazer por isso) a construção de estradas que ajudem as pessoas a chegar mais rápido ao mercado ou ao serviço. Como se propiciar Educação e Saúde de mais qualidade na escola A e no hospital B. Mais um mercado aqui ou mais um campo de futebol ali.

Num cenário desses, em que as pessoas precisam de recorrer a bens e serviços de outro município, mesmo

em Luanda, será uma prova de incompetência do seu governo ou, se preferirem, dos seus autarcas eleitos, se não se honrar as promessas eleitorais. O que acarretará apenas uma consequência: não serem reeleitos, estrebuche o seu partido o quanto quiser ...

Nem que seja só por isso, as autarquias obrigatoriamente trarão um elemento novo na forma de fazer política em Angola. Militância partidária sim, mas os governantes eleitos terão que ser também, e sobretudo, tecnicamente competentes. E de provas dadas junto dos seus munícipes. Ao contrário das eleições gerais, onde todos os eleitos, incluindo o PR, vão à boleia do seu partido, nas autárquicas será o indivíduo que dará a aprovação ou desaprovação dos eleitores à sua formação partidária. O que acabará, por efeito dominó, por se estender às eleições gerais, atraindo vários ganhos à qualidade dos nossos governantes, a maior parte deles mais preocupados em bajular os partidos e seus dirigentes que corresponder positivamente às expectativas do cidadão eleitor. Num cenário destes, seria impensável, por exemplo, uma entidade eleita ir ao mural de um eleitor para achincalhá-lo, como aconteceu recentemente com um conhecido deputado da nossa praça ...

Questões e questiúnculas à parte, venhamos e convenhamos que as eleições autárquicas trarão uma (bem-vinda) lufada de ar fresco à nossa «realpolitik angolensis». Ainda que por permitir, como se espera, os cidadãos independentes - aqueles que não querem estar acorrentados a um partido - apresentem também as suas candidaturas e, caso ganhem, exerçam o direito legítimo- de governar o seu rincão..

## 5.4 Autarquias supra-municipais

*Semanário Angolense*

*03 de Novembro de 2012*

A LC determina que as autarquias organizam -se nos municípios. Porém, admite a possibilidade de existência de autarquias supra-municipais (ao nível de províncias ou de regiões) e intermunicipais (ao nível das comunas distritos, bairros, etc.), desde que haja razões políticas suficientes definidas em conceitos gerais tais como especificidades culturais, históricas e grau de desenvolvimento. A dúvida de saber se o conceito de autarquia em Angola está orientado para o conceito assimilado pelo Direito brasileiro ou pelo Direito Português fica sanada, na medida em que representa uma visão combinada entre o conceito brasileiro, quanto ao âmbito territorial e o conceito português quanto à sua restrição a autarquia local.

Sendo neste particular redutor, por excluir abinitio qualquer outra circunscrição administrativa das características desta espécie de poder local. Está claro que o princípio do gradualismo que implica a viabilidade de determinados factores na implementação das autarquias locais faz completo sentido em se tratando das autarquias supra e inframunicipais, por estarem condicionadas a verificação de factores apontados pela LC e não para os municípios assim definidos pela LC, sob pena de violar o princípio da universalidade de direito consagrado na lei magna (art.º22.0), já que a implementação das autarquias locais em todo o território nacional deve ser simultânea se quisermos preservar a igualdade de direitos dos cidadãos em ter acesso aos bens e serviços proporcionados pela administração pública em circunstâncias e oportunidades similares ou equiparadas.

Quanto à organização, as autarquias locais são uma clara imitação do poder central do Estado com exclusão do poder judicial exercido pelos tribunais, que no nível da circunscrição administrativa autárquica é exercido de forma autónoma no seguimento da hierarquia vertical que o liga ao poder judicial central. A LC prevê a existência de uma assembleia dotada de poderes deliberativos; de um órgão executivo colegial e de um Presidente da autarquia. A inexistência de Lei própria impossibilita a determinação da composição dos referidos órgãos, com excepção do Presidente que é claramente singular.

Mas percebe-se que, à semelhança do modelo jurídico português (o qual temos o hábito crónico de seguir a letra) a assembleia deliberativa terá a composição semelhante a uma Assembleia Nacional captada ao nível local. É verdade que exercerá apenas poder regulamentar (criar regulamentos de vigência e vinculação local), mas não deixa de ser uma espécie de câmara legislativa onde estarão os membros (em rigor, seriam reguladores dada a competência meramente regulamentar atribuída pela LC) eleitos em eleições autárquicas. Não se sabe se serão chamados deputados municipais ou vereadores (como acontece no Brasil ou em Portugal), o facto é que a Lei deverá determinar o número de membros da assembleia deliberativa da autarquia local.

O munícipe enquanto subcategoria de cidadão circunscrito ao município é tributo das autarquias locais. O munícipe enquanto autarca originário é detentor de poderes deliberativos ao nível local (autárquico) e a sua qualificação como munícipe advém deste mesmo poder reconhecido por lei. Com ele o munícipe se sente a autoridade máxima (originária) do município podendo impor-se contra os seus representantes quando estes não realizam as



atribuições da autarquia local. Assim, só teremos municípios a partir das primeiras eleições autárquicas em Angola. Ao contrário da vulgarização inapropriada desta denominação nos dias de hoje. Da mesma forma, o surgimento dos municípios autárquicos, usando a possibilidade ilícita do princípio do gradualismo, levará a melhor definição das atribuições do poder local em toda a sua plenitude. Quer por determinação das funções efectivas das autoridades tradicionais quer por delimitação das atribuições dos governos provinciais.

## 5.5 Dois a mandar é complicado

*Angolense*

*03 de Novembro de 2012*

Luanda - Bento Bento vs Job Capapinha e Francisca do Espírito Santo - Bilo de titãs, pois todos os envolvidos eram da mais alta confiança do omnipresente José Eduardo dos Santos, seria ganho em toda a linha por Bento Bento, o homem forte do partido. Se Job Capapinha seria vaiado em pleno pavilhão principal da cidadela, na presença do próprio PR, e Francisca do Espírito Santo acabaria ingloriamente tombada por obra e graça das chuvas, Bento Bento se veria recompensado, por ter sabido «segurar as massas». No entanto, com nenhum desses dois primeiros ex-governadores a corrente passou. É verdade que foi um «bilo» surdo, mas foi bilo mesmo. Que só pareceu ter terminado quando passou a haver apenas uma cabeça mandante: Bento Francisco Bento da sua graça.

Cabinda - Aníbal Rocha vs Mawete João Baptista - O «bilo» entre eles foi forte. Acicatado pelos inegáveis êxitos da governação de Aníbal Rocha, entretanto caído em desgraça, em face do ataque à selecção togolesa, por altura do CAN de 2010, Mawete João Baptista não deu tréguas ao então 1.0 Secretário provincial do «M». O conflito entre eles só terminou quando, na conferência seguinte, Aníbal Rocha ver-se-ia obrigado a ceder o lugar de 1.0 Secretário ao «arqui-rival» Mawete João Baptista. Mas, como o esperto só almoça, este acabaria bebendo do seu próprio veneno quando teve de sair da província «nas corridas», estando apenas a fazer tempo para entregar o posto de 1º Secretário a Aldina da Lomba.

Huambo - António Paulo Kassoma vs Albino Malungo e Faustino Muteka - Por força dos estatutos, Paulo Kassoma manteve-se como 1.0 Secretário Provincial do Huambo do MPLA, enquanto se esperava pela conferência seguinte. A incompatibilidade com Malungo, que, como se diz em surdina, tentou «queixar» Kassoma a JES, foi imediata, com consequências desastrosas para o

actual embaixador na Coreia do Sul: seria recambiado para casa. Com Muteka esperava-se uma convivência mais salutar, por ter sido o chefe do grupo de acompanhamento do BP no consulado daquele. Nem isso. Muteka abriu' uma verdadeira guerra a tudo o que cheirasse a Kassoma. Um «bilo» cujas consequências políticas já começaram a fazer-se sentir.

Huíla - Marcelino Typingue vs Isaac dos Anjos - Esse foi o «bik» mais mediático, com direito à cobertura da Voz da América e tudo. Perante um veterano e plácido Typingue, Isaac dos Anjos viu-se e desejou-se para levar avante o «trungungo» que lhe é peculiar. Se bem que pela voz do 2.º Secretário, Virgílio Tyova, foi aí que o verniz estalou, ao ponto de se tornar público, em decorrência das «demolições isaquianas». Nem mesmo as inúmeras deputações das estruturas centrais lideradas por Gonçalves Muandumba resolveram a questão. Foi aí que o MPLA e JES chegaram à conclusão que duas «cabeças» só davam... dores de cabeça. A solução foi despachar o activo, mas irreverente Isaac para a vizinha província do Namibe e juntar a sua anterior «cabeça» à do ... velho Typingue, que até não demonstrava lá grande vontade para o tacho. A cautela, já se vai cochichando nos corredores do Kremlin que Isaac dos Anjos receberá de Cândida Celeste o 1.0 secretariado do MPLA na província. Não vá o Diabo tecê-las... outra vez.

Malanje - Cristóvão da Cunha vs Boaventura Cardoso - Mesma coisa. Recém-chegado a Malanje, Boaventura Cardoso seria recebido com barragem de metralhadora por Cristóvão da Cunha, que, por força do seu posto no Parlamento e dos resultados da última conferência provincial, conservava os cargos de Coordenador do Círculo Provincial e 1.0 Secretário Provincial. Perante o risco de ver os militantes e a sociedade malanjina fragmentada em duas facções em guerra, a solução foi «juntar as cabeças», então na pessoa de Boaventura Cardoso. Que, por sua vez, está à espera de passar o apetecido posto a Kwata Kanawa ...

## 5.6 Eleitos ou nomeados? Artigo

*Semanário Angolense*

*03 de Novembro de 2012*

Facto discutível, e de fazer correr rios de tinta, é o de saber se os membros do órgão executivo (governo autárquico) serão eleitos ou nomeados. Situação esta que se arrasta para a avaliação da situação do Presidente da autarquia. Faz sentido levantar essa indagação, embora seja habitual noutras paragens administrativas que estes sejam eleitos no conjunto

dos órgãos autárquicos. O problema está na possibilidade legal do Estado fixar por lei a organização e o funcionamento da autarquia, bem como o modo de nomeação ou eleição dos seus órgãos.

Cabe ao legislador tornar claro a solução deste problema, inclusive definir o número de membros e as respectivas funções no quadro do executivo autárquico. Sabe-se, porém, que quanto ao Presidente da autarquia a LC estabelece que este seja o cabeça de lista do partido vencedor ao nível autárquico (art.º 220.º, n.04). Aqui também se percebe que ao nível autárquico não são admitidas eleições de candidatos independentes. O que promove um certo exagero do legislador, já que ao nível local é mais fácil as pessoas depositarem confiança a uma figura carismática de idoneidade moral, valor cultural ou liderança religiosa ou ainda académica do que a um político, sobretudo escondido nas saias de um partido político, dada a atonicidade dos interesses e problemas e a exiguidade da quantidade da população.

Questão interessante no âmbito da delimitação de poderes entre a administração pública central e a administração autónoma (autárquica) está em descortinar os limites do poder administrativo e financeiro da autarquia. Quanto ao poder administrativo, a LC facilita delimitando as atribuições ainda que genéricas. Porém, quanto ao poder financeiro (sobretudo ligado a percepção de receitas fiscais) há ainda muito que conjecturar sobre o modelo ideal a adoptar pelas autarquias locais em Angola. Certo é que as autarquias devem ter receitas próprias a partir das quais serão deduzidas as receitas destinadas as finanças centrais do Estado, independentemente da actividade financeira autónoma deste.

A Lei deverá estabelecer os tipos e espécies de impostos e taxas a serem cobrados ao nível autárquico para que haja clareza e transparência na organização e funcionamento do sistema financeiro autárquico. Conferindo ao munícipe uma percepção igualmente clara sobre as possibilidades financeiras da autarquia e em consequência das possibilidades de realização administrativa dos seus representantes neste nível. E é para resolver este problema de capital importância na implementação das autarquias que o debate sobre este fenómeno administrativo deve começar imediatamente entre os operadores políticos até à concretização da respectiva legislação.

Porque se se prevêem eleições autárquicas (agora adiadas para 2015), é mais do que certo que a legislação deve estar pronta muito antes para que todos tenham a percepção dos procedimentos adequados a tomar na abordagem da sua organização,

funcionamento e até pé provimento das vagas nos órgãos de direcção autárquica, assim como os limites e atribuições da respectiva autarquia. É um sinal de prudência necessária para os partidos políticos que queiram a concretização das autarquias locais, conforme os mais profundos interesses do povo e em concordância com o actual sistema jurídico angolano (na parte em que não é atípico).

Garantia assente é que o órgão executivo autárquico é colegial e, portanto, é uma clara imitação de um conselho de ministros ao nível local com poderes disseminados para cada um dos seus membros evitando assim a autocracia bem patente no poder político ao nível central do Estado. É aqui que as eleições autárquicas representam a quebra na base do poder político concentrado no Executivo tornando-se num verdadeiro veículo da descentralização administrativa (e até política) do Estado. O que, a concretizar-se em Angola, tornar-se-á na base efectiva para o início do processo de democratização e da concretização do Estado de Direito. E por aqui se defende que todos os órgãos do poder autárquico sejam eleitos que a mesma fonte do poder (população) seja aquela que a retira pela via eleitoral ou por moção de censura do executivo autárquico.

## 5.7 Já saberemos quantos somos em 2013

*Agora*

*17 de Novembro de 2012*

O INE aponta que em Viana (Luanda), o processo iniciou a 10 de Outubro último e estender-se-á por 35 dias, enquanto em Cacuaco os agentes cartógrafos iniciaram o trabalho a 9 do mês em curso, para um período de 20 dias.

Ainda na capital do país, de acordo com o INE, o trabalho é garantido por 17 equipas (cada uma é constituída por quatro agentes cartógrafos e um supervisor), apontando as chuvas, que têm caído nos últimos tempos, a exemplo das outras províncias do país, como a principal dificuldade com que o pessoal da cartografia se depara no exercício da sua actividade.

Já em Malanje, lê-se no documento, o trabalho, iniciado a seis deste mês, está a ser levado a cabo nas comunas de Muquixi e Caxinga, no município de Caculama, e em Kalandula, envolvendo sete equipas.

Acções similares decorrem durante o mês em curso nos municípios de Kibala, Caungula, Muconda, Cubal, Jamba e Chicala Choloanga, nas províncias do Kwanza Sul, Lunda Norte, Lunda Sul, Benguela,

Huíla e Huambo, respectivamente, num total de 41 equipas.

No Bié realiza-se desde seis deste mês a actualização cartográfica do município de Camacupa.

O INE realça que os agentes cartógrafos destacados naquela região do país carecem de apoio em meios de transporte aéreos (helicópteros) para superarem os obstáculos na travessia dos rios Mussuma, Nengo e Luanguinga, afim de atingirem os lugares mais recônditos.

No Tômbua (Namibe), e Namacunde (Cunene), as actividades de campo iniciaram há uma semana, envolvendo nove equipas.

Já os trabalhos de elaboração da cartografia censitária no Lumbala Nguimbo, província do Moxico, decorrem desde terça-feira, enquanto em Mavinga, no Kuando Kubango, iniciaram a 11 deste mês.

O principal constrangimento para os agentes cartógrafos nas duas localidades prende-se com o difícil acesso às diversas áreas.

No município de Cacongo (Cabinda), a actividade iniciou a oito do mês em curso, ao passo que na Damba (Uíge), e no Nóqui, província do Zaire, o processo arrancou nesta quinta-feira, 15. O tempo de duração estimado é de quatro a seis dias.

"Nas províncias do Kwanza Norte e do Bengo já estão concluídos os trabalhos de elaboração da cartografia censitária", reforça o INE.

O Executivo está engajado na preparação do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2013), também designado por Censo, uma operação completa de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demográficos e socioeconómicos num período específico de todas as pessoas residentes e das habitações existentes no país.

Com a realização do Censo, será possível saber exactamente a estrutura da população angolana e da força de trabalho, a sua distribuição geográfica e as áreas de investimentos prioritários.

O Executivo quer com isso aperfeiçoar as políticas públicas para a saúde, educação, habitação e segurança social.

## 5.8 Censo populacional adiado

*Angolense*

*23 de Novembro de 2012*

O parlamento angolano decidiu no dia 20 deste mês, por maioria, adiar por um ano o primeiro recenseamento da população e habitação de Angola pós-independência, que estava previsto para Junho de 2013.

De acordo com o ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Job Graça, as causas do adiamento prendem-se com a realização das últimas eleições gerais, ocorrida a 31 de Agosto do corrente ano. Job Graça, segundo a Angop, afirmou que tecnicamente antes da realização do censo geral deve-se proceder a um censo piloto, uma antecedência mínima de oito meses, a contar do momento censitário.

O governante que o processo eleitoral "condicionou" o desenvolvimento das actividades preparatórias do censo, designadamente a realização de um piloto, a partir de Julho passado. O momento censitário inicialmente previsto era às zero horas do dia 16 de Julho de 2013. O adiamento foi acolhido favoravelmente por 151 deputados do partido governante, MPLA, da terceira força política, CASA-CE, enquanto os 31 deputados da UNITA, o maior partido na oposição, se abstiveram.

Com este adiamento, cabe agora ao Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, fixar nova data do censo. De realçar que, o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresentou a proposta de para às zero horas do dia 16 de Maio de 2014 como momento censitário. No dia 15 deste mês, à Angop, O director geral do INE propor. Camilo Ceita manifestou-se convicto que o futuro recenseamento da população deverá registar de 21 milhões de habitantes em Angola.

A discussão e aprovação da Lei de Autorização para Alteração do Momento censitário foi o primeiro ponto da sessão plenária que prosseguiu com a aprovação do Projecto de Resolução que aprova a Adesão de Angola à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Resolução que Aprova a Convenção relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em Matéria de adopção Internacional.

De recordar que, falando ao Jornal de Angola, o director do Instituto Nacional de Estatística (INE), Camilo Ceita, afirmou que o censo populacional vai engolir dos cofres do Estado cerca de 100 milhões de dólares.

Segundo Camilo Ceita, o censo dá informação que serve para que todos os planos e programas políticos possam ser executados de forma sustentável. "Vamos sair das estimativas ou projecções para um estado de informação concreta. E sabemos que a informação real é necessária para o desenvolvimento sustentável, porque as prioridades vão ser melhor dirigidas e os projectos e programas vão ser melhor avaliados e executados", lembrou o responsável. O último censo foi realizado em 1970, no tempo colonial. Para saber das estimativas da sua população, Angola tem-se socorrido dos estudos feitos pelas Nações Unidas.

## 5.9 Censo Populacional vai permitir melhor distribuição de riqueza

*Semanário Factual*

*De 24 de Novembro a 01 de Dezembro de 2012*

O recenseamento da população angolana vai permitir a melhor distribuição da riqueza nacional, fez saber quinta-feira, 22, ao Factual, uma fonte do partido no poder.

Conforme a fonte, o censo terá dificuldades nas principais cidades, visto que, nos municípios, as administrações vão facilitar os trabalhos.

Em contrapartida, o Parlamento Angolano decidiu-se, nesta terça-feira, 20, por maioria, a adiar por um ano o primeiro recenseamento da população e habitação de Angola pós-independência, que estava previsto para Junho de 2013.

A fundamentação foi dada pelo ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Job Graça, que alegou a realização das eleições gerais, em Agosto passado, como motivo plausível de adiamento.

Segundo o governante, "tecnicamente, antes da realização do censo geral, deve-se proceder a um censo piloto, com uma antecedência mínima de oito meses, a contar do momento censitário".

Job Graça considerou que o processo eleitoral "condicionou" o desenvolvimento das actividades preparatórias do censo, designadamente a realização de um censo piloto, a partir de Julho passado. O momento censitário inicialmente previsto era às 24 horas do dia 16 de Julho de 2013.

O adiamento foi acolhido, favoravelmente, por 151 deputados do Movimento Popular de libertação de Angola (MPLA, no poder) e da coligação Convergência Ampla de Salvação de Angola - Co-

ligação Eleitoral (CASACE, oposição), enquanto 31 se abstiveram (União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de libertação de Angola (FNLA)), tendo os três votos contra partido dos parlamentares eleitos pelo Partido da Renovação Nacional (PRS).

Com esta alteração, caberá agora ao Presidente José Eduardo dos Santos fixar a nova data do censo, tendo o Instituto Nacional de Estatística (INE) proposto já às 24 horas do dia 16 de Maio de 2014 como momento censitário.

No passado dia 15, o director-geral do INE, Camilo Ceitas, manifestou-se convicto de que o futuro recenseamento da população deverá registar cerca de 21 milhões de habitantes em Angola.

A discussão e aprovação da Lei de Autorização Legislativa para Alteração do Momento Censitário foi o primeiro ponto da sessão plenária que prosseguiu com a aprovação do Projecto de Resolução que aprova a Adesão de Angola à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência e a Resolução que aprova a Convenção relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adopção Internacional.

Os deputados à Assembleia Nacional (AN) aprovaram, quarta-feira, 21, em sessão plenária, a resolução sobre o Conselho de Administração da casa das leis, ponto constante da agenda da II reunião ordinária do hemciclo, iniciada terça-feira, 21.

Os parlamentares elegeram os membros efectivos e suplentes para aquele órgão, bem como o seu presidente, o deputado Francisco Ramos da Cruz.

Na plenária, foi também apreciada e aprovada a Resolução sobre a direcção do Grupo de Mulheres Parlamentares que passa a ser liderada pela deputada Cândida Celeste da Silva.

De igual modo, tiveram anuência as resoluções sobre a constituição da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, presidida por Fernando da Piedade Dias dos Santos, bem assim a relativa à composição das Comissões Especializadas.

Na quarta-feira, aconteceu, igualmente, a movimentação de deputados, com a substituição da parlamentar do partido MPLA, Adelina Xilica, que deu lugar a Morais António Neves, bem como a tomada de posse de Lourenço Diogo Contreiras Neto, da mesma formação política.



## 5.10 Equipas actualizam cartografia do país

*O Independente*

*24 de Novembro de 2012*

O Gabinete Central do Censo (GCC) está a desdobrar equipas de trabalho para a actualização da carta cartográfica do país, no âmbito do Recenseamento Geral da População e Habitação, a ter lugar em Maio de 2014.

Depois da conclusão do processo de elaboração da cartografia censitária nas províncias do Kwanza Norte e Bengo, o GCC deslocou as referidas equipas de trabalho para Malanje e Uíge.

Em nota de imprensa, oGCC avança que nas demais províncias, com maior ou menor dificuldade ligadas ao difícil acesso e as chuvas que se fazem sentir um pouco por todo país, o processo decorre o seu curso normal.

"Em Luanda, no município de Viana, o processo teve início a 10 de Outubro último e estender-se-á por 35 dias, enquanto em Cacuaco os agentes cartógrafos iniciaram o trabalho a 9 do mês em curso, para um período de vinte dias", lê-se no documento.

O GCC adianta que na capital angolana o trabalho é garantido por 22 equipas (cada uma é constituída por quatro agentes cartógrafos e um supervisor).

Já em Malanje, de acordo com o GCC, o trabalho, iniciado a 19 deste mês, está a ser levado a cabo no município de Kalandula, envolvendo duas equipas.

" Acções similares decorrem durante o mês em curso, nos municípios do 'Cassongue, Lubalo, Dala, Cubal e Matala, nas províncias do Kwanza-Sul, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Benguela e Huíla, respectivamente, no total de 34 equipas".

No Bié, segundo a instituição, realiza-se desde 6 deste mês a actualização cartográfica do município de Camacupa, enquanto na província do Huambo está-se a trabalhar no processo de revisão nos bairros.

Adianta a fonte que nos municípios do Tômbua, província do Namibe, e Namacunde, província do Cunene, as actividades de campo iniciaram há uma semana, envolvendo 10 equipas, cinco em cada uma delas.

De acordo com o GCC, os trabalhos de elaboração da cartografia censitária na comuna do Luquembo, município dos Bunda, província do Moxico, decorrem desde o dia 18 de Novembro, com uma previsão de quatro dias, com a intervenção de cinco

equipas, enquanto no município da Mavinga, no Kuando-Kubango, iniciaram a deste mês.

O gabinete Central do Censo dá a conhecer que no município do Belize, província de Cabinda, a actividade iniciou a 17 deste mês, envolvendo duas equipas, ao passo que na Damba, província do Uíge, teve início a 17 do mês em curso, com cinco equipas, para um período de trabalho de três dias.

No seu balanço, o gabinete dá ainda a conhecer que no município do Cuimba, província do Zaire, o arranque aconteceu a 17 deste mês. "O tempo de duração estimado é de quatro dias, contando com o envolvimento de duas equipas. Nesta localidade os agentes carecem de meios de transportes aéreos tendo em conta as dificuldades de acesso às comunas e bairros".

O Executivo Angolano está engajado na preparação do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), também designado por Censo, uma operação completa de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demográficos e socio-económicos num período específico de todas as pessoas residentes e das habitações existentes no país.

Com a realização do Censo, será possível saber exactamente a estrutura da população angolana e da força de trabalho, a sua distribuição geográfica e as áreas de investimentos prioritários. O Executivo quer com isso aperfeiçoar as políticas públicas para a saúde, educação, habitação e segurança social.

O Gabinete Central do Censo tem, entre outras atribuições, a definição dos elementos metodológicos do RGPH, nomeadamente os conceitos, questionários, manuais de apoio e respectivas instruções, crítica e análise dos dados.

## 5.11 Quantos somos exactamente?

*Semanário Angolense*

*24 de Novembro de 2012*

A organização de um censo compreende várias etapas. A actualização cartográfica permite traçar os limites dos conglomerados, bairros, aldeias e sobados, para definir o número de pessoas que vai trabalhar no recenseamento, sobretudo recenseadores, assim como executar o mapa das secções. Segundo o director do INE, uma operação desta envergadura é, do ponto de vista económico e financeiro, dispendiosa, devendo ser realizada dentro dos padrões internacionais, por serem os que garantem a fiabilidade do resultado. «Tem de haver uma legislação própria que, felizmente, já existe. Temos um Gabinete Central do Censo, formado por

comissões de logística, formação, publicidade, marketing e administrativa. É essa estrutura que, a nível central, está a levar a bom porto as actividades de preparação do recenseamento», referiu.

Segundo Camilo Ceita, o censo já tem um fundo aprovado pelo Conselho de Ministros, desde 2011. Sendo uma empreitada de grande porte, considerando que os últimos mapas de Angola foram feitos entre os anos 80 e 85, tendo o país sofrido várias transformações que fizeram com que aldeias que existiam numa determinada comuna desaparecessem ou se tenham modificado substancialmente implica avaliar a realidade actual, pelo que é igualmente necessário recursos humanos qualificados.

«Vai depender do número de pessoas a contratar numa determinada área. As condições climáticas podem vir a atrapalhar algum trabalho. Podemos ser forçados a aumentar as equipas e automaticamente aquilo que está previsto já é alterado. Esta é uma actividade muito dispendiosa em qualquer parte do mundo. É de louvar a disponibilidade do Executivo, porque, em África e na América Latina, são raros os governos que assumem a cem por cento as despesas com o censo. O Executivo (angolano) está a assumir, até agora, todas as despesas do recenseamento da população», explicou Camilo Ceita. O censo vai permitir uma maior planificação e programação a todos os níveis, por haver vontade política para executá-lo. Para Camilo Ceita, não é possível gerir sem medir. «O país tem executado alguns projectos com dados do INE ( ... ) e o recenseamento vem afinar aquilo que já tem sido feito», disse.

Após a recolha das informações, resultantes de milhares de questionários em todas as províncias, elas serão centralizadas em Luanda, para se transformem em informações electrónicas e só depois é que vão merecer o devido tratamento estatístico. As actuais gerações não sabem quantos e quem são os angolanos e esperam por um censo realmente credível. O recenseamento geral da população e habitação vai permitir que se conheça com exactidão a quantidade de habitantes do país, sua composição etária, sexo, níveis de educação, ocupações profissionais, actividade económica desenvolvida, distribuição territorial, assim como a qualidade das habitações, disponibilidade de água, esgotos, equipamentos sociais e outros serviços. Na passada semana, o Director-geral do INE disse que o futuro recenseamento da população deverá registar cerca de 21 milhões de habitantes em Angola.

## 5.12 Cabinda quer aumentar o número de municípios

*Jornal de Angola*

*27 de Novembro de 2012*

A governadora de Cabinda, Aldina da Lomba, visitou no domingo as localidades de Mongo Dodó e Sevo Buala, município de Buco Zau, que devem tornar-se sedes comunais caso seja aprovada a proposta de elevação da comuna de Necuto, com mais de dez mil habitantes, à categoria de município. A proposta está a ser analisada pelo Executivo, a par de outras localidades do país. A divisão político-administrativa de Cabinda é de quatro municípios: Cabinda, Cacongo, Buco Zau e Belize. Tem ainda sete comunas, num total de 386 povoações. No mês passado, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, afirmou que estão a ser analisados os pedidos de algumas localidades que manifestaram o interesse em serem elevadas à categoria de município. Bornito de Sousa apontou o factor distância entre as comunas e as sedes provinciais como sendo relevante, entre os critérios que concorrem para a mudança da classificação administrativa.

"Há localidades que distam das actuais sedes municipais longos quilómetros. Para termos uma ideia, no Moxico, a sede municipal do Alto Zambeze, Cazombo, fica a quase 600 quilómetros da sede da província. No Kuando-Kubango, a distância entre a sede do município de Dirico e a cidade capital da província, Menongue, é superior à distância entre Luanda e Huambo.", salientou.

O ministro afirmou que, em alguns casos, há necessidade de se reestruturar a organização territorial, no sentido de levar os serviços muito mais próximo do cidadão e adiantou que há um conjunto de critérios que estão ainda em estudo e análise. Nos próximos cinco anos o Ministério da Administração do Território tem como prioridade acompanhar o funcionamento integrado dos governos provinciais e melhorar a organização de apoio às autoridades tradicionais.

### Visita às localidades

No prosseguimento da constatação do cumprimento dos programas de desenvolvimento local, no domínio social e económico, a governadora Aldina da Lomba visitou também a aldeia de Conde Malonda, onde estão a ser construídas 50 casas do tipo T2, escola de formação de professores, a central eléctrica do Necuto, o hospital comunal e o posto da polícia de guarda fronteira do Pinto da Fonseca.

Depois do Necuto, a governadora deslocou-se à comuna do Inhuca, localidade onde visitou as obras de reabilitação da via que liga a aldeia de Boma Lubinda à sede comunal, o centro médico local e a estação de capacitação e tratamento de água.

Na sede de Buco Zau, a governadora visitou alguns empreendimentos sociais, com destaque para as obras do futuro pólo da Universidade 11 de Novembro, o Hospital Regional Alzira da Fonseca, os 200 focos habitacionais em construção no cruzamento do Caio e as obras do templo da Igreja Católica. A estação de tratamento de água do Buco Zau e as obras das 150 casas sociais de tipo T3, nas aldeias de Cata Buangas e Litles, cuja inauguração está prevista para dia 10 de Dezembro, mereceram igualmente a atenção da governadora Aldina da Lomba. Antes do seu regresso à cidade de Cabinda, a governadora orientou uma reunião do conselho de administração municipal.

### 5.13 Censo geral da população. Levantamento cartográfico em conclusão

*Jornal de Angola*  
27 de Novembro

A informação cartográfica, que inclui o levantamento estatístico de habitações, delimitação dos bairros e aldeias, vai servir como fonte de apoio para todos os sectores da vida social, revelou em Mbanza Congo, o director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE). Camilo Ceita referiu que o Instituto de Cartografia de Angola e o Ministério da Administração do Território foram os primeiros a beneficia dos dados. Inicialmente previsto para o próximo ano, o Censo Geral da População foi adiado para Maio de 2014, por não estarem ainda reunidos os resultados globais do trabalho de levantamento cartográfico.

De acordo com o director do INE, a fase de levantamento cartográfico, iniciada em Maio último em todo o território nacional, está prestes a terminar. Na província do Zaire, frisou, faltam algumas zonas do município do Tomboco, a comuna de Madimba e Serra da Canda, no Cuimba e algumas ilhas do Soyo, que exigem meios aéreos, devido às péssimas condições de acesso por terra, para a recolha de dados. "Os resultados do levantamento das habitações, edifícios sociais e delimitação de aldeias com a respectiva toponímia, em curso no país, vai permitir também a actualização da cartografia nacional para o início do senso", disse Camilo Ceita, num encontro com membros da sociedade civil.

"Os nossos agentes conseguiram atingir algumas zonas de difícil acesso, como ilhas, com o uso de canoas. Mesmo assim, vamos recorrer aos meios aéreos da Polícia Nacional para concluir o trabalho", explicou. No período das eleições gerais o INE teve uma paragem no trabalho de levantamento cartográfico, porque os agentes foram confundidos com membros de partidos políticos. "Chegámos mesmo a registar alguns actos de agressão física, daí a razão da interrupção do processo, o que afectou a calendarização das actividades para o senso geral", referiu.

Camilo Ceita explicou que o censo geral deve ser precedido da criação de legislação específica, programação do censo, orçamentação, actualização cartográfica, censo piloto, formação do pessoal, recolha de informação, avaliação do censo e publicação dos resultados. O director do INE apelou à população para colaborar com os agentes envolvidos no processo, porque, frisou, "estão a prestar um serviço em benefício do país".

## 5.14 Eleições autárquicas somente em 2015

*Semanário Factual*

*De 27 de Outubro a 03 de Novembro de 2012*

Bornito de Sousa justificou a decisão com um estudo elaborado pelo seu Ministério, tendo em declarações à imprensa, no final das actividades desenvolvidas no município do Bailundo, assegurando que está em curso a preparação do processo das autarquias locais. Em 2011, durante reunião do Conselho de República, órgão consultivo do Presidente José Eduardo dos Santos, foi fixado 2014 como ano da realização das primeiras eleições autárquicas em Angola.

No Bailundo, Bornito de Sousa anunciou que "estudos que estão a ser aprofundados a nível do Ministério apontam mais para 2015", mas acrescentou que decorrem mais estudos a que se seguirão consultas a nível nacional.

Em Janeiro passado, por ocasião de uma visita de três dias a Angola do ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares de Portugal, Miguel Relvas, Bornito de Sousa anunciou que as primeiras eleições autárquicas se deveriam realizar em 2014, tendo, na ocasião, destacado a eventualidade da realização de experiências-piloto nalguns municípios e cidades.

"A Constituição estabelece o princípio do gradualismo na implantação das autarquias", destacou Bornito de Sousa, em Janeiro.

Referindo-se à reunião do Conselho da República, o ministro angolano afirmou estarem a ser considerados dois cenários.

"Uma ideia é de que deveríamos escolher um conjunto de municípios e cidades, começar por aí e avançar progressivamente. Outra ideia diz que, uma vez que temos dois anos pela frente, porque não prepararmos tudo e fazermos tudo de uma única vez?", indagou-se.

Bornito de Sousa afirmou que estas questões vão voltar a ser analisadas, mas, frisou, "a própria Constituição aponta para um sentido de prudência, o que não exclui, naturalmente, a realização de experiências-piloto em 2014 ou eventualmente antes".



## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 combatentes "acolhidos" no Kilamba

*Semanário Continente*  
02 de Novembro de 2012

São no total 557 apartamentos, subdivididos em três tipologias, nomeadamente, T3, T3-1 e T5, que irão albergar os assistidos do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria MACVP) na Cidade do Kilamba, em Luanda.

Segundo apurou este jornal, até a semana passada, a direcção provincial deste organismo, em Luanda, já tinha feito o cadastramento dos beneficiários para a segunda fase, aguardando-se apenas a celebração dos contractos. De acordo com o director provincial, Correia Baptista, na primeira etapa, 107 antigos combatentes haviam já concretizado o sonho da casa própria, naquele projecto habitacional. O processo, segundo o responsável, vai continuar, até ser atingido o número de beneficiários que irão "Trata-se de uma iniciativa presidencial que visa dar dignidade aos antigos combatentes e diminuir a carência da questão habitacional", disse Baptista Correia, lembrando que os privilegiados vão pagar as residências, através da renda resolúvel. Quanto aos critérios para a aquisição das residências, disse que os mesmos dependem da renda mensal ou capacidade financeira do interessado. "Os antigos combatentes que acham que podem concorrer neste projecto, estão abrangidos, não há exclusão, basta às pessoas manifestarem interesse e terem em dia a documentação necessária". O responsável fez saber, igualmente, que aqui na capital do país, está a ser erguido um outro projecto habitacional, na zona dos Ramiros onde irão também residir os antigos combatentes. Baptista Correia sublinhou, por outro lado, que, a par disso, estão na forja a implementação, nas zonas da Quimía e Quiçama, em Luanda, de projectos agro-pecuários, com vista ao combate à fome e à pobreza no seio dos antigos combatentes e as suas famílias.

Uma realidade

Ao que tudo indica, o velho adágio popular, segundo a qual "depois da tempestade vem a bonança", parece estar a resultar no seio das populações angolanas, não passando de lado dos antigos combatentes e veteranos da pátria, um segmento social outrora marginalizado, não sendo para menos que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos,

reservou na agenda social deste seu mandato, um lugar especial, para esta franga. De acordo com o PR, que falava no acto da sua investidura, na Praça da .... , em Luanda, o esforço de valorização dos angolanos implica também, e fundamentalmente, a melhoria constante das suas condições de vida, através do aperfeiçoamento dos mecanismos e vias de acesso à saúde, ao saneamento básico, à água potável e a habitação condigna. É no entanto, sobre este último as- projecto habitacional sido baptizado de "Liberdade". O mesmo está enquadrado na Caixa de Segurança Social das FAA. Trata-se, porém, de um contributo para o bem-estar destas famílias, que antes viviam a condições de habitabilidade muito péssimas. Já no Huambo, cinco mil e 600 assistidos pelo MAVP estão, igualmente a receber residências, enquanto, que, em Malange estão a ser reabilitadas as moradias que haviam sido entregues aos antigos combatentes, deficientes, viúvas e órfãs de guerra. A reabilitação está a cargo 40 MACVP, tendo as obras sido visitadas, esta semana, pela vice governadora para o Sector Político e Social, Alice Van-Dúnem.

### 6.2 "Acesso ao crédito à habitação é um dos principais problemas

*Expansão*  
02 de Novembro de 2012

Objectivo da APIMA é de organizar os profissionais no sector e, de uma forma unida, perante o Executivo, apresentar propostas de melhoria do funcionamento do mercado. Os principais problemas que se registam no mercado imobiliário são o acesso ao terreno, ao crédito para o financiamento de projectos e o acesso ao crédito à habitação, este último para dar poder de compra aos consumidores. A revelação é da presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Branca do Espírito Santo, ao considerar que, sem o crédito à habitação, dificilmente se vai aceder aos produtos que os profissionais colocam no mercado. O mercado imobiliário tem características próprias e, afirmou, na qualidade de intervenientes do mercado, têm-se queixado da quase estagnação que o mesmo regista, pelo facto de não haver acesso ao crédito.

"Constrói-se, mas as pessoas compram muito pouco. Só quem tem recursos próprios é que consegue comprar habitação, e, deste modo, O mercado está muito pouco dinâmico", manifestou. Sugere que, para existir dinamismo no mercado, é necessário que se tenha acesso ao crédito e melhoria das garantias para que os bancos comerciais se sintam-se confortáveis em conceder créditos à população, à economia. Se os profissionais adquirirem terrenos a preços não caros, no entendimento da presidente da APIMA, os

produtos - imobiliários não serão muito caros. Uma das formas para buscar consensos, refere a responsável, é a realização de fóruns deste género. A APIMA realizou o seu 5o fórum, em parceria com este jornal, julgando ser um momento no qual os profissionais reflectem sobre o seu futuro associado aos problemas que atravessam, e apresentam soluções aos decisores políticos do País.

### 6.3 Governantes e empresários analisam sector imobiliário

*Expansão*

*02 de Novembro de 2012*

Especialistas que participaram na conferência sobre o "O futuro do mercado imobiliário angolano", promovido pelo Expansão em parceria com a Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), chegaram a consenso que, sem regulamentação das actividades, estruturação do mercado e acesso ao financiamento, demorará mais tempo para que o País alcance a rota de estabilização e crescimento. Cleber Correa, director-geral da Proimóvel e membro de direcção da APIMA, salientou que, quanto à lei que regula o mercado imobiliário, é preciso que se tenha em conta a lei da alienação fiduciária, e que ela seja aprovada dentro dos princípios básicos para a: qual foi criada.

Para haver supervisão, caso os envolvidos na actividade não cumpram com as obrigações, é imperioso que sejam rapidamente notificados para pagar e, Caso não cumpram, o contrato deve ser anulado. Para casos similares, a casa passa ao leilão ou é desocupada, passando para uma nova família comprometida a fazer o financiamento exigido. "É uma lei que, à primeira vista, parece muito cruel", mas, segundo Cleber, a mesma vela para que haja sempre dinheiro no sistema imobiliário. E, com isso, o sistema imobiliário vai financiando mais famílias. Ao inverso do que as pessoas possam imaginar' diz o gestor imobiliário, a concepção da lei da alienação fiduciária ajuda a que cada vez mais famílias consigam o crédito imobiliário.

Cleber afirmou que é necessário que o Executivo, cada vez mais, estabeleça diálogo com as entidades sociais, incluindo as associações, a população em geral, porque, fundamenta, as associações, particularizando, têm muito contributo para dar, por estarem em contacto com o público. "Nós sabemos as dificuldades que o público enfrenta." O sector imobiliário angolano tem registado um baixo e desestruturado movimento, em virtude das razões evocadas pelo especialista, na medida em que, embora o mercado pudesse estar mais bem

"aquecido", o factor que condiciona o desajuste imobiliário é o alto custo do dinheiro, pois, "devido a uma inflação de 10%, os financiamentos estão a 14%".

Entretanto, defende que, embora haja um reajuste anual de 6% do salário do trabalhador, é preciso, neste momento em que a inflação está a desacelerar, que haja uma bonificação de maneira que o trabalhador consiga ter acesso ao crédito e consiga comprar a sua casa. E, a partir deste momento, acrescenta, mais promotores irão construir e, por conseguinte, movimentarão a economia, por que os dois pilares básicos da movimentação da economia são o mercado da construção civil e o da indústria, sendo que a própria indústria muitas vezes é puxada pelo mercado da construção civil, respondeu Cleber quando abordado pelo Expansão.

Apontou, tal como noutros países, embora não os tenha especificado, que em Angola o excesso de burocracia e o alto custo do dinheiro, tanto para o registo do projecto na conservatória quanto para os preços dos emolumentos, contribuem largamente para a desaceleração das actividades do sector imobiliário. Embora o mercado imobiliário nacional vislumbre incertezas de crescimento contínuo, Cleber aventa a hipótese de que, com a nova era governativa, "já é visível o interesse da parte do Executivo em querer dialogar de modo a que se busque, a partir das constatações, possíveis soluções dos problemas". Afunilamento do imobiliário Para o empresário e consultor Paulo Trindade, sócio e gerente da consultora imobiliária Abaccus, o sector imobiliário em Angola tem sofrido transformações significativas, tendo passado de um período de dificuldade ao período de afirmação. "É um sector onde vale a pena investir. Tem uma procura forte e emergente que vai tentar sustentar o mesmo", assegurou. À semelhança de Cleber, Paulo Trindade fez saber que os problemas do sector têm que ver, fundamentalmente, com assuntos de foro burocrático e legal, situação que, segundo o consultor, deve ser tratada com certa prioridade, focando insistentemente no aspecto do licenciamento, da documentação, porque constituem também um entrave ao sector.

Socorrendo-se da sua experiência profissional, apontou um terceiro aspecto ligado às dificuldades do sector imobiliário aliado ao factor demográfico, justificando que, quando há maior procura dos imóveis, a actividade é mais dinamizada, porque, considerou, "normalmente a procura incessante traduz a flexibilidade dos preços praticados". Segundo Diogo Rodrigues, manager da Zenki Real Estate, Angola está num estágio de desenvolvimento inicial no sector imobiliário e, enquanto durar este período, todos os contributos das empresas

consultoras são muito importantes para a maturação que se exige. A par da evolução do segmento imobiliário, Diogo Rodrigues informou que, actualmente, já é possível aceder ao desenvolvimento histórico do mercado, que permite fazer uma análise deste limite. "Eu acredito que, com o passar dos anos, sendo que estamos no início dos mandatos do novo Governo, e que tem tudo para ser um período de muita estabilidade económica e social, vai abrir-se um caminho de proporcionalização do sector, em que os promotores e os clientes definirão a linha limite de quem pode estar no mercado", vaticinou. O especialista, que dissertou sobre o "Segmento de Escritórios", garantiu que o trabalho do sector imobiliário nacional já é reconhecido por grandes empresas mundiais que vêm conhecer Angola, se surpreendendo mesmo com as obras já realizadas.

A causa dos problemas do sector imobiliário nacional, na visão e análise do administrador da Zenki Real Estate, não reside em assuntos como a crise financeira internacional. "Por muito importante que seja este factor, os principais estrangulamentos do mercado imobiliário angolano estão em questões burocráticas, e, também, na banca, pois cria muitas barreiras nas relações com os locais", esclareceu. O sector verificou que entre 2010 e 2012 existiu um crescimento de 104% na oferta de escritórios, na grande Luanda, Talatona e Centro. Tal observa-se com as rendas, onde se tem assistido a uma procura constante.

"Nós desejamos que até 2014 haja 820 mil metros quadrados de escritórios na cidade de Luanda", ambicionou.

Outra constatação prende-se com a grande mudança que começou a afectar, transversalmente, o mercado imobiliário nacional, incluindo promotores, banca, consultores e todos os seus restantes agentes. Nesta vertente de consensos e divergências, Néelson Rego, director-geral da Proprime, disse que os constrangimentos fazem parte de qualquer mercado que está em franca expansão, embora haja necessidade de melhorar sector.

A principal barreira prende-se com o financiamento, porque, esclarece, os preços são muito altos, logo não se consegue alcançar a camada populacional mais abrangente. Em segundo lugar, o especialista aponta as dificuldades nas propriedades horizontais dos edifícios, o que permite de imediato fazer escritura. "Os bancos para emprestar dinheiro exigem garantias, e estas não estão em condições de ser dadas, e, conseqüentemente, aumenta o preço do crédito", defendeu o responsável da Proprime, manifestando a necessidade de ser ajustar os padrões de financiamento. Na óptica de Néelson Rego, existem três factores de atropelo ao mercado, nomeadamente,

a estruturação jurídica do sector, estruturas básicas e o financiamento. Exemplo que atravessa o Atlântico

A alienação fiduciária surgiu no Brasil em 1997 e ganhou maior pendor prático a partir de 2003. Trata-se de um instrumento que em breve vai constar do xadrez legislativo nacional, o que poderá dinamizar, sobremaneira, o sector da construção civil e o mercado imobiliário. A antevisão é do especialista imobiliário Cleber Correa, advertindo que mais vale olhar pela horizontal e tentar resolver nos dias que correm, ainda que de forma consensual, os problemas que afectam o sector mesmo se a lei existir. É uma forma de o mercado da construção civil fluir de uma maneira rápida para que não aconteça o preço de um imóvel subir só porque não se consegue produzir a obra a tempo, quando falta produto no mercado, e o preço dos mesmos sobe. A Assembleia Nacional poderá ao longo do presente ano legislativo discutir, ponto a ponto, a lei fiduciária proposta. "Se a lei não for bem discutida e não for bem aprovada, então vai ser ineficaz para os bancos e seus representantes."

No Brasil, a lei fiduciária permitiu que a taxa de 11,2% relativa ao incumprimento de pagamento de imóveis em 2003 caísse, em 2012, para 2%. "Quem são esses 2%? É quem não tinha condições mesmo de continuar a pagar o financiamento da casa própria. Trata-se de pessoas que de facto quebraram a sua vida financeira, sem hipótese alguma de pagar, não adiantando, por isto, insistir nelas", exemplificou Cleber.

#### Tradução da lei fiduciária

O princípio fundamental dessa lei, na percepção de Cleber Correa, é que supostamente parece se querer proteger o mau pagador, mas há que se escolher entre este e milhares de famílias que ainda precisam de casa própria. Actualmente, a taxa de esforço praticada pelos bancos comerciais para pagamento de parcelas mensais sobre imóveis é de 40%. No entendimento do gestor, a taxa de esforço que os bancos praticam em Angola é muito alta, mas poderia ficar em 33%. A taxa de esforço é a parte do salário que uma pessoa pode subtrair para pagar a prestação da renda, sem afectar a família. A nível mundial, as economias definiram um terço do salário sobre as prestações, para que o cliente que paga o imóvel não justifique que lhe falta dinheiro. "Se ele não pagar, é por duas razões: ou deu prioridade a outras coisas, ou quebrou o compromisso, e por isto deve estar fora do sistema, porque o mesmo dinheiro que volta para o banco na próxima prestação vai alimentar a compra da casa da próxima família", disse.

## 6.4 Imobiliário. Luanda com rendas positivas

*A Capital*

*03 de Novembro de 2012*

Luanda é a segunda capital com a renda por metro quadrado mais cara em África, segundo um estudo sobre tendências do mercado imobiliário angolano realizado pela consultora Deloitte Angola. De acordo com o estudo, os preços por m<sup>2</sup> na capital angolana chegam a dobrar o valor do arrendamento praticado em mercados como o da Nigéria. Ainda assim, indicadores constantes em estudos similares sobre a variável apontam para um crescimento assinalável do sector imobiliário angolano, mas continua marcado por uma oferta muito aquém de satisfazer a demanda.

Por força da grande procura de espaço, valor da renda por metro quadrado no centro da capital angolana situa-se em torno de 150 dólares, sobretudo no segmento de escritórios. "É uma renda muito elevada", constatou Diogo Rodrigo, da consultora Zenki Real Estate, que não teve receio em olhar para esses valores como sendo mesmo das mais altas do mundo. Confortante, porém, é o facto de estudos estimarem que, em 2012, o stock de oferta disponível de escritórios venha a ser de 510 mil metros quadrados, prevendo que em 2014, essa mesma oferta cresça até 820 mil metros quadrados.

"Há claramente no mercado uma procura constante", acrescentou, embora considere ser necessário que os promotores imobiliários apostem na diversificação da oferta, a pensar nas capacidades aquisitivas dos vários segmentos da sociedade. Mas a tendência altista do valor do arrendamento pode estar perto do fim, segundo prevê a Deloitte. E há motivos para que a consultora comece a olhar o futuro do mercado imobiliário com algum optimismo.

"Com o aumento da oferta vamos ter aqui uma pressão para uma redução do preço médio do arrendamento nos vários segmentos do mercado, tanto escritórios como da parte residencial e também da comercial sem excluir espaços industriais", antevê Ricardo Gonçalves, um dos consultores ao serviço da Deloitte Angola. Dados oficiais indicam que mais de 70% do stock actual de escritórios em Luanda é ocupado por empresas do sector dos petróleos, instituições financeiras, bem como o sector público.

## 6.5 Realizar sonho pela auto-construção

*A Capital*

*03 de Novembro de 2012*

Depois de uma introspecção aturada, André Panzo conclui ter chegado a hora de tomar uma decisão sobre algo de vital importância para si: adquirir uma habitação. Ele não se importa muito com a localização da casa desejada. Mas, para o seu ego, o preferível seria fazê-lo num desses projectos habitacionais que nascem um pouco por toda Luanda e, por essa via, livrar-se, de uma vez por todas, do incómodo que são as rendas exorbitantes cobradas pelos senhorios.

Porém tinha de ser com alguma urgência, enquanto não fosse tarde demais para alguém que está à porta dos quarenta anos. Até recentemente, o sonho desse funcionário público pareceu muito próximo de ser concretizado, quando os apartamentos disponíveis na Cidade do Kilamba começaram a ser comercializados. Mas, pouco tempo depois, a desilusão tomou conta de si. Tudo por uma razão: a factura que os promotores decidiram dar a quem necessitasse de uma unidade naquele projecto de iniciativa pública. Aos olhos de pessoas como André Panzo, os preços aos quais estão a ser comercializados as casas do Kilamba não são para bolsos como o seu, que depende de salários tão magros como os praticados ao nível da função pública angolana.

Mas, na sua idade, Panzo entende ser imperativo dispor de casa própria. É assim que, na incapacidade de ter acesso a uma das habitações erguidas em muitos desses projectos residenciais, decidiu lançar mãos às obras, financiando, ele próprio, a construção de uma casa, ainda de perfil modesta. "E a única saída que tive", justificou, embora reconhecendo que, mesmo por essa via, também não está a ser fácil, dado, como disse, o custo dos materiais de construção, que faz com que a conclusão da obra "leve o tempo que está a levar". Mas, entre comprar uma casa à semelhança dessas dos condomínios e edificar uma por iniciativa própria, a segunda opção parece ser a preferida por quem, como ele, quer mais rapidamente concretizar o sonho da casa própria.

Não é por acaso que Estela dos Santos, assim como Antónia Ribeiro, desistiram do sonho de investir na compra de uma vivenda em condomínios ou apartamento no Kilamba. "Não há dinheiro que pague casa ali", referiu uma delas, depois de olhar para o que aufere mensalmente enquanto, também, funcionária empregue na função pública. Como professora, Antónia Ribeiro tem um ordenado mensal fixado em 60 mil kwanzas. Com tal valor,



como disse, seria uma aventura candidatar-se à aquisição de um apartamento em projecto como é a Cidade do Kilamba, onde cada fogo habitacional custa para além dos 100 mil kwanzas. "É muito caro", concluiu, tomando isso como motivo que a levaram a ir, gradualmente, montando bloco sobre bloco, até um dia concluir a sua obra sem ter que se amarrar em dívidas. Foi pelas mesmas razões que Estela dos Santos também preferiu envolver-se na auto-construção daquela que será a sua futura habitação. Mas de uma coisa ela já deu conta: "Construir é muito caro". E torna-se oneroso pelos elevados preços dos materiais de construção já referidos por André Panzo. "Os preços são assustadores", concordou Estela.

Para quem está envolvido em empreitada do género, a maior dor de cabeça está associada ao cimento, um dos produtos fundamentais em obras de construção, mas que, entre nós, tem os preços em constante oscilação, variando no mercado entre 950 e mil e 100 kwanzas o saco. U a situação que, tanto Antónia Ribeiro, como Estela dos Santos, não conseguem encontrar razões que justifiquem tais subidas, uma vez que o país já possui mais do que uma fábrica de cimento.

"Se fosse um produto apenas importado entenderíamos", sublinhou uma delas.

Mas, apesar de tudo, Antónia confessa que, no seu caso, o cimento não pesa tanto assim na estrutura de custos da obra que decidiu levantar, por conta de facilidades viabilizadas pelo seu cunhado que trabalha na Nova Cimangola. Graças a ele, consegue, ao contrário de muitos, adquirir grandes quantidades de cimento a preço menos oneroso. "Quanto a isso, não tenho muito a reclamar", disse. Razão pela qual prefere, ela própria, mandar fabricar os blocos com que está a erguer a casa, em lugar de comprar a partir de uma fábrica.

"Fica mais económico assim", justificou, apontando como desvantagem do bloco comprado, o facto de custar 200 kwanzas a mais em relação ao fabricado por ela. Se em relação ao cimento ela não tem muito que se queixar, o mesmo já não pode dizer em relação as demais matérias-primas usados em obras de construção civil. Tanto Antónia como Estela passam por imensas dificuldades na hora de comprá-los no mercado, a começar pelas madeiras até a chapa de fibrocimento, passando pelos varões de ferro e outros materiais de acabamento. De tão caros, obrigam a que o interessado "madrugue para conseguir a preços razoáveis no mercado paralelo", tal como disse Antónia, que apresenta isso como uma das razões que fazem com que as suas obras se revelam bastante morosas.

"O que os pedreiros nos fazem"

Quem julga que os elevados preços dos materiais são o único problema com que as pessoas envolvidas em auto construção se debatem pode estar enganado. Pessoas como Antónia Ribeiro e Estela dos Santos juntam a essa dificuldade os constrangimentos causados pelos pedreiros desonestos, que, segundo se queixam, nem sempre honram os contratos.

É que vezes sem conta sucede que, os pedreiros acabam simplesmente por abandonar as obras sem as concluir, por firmar compromisso com outras empreitadas, facto que os impede de cumprir com os prazos acordados com os donos das obras. "Este é outro Deus nos acuda", ressaltou Estela. Segundo contou, o orçamento do pedreiro para construir uma casa de três quartos, duas salas, casa de banho, cozinha e cercar o quintal, está avaliado em 17 mil dólares. Sobre isso acrescesse-se ainda o valor das alimentações, outro item que ajuda a onerar o custo.

"É caro, mas ainda brincam com a nossa boa vontade", reclamou. O problema é que "depois de receberem uma percentagem desaparecem", para além de muitos deles "roubarem o material de construção". Para evitar esses constrangimentos, André Panzo procurou, na semana passada, visitar a feira dedicada aos equipamentos e materiais de construção civil e obras públicas, na expectativa de encontrar proposta de oferta habitacional a preços compatíveis ao seu bolso. Mas nada.

## 6.6 Tendências do mercado arrancam opiniões de especialistas

*Expansão*

*02 de Novembro de 2012*

"O mercado imobiliário está parado", afirmou, na mesa-redonda, o consultor Miguel Ribeiro, da Própria casa - Sociedade de Mediação Imobiliária, um comentário que provocou reacções. O consultor justifica que o mercado não está parado por falta de produto nem por falta de investidores, mas, por um lado, porque alguns investidores entenderam aguardar pelos resultados eleitorais do País.

Por outro lado, fundamenta que, apesar da existente procura, os promotores querem saber realmente quais os projectos que devem colocar no mercado, de acordo com a capacidade financeira dos interessados.

Perante os factos apontados por Miguel Ribeiro, o empresário imobiliário Carlos Cunha alegou não concordar "a 100% que o mercado esteja parado", argumentando que este avança para um ritmo "

brando, como consequência ainda da crise mundial de 2008/2009 que Angola viveu por arrasto.

No entendimento de Carlos Cunha, vê-se, ultimamente, que os agentes do mercado trabalham em projectos voltados para a classe média/alta. Com isto, diz o empresário Cunha, a cidade de Luanda está recheada de imóveis para arrendamento, para a classe inferior àquela, mas com pouca qualidade, menos higiene, face aos preços praticados.

Neste rol de posições assumidas, Francisco Pinto, da construtora Griner - que em 2014 pretende posicionar-se no top 10 das construtoras no nosso País - revelou que as construtoras em Angola estão a passar por uma fase não muito boa.

O gestor afirmou que, num fórum da envergadura do realizado pela APIMA em parceria com o Expansão, há duas perguntas que contribuem para o crescimento da produção do imobiliário em Angola.

"Porque é que a construção custa o que custa hoje? Porque é que os preços são o que são, e o que é preciso fazer para tentar diminuir esse custo de construção?", auto-indagou.

Detalhando o assunto, avançou que o custo da construção representa, em Angola, 65% a 75% do custo total do projecto. Quanto aos restantes 25% a 35%, ficam indexados aos valores dos terrenos. Na sua opinião, é possível otimizar tais custos correspondentes aos cerca de 70% do total de um projecto.

A título de exemplo, elucidou que, em Angola, a mão-de-obra representa 20% do total do custo da construção. Na habitação social, a taxa de mão-de-obra aumenta um pouco mais e pode representar uma taxa de 30%.

Ao contrário do empresário Carlos Cunha, o gestor da Griner parece "alinhar na posição de Miguel Ribeiro, ao concordar que o mercado está a ressentir-se de uma paragem. "O que existia em 2006 e 2007 é diferente da realidade do mercado hoje. O que nós notamos, claramente, é que existe menos gente com capacidade de levar os projectos até ao fim"; revelou.

Quanto à reclamação de que os bancos comerciais não emprestam dinheiro para projectos imobiliários, embora o empresário Carlos Cunha tenha afirmado que os bancos facilitam muito na concessão de créditos aos promotores, Graziela de Brito, do banco BIC, interveio no assunto.

A bancária salientou que os bancos foram autorizados a emprestar dinheiro para a construção,

para os projectos imobiliários e também para a comercialização final, que é o crédito à habitação.

"Só que é o velho problema: os bancos emprestam dinheiro se recebem garantias em troca", respondeu, explicando que o problema residual é a dificuldade que existe, quer dos custos quer das pessoas, quando pretendem construir casa sem conseguir oferecer garantias, que, na prática, os bancos entendem como necessárias.

#### Concorrência desleal

Quanto aos impasses do mercado, relacionados com a concorrência desleal, o director-geral do Instituto Nacional da Habitação, Eugénio Correia, retorquiu sobre a questão de o Estado fazer concorrência ao sector privado, levantada pelo consultor Miguel Ribeiro. "Em princípio, nós respeitamos as opiniões, mas devo dizer que, no quadro da execução do Programa de Urbanismo e Habitação, em momento algum o Governo teve como intenção fazer uma concorrência desleal ao sector privado", aclarando que os dados do Programa Nacional de Habitação, para quem teve acesso, são elucidastes.

Ao falar sobre a polémica concorrência desleal, ressaltou que o Estado iniciou a construção de algumas habitações nas províncias de Luanda, Lunda Norte, Cabinda e Huíla, com objectivo de materializar o arranque da execução do programa. Quando se deu início ao programa, foi estabelecida uma meta de construção de 1 milhão de casas para o presente ano. "Quero dizer que 70% desta quota não está entregue ao Estado, estamos a falar de uma meta em que o Estado prevê a participação dos cidadãos no processo da construção dirigida", lembrou Miguel Ribeiro.

Recordou, igualmente, que está prevista a inclusão do sector privado neste processo, pelo que a cifra de casas que está reservada para o Estado construir não vai ultrapassar as 300 mil habitações. Ao Estado está reservado o papel de criar condições logísticas, legislativas, para o enquadramento de 200 privados no processo de construção de habitações, informou, assegurando que é responsabilidade do Estado promover a participação dos demais agentes neste processo de construção de habitações.

Adiantou que, à excepção da cidade do Kilamba, para os demais projectos imobiliários que estão a ser construídos em todo o País, a prioridade do Estado recai na habitação social. Entretanto, Eugénio Correia, quando indagado, novamente, se não era intenção do Estado concorrer, por que razão o faz, retorquiu que a terminologia "concorrência" não se faz sentir no plano do Governo. Protocolos de

acesso ao crédito Em Novembro de 2011, o Governo assinou com nove bancos comerciais protocolos que têm por objectivo facilitar a vida dos cidadãos no acesso à habitação, recordou Eugénio Correia, do Instituto Nacional da Habitação.

## 6.7 Plano b para salvar a política habitacional

*A Capital*

*03 de Novembro de 2012*

A CRISE MUNDIAL responsável pela «refundação» da política habitacional do Governo} deve ser contornada com a carteira de investimentos públicos posta que se impunha ao «fogo» que queimava o Executivo, não viam, contra todas as expectativas alimentadas por promessas atrás de promessas, o Estado apresentar as zonas infra-estruturas (reservas fundiárias), com redes técnicas, arruamentos, água e luz.

Ainda muito distante dos 140 mil fogos habitacionais prometidos em 2008, ano do anúncio de uma política habitacional que esbarrou na crise económica e financeira, o Governo Provincial de Benguela tem no Programa de Investimentos Públicos para 2013, apresentado há duas semanas, uma espécie de «tábua de salvação», com a prioridade a passar pelas duzentas casas sociais projectadas para cada um dos dez municípios.

Esta iniciativa, em marcha nas sedes municipais, absorverá 1.4 mil milhões de kwanzas, parte de um PIP orçado em 9.104 mil milhões. A conclusão da empreitada não vai, todavia, fazer esquecer a promessa de há quatro anos, que suscitou, como se viu, muitos comentários desencontrados e alertas de especialistas em construção preocupados com a falta de material e empresas com arcabouço para tamanha empreitada.

A meio do mandato (2010) do Governo que voltou a merecer a confiança do povo nas últimas eleições gerais, começava a ficar claro que a construção de cento e quarenta mil casas em quatro anos não passava de uma miragem. Desde logo porque os promotores imobiliários, chamados para a resposta que impunha ao “fogo” que queimava o Executivo, não viam contra todas as expectativas alimentadas por promessas atrás de promessas, o Estado apresentar as zonas infra-estruturas (reservas fundiárias), com redes técnicas, arruamentos, água e luz.

Quatro anos depois, o estardalhaço causado pelo fracasso da política habitacional, sobretudo entre a

juventude, é minimizado com o Programa de Investimentos Públicos, apresentado em reunião extraordinária do Concelho de Auscultação e Concertação Social, presidida pelo governador de Benguela, general Armando da Cruz Neto.

No rescaldo do encontro, o vice-governador provincial para a área Económica e Produtiva, Agostinho Estêvão Felizardo, revelou que 500 mil milhões de kwanzas terão como destino o programa «Água para Todos».

De acordo com o vice-governador, o município do Cubal aparece como o terceiro pólo para a instalação de unidades industriais, sendo que a produção deve ser direccionada ao consumo e à exportação. «Tudo por via de actividades nos sectores da agricultura e da agro-indústria», sintetizou Agostinho Felizardo, pouco antes de ter destacado a aposta no desenvolvimento do turismo, garantida que está uma ferra menta que funcionará como plano director. Ao considerar de «importantes instrumentos» as acções delineadas para os diferentes sectores da vida da província, admitiu que a elaboração de projectos teve em conta as limitações financeiras próprias de uma sociedade cheia de necessidades.

## 6.8 Antigos MPLA segura Nino Inácio

Um aspecto que salta à vista é que o PIP/2013 foi apresentado com a generalidade dos gestores públicos - administradores municipais e directores provinciais - ainda na expectativa em relação às mexidas no Governo Provincial de Benguela. É um assunto que, como já noticiámos, tem vindo a agitar os corredores do Comité Provincial do MPLA, o crivo dos nomeáveis.

Da reunião da semana passada, inconclusiva, saiu uma espécie de «balão de oxigénio» para o director das Obras Públicas, Elmano Inácio, que recebeu um voto de confiança após uma pretensa proposta de exoneração.

A proposta, dizem fontes do maioritário, tem a chancela do recentemente empossado vice-governador provincial para a área Técnica e de Infra-estruturas, António Henrique Calengue. Este voto de confiança junta-se à empatia do governador de Benguela, general Armando da Cruz Neto, por um dos mais jovens directores provinciais, acontecendo o mesmo com o economista Valódia Sardinha, o homem forte do Gabinete de Estudos e planos (GEP).

É certo que, à semelhança de outros sectores, o das Obras Públicas não está isento de críticas, sobretudo quando se olha para queixas de empreiteiros em relação à adjudicação de obras, mas também é verdade que Elmano Inácio merece o benefício da dúvida.

Sabendo-se de antemão que existem dossiês muito para lá das suas competências, facilmente se percebe que há, por força das circunstâncias já aqui mencionadas, um gestor do tipo «yes man». As fontes deste jornal salientam que esta foi a tónica dominante da reunião anterior, referindo que a agitação no Comité Provincial do MPLA vai prosseguir até ser conhecida a nova equipa do general cruz Neto.

## 6.9 Novas urbanizações da província da Huíla ficam concluídas nos próximos dois anos

*Jornal de Angola*

*04 De Novembro de 2012*

A construção das novas urbanizações do Lubango, nas áreas de Eywa, Quilembe e Tchavola, ficam concluídas em 2014, garantiu o governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge. O governador provincial, que falava à imprensa no final de uma visita aos locais de construção, disse que as obras decorrem "a bom ritmo e com uma evolução positiva". Inseridas no programa nacional de urbanismo e habitação, as obras têm já uma execução na ordem dos 70 por cento, segundo o governador, que apelou às empresas construtoras a acelerar a implantação das infra-estruturas sociais e económicas inseridas no projecto. "Tive uma boa impressão depois de ter constatado o projecto, que dentro de dois anos é entregue ao Executivo para realizar o sonho da casa própria de muitos cidadãos", indicou. Na nova urbanização da Eywa estão a ser construídas 100 residências do tipo T3, sendo que 20 estão concluídas. Em relação às infra-estruturas sociais de apoio, estão previstas três unidades hospitalares. Na comuna da Quilembe decorre a construção de 11 mil fogos habitacionais. O governador provincial da Huíla, Marcelino Tyipinge, tem pela frente a execução das obras de 11 mil casas na zona urbanística da Quilembe. O processo de construção de habitações abrange todos os municípios. As empreitadas para erguer 200 casas já arrancaram na Matala, Chipindo, Cacula, Chibia e Humpata. Os projectos enquadraram-se no Programa de Fomento Habitacional lançado pelo Executivo na anterior legislatura. O Jornal de Angola apurou que os trabalhos de construção da nova centralidade do Lubango envolvem dez mil trabalhadores, incluindo técnicos. Ao detalhar o

formato e tipo de infra-estruturas do projecto habitacional, Duan Dongming, da CITIC, informou que são construídos prédios de dois a cinco andares com casas do tipo T2, T3 e T4. O projecto está implantado numa área superior a mil hectares e tem edifícios para prestação de serviços, rede de energia eléctrica e distribuição de água, saúde, escolas, creches, espaços de lazer e recreio, avenidas com duas faixas de rodagem e outros armamentos. As obras na zona da Quilembe, localizada a norte da cidade do Lubango, vão dar uma nova centralidade e abrange também Eywa e Mutundo.

## 6.10 Centralidade do Sumbe vai reduzir a carência habitacional na região

*Jornal de Economia e Finanças*

*06 de Novembro de 2012*

O governador provincial do Kwanza-Sul, Eusébio de Brito Teixeira, inteirou-se na terça-feira (30), da evolução das obras da nova Centralidade do Sumbe, na localidade de Carvalho. Em declarações à imprensa no final da visita, Eusébio de Brito disse que a visita enquadra-se no programa que o Executivo local tem vindo a efectuar em várias áreas no município do Sumbe. O objectivo é fazer com que as populações vivam com dignidade e ajudar a colmatar a carência habitacional que se verifica actualmente.

### Prazos

Segundo o empreiteiro, as primeiras 500 residências serão concluídas no mês de Dezembro. As casas estão a ser edificadas numa área estimada em 150 hectares e comportam as modalidades de vivendas e apartamentos. "A expectativa é fazer com que os angolanos tenham uma casa em condições e fazer com que os musseques comecem a desaparecer de modo a facilitar a vida de todos os munícipes", frisou.

### Aposta

Para o director adjunto do projecto Kora Ango a, Pedro Borges, o material em uso tem durabilidade de 30 anos e passou por um estudo prévio. Estão a ser construídas moradias T2, T3 e T4, prédios de dois e três pisos com 12 apartamentos cada, espaços comerciais, zonas verdes e de lazer. A construção da nova Centralidade do Sumbe, em curso desde Maio, contempla 150 mil hectares, dos quais apenas 60 estão a ser utilizados e terá cerca de duas mil residências.



## Novo ordenamento

O projecto de construção de novas centralidades no Kwanza-Sul vai contemplar também os municípios de Porto Amboim, Amboim e Cela com a construção de mil residências cada. Com esta nova centralidade, será feito um novo ordenamento, sobretudo, no casco urbano da cidade do Sumbe, com a retirada de alguns cidadãos que ocupam espaços para esta centralidade. O projecto denominado horizonte, prevê dar com esta nova centralidade mais conforto e dignidade aos cidadãos residentes nestas localidades. Situada ao longo da costa litoral de Angola, a cidade do Sumbe é a capital da província do Kwanza-Sul e é delimitada a Norte pelo curso inferior do rio Queve, a Sul pelo curso inferior do rio Balombo e pelo Oceano Atlântico e a Este pelo município da Conda.

## 6.11 Agentes imobiliários reclamam crédito bonificado para aumentar oferta

*Jornal Expansão*

*09 de Novembro de 2012*

O facto de o Estado entender, aparentemente, que crédito bonificado é dinheiro perdido, na medida em que quem bonifica perde dinheiro, é encarado como um assunto que carece de resolução entre parceiros do sector, afirmou, recentemente, director-geral da Proimóveis.

Cleber Corrêa apontou que para os agentes do sector imobiliário, a intenção é fazer com que este dinheiro (bonificado) produza mais benefício. "Se as autoridades bonificarem os créditos, acreditamos que demais pessoas vão comprar casas, e os promotores vão cada vez mais aumentar o número de construções imobiliárias", ambicionou.

A Associação de Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), que coordena a actividade imobiliária no País, concorda, em relação ao assunto abordado por Corrêa, que "só com o cumprimento da lei [do imobiliário]", e "com o incentivo fiscal", da parte do Estado, é que as coisas caminharão para bom porto.

Como proposta, Cleber Corrêa sugere que, para redinamizar o processo e permitir maior adesão das pessoas às casas, os imóveis não podiam ter o mesmo valor de juros.

"Para as populações mais carentes, que queiram os imóveis de 60 mil USD, os juros deviam merecer uma atenção especial de 6%, porque o que mais se precisa hoje é de atender à população carente", defendeu o promotor, reforçando que os demais

compradores, das casas acima do anterior valor, podem trabalhar na ordem dos 8%, para um imóvel de 100 mil USD.

O referido modelo, segundo Cleber, tem de ser estudado dentro das políticas monetárias do Banco Nacional de Angola e dos ministérios das Finanças e da Economia, não cabendo tal responsabilidade a uma organização independente.

Para que o crescimento económico do País tenha um ritmo competitivo, adverte o especialista, o Estado tem de se convencer de que o agente imobiliário privado é o seu grande parceiro, promovendo o diálogo entre o primeiro e o segundo, no caso, os responsáveis do sector, para apontar as áreas prioritárias susceptíveis de investimento.

A promoção do mercado imobiliário permitirá que o País tenha mais fontes de crescimento económico, dando uma abertura de diversas fontes de emprego, captação de novos impostos, e a estabilização social, referiu.

### Registo predial e parcerias

A falta de estrutura de órgãos públicos, alta burocracia e o elevado tempo de espera quando se trata documentação, durante a constituição de processos legais de promoção imobiliária, contribuem para o fraco crescimento do sector, segundo o director-geral da Proimóveis, Cleber Corrêa.

Os factores apontados, adicionados à não regularização dos imóveis, geram baixa credibilidade dos promotores diante de instituições financeiras. Na prática, um imóvel não registado na conservatória de registo predial cria dificuldades no acto do financiamento, constituindo-se numa barreira. "Não se faz um bom negócio com estas dificuldades", lamentou o gestor e especialista imobiliário.

Rebateu o assunto sobre as leis do imobiliário e do incentivo da parte do Estado, apelando, insistentemente, para que o Executivo fomente parcerias com as organizações que "controlam" e estruturam o sector, exemplificando que "muitas das vezes a APIMA tem estado limitada nas suas actividades, porque tem carecido do incentivo fiscal", que, por sua vez, facilita a boa relação entre o proprietário de imóveis e clientes.

Quanto à relação actual entre a APIMA e os órgãos do Estado, Cleber Corrêa precisou que, enquanto os promotores do mercado imobiliário não forem encarados como parceiros fundamentais para o desenvolvimento do País, "o mercado imobiliário não caminhará a passos largos, e assim o objectivo de construção de 1 milhão de casas ficará prejudicado".

## 6.12 Municípios de Luanda são esclarecidos sobre o plano de requalificação urbana

*Jornal de Angola*

*09 De Novembro de 2012*

O director do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana, Bento Soito, manteve, na quarta-feira, um encontro com moradores do município do Cazenga e dos distritos urbanos do Rangel e Sambizanga, em que prestou informações sobre o estado de execução do processo de requalificação que decorre naquelas áreas da província de Luanda. Bento Soito disse que o encontro com moradores teve como objectivo receber "contributos valiosos" para enriquecerem o programa, que vai ser levado, depois, à consideração da Assembleia Nacional, para a sua aprovação. Durante a apresentação do plano director de requalificação, Bento Soito falou da sua importância e afirmou que a consulta pública que está a ser feita visa evitar descontentamentos no futuro por parte de alguns beneficiários. O director do Gabinete de Técnico e Reconversão Urbana informou que o projecto de requalificação do Cazenga, Sambizanga e do Rangel tem a duração de 20 anos, período em que vão ser construídos, além de moradias, infra-estruturas sociais, áreas de lazer, zonas verdes e estradas. Bento Soito referiu que as novas cidades vão ser funcionais e inclusivas, além de oferecerem dignidade, alegria, prazer, sustentabilidade económica e preservação da identidade social e herança cultural, "um desejo do Presidente da República, José Eduardo dos Santos".

## 6.13 É prematuro falar já na conclusão da requalificação do Sambizanga, Cazenga e Rangel

*Expansão*

*09 de Novembro de 2012*

A proposta básica do plano director de requalificação do Cazenga, Sambizanga e Rangel foi apresentada, recentemente, durante a feira do sector de construção, obras públicas e urbanismo Projekta Constrói Angola. O que traz de concreto este plano director?

O plano director traz as linhas mestras que permitirão à administração fazer a gestão do crescimento e desenvolvimento urbano destes três espaços da cidade de Luanda, nomeadamente o município do Cazenga, os distritos do Sambizanga e do Rangel.

É um conjunto de peças regulamentares que visam, sobretudo, garantir que a administração do Estado ou do executivo local possa exercer a gestão do território de forma controlada, planeada e estruturada, permitindo que o seu desenvolvimento e crescimento sejam equilibrados de acordo com a programação feita, do ponto de vista geral, para a província de Luanda e para o País, naquilo que é a perspectiva do Executivo para os Próximos 25 anos.

Em que é que vai potenciar este programa, sabendo que Luanda nos últimos dias tem assistido a uma crescente evolução de estruturas urbanas?

Ele [plano director] vai permitir que, a partir do momento em que comece a vigorar como lei, todas as acções de desenvolvimento e crescimento urbano destes territórios possam, por este instrumento, ser reguladas e controladas. Por outro lado, garante que os planos de urbanização possam ser elaborados e, por sua vez, permite que sejam feitos os contratos da empreitada para a construção das infra-estruturas, das habitações sociais, e até mesmo as empreitadas do sector da promoção imobiliária. Portanto, penso que esta é uma das mais relevantes valias que o plano director traz, na medida em que, sem ele, não conseguimos uma linha de orientação que permita que os planos de urbanização sejam elaborados de uma forma integrada, adequando às condições que o território obriga. O plano director é sempre uma peça importante, é uma linha mestra que garante que todos os projectos possam ter uma linha de orientação e que por sua vez, garantirá o bem-estar e o conforto à funcionalidade dos territórios e dos espaços que venham a ser planeados.

Pode avançar qual o ponto de situação da construção das infra-estruturas enquadradas no plano de requalificação do município do Cazenga?

Podemos dizer que a primeira fase, que arrancou em Março de 2011, tem já, em termos de infra-estruturas, um avanço na ordem dos 45%. Refiro-me às infra-estruturas de esgotos, drenagens de águas pluviais, telecomunicações, rede eléctrica, abastecimento de água, rede viária e ao conjunto de infra-estruturas que vão equipar os espaços urbanos para que ele possa atender às necessidades básicas da população e possa receber os equipamentos sociais, que são um complemento às principais necessidades da população, como, por exemplo, as escolas, os hospitais, centro de saúde, as esquadras de polícia e outros meios.

Ainda no Cazenga, temos a construção dos primeiros oito edifícios de quatro pisos, que estão já em fase de acabamento. No Sambizanga, podemos dizer que, em termos de infra-estruturas, estamos com um avanço

na ordem dos 90%, tendo as mesmas infra-estruturas: drenagem pluvial, esgoto, abastecimento de água Potável, rede eléctrica, telecomunicações rede viária, com passeios e lancis.

Esta percentagem a que se refere tem que ver com uma parcela do Sambizanga, ou está já a generalizar?

É no geral, apenas a área destinada à primeira fase, que é conhecida como espaço da Marconi, possuindo cerca de 20 hectares, onde estamos a prever construir cerca de 2 mil fogos. O Sambizanga tem aproximadamente 18 Quilómetros quadrados, mas estamos a falar de uma área ainda muito reduzida. Foi selecionada para a primeira fase e temos já um avanço de 90% do trabalho das infra-estruturas. Ainda não iniciámos a construção das habitações sociais. Contamos fazê-lo a partir de Janeiro ou Fevereiro do próximo ano. Para o Cazenga, temos já cerca de 45% dessas infra-estruturas executadas, embora estejamos a viver algumas dificuldades no progresso das obras, porque no território ou nos espaços em que se estão a realizar as obras da construção de infra-estruturas ainda está implantado o centro emissor da Rádio Nacional de Angola, mas temos sabido contornar a situação.

De que maneira têm a situação controlada?

Enquanto não fizermos a remoção do centro emissor da Rádio Nacional de Angola, dificilmente se verificará progresso nas áreas onde estamos a realizar a segunda fase de requalificação do Cazenga, Para tal, temos estado a trabalhar com a Rádio Nacional de Angola, no sentido de se apresentar a proposta comercial, a ser submetida por consideração superior, para que posteriormente se possa trabalhar na assinatura do contrato ou proceder à construção do novo centro emissor, em Cassuneca. Só depois da construção do novo centro emissor é que desactivaremos o actual, porque este é um emissor que transmite para todo o País, e não é possível um simples acto de transposição. Paralelamente ao caso centro emissor, estamos a trabalhar numa área adjacente a este espaço, no sentido de realojarmos algumas famílias, para que consigamos dar continuidade à obra e, assim, deixar-se caminho para o empreiteiro trabalhar sem interrupção. Em Agosto, o Presidente da República aprovou já a assinatura do contrato para a construção de 500 casas, no Zango, onde iremos fazer a transferência destas famílias, e, caso esta acção esteja já concluída, teremos espaço livre para dar seguimento as obras no município do Cazenga.

Embora tenha já abordado a questão, gostava de interpellá-lo quanto aos tipos de serviços que estão a

ser implementados no Cazenga, só para repisar o assunto...

"O plano director é sempre uma peça importante. É uma linha mestra que garante que todos os projectos possam ter uma linha de orientação e, por sua vez, garantir o bem-estar e o conforto à funcionalidade dos territórios e dos espaços que venham a ser planeados"

São infra-estruturas praticamente completas para poder equipar o espaço urbano, para que as condições básicas das populações estejam garantidas: rede de drenagem, esgotos, água potável, rede eléctrica, telecomunicações, rede viária, pavimentação e asfaltagem das ruas, e a colocação de passeio e lancis.

Depois, vamos falar de equipamentos sociais tais como escolas, centros de saúde, hospitais, esquadras de bombeiros e de polícias e SIAC (Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão).

Para quando está prevista a conclusão do processo de requalificação do Cazenga? Falar da conclusão do processo de reconversão urbana do Cazenga, Sambizanga e Rangel, no geral, é ainda prematuro, e talvez nós não possamos dizê-lo, nem numa outra altura, com bastante precisão. Mas eu diria que é um processo que não nos vai levar menos de 10 a 15 anos para sua efetiva reconversão. Esta área, que tem cerca de 54 quilómetros quadrados, albergando uma população de 3 milhões de habitantes, reserva um trabalho que não é para pouco tempo. A partir desta dimensão, certamente poder-se-á imaginar o período em que este território estará reconvertido.

Os cálculos mais aproximado que poderemos ter virão certamente depois da elaboração ou de concluído o plano director. Muitos factores nos limitam a precisar uma data de conclusão, porque às vezes podemos ter a noção do custo e a execução depender de outros factores pontuais: pode mudar o Governo, podem acontecer catástrofes naturais e aparecer muitas condicionantes, podendo haver dificuldades financeiras.

O cálculo financeiro pode estar feito, mas, em termos de realização e execução, as coisas podem não acontecer como estão programadas.

Há pouco apresentou o ponto de situação em relação ao curso das obras no distrito do Sambizanga e no município do Cazenga, mas não cita nada sobre a situação do distrito do Rangel... Se formos a falar do curso das obras, ele é quase o mesmo, porque a área de intervenção que o Cazenga tem hoje é quase o dobro ou o triplo da área do Sambizanga. Para o

Cazenga, estamos a falar em cerca de 54 hectares, ao passo que, para o Sambizanga, apenas 20 hectares. É quase o dobro do território, daí que um está a 90% e o outro a 40%. Se eu dissesse que o Sambizanga está a 100%, o Cazenga estaria a 50%, em termos de curso das obras, pela dimensão que os dois espaços têm. Isto seria o normal. No Rangel, como é do conhecimento geral, a primeira pedra foi lançada em Novembro ou Outubro de 2010. Nesta altura, o próprio Gabinete de Reversão Urbana ainda não tinha sido criado. Apenas em 29 de Novembro de 2010 é que foi criado este organismo, e, nessa altura, a previsão era só o Sambizanga e o Cazenga.

Quando é que entra o distrito do Rangel neste plano de reversão?

Quando o gabinete foi criado, tendo-se constatado que não havia um plano director para o território, propôs-se a criação de um plano que permitiu constatar a necessidade de integração do Rangel, porque, como se pode ver, o Rangel é um distrito que está praticamente enclausurado entre o distrito do Sambizanga e o município do Cazenga.

Quais os anseios e os resultados que esperam alcançar, quando o processo em causa estiver terminado?

O que pretendemos ver alcançado são as aspirações da comunidade; que as construções das infra-estruturas respondam às necessidades dos cidadãos; garantam o crescimento económico do território e o rendimento per capita dessa população, conseguindo, também, promover oportunidades de emprego e garantir a satisfação mútua dos interesses dos munícipes.

Uma das consequências do processo de reversão destes bairros será o deslocamento de moradores de um lugar para o outro. Tem ideia de quantos cidadãos deverão passar por este processo de realojamento?

Em princípio, a grande maioria da população que habita neste território vai passar por um processo de realojamento. Pretendemos que o realojamento dos cidadãos nestas zonas seja um realojamento in situ~

Quem deverão ser os inquilinos dos bairros requalificados, sendo que a maioria dos moradores está a ser realojadas noutras zonas habitacionais?

Todos os esforços estão a ser feitos para que, se no momento não tivermos as habitações sociais que estamos a construir no Sambizanga e Rangel, somos obrigados a colocar provisoriamente noutra território, como é o caso do Zango, para garantir que sejam abertas frentes de trabalho.

Mas estas populações terão a oportunidade de retorno às suas áreas de origens tão logo estejam criadas as condições de regresso.

Em quanto está orçamentada a execução dos processos de requalificação do Sambizanga, Rangel e Cazenga? Este orçamento só poderá ser feito ou apresentado depois de passarmos a uma fase posterior.

Concluído o plano director das infra-estruturas, juntando as duas peças, é possível fazer um orçamento estimativo daquilo que poderão ser os investimentos do Estado, em infra-estruturas e equipamentos sociais, sobretudo, para garantir a funcionalidade dos espaços que venham a ser reconvertidos. Antes disso não é possível fazê-lo.

O processo de requalificação do Cazenga e Sambizanga esteve em destaque no fórum urbano mundial, decorrido, recentemente, na Itália. Que significado este reconhecimento poderá ter junto das autoridades angolanas?

É um acto que vem, de alguma forma, dizer que estamos num caminho certo, incentivando-nos nesta senda e estimular o nosso trabalho, que, desta forma, se apresenta cada vez mais gratificante, porque qualquer Funcionário, por mais básico que seja, quando vê o seu trabalho valorizado e reconhecido, certamente que mais incentivado se sente para continuar.

Haverá, em carteira, outros programas de requalificação de bairros de Luanda, ou ficar-se-á apenas com os projectos em curso?

Acredito que sim, acredito que outros bairros da província de Quem deverão ser os inquilinos de Luanda estarão a ser alvo do mesmo processo de reversão e requalificação.

Sei que o bairro antigos moradores está a ser do Camana e o município de Viana têm Já um gabinete, que está vocacionado para promover algo parecido. Isto virá a estender-se para toda a Luanda, e por todo o território nacional. Não cabe a nós Gabinete [Gabinete de Reversão Urbana] definir onde e quando. Apenas acreditamos que esta seja a visão do Executivo para o território da província de Luanda e para com o território nacional. NR



## 6.14 Centralidade do Kilamba espelha cinismo de Dos Santos

*Folha 8*

*10 de Novembro de 2012*

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, mais uma vez, surpreendeu os angolanos pela negativa com um discurso que motiva, por um lado, perguntar se o mesmo conhece o País que dirige e, por outro, concluir que tem um elevado grau de cinismo. Em visita de campo à Centralidade do Kilamba, no passado dia 9.11, José Eduardo dos Santos disse desconhecer as razões por que aquela cidade está ainda às "moscas", apelando para a se ultrapassar com urgência as questões burocráticas que estão a impedir os populares a comprar as casas. Um discurso cínico ou de quem, de facto, desconhece a realidade? Qualquer um dos dois cenários é preocupante, mas o mais difícil é aceitar que o Presidente da República surpreendeu-se com o vazio e desconhece as razões para tal cenário. É difícil aceitar porque, vezes sem contas, os diversos órgãos de comunicação divulgaram quantos apartamentos estão ocupados e, desta feita, facilmente Dos Santos poderia calcular que o local está às moscas. Decerto, Dos Santos também apercebeu-se das reclamações dos populares em virtude dos preços altos, bem como as manifestações de descontentamento devido ao modelo escolhido (sorteio) pelas estar a ser cínico o facto de ele mostrar saber que uma das razões é a burocracia, a sublinhar que se deve trabalhar para o fim da mesma (burocracia). Para alguns especialistas, o facto de Dos Santos manifestar interesse em ter a cidade de Kilamba ocupada indicia redução dos preços dos apartamentos que, actuamento, oscilam entre 125 e 200 mil USD. O projecto prevê a construção de 80 mil apartamentos em 710 edifícios, 24 creches e dezassete escolas, além de 48 lojas a serem construídas em três fases. Nesta altura, estão construídos cerca de 20 mil apartamentos dos quais apenas 3 mil estão ocupados. Os moradores, no entanto, manifestam-se descontentes com algumas situações como as constantes faltas de energia e água, bem como a ausências de especialistas para socorrer eventuais avarias dos elevadores. A Centralidade do Kilamba foi inaurada em Julho de 2011.

## 6.15 GPL cria comissão de trabalho com Imogestim

*Jornal Agora*

*10 de Novembro de 2012*

Uma comissão de trabalho composta por membros do Governo da Província de Luanda e da empresa gestora imobiliária Imogestim foi constituída nesta

quinta-feira, depois da visita de campo realizada pelo Governador, Bento Bento (B.B.), ao projecto habitacional Nova Vida. Em declarações à imprensa depois da jornada, o edil das capital adiantou que a comissão que será liderada pelo vice-governador para Organização Administrativa, Graciano Domingos trabalhará com a Imogestim para que, num prazo de 60 dias possam ver todos os aspectos ligados ao processo para a instalação de infra-estruturas necessárias resolvidas.

Segundo o governante, é necessário trabalhar no sentido de evitar que o projecto Nova Vida fique cada vez com menos zonas por construir. Por isso estiveram sentados a delegação do GPL e da imobiliária para tratar de aspectos ligados à instalação da polícia, bombeiros, Empresa de Saneamento Básico, Elisal, entre outras.

"Devemos trabalhar para impedir a invasão no perímetro do Nova Vida, pois há populares que tinham aqui lavras e passaram a vender os espaços para pessoas desavisadas", desabafou, B.B., adiantando ainda que foi analisado o aspecto ligado ao realojamento de alguma população que se encontra em zonas por construir e ajudar a estancar as construções anárquicas.

## 6.16 Imobiliário com retorno de investimento

*Jornal Agora*

*10 de Novembro de 2012*

Os preços de venda de área bruta (AB) de escritórios são em média de 6.600 euros (cerca de 10 mil dólares) o metro quadrado e os valores de arrendamento variam entre os 94 e 140 euros/mês o metro quadrado, na zona baixa da cidade, junto à Baía. Os investimentos imobiliários no país, apesar da fase embrionária em que se encontram, estes apresentam taxas bastante atractivas no retorno de verbas entre os 160/0 e 19% para o mercado de escritórios e 12% e 17% no residencial segundo um estudo sobre o mercado imobiliário angolano realizado pela Zenki Real Estate, o sector continua numa fase embrionária devido a falhas na regulamentação do mercado de arrendamento e na titularidade dos imóveis, que ainda não foram resolvidas.

Devido à crescente procura por parte de grandes empresas petrolíferas, o mercado residencial tem vindo a ganhar uma posição forte, tornando-se muito atractivo para os investidores nacionais e privados. "Angola é ainda um país com um risco elevado (investimento no sector imobiliário), que, associado ao perfil dos investidores nacionais, torna expectável

a sustentação das yields (taxas de rendimento líquido) de mercado em níveis altos, durante os próximos anos", revela o documento, que integra a CBRE, a maior rede internacional de consultores de imobiliário, liderada pela Richard Ellis.

Actualmente, a oferta de escritórios em Luanda é ainda incipiente face à procura, salientando-se a taxa de ocupação nos edifícios recentemente concluídos que se estima nos 90%, situação que tem elevado os valores de arrendamento que se praticam em imóveis recentes. Os preços de venda de área bruta (AB) de escritórios são em média de 6.600 euros (cerca de 10 mil dólares) o metro quadrado e os valores de arrendamento variam entre os 94 e 140 euros/mês o metro quadrado, na zona baixa da cidade, junto à Baía.

Para a zona alta, os valores de venda estão numa média de 5.850 euros por metro quadrado (AB), e para arrendamento os preços variam entre os 78 e os 94 euros/mês o metro quadrado. A análise revela ainda que no segmento residencial a procura por fogos recentemente concluídos é boa, especialmente por parte de empresas que requerem um elevado número de unidades para o alojamento dos seus quadros. Relativamente aos preços praticados, na baixa de Luanda os de venda situam-se numa média de 7.000 euros (cerca de 9 mil dólares) o metro quadrado por AB e os valores de arrendamento oscilam entre os 66 e os 85 euros o metro quadrado/mês. Já na zona alta, os preços de venda reduzem para 5.460 euros o metro quadrado e os valores de arrendamento para um intervalo entre os 55 e os 66 euros/mês o metro quadrado.

A fonte destaca que a oferta na capital é essencialmente caracterizada por fogos localizados em empreendimentos mistos de escritórios e habitação, que é dirigida ao segmento médio-alto e luxuoso. Neste caso, o estudo salienta que "a compra de apartamentos novos e de qualidade, por parte da classe alta, tem vindo a abrandar devido à dimensão reduzida deste segmento". Na vertente do comércio, o estudo identificou que a oferta varia entre empreendimentos recentes e a típica loja com frente para a rua em pisos térreos, as mais procuradas por instituições bancárias, agências de seguros e telecomunicações, às grandes galerias comerciais situadas nos entre pisos dos edifícios.

## 6.17 Executivo já trabalha nas soluções para habitar a cidade do Kilamba

*Jornal de Angola*

*11 de Novembro de 2012*

"Contrariamente ao que foi noticiado ontem, o Presidente da República não ordenou a redução do preço das habitações do Kilamba, porquanto aquilo que nós constatamos é que, o que inibe a ocupação das casas, mais do que os preços, são as modalidades de acesso e de pagamento", disse o ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição e Silva, numa entrevista colectiva.

"Se tivermos em conta os custos do mercado imobiliário em Angola, os preços das habitações no Kilamba são substancialmente mais baixos do que aquilo que encontramos no mercado nacional", declarou o ministro, realçando que "o que foi enfatizado e orientado pelo Presidente é que se encontrassem mecanismos que possibilitassem as pessoas a terem o acesso mais facilitado àquelas habitações".

José António da Conceição e Silva apontou a generalização da renda resolúvel como o caminho mais viável para "contrapor o actual estado de coisas" e permitir que a cidade do Kilamba seja rapidamente habitada. "Acreditamos que hoje o pagamento daquelas casas, num processo de liquidação diferido no tempo, por um período de 30 anos, vai abranger uma faixa muito grande da população".

José da Conceição e Silva mostrou-se optimista quanto aos resultados das medidas que estão a ser gizadas e enfatizou que o projecto também contempla casas sociais, cujo preço fica muito abaixo do que foi estabelecido para os apartamentos.

"Se pensarmos que para além dos apartamentos estão a ser construídas habitações sociais, na mesma centralidade, e com preços substancialmente mais reduzidos que os preços dos apartamentos, e com a introdução da modalidade de renda resolúvel, claramente o acesso vai estar muito mais facilitado e nós veremos então o Kilamba com um índice de ocupação muito diferente".

O ministro disse que a generalização do mecanismo da renda resolúvel requer uma série de medidas suplementares de modo a estarem asseguradas as garantias de pagamento das casas. "Ao introduzirmos uma modalidade como essa deveremos ter assegurado um conjunto de garantias que permitem que esse processo se faça sem sobressaltos", sublinhou o ministro, referindo-se, como exemplo, à necessidade de retenção de salários do indivíduo que se propõe adquirir a casa.

José da Conceição e Silva falou da experiência do projecto Nova Vida, em que não foram tomadas as medidas adequadas no que diz respeito às garantias. "Nós já tivemos algumas

experiências nesta modalidade, e refiro-me particularmente ao projecto Nova Vida, em que, mesmo tratando-se de funcionários públicos, foi introduzido este princípio mas foi deixada a responsabilidade de cumprimento dessa obrigação ao próprio cidadão, sem que o Estado fosse buscar logo na fonte o que lhe era devido pela venda da casa, e os resultados não foram satisfatórios".

Segundo o ministro do Urbanismo e Habitação, o Executivo está agora a 'trabalhar "de forma muito árdua", no sentido de encontrar mecanismos que permitam que, ao ser adoptado o mecanismo da renda resolúvel, esteja "garantido o pagamento daquilo que é devido pela aquisição das moradias".

Durante a visita de campo que efectuou, na sexta-feira, à cidade do Kilamba, o Presidente da República lamentou que a taxa de ocupação daquela urbe seja "demasiado baixa", quase um ano depois de estarem concluídos e prontos a habitar cerca de 20 mil apartamentos.

Foram concluídas 20.002 unidades habitacionais, 246 unidades comerciais, oito escolas, 24 jardins de infância. Do total de unidades habitacionais, foram vendidas 4.111 habitações, sendo 96 a crédito, 465 à vista e 3.550 pelo modelo de renda resolúvel.

## 6.18 PR visita Cidade do Kilamba

*Jornal de Economia e Finanças*  
13 de Novembro de 2012

Os preços e a modalidade de acesso à centralidade do Kilamba constituem as principais inquietações dos interessados que pretendem morar no projecto imobiliário lançado pelo Executivo. Passado um ano, precisamente a 11 de Julho, altura em que foi inaugurado o projecto, e mais tarde já em 22 de Agosto de 2011 ter arrancado o processo de comercialização das moradias pela Sonangol Imobiliária, até hoje, a Cidade do Kilamba continua com uma taxa reduzida de ocupação. Na generalidade, foram entregues pelo empreiteiro cerca de 20 mil apartamentos. Foi com este propósito que o Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, se inteirou na passada sexta-feira, 9, do processo de vendas das habitações e o funcionamento das infra-estruturas sociais, sobretudo, de fornecimento de energia e água. O projecto foi concebido para se desenvolver em três

fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados.

Estão construídos cerca de vinte mil apartamentos do tipo T3A, T3B, T3C, todos com três quartos, e T5, com cinco quartos. O T3A está avaliado em 125 mil dólares, o T3B custa 130 mil dólares, o T3C custa 140 mil dólares, ao passo que o T5 está orçado em 200 mil dólares. Numa primeira fase, foram disponibilizados 115 edifícios, 48 lojas e dez quilómetros de arruamentos. Na ocasião, José Eduardo dos Santos manifestou o desejo de que a cidade seja habitada o mais rápido possível e que as questões burocráticas sejam ultrapassadas rapidamente.

Especialistas dizem que o acesso às moradias, tanto na Cidade do Kilamba como noutras centralidades em construção, passam pela entrada em funcionamento do Fundo de Fomento Habitacional criado, e acelerar a renda resolúvel ou arrendamento.

### Mais habitações

Após ter mantido um encontro com os responsáveis da Sonangol Imobiliária e Propriedade, entidade responsável pela gestão e comercialização das habitações da Centralidade do Kilamba, o Presidente da República disse que estarão disponíveis até ao final deste ano cerca de 40 mil casas, na Província de Luanda, no âmbito do Programa Habitacional. "Aqui mesmo na periferia da Cidade (do Kilamba) estão a ser construídas as casas económicas, cerca de cinco mil, mas em Luanda estão em curso outros empreendimentos imobiliários em Cacucaco, Capari e Viana. Este ano, certamente estarão disponíveis cerca de 40 mil residências na província", informou José Eduardo dos Santos.

Afirmou que se inclui a construção de casas nas províncias de Cabinda e Dundo, entre outras localidades, pode-se concluir que deverão ser arregaçadas as mangas para que as moradores possam beneficiar os destinatários, pois "foram construídas para a população, fundamentalmente para os quadros". "Não há quase ninguém na cidade, a grande maioria dos prédios continua por se ocupar", acrescentou José Eduardo dos Santos. Numa vertente nacional, o estadista afirmou que estão em curso neste momento a construção de cerca de 300 mil fogos habitacionais, que poderão estar concluídos este ou no próximo ano.

### Água para 568 moradores

Na sua jornada de campo, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, procedeu à inauguração do Centro e Tratamento e Distribuição de Água

"Camama", que vai beneficiar 568 mil habitantes da cidade do Kilamba, Lar do Patriota, comuna do Benfica e Camama. O acto simbolizou também a entrada em funcionamento dos centros de tratamento e distribuição de água "Pólo Industrial", "Benfica 11" e "Candelabro". O Centro de Camama tem uma capacidade de 30 mil metros cúbicos de água e vai abastecer também o Estádio 11 de Novembro. Depois de receber explicações sobre a infra-estrutura, José Eduardo dos Santos percorreu algumas áreas de serviço.

## 6.19 OGE para 2013

*O País*

*16 de Novembro de 2012*

Numa outra vertente do seu discurso, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, disse, que desde a investdura e formação do novo Governo, as atenções estão viradas para a elaboração do Plano Nacional e do Orçamento Geral do Estado para 2013. O Conselho de Ministros já aprovou as orientações gerais e definiu o quadro macroeconómico de referência para o período. O Presidente informou que o Governo tem estado a trabalhar, realizando sessões várias com os departamentos ministeriais e governos provinciais para a definição das políticas sectoriais, dos objectivos e dos programas de investimento público.

Assim, o Chefe de Estado angolano precisou que foram dados passos importantes no programa de abastecimento de água, com a definição de alguns projectos estruturantes, particularmente na província de Luanda, em que está em execução um programa de estabilização, que nos próximos dois a três anos procurará distribuir água a cerca de 80 por cento da população. Disse, entretanto, que outro esforço está a ser feito no domínio da energia eléctrica, onde já foram anunciados os grandes projectos em curso, para a construção de novas centrais eléctricas.

## 6.20 O estresse já mora no Kilamba

*O País*

*16 de Novembro de 2012*

Passei parte da manha de sábado, 10, na centralidade, acompanhando um amigo eleito para habitar ali, que iniciou o processo de limpeza do apartamento, obtenção de abastecimento de água e luz que, apesar de requeridos uma semana antes, não resultavam em iluminação e líquido que permitisse lavar o chão com milímetros de poeira e enviar para os esgotos os dejectos deixados nas casas de banho por algum chinês ou angolano viciado em estrear sanitas ou

realmente "apertado". Enquanto o dono do "a.p." esperava pela chegada do Chao - um chinês que iria endireitar a calha da porta da varanda frontal enrugada, conforme combinado em diálogos "portinheses" - coube-me ir à Edel e à EPAL reclamar das falhas de abastecimento. Pelas 10H40, a loja da Edel na Rua Amílcar, mais extensa do que a original na capital, estava mais calma e com metade dos clientes do que no sábado anterior, todos com reclamações diversas a que tinha de atender apenas uma funcionária!

As reclamações eram, como no meu caso, a dificuldades no fornecimento de energia através do sistema pré-pago electrónico wireless e cortes indevidos. Na hora e meia que ali permaneci, à espera que a funcionária me acompanhasse ao "a. p." para resolver o problema, mergulhei no estresse em que nadam os novos moradores ou dos que se preparam para morar ali, além do trânsito para os que trabalham em Luanda. Os kilambenses manifestavam-se desagradados com o mau atendimento da Edel: - A loja é apenas servida por dois funcionários, um dos quais responsáveis, que se ausenta com frequência e deixa toda a carga de trabalho para a subordinada, segundo diziam. "Ele faz isso frequentemente; vejam que está aqui tanta gente e ele já foi embora; ele é arrogante" dizia uma moradora. "Ele não tem ética", dizia outro, aspecto que pudemos constatar, pois o tratamento da funcionária com os clientes era "tu cá, tu lá"!!

- A EDEL não acompanha os moradores a instalar o sistema wireless do que resultam reclamações desnecessárias; fecha sábado às 12H00 (mesmo sabendo que muita gente só tem o fim-de-semana para começar a instalar-se); e não tem piquete que possibilite a resolução de problemas fora do horário de expediente. - Há cortes frequentes aos clientes cujo abastecimento, inicialmente a crédito, foi alterado para o novo pré-pago. O técnico responsável pelo restabelecimento tem de ser contactado por telefone mas o telemóvel da repartição nunca tem crédito, vendo-se os moradores obrigados a colocar os seus meios (telefones e viaturas) ao serviço da empresa. Um morador contava que após duas semanas de ausência, em viagem, encontrara o apartamento sem energia e, conseqüentemente, todos os frescos estragados no frigorífico.

O mesmo registará também o roubo da bicicleta do filho da varanda do apartamento do 2º andar, cujos ladrões contavam levar roupa, TV e outros bens que encontrou preparados para ser retirados, mas por algum motivo não o fizeram. Uma jovem justificou a colocação degrade na porta de entrada do "a.p." que é metálica e tem fecho de segurança de três pontos, porque o fecho electrónico da porta de entrada do



edifício já não funcionava, fora desligado e, assim, ter perdido a sua função de segurança. A mesma contava espantada que um vizinho guarda a motorizada na varanda frontal do a.p. de um andar elevado, usando para tal o elevador. Do mesmo sentimento já nós próprios tínhamos sido acometidos ao ver, uma semana antes, um morador carregar bidões de água no elevador. (Não pude comprovar o abastecimento de água no a.p pois a EPAL fecha também às 12H00 e preferi garantir "um na mão do que dois a voar").

Um jovem morador ignorou a fila para reclamar o estabelecimento de energia que aguardava desde as 8h00e, enquanto o esperavam no carro estacionado na faixa de rodagem, os seus amigos abriram as portas e levantaram o som que deixou o edifício a vibrar, perante o espanto dos presentes. Quanto à circulação automóvel vimos também já tendência para estacionar carros em cima dos passeios dos largos em frente aos edifícios, o que só poder ser impedido com a presença da polícia. Mas na centralidade não se vê sinal da polícia em patrulha ou em postura dissuasora junto dos edifícios comerciais ou ruas (os Audi A3 que patrulham Luanda têm ali nas ruas planas e bem asfaltadas um ambiente apropriado para as suas capacidades, reduzidas em muitos pontos da capital por onde circulam).

Para além da colocação de grades, regista-se, também, a instalação de antenas parabólicas nas fachadas dos apartamentos em cujas varandas alguns moradores põem roupa a secar, um procedimento que vai prejudicar aspecto dos edifícios. Enfim, a nova centralidade, ocupada a menos de 10% da sua lotação, vive já problemas que exigem da administração uma atitude pro-activa para não se avolumarem e constituírem um drama para moradores e autoridades, no futuro. Mesmo que as comissões de moradores dos edifícios venham a constituir-se, como está previsto, e a funcionar, o seu trabalho não resultará se não houver uma proximidade das autoridades e gestão eficaz dos edifícios e seus sistemas - energia, água, elevadores, portas de segurança, higiene, limpeza, etc.

## 6.21 Preços altos. Arrendamento e venda de imóveis sem solução

*Novo Jornal*

*16 de Novembro de 2012*

O mais recente estudo imobiliário da Zenki Real Estate sobre a cidade de Luanda, revela que a taxa de ocupação dos novos edifícios estima-se em 90 por cento, enquanto a oferta de escritórios apresenta-se todavia incipiente, face à procura, o que provoca a

prática de elevados preços. O documento que o NJ teve acesso compara os preços praticados na ocupação de escritórios, residências e casas comerciais.

O relatório aponta para valores bastante desajustados diante da forte procura que se regista por parte das Pequenas e Médias Empresas (PME's). que se instalam em lugares precários e pouco funcionais. "Na baixa de Luanda os preços de venda de área bruta de escritórios são, em média, 8.500 dólares por metro quadrado, enquanto na zona Alta da urbe os valores atingem uma média de 7.500 dólares por metro quadrado e os preços de arrendamento praticados situam-se entre os 100 e 120 dólares por metro quadrado mensais", indica o documento.

Para esta empresa de direito angolano, que faz parte da Network da CB Richard Ellis, empresa líder a nível mundial na área de consultoria imobiliária, as motivações que levam a esse estado de coisas são: o crescimento do país e a procura por parte de grandes empresas ligadas ao sector petrolífero associadas à escassez de novos edifícios na cidade de Luanda, o que permite sustentar elevados custos de venda e arrendamento nos últimos anos. No que concerne ao segmento residencial verifica-se uma crescente procura por fogos recentemente concluídos, nomeadamente, por parte de empresas, que requerem um elevado número de unidades para a acomodação dos seus quadros, explica o estudo.

Esta situação tem provocado "boa dinâmica" do mercado de investimento residencial, essencialmente dominado por investidores privados. Na parte baixa da cidade os preços de venda são em média de 9.000 dólares por metro quadrado e o de arrendamento situa-se entre os 85 e os 110 dólares por metro quadrado/mês. Já na zona Alta, os preços de venda baixam para uma média de 7 mil dólares por metro quadrado e os arrendamentos variam entre 70 e 85 dólares por metro quadrado/mês.

"A nova oferta de espaços de comércio que tem surgido nos empreendimentos recentes, varia entre a típica loja com frente de rua, aos grandes edifícios com galerias comerciais no seu interior", salienta o documento. As lojas com frente de rua têm apresentado uma boa procura, essencialmente por parte de instituições bancárias, agências de seguros ou empresas de telecomunicações. Tem existido, no entanto, maior dificuldade em colocar espaços situados nas galerias comerciais. Aqui as rendas de lojas de rua variam entre 50 e 80 dólares por metro quadrado/mês, para espaços remodelados e entre 100 e 130 dólares por metro quadrado/mês: nos edifícios

novos. Os valores de venda destes últimos situam-se entre os seis mil e os nove mil dólares por metro quadrado. No entanto, o mercado de investimento no domínio imobiliário continua numa fase embrionária, com a presença de falhas na regulamentação do mercado de arrendamento e na titularidade dos imóveis, ainda não equacionadas, enfatiza o estudo da Zenki Real Estate.

## 6.22 Sonangol imobiliária vai ajustar preços no Kilamba

*O País*

*16 de Novembro de 2012*

O presidente do conselho de administração da Sonangol, Francisco de Lemos José Maria, afirmou no final da passada semana, em Luanda, que uma das formas de cumprir as orientações do Presidente da República que deu orientações para se aumentar a taxa de ocupação na Cidade do Kilamba, é a abertura, no

novo pólo habitacional, de renda resolúvel a todos interessados. A sugestão do presidente do conselho de administração da Sonangol inclui também a possibilidade de ajustamentos periódicos de preços. A nossa sugestão é que a renda resolúvel seja generalizada imediatamente. Nós só precisamos de saber dos nossos juristas, se será preciso algum documento normativo adicional', explicou Francisco de Lemos.

Francisco Lemos fez saber ainda que a Sonangol Imobiliária vai proceder a ajustamentos no preço de venda para aumentar a taxa de ocupação na maior centralidade do país. Vinte e quatro horas depois da visita presidencial ao Kilamba, a ANGOP citava o ministro da Habitação como tendo dito que José Eduardo dos Santos, não exigiu a redução dos preços, mas a procura dos mecanismos que permitam aos interessados acesso fácil às habitações.

O ministro disse que tais mecanismos deverão ter como base a figura da renda resolúvel, ou arrendamento, tendo em conta que a modalidade de pagamento a pronto não permite que as pessoas possam adquirir tais moradias. O argumento de José da Silva é de que o que inibe a ocupação das casas não são os preços, mas as modalidades de acesso ou pagamento das habitações.

O Presidente da República visitou a centralidade do Kilamba, na passada sexta-feira, tendo lamentado a fraca taxa de ocupação das cerca de 20 mil habitações disponíveis, desde Julho último. Eduardo dos Santos admitiu ter havido excessiva burocratização, desorganização e indisciplina no processo de

aquisição das casas. Os preços foram fixados entre 125 e 200 mil dólares americanos, conforme os modelos disponíveis. O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou na ocasião a redução dos preços em que estão a ser comercializadas as casas da Centralidade do Kilamba, para que a mesma seja habitada o mais rapidamente possível.

O Chefe de Estado baixou esta orientação durante um encontro com os responsáveis da Sonangol Imobiliária e Propriedade, entidade responsável pela gestão e comercialização das referidas habitações, no quadro de uma jornada de campo que efectua aquela cidade. Na ocasião, José Eduardo dos Santos manifestou o desejo de que a cidade seja habitada o mais rápido possível e que as questões burocráticas sejam "ultrapassadas urgentemente". Estão construídas cerca de vinte mil apartamentos do tipo T3 A, T3B, T3C, todos com três quartos, e T5, com cinco quartos. O T3A está avaliado em 125 mil dólares, o T3B custa 130 mil dólares, o T3C custa 140 mil dólares, ao passo que T5 está orçado em 200 mil dólares.

O projecto global foi concebido para se desenvolver em três fases, com 80 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. Numa primeira fase, foram disponibilizados 115 edifícios, 48 lojas e dez quilómetros de arruamentos. A nova cidade, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito escolas secundárias, e 50 quilómetros de vias, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza. Por outro lado, José Eduardo dos Santos procedeu igualmente a inauguração do Centro de Tratamento e Distribuição de Água "Camama", que vai beneficiar 568 mil habitantes da cidade do Kilamba, Lar do Patriota, comuna do Benfica e Camama.

O acto, inserido numa jornada de campo do Chefe de Estado à Centralidade do Kilamba, simbolizou também a entrada em funcionamento dos centros de tratamento e distribuição de água "Pólo Industrial", "Benfica II" e "Candelabro". O centro Camama tem uma capacidade de 30 mil metros cúbicos de água e vai abastecer também o Estádio 11 de Novembro. Depois de receber explicações sobre a infra-estrutura, José Eduardo dos Santos percorreu algumas áreas de serviço.

## 6.23 Reflectindo no onze

*Novo Jornal*

*16 de Novembro de 2012*

A Angola de hoje não é, claramente, aquela com a qual sonhei. Tem demasiada pobreza e injustiça, exactamente o que mais me doía e indignava na situação colonial, e tenho a convicção de que as políticas actuais não provocarão mudanças a curto prazo. Definitivamente, não estou de acordo com o rumo que o país está a seguir.

A cidade do Kilamba foi apresentada como um modelo de urbanização para solução do problema habitacional. Foram inúmeras as críticas de especialistas e de fazedores de opinião ao modelo, sempre ignoradas. Kilamba recebeu ilustres visitantes do país - alguns, de modo digno, recusaram-no - 'que, diplomaticamente, fingiam admirar um modelo que não resultou noutros lugares.

O Presidente da República visitou a cidade no passado dia 9 e afirmou que lá "não há quase ninguém, a grande maioria dos prédios continua por se ocupar" e que "isso é mau para a imagem do país". Exactamente o que os críticos denunciavam desde há muito. Ficamos a saber que, mais de um ano depois da inauguração, o Executivo ainda não sabe como resolver o imbróglio.

Interrogo como é possível isto acontecer com um projecto tão ambicioso e tão caro. Inicialmente, os apartamentos seriam para jovens que ainda não possuíam residência, mas viu-se que estes não tinham hipóteses de pagar os valores cobrados. Decidiu-se, então, vender as casas a funcionários públicos e a figuras que se destacaram nas campanhas - eleitoral e outras - de apoio ao MPLA. Muitas das pessoas contempladas já possuem casas e outras não a pediram. Ou seja, ignorou-se o princípio original e optou-se pela regra habitual de se entregar as casas como "prémios" a cidadãos com base em critérios não divulgados; de modo a alimentar o clientelismo e a dependência. Sabemos agora, que muitos dos contemplados não têm dinheiro para pagar. O PCA da Sonangol afirmou muito justamente durante essa visita Presidencial à cidade do Kilamba, que a classe média angolana não tem possibilidades de pagar as casas. Este exemplo do Kilamba permite aferir como se desenham os caminhos do país. A principal preocupação é construir o hardware, a infra-estrutura, pois isso permite visibilidade e propaganda, mas também vantagens materiais para quem está envolvido no projecto, e depois aparecem os problemas de funcionamento e de gestão, o software, que, como se está a ver com o Kilamba, não foram equacionados. Não se sabe para quem foi construída

a cidade, e corre-se o risco de mais uma vez serem contemplados com o dinheiro público os "mesmos" ..

Em regime democrático, um dos papéis da comunicação social é o de alertar os governantes para o que está mal. Conosco passa-se o oposto - é o Presidente que diz à comunicação social o que está mal. Em Julho deste ano, o director do Jornal de Angola (JA), num estilo muito característico do referido jornal - voltamos a ver o mesmo estilo no triste editorial contra a dignidade dos portugueses do dia 12 de Novembro - escreveu que tinha visto muita gente feliz a morar em novos apartamentos no Kilamba, que só seria uma cidade fantasma na imaginação do jornalista da BBC que havia escrito sobre o assunto - notícia essa que o JA havia omitido. Ou seja, o que o director do JA viu, não foi visto pelo Presidente, nem pelo jornalista da BBC. No dia 10 passado, o JA referia, na primeira página, que o Presidente "manifestou o desejo de que a cidade seja habitada o mais rápido possível". Com uma comunicação social que só reconhece o erro depois de admitido pelo chefe, dificilmente poderemos construir um país bom para se viver.

Sei perfeitamente que o Executivo tem a seu favor a juventude do país e os anos de guerra para justificar as falhas. Mas já não posso aceitar a falta de humildade no reconhecimento dos erros, pois assim eles jamais serão corrigidos. Como não posso aceitar o desprezo pelos cidadãos que têm opiniões diferentes da do Presidente. O que aconteceu com Kilamba já havia acontecido com Capanda (está aí o resultado), com a política agrícola (é ver o impacto no êxodo rural que asfixia as cidades) com a Aldeia Nova (onde se desbaratam 200 Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. milhões de dólares), com os estádios do CAN, com o aeroporto de Ndalatando e vai acontecer com outras centralidades e outros projectos que não fazem sentido (mais dezenas de milhões de dólares para o Mundial de hóquei em patins) quando temos tantas prioridades, como a água, promessa por cumprir há mais de 30 anos. Muitos desses erros poderiam ter sido evitados com o sempre prometido diálogo do Executivo com a sociedade. É uma promessa por cumprir.

Pode ser uma questão de falta de vontade política, mas também de incapacidade. Ou as duas coisas. O modo como se ignoraram, uma vez mais, as correntes políticas e sociais críticas do Executivo nas festividades da independência e nos programas a ela alusivos na comunicação social pública é triste, doloroso e perigoso. Esse tipo de prática pode levar a que a reivindicação, que poderia ser tratada de modo

civilizado na média" passe para a rua. Que depois não se inventem inimigos da paz.

## 6.24 Advogados fazem consulta gratuita aos cidadãos sem recursos no Zango

*Jornal de Angola*

16 de Novembro de 2012

O conselho provincial de Luanda da Ordem dos Advogados de Angola (OAA) realiza no próximo dia 24 uma sessão de consulta jurídica gratuita aos cidadãos sem recursos financeiros para contratar um advogado, anunciou ontem a instituição em comunicado. A actividade vai decorrer no centro cultural e recreativo do Zango, Município de Viana, no quadro do programa "Direito para todos", lançado em Setembro deste ano, na Praça da Independência.

O bastonário da OAA, Hermenegildo Cachimbombo, que falava à imprensa a propósito do projecto, garantiu que o programa é um mecanismo que visa favorecer as pessoas com menos recursos económicos em matéria de aconselhamento jurídico. O jurista defendeu o respeito pelo Estado de Direito democrático, de liberdades e garantias dos cidadãos, e a promoção do acesso à formação e informação jurídica.

O bastonário esclareceu que, além do programa "Direito para todos", a Ordem tem ainda um outro projecto no domínio da promoção dos direitos humanos. Além disso, tem em vista realizar um diagnóstico sobre a carência de advogados nalgumas províncias, para garantir que profissionais do foro possam deslocar-se às localidades afastadas dos centros urbanos.

Segundo estatísticas da OAA, foram atendidos na Praça da Independência 231 cidadãos. As questões laborais, com 60 solicitações, foram as que deram origem a mais preocupações levantadas pelos cidadãos, seguindo-se a família, cível e crime.

Da consulta feita, 131 casos foram encaminhados para a assistência judiciária, seis para o tribunal e 95 foram apenas objecto de aconselhamento pontual. No Cazenga, foram realizadas 169 consultas jurídicas. As questões laborais dominaram a maioria das preocupações apresentadas pelos cidadãos, seguindo-se crime, família e cível.

Foram encaminhados 99 para assistência judiciária, 12 para o tribunal e outros tiveram aconselhamento

no local. Para as duas consultas foram mobilizados 22 advogados e sete advogados estagiários.

## 6.25 Afinal o kilamba não dá graça

*Angolense*

16 de Novembro de 2012

Valeu: acabamos de completar 37 anos de idade como indivíduos independentes; como Eu, alguns de Nós, trabalha há mais tempo do que a vida da Nossa Independência.

Quando amadureci, muito antes do 11 de Novembro de 1975, comecei o confronto comigo mesmo diante das limitações materiais que a era colonial me "oferecia". Então, eu já usufruía salário que me facilitava o riso e podia fazer rir o meu irmão ou amigo mas enfim... colono era colono e teria que nos "deixar o trono". Entre trabalhar durante o dia e estudar ao longo da noite; o que fazer?

Mesmo contrariado, nos últimos dias, senti-me forçado a reviver o tempo em que me sentia colonizado.

Causa: não sinto o rigor do sindicato nem a intervenção do sindicalista que se preocupe com o reduzido valor do nosso salário mínimo.

Então, se na era colonial os meus tinham que viver em casas de renda; hoje, somos obrigados a justificar um dos que deve ser o melhor ganho da Independência que é o inalienável direito à habitação. Todavia, além do cinzento e fraccionado quadro político, o colono deixou-nos a "herança" que, para exemplificar, são os edifícios do bairro "Kaputo", na zona dos Congolenses. Nada de saudades nem saudosismos.

Felizmente, tudo mudou: o colono bazou mas, agora, é que é elas: broncas mas das grossas; banzé ou mbandalhu?! ..

Hoje, tenho dificuldades de compreender porque motivo ninguém aconselha ninguém.

O que fazer?!

Como é possível acreditar que milhões de trabalhadores angolanos conseguem sobreviver mesmo quando, há 37 anos (durante todo tempo da Independência) batendo palmas, fingimo-nos satisfeitos porque não temos o mínimo do salário mínimo... aplaudimos qualquer espécie de discurso envelhecido mesmo antes de ser lido em comício!

Santíssima Trindade: o que fazer?! Outra vez o mesmo tal "senhor - camarada" Lenine! Ladeado por



tantos "bons conselheiros", o Presidente da República "parecia estar inconformado" ...

Quando, recentemente, o Presidente eleito decidiu realizar a primeira "visita de campo"; saiu do grande palácio e deparou-se com um drama social: tanta maka com bué de desgraça; afinal, o "Kilamba" não dá graça ...

Como toda a informação de interesse público não circula em todo o país porque "Angola é Luanda sendo Mutamba a tal capital"; como outro "luandino" escutei e, claro, manifesto-me muito abalado, demais sentido Motivo: o Presidente da República terá lamentado dizendo " ... há mais dum ano que não conseguimos realizar a comercialização. Isso só pode acontecer num governo de natureza burocrática e administrativa que funciona com negligência.

Esses são problemas que devemos resolver e, aqui, estamos para saber porque razão não se consegue comercializar as casas ....

Salário Mínimo

"Temos que saber qual a razão porque não se consegue comercializar estas casas; a aderência é grande, toda gente pede e toda gente quer; se não houvesse procura, 'seria compreensível mas há pessoas que não sabem como chegar aqui. Isso não é normal nem é bom para a imagem do nosso governo", terá lastimado o Presidente de todos os angolanos.

No meio do desmedido imbróglio, os que se apresentam como "parceiros sociais" - os mesmos que condenam o estabelecimento- do salário mínimo nacional; uns intitulam-se como "analistas" outros como "sindicalistas"... é bom que tais: "especialistas" tenham coragem de responder as questões levantadas pelo Presidente da República, ao contrário corremos o risco de ver "o fantástico cartão-de-visita" - o "Kilamba habitado pela casa não habitada" ...

A preocupante questão da "imagem institucional" continuará sendo ofuscada e, quiçá, poderá perder a básica expressão colorida do preto & branco caso continuemos a nos iludir.

Com a maior urgência possível o presidente da república precisa saber que podem ser inúmeros os já "favorecidos" que estão a acumular coragem para negar a "oferta da chave" que parece custar os olhos da cara ...

Estou de acordo: a banga do "Kilamba" pode enfiar a família toda na fossa da desgraça; há duvidas ou duvidam?

Acredito que a cidadela do "Kilamba" não foi edificada para "o inglês ver ou para o chinês julgar que sabe fazer" ...

## 6.26 PR e Ministro do Urbanismo com discursos desencontrados

*Novo Jornal*

*16 de Novembro de 2012*

As declarações do ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, desencontradas das orientações dadas pelo Presidente relativas à redução do preço das casas da centralidade do Kilamba estão a ser interpretadas pela opinião pública como sinal de falta de comunicação interna no Executivo. Inicialmente, o preço das casas foi fixado entre 125 mil e 200 mil dólares e o Presidente mostrou-se indignado com o abandono a que a centralidade, deserta, está votada; mas o ministro José Silva, contrariando a apreensão da população veio a terreiro dizer que o preço das casas não constituem problema. «o ministro desmentiu a imprensa e ao fazê-lo pôs em cheque o que o Presidente disse. É lastimável», disse ao Novo Jornal Fernando Correia, professor universitário, que espera ter acesso a compra de uma casa no Kilamba.

José Eduardo dos Santos deu orientações para a diminuição dos preços das casas, que aguardam serem comercializadas na nova centralidade urbana do Kilamba. O Presidente manifestou, na semana passada em visita de campo àquela centralidade, o desejo de que o Kilamba seja habitado "o mais rapidamente possível". Contrariando a orientação dada pelo PR e veiculada pelos órgãos da comunicação social, o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, disse em declarações à Voz da América que José Eduardo dos Santos não exigiu a redução dos preços, mas a procura dos mecanismos que permitam aos interessados o acesso fácil às habitações.

O ministro disse que tais mecanismos deverão ter como base a figura da renda resolúvel ou arrendamento, tendo em conta que a modalidade de pagamento a pronto não permite que as pessoas possam adquirir tais moradias. O argumento de José da Silva é de que o que inibe a ocupação das casas não são os preços, mas as modalidades de acesso ou pagamento das habitações. José Eduardo dos Santos lamentou a falta de pessoas interessadas. "Não há quase ninguém na cidade, a grande maioria dos

prédios contínua por ocupar", disse. O Presidente angolano anunciou ainda que até ao final do ano estarão disponíveis cerca de 40 mil fogos na província de Luanda, no âmbito do Programa Habitacional.

A nível nacional, salientou que está em curso a construção de cerca de 300 mil fogos, que deverão estar concluídos ao longo de 2013. No Kilamba estão erguidos 20 mil apartamentos do tipo T3 A, T3 B, T3 C e T5 e o projecto global compreende a edificação de 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 50 quilómetros de via. No decorrer da visita que efectuou ao Kilamba, José Eduardo dos Santos anunciou que a proposta de Orçamento Geral do Estado para 2013 será entregue no parlamento até ao próximo dia 15.

O chefe de Estado acrescentou que o executivo já aprovou as orientações gerais e definiu o quadro macroeconómico de referência para o ano civil de 2013. "Este é um trabalho que já dura há cerca de 30 dias e, portanto, a sua conclusão está prevista para a segunda quinzena de Novembro, pois é obrigação do Governo remeter à Assembleia Nacional, até ao dia 15 deste mês, o Plano Nacional e o Orçamento Geral do Estado para 2013", afirmou.

José Eduardo dos Santos revelou ainda que, paralelamente às iniciativas mencionadas, está a ser elaborado o programa de médio e longo prazo para cobrir o período de mandato de 2012 a 2017 e, por via disso, aplicar o Programa de Governação do MPLA, maioritariamente votado nas eleições gerais de 31 de Agosto passado. Alguns analistas que comentaram a situação disseram que a comunicação interna com superiores hierárquicos é uma exigência para se atingir a eficácia organizacional. "Mentalize-se que todos os colaboradores são responsáveis por todo o trabalho realizado e, caso algum falhe, todos falham. É importante estar ao corrente do trabalho dos colegas, principalmente se este for feito em cadeia", disse um político. O ex-deputado pela bancada, da FNLA, Ngola Kabangu, interpelado pelo Novo Jornal para comentar a situação, referiu que a comunicação é crucial em qualquer parte, quer seja no trabalho, em casa, na rua, entre outros lugares. "No trabalho, a falta de comunicação pode gerar conflitos e, conseqüentemente, o insucesso. Assim, é necessário comunicar o que se pensa e se sente em relação ao trabalho que está a ser feito, quer por si, quer pelos seus colegas ou chefe" acrescentou. A respeito da situação, muitos angolanos questionam: "afinal quem é que manda? O Presidente ordena a redução do preço das casas do Kilamba e o ministro vem a público dizer que não é bem assim" ... É ponto assente que, os requisitos de aquisição de uma casa no Kilamba não permitem que muitos funcionários

angolanos concretizem o sonho de um dia viver naquela cidade.

## 6.27 Martelo demolidor do MPLA volta a arruinar pobres angolanos na calima

*Folha 8*

*17 de Novembro de 2012*

Ante a surpresa e estupefacção dos coitados populares impotentes, a administradora da Comuna de Calima, Guilherrnina Bacia, surgiu nos dias 07 de Novembro, 12 de Novembro e 16 de Novembro, acompanhada por um impressionante aparato policial da Brigada Canina, de máquinas caterpilares demolidoras, a coberto de uma equipa de repórteres de televisão improvisada para ludibriar, sem prestar qualquer satisfação aos proprietários das habitações, na localidade do Bairro do São José Kanjaia, sector Kambiote, iniciou a sua vil acção de demolições. Partiu tudo quanto estava de pé e sem dó, nem piedade, deixou crianças ao relento apavoradas, de regresso das escolas e ao se depararem com a desgraça caracterizada pela destruição, da única coisa que lhes punha feliz, "uma casinha". Esta prática considerada por

alguns moradores na localidade como selvagem, foi precedida de vendas arbitrárias de terrenos por intermédio de um tal Rodman que dividia os ganhos com a administradora.

A documentação que nos foi apresentada das quais deixamos em anexo alguma como comprovativo, sobre os direitos cadastrais, atestam efetivamente que as terras onde assentavam as casas destruídas são pertença das vítimas sobre as quais as autoridades do MPLA de Calima, atestaram os golpes de confisco e destruição.

O álibi usado é que no perímetro confiscado, vai ser erguida a Universidade José Eduardo dos Santos, facto que outras informações desmentem. A administradora dividiu o vasto terreno em dois e a força está a usurpar outra metade para fins inconfessos e mais credível, servir seus interesses.

A vida desses populares está desgraçada, as crianças que constatarem a violência das máquinas, a presença de polícias bem armados e apoiados por cães, ficarão traumatizadas o resto da vida. Viram nas vésperas e depois do célebre 11 de Novembro, com seus próprios olhos o terror dos caterpilares e dos martelos demolidores a destruírem suas casas e sentiram no coração, na pele e nos ossos a dor do

viver ao relento, expostos ao frio, aos mosquitos e seus pais a serem violentados ante a humilhação da gente transeunte. A administradora foi contundente ao declarar aos proprietários que nada do que estava a ser destruído seria indemnizado.

## 6.28 Desalojados foram viver para o Zango

*Jornal de Angola*

19 de Novembro de 2012

Famílias do município de Belas foram realojadas no Zango, depois das habitações precárias em que viviam terem sido destruídas pela chuva .

Entre as 15 famílias realojadas, três moravam no Benfica, onde construíram casas em áreas de grande risco, disse à Angop o director municipal do Gabinete de Comunicação e Imagem, Neto Segunda .

" O funcionário do município de Belas acrescentou que as restantes 11 famílias faziam parte de 36 famílias alojadas, há cinco anos, em tendas no bairro Sapu.

Quanto a essas famílias, disse, o processo de transferência para o Zango arrancou em Agosto e deve terminar em Dezembro.

## 6.29 A Cidade do Kilamba e o direito à habitação

*Semanário Angolense*

17 de Novembro de 2012

A Cidade do Kilamba é, sem sombra de dúvida, até ao momento o maior projecto habitacional de todos os tempos, desde que, em 11 de Novembro de 1975, Angola ascendeu à independência, sendo ainda considerado referência, pelo menos, a nível da África Austral e em outras partes do continente africano.

É, em termos de governação, um dos maiores orgulhos do partido que governa o país e do seu executivo, com a intenção de levar aos cidadãos a realização do sonho da casa própria, implementando outros projectos habitacionais.

De acordo com as projecções feitas no sector económico, quer a nível nacional quer do ponto de vista internacional, o país está a ter avanços significativos no sector em análise, assim como em outros da vida social. O nome de Angola foi recentemente retirado da lista dos países menos desenvolvidos, passando imediatamente para a lista dos países com rendimento médio.

Isso significa que, do ponto de vista do departamento do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, o país progride de forma substancial. Não é todos os anos que este departamento da Organização das Nações Unidas (ONU) retira o nome de um país da lista dos menos desenvolvidos para a dos Estados com rendimento médio.

Na verdade, Angola tornou-se para muitos no centro das atenções, pois enquanto ainda haja angolanos à procura de melhores oportunidades de vida no exterior, milhares de estrangeiros tentam, a todo custo, mesmo que por via ilegal, entrar no território angolano com o desejo de verem os seus sonhos realizados ou seja, o desejo de melhoria das suas condições de vida.

E O milhão de fogos?

Assim sendo, de acordo com essas projecções, Angola torna-se num país bom para se viver, estando à frente de várias potências africanas, isto segundo declarações que o partido no poder sempre proferiu nos meios de comunicação estatais no país e no estrangeiro.

A Cidade do Kilamba há muito que se tornou numa paragem obrigatória para todos os estadistas ou enviados especiais de vários presidentes a Angola, sendo por isso a principal bandeira das acções sociais do governo. Vários têm sido os elogios que o Executivo recebe da comunidade internacional, sobretudo dos visitantes, e daqueles que se revêem nos projectos habitacionais que se estendem por quase todo o país.

Na verdade, é desejo de muita gente que não tem casa própria, possuir uma na famosa Cidade do Kilamba, mas, alguns por insuficiência financeira, vão vendo este desejo a não passar disso mesmo e, outros, por questões burocráticas, estão impossibilitados de lá chegar.

Esse projecto faz parte da chamada propaganda política dos um milhão de fogos habitacionais prometidos pelo MPLA, pelo seu presidente, quando foi da campanha eleitoral de 2008, mas até ao momento não concretizada.

Não obstante todas as projecções que o país tem vindo a ganhar nos últimos anos, tanto a nível nacional quanto internacional, ele (o país) ainda vive enormíssimos problemas de vária ordem ou seja, dos piores problemas que um país possa ter. Mesmo tendo saído da lista dos países menos desenvolvidos, ainda há muito por resolver no que concerne às preocupações sociais.

## Violação do direito à habitação

Um número considerável de cidadãos, se não a maioria, excepto os dirigentes políticos e outros do aparelho do Estado, ainda não possuem casa própria, vivendo na sua maioria em casas alugadas, em que se sujeitam aos maus fígados de certos senhorios.

O direito à habitação é violado a todo momento, apesar de estar consagrado na Constituição da República no seu artigo 89º, sendo violado quase que ininterruptamente, ao deixar centenas de famílias ao relento, sobretudo nos casos em que há expropriação.

Importa lembrar que, do ponto de vista dos Direitos Fundamentais, o direito à habitação está também consagrado na terceira geração dos direitos fundamentais, pois é um direito completamente social e individual.

De acordo com os especialistas em Direitos Fundamentais, é individual por se tratar de uma necessidade particular ou seja, do cidadão em concreto, e social por pertencer à terceira geração dos direitos fundamentais e por essa geração tratar de direitos culturais, económicos e sociais.

Desta feita, passa a ser um direito de quota-parte, em que a efectivação depende, concretamente, tanto do próprio cidadão como do Estado. É o caso da cidade do Kilamba, em que o Estado teve a obrigação ou iniciativa de construir as casas e o cidadão, através dos preços estabelecidos por aquele, vai adquirir a casa, quer por renda resolúvel ou por outras formas, desde que esteja ao alcance dos cidadãos.

## Direitos da pessoa

De acordo com a Constituição da República, constitui tarefa fundamental do Estado a promoção do bem-estar das populações, garantia da qualidade de vida e de um sistema de ensino totalmente sadio. Todas as pessoas têm direito a um nível de vida condigno.

O acesso a habitação condigna é essencial para que tal nível de vida seja alcançado e a consequente realização da vida humana para lá da simples sobrevivência. A habitação preenche as necessidades físicas ao proporcionar segurança e abrigo face às condições climatéricas.

Proporciona as necessidades psicológicas, ao permitir um sentido de espaço pessoal e privado; as necessidades sociais, na medida em que proporciona uma área e um espaço comum para a família humana, a unidade base da sociedade. Em muitas sociedades, preenche igualmente as necessidades económicas, ao funcionar como um centro de produção comercial.

O direito do ser humano a uma habitação condigna é um direito que assiste a toda mulher, homem, jovem e criança a adquirir e sustentar uma casa e uma comunidade seguras onde possam viver em paz e dignidade. O direito à habitação é reconhecido como um direito humano na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

«Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade» (Artigo 25º, nº 1).

## A visita do PR e a reacção dos cidadãos

A visita de campo que o presidente da República, José Eduardo dos Santos, efectuou no passado dia 9 de Novembro, à Cidade do Kilamba foi motivo de várias reacções por parte de muitos cidadãos, principalmente por causa das orientações deixadas às empresas responsáveis pela comercialização dos apartamentos.

Uma das recomendações deixadas pelo chefe de Estado foi no sentido de evitar a excessiva burocracia administrativa no processo de distribuição das moradias.

A outra recomendação deixada pelo chefe de Estado foi no sentido de evitar a excessiva burocracia administrativa, permitindo deste modo o acesso a todos para que qualquer cidadão que se sinta capaz de obter um apartamento o faça com a menor dificuldade.

Alguns dirigentes do aparelho do Estado parecem ainda não entender concretamente questões relacionadas com a administração pública ou o próprio Direito Administrativo, chegando mesmo a pensar que ser um gestor público ou dirigente é sinónimo de criar barreiras às pessoas, impedindo assim estas de concretizarem os seus objectivos relativamente à satisfação das suas necessidades no que aos serviços públicos diz respeito.

Foi essa a mensagem que José Eduardo dos Santos terá passado aos vários titulares de cargos públicos na administração angolana, quando baixou as orientações à equipa responsável ao tratamento da mais moderna cidade angolana. A sua posição tomou quase todos de surpresa, devido ao pendor crítico aos dirigentes.



Já não era sem tempo

Várias foram as reacções ao referido pronunciamento de JES, tendo algumas considerado que, com esta posição do chefe de Estado, as coisas estarão facilitadas quanto à aquisição de habitações. Outros cidadãos, porém, alegaram que já não era sem tempo, essa atitude do PR.

Damião André é de opinião que essa posição de Eduardo dos Santos pode vir a inverter o quadro neste ramo, pelo que ele julga: «desta forma, estaremos mais próximos da Cidade do Kilamba, teremos mais facilidade de conseguirmos uma casa. Aposto que sua excelência senhor presidente pensou na população ao tomar essa decisão, pensou, principalmente, naqueles que precisam imediatamente duma residência.»

Carlota Canga Chaves acha que essa decisão do PR devia ter sido tomada antes, logo após a conclusão das casas. Seria um bom princípio, porque a cidade estaria agora com um número considerável de habitantes. «Já é tarde demais, a decisão chega tarde e mesmo assim, não acredito muito que os preços reduzam ao ponto de possibilitar que os mais desfavorecidos consigam obter casa no Kilamba. Os preços continuarão altos, a redução a que o chefe de Estado se referiu é relativamente mínima», apontou.

Apesar de ser um problema quase que universal, em Angola, a situação carece de uma correcção imediata, uma maior preocupação por parte do Governo, sob pena de ocorrerem certas revoluções por intermédio de manifestações agressivas.

Milhões de sem-abrigo

Vários relatórios da ONU mostraram que o crescimento populacional, a migração para as áreas urbanas, as necessidades contraditórias pelas terras existentes e os recursos naturais e financeiros insuficientes resultam no aumento de sem-abrigo e de habitações inadequadas.

Em todos os países, homens, mulheres e crianças dormem em passeios, debaixo de pontes, em carros, estações de metro, parques públicos, guetos e barracas ou ocupam edifícios abandonados. Segundo as estimativas das Nações Unidas, mais de 100 milhões de sem-abrigo e mais de mil milhões de pessoas no mundo inteiro vivem em habitações inadequadas.

Essas estatísticas provam a dificuldade que os governos têm em garantir aos seus cidadãos o acesso à habitação, mas também levantam questões

complexas sobre até onde deve ir essa obrigação governamental.

O facto de o alojamento ser considerado uma necessidade humana, não significa que os governos devam proporcionar a todo o seu cidadão terra, quatro paredes e um telhado. A controvérsia pode, portanto, emergir a partir do que os governos devem fazer para ajudar os indivíduos a exercerem os seus direitos e obterem uma habitação.

De uma forma geral, a actuação de um governo é específica ao seu país e depende de inúmeros factores económicos, culturais e sociais. Em alguns casos, aumentar o acesso à educação ou ao mercado de trabalho é a melhor maneira para assegurar o direito à habitação, visto que a realização desses direitos conduz geralmente a um maior acesso à habitação.

O que dizem as convenções internacionais?

Noutros casos, é necessário que os governos forneçam directamente alojamentos materiais. Mas se não tivermos em conta as acções já realizadas pelos governos, em todos os países existem pessoas que, devido a questões pessoais, nomeadamente incapacidades físicas ou emocionais.

Há, ainda, as questões ambientais, tais como desastres naturais ou fome, ou problemas sociais, como a guerra e a instabilidade política, que fazem com que as pessoas sejam incapazes de arranjar habitação. Nestas situações, os governos são obrigados a facilitar acesso à habitação.

Os governos são obrigados a funcionar como sistemas justos e estáveis através dos quais os seus cidadãos podem alcançar a satisfação dos seus direitos. São igualmente obrigados a proporcionar os meios para a realização do direito a um nível de vida condigno, ao qual os seus cidadãos podem aceder livremente.

O direito à habitação está incluído em diversos documentos internacionais vinculativos. Entre os mais significativos, destaca-se o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Artigo 11º, nº 1), que contém várias cláusulas.

«Os Estados-Signatários no presente Pacto reconhecem o direito de toda a pessoa a um nível de vida adequado para si e para a sua família, incluindo alimentação, vestuário e habitação adequados e a uma melhoria contínua das suas condições de vida», é uma das principais.

Sem qualquer forma de discriminação

Com o objectivo de clarificar o sentido e a esfera de acção do direito à habitação tal como vem expresso no Pacto, em 1991, o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (CDESC), o órgão que supervisiona a aplicação do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, apresentou a Observação-Geral n.º 4.

O direito a uma habitação condigna aplica-se a todas as pessoas. A expressão «para si e para a sua família», não pode ser interpretada como implicando qualquer restrição à aplicabilidade do direito à habitação a certos indivíduos, famílias matriarcais ou a outros grupos.

Por outro lado, tanto os indivíduos como as famílias têm direito a uma habitação adequada qualquer, sem distinção de idade, situação económica, pertença a grupo ou entidades de origem social ou outra condição. O gozo do direito não deve estar sujeito a qualquer forma de discriminação.

O direito à habitação deve ser interpretado, não num sentido restrito, mas num sentido lato e incluso como o direito em que se pode viver «em segurança, em paz e com dignidade.» O direito à habitação está intrinsecamente ligado a outros direitos humanos fundamentais.

Assim, a expressão habitação deve ser interpretada como «habitação condigna», abrangendo outras considerações. O direito a uma habitação condigna deve ser visto em conjugação com outros direitos humanos enunciados nos dois Pactos internacionais e noutros instrumentos internacionais.

Os vários direitos

Uma vez que o conceito de «adequação» aplicado à habitação é determinado por factores sociais, económicos, culturais, climáticos, ecológicos e outros, certos aspectos do direito são aplicáveis em qualquer contexto.

Segurança legal de ocupação significa que todas as pessoas, onde quer que vivam, têm direito a um determinado grau de segurança que garanta a protecção legal contra o desalojamento forçado, agressão e outras ameaças. Os Estados são obrigados a adoptar medidas para conferir legalmente essa segurança.

Disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infra-estruturas. De forma a garantir a saúde, segurança, conforto e alimentação dos seus ocupantes, uma habitação condigna deve permitir o acesso sustentado aos recursos naturais e comuns,

água potável, energia para cozinhar, aquecimento, electricidade, instalações sanitárias e de limpeza, meios de conservação de alimentos, sistemas de recolha e tratamento do lixo, esgotos e serviços de emergência.

Acessibilidade económica.

Uma habitação acessível é aquela cujos custos financeiros suportados se situam a um nível que não ameaça a satisfação das outras necessidades básicas. Os Estados devem tomar medidas para assegurar que os custos afectos à habitação sejam compatíveis com os níveis de rendimento.

Os Estados devem instituir um sistema de subsídios à habitação destinado àqueles que não dispõem de meios para adquirir uma habitação condigna e proteger os arrendatários contra rendas excessivas e aumentos de rendas abusivos. Nas sociedades onde os materiais naturais constituem a principal fonte dos materiais de construção, os Estados devem tomar medidas necessárias para assegurar a disponibilidade de tais materiais.

Habitação condigna

Habitabilidade. Uma habitação condigna deve ser habitável em termos de proporcionar aos seus ocupantes espaço adequado, segurança, proteger do frio, da humidade, do calor, da chuva, do vento e outros perigos para a saúde, dos riscos, devido a problemas estruturais e vectores de doença.

Facilidade de acesso. Uma habitação condigna deve ser acessível a todos os que a ela têm direito, incluindo os grupos desfavorecidos, que podem apresentar necessidades especiais, devendo beneficiar de uma certa prioridade no que se refere à habitação.

Localização. Uma habitação condigna, urbana ou rural, deve localizar-se num local onde existam possibilidades de emprego, serviços de saúde, escolas, centros de cuidados infantis e outras estruturas sociais. As habitações não devem ser construídas em lugares poluídos, nem na proximidade de fontes de poluição que ameacem o direito à saúde dos seus ocupantes.

Respeito pelo meio cultural.

A arquitectura, os materiais de construção utilizados e as políticas subjacentes devem permitir exprimir a identidade e diversidade culturais relativamente à habitação. De uma forma geral, a construção e modernização da habitação deve manter as dimensões culturais da habitação, disponibilizando, simultaneamente, os equipamentos técnicos, entre outros.

A Estratégia Mundial para a Habitação até ao ano 2000 (1998) apresenta uma outra definição de «adequação» ou «habitação condigna.»

"Habitação condigna significa... privacidade adequada, espaço adequado, segurança adequada, iluminação e ventilação adequadas, infra-estruturas básicas adequadas e localização adequada relativamente ao local de trabalho e equipamentos básicos - tudo isto a preço razoável".

### 6.30 Kilamba: experiência dolorosa

*Agora*

*17 de Novembro de 2012*

A recente deslocação e "peneira" passada pelo Chefe do Executivo à nova centralidade de Luanda, bem como, o contacto directo com os gestores desse empreendimento, trouxe a nú o resultado frouxo de mais uma boa intenção que, ao contrário do que se pensava e se projectou, está a constituir um peso morto para a sociedade manchando, como disse sem rodeios, a imagem do próprio Governo, quando era pretensão atenuar a pressão causada por um problema crucial, que aflige milhares de famílias.

Mais do que identificar erros, seja lá quem for que os tenha cometido, (com esta visita procurou-se identificar os obstáculos e encontrar as respostas para a solução rápida deste imbróglie de difícil digestão, tendo em conta que, existem inúmeras famílias a precisar de um tecto, não têm, a cidade está vazia e as casas até estão a degradar-se. Mas, por outro lado, os potenciais beneficiários também não dispõem de recursos para pagar as casas, tendo em conta o custo desses apartamentos.

O que se pode concluir de uma análise ainda que superficial a todo esse dossier é que, faltou efectivamente, estudo mais aprofundado sobre a nossa própria realidade e a disponibilidade financeira da população. O que se reteve é que, preocupamo-nos em copiar modelos de outros países onde a vida de cada cidadão é regida pelo trabalho que corresponde a um salário pontual, hábitos de poupança, incentivos fiscais, estímulos à economia e política creditícia capaz de estabelecer uma relação de confiança entre a banca e a sociedade. Esquecemo-nos, que ainda estamos numa fase embrionária, que por cá os preços são sempre por alto, quase nada funciona e quando isso acontece, as dificuldades e barreiras que se colocam ao cidadão são tantas, que as intenções e projectos da maioria acaba por "morrer na praia". Por outro lado, até as cópias são mal feitas, porque, como se está a ver agora, falta água, falta luz, faltam estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços

básicos, enfim ... quase tudo o que o cidadão necessita para viver nos aglomerados que foram erguidos. Mais ainda, deve-se analisar se esse modelo de construção de edifícios na vertical em todo o país, é o mais apropriado do ponto de vista de cada realidade tradicional, da capacidade de geração e oferta de energia eléctrica, de água, saneamento básico e outros.

Por via disso, embora não constitua propriamente uma novidade, ficou claro que o país também não tem ainda uma classe média, capaz de consumir produtos e serviços que contribuem para o seu próprio bem estar, salvo excepções para a apetência aos veículos e alguns artigos de luxo, mesmo dormindo na esteira, só para tchilar. Mas, esse défice no meio termo de níveis e desníveis sociais é, em primeira instância, da responsabilidade do próprio poder, a quem

compete a definição e a adopção de políticas e de estratégias que conduzam a elevação do nível e da qualidade de vida dos governados, que também serve de indicador para ou da boa governação. É que fica difícil acreditar que, com tantos jovens formados ou nas faculdades, trabalhando nas empresas públicas, privadas e sectores afins, dando o seu contributo para o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, produzindo riqueza, não tenham sequer capacidade de, em regime de prestações, pagar uma casa para que possam viver com dignidade. Por isso mesmo, é factível que as razões são bem mais profundas e estão do outro lado da barricada que divide a sociedade.

Mas, da leitura à intervenção do Chefe do Executivo, ficou também patente que foram cometidos erros grossos logo à partida, e até uma certa confusão na intervenção do Estado, por via directa ou indirecta, na resolução da falta de habitações, fazendo concorrência "encapotada" ao sector privado. O resultado é que, mesmo com o metro quadrado provadamente mais barato, o valor de cada habitação ainda é extremamente. E a população, empobrecida, não tem como pagar mais de 100 mil dólares por um apartamento, quando até existem exemplos de construções de privados que, por casas em que o acabamento aprimorado fica depois por conta do comprador, custam entre os dez e os quinze mil dólares, com direito a quintal (maior privacidade) logo sem necessidade de carregar botijas de gás por longas e intermináveis escadas. É esse modelo que a maior parte das famílias prefere, porque é apenas para isso e na maior parte com extrema dificuldade, que os poucos recursos acumulados de pequenos negócios permite.

Em suma, esse arranque, reconhecamos que, fogoso, não é de todo mau mas, pode ser melhor se formos

nós mesmos a pensar com as nossas próprias cabeças, definindo concretamente o que queremos, e não, a pretexto de benefícios de linhas de crédito, aceitarmos as boas ou más experiências de outros.

Há que conciliar interesses com realidades objectivas. E a nossa, é muito dura, até mesmo nos hábitos de convivência em comunidade, de civismo, porque há muita gente por aí que tem dificuldade de interpretar os limites da sua liberdade, e não consegue perceber que o vizinho não é inimigo, mas sim o "familiar" mais próximo a quem batemos a porta em caso de aflição, e não apenas para pedir sal, gindungo, massa de tomate. E esses, o melhor mesmo é não irem para os prédios do Kilamba. Senão ... vai haver maka!

### 6.31 Mais de cinquenta apartamentos em 18 meses

*Semanário Angolense*

*17 de Novembro de 2012*

Desde que, há 10 meses, o país alcançou a paz, segundo dados das autoridades angolanas, o mercado imobiliário começou a registar uma certa adesão de homens de negócio interessados a investir no ramo da construção de complexos residenciais e condomínios, tendo em conta a procura que se verifica no mercado.

A tipologia dos apartamentos não foge muito aos modelos T3 e T4, sobretudo quando comparado com outros protótipos internacionais, todavia, as empresas nacionais, quer públicas quer privadas ou até mesmo estrangeiras, em função das exigências do mercado, procuram apetrechar tais apartamentos com todos os meios possíveis, atendendo à concorrência da economia de mercado.

As zonas com maior foco de construção desses projectos residenciais são, geralmente, os municípios de Belas, Talatona a Sul de Luanda, Viana e Cacucaco.

A cooperativa Ango- Dizima, uma construtora de direito angolano, vocacionada à Arquitetura e Fiscalização de Obras, por exemplo, vai construir na localidade do Bitá-Tanque, município de Viana, um condomínio denominado «Jéssica Patrícia», em que, numa primeira fase, serão edificados cinquenta apartamentos modelos T3 e T4, numa área de mais de cinco hectares.

Em conferência de imprensa realizada numa das unidades hoteleiras da capital, João dos Santos, gestor da cooperativa, informou que, para tal, já se começou a fazer os arruamentos e limpeza do local, e que os

apartamentos serão construídos de forma faseado, num período de dezoito meses.

Atenções centradas no «Jéssica Patrícia»

Revelou que o gestor responsável pelo projecto, a Cooperativa Ango-Dizima, encarregue pela construção dos condomínios «Pacífico Flamingo», os dois localizados no Benfica, bairro adstrito ao município de Belas.

Atendendo à informação do também engenheiro, o condomínio «Jéssica Patrícia», que se localizará a Sul de Luanda, é um complexo residencial, cujos preços estarão avaliados entre 50 e 60 mil dólares, com pagamentos no prazo de cinco anos.

A falta de durabilidade e qualidade de algumas obras que normalmente são adjudicadas pelo Estado a construtoras nacionais ou estrangeiras que ganhem concursos públicos de determinadas empreitadas, têm sido motivo de análise para muitos especialistas ligados ao ramo da construção. «Neste momento, estamos apenas concentrados na edificação do complexo residencial «Jéssica Patrícia», apesar de estarmos a construir alguns condomínios em certas localidades do país, a nossa atenção está mesmo virada para o projecto», frisou João dos Santos.

De acordo com o gestor, a construção da obra será feita em função do mercado ou seja, os apartamentos vão servir para todos os bolsos dos cidadãos interessados em ter uma residência no «Jéssica Patrícia.»

Quanto aos valores que o projecto vai consumir, o responsável apenas respondeu que vai consumir «muitos milhares de dólares», tendo em conta a planta arquitetónica que foi elaborada.

### 6.32 Alguém viu o fundo de fomento habitacional ?

*Agora*

*17 de Novembro de 2012*

Dois anos depois, quando todos deveriam assistir a uma redução significativa do défice habitacional, permanecem as dificuldades no seio das autoridades em dar seguimento aos projectos já iniciados e em comercializar os concluídos, para garantir o retorno dos financiamentos, tudo porque José Eduardo dos Santos (JES), denunciou a desorganização e excessiva burocracia no processo de aquisição das moradias do Kilamba.

São vários os motivos apontados como estando na base do quase certo 'descalabro' do programa. Os



indicadores da Sonangol Imobiliária e Propriedade (Sonip), apontam os preços praticados pelos promotores imobiliários, muitas vezes acusados de especuladores e oportunistas, num negócio em que o Estado sente-se traído, perdendo seguramente, espaço para os projectos imobiliários privados, enquanto que a regulamentação do mercado imobiliário também surge como o principal vector dos desequilíbrios nos preços das moradias.

Foi a pensar no retorno do financiamento público que o Presidente da República anunciou, publicamente, a criação de novos mecanismos que facilitam os cidadãos a ter acesso às moradias na centralidade do Kilamba, apontando a burocracia como o mal que estará no centro da 'fraca' ocupação da nova cidade.

Além destes factores, podemos assinalar ainda a importação dos materiais de construção, como sendo a base de todas as oscilações do mercado imobiliário angolano conforme reconheceu o Chefe do Executivo, no encontro sobre o Programa de Habitação Social, realizado em 2010, apelando, na altura, ser necessário o incentivo à produção interna de materiais de construção para reduzir os custos de aquisição no mercado externo de equipamentos para o sector da construção.

#### Casas evolutivas

Apesar dos atrasos verificados na execução do programa, o Chefe do Executivo renovou o compromisso em criar as condições para que os angolanos possam realizar o sonho de casa própria e habitação condigna, criando o mecanismo da renda resolúvel para os interessados nos apartamentos do Kilamba.

Mas é o segmento social que está a ganhar os incentivos das autoridades governamentais, embora o seu cumprimento se apresente como espinhoso, com os parceiros a descompassarem, fazendo crer que cada um quer puxar 'a brasa para a sua sardinha', enquanto os privados continuam a ganhar nas vendas dos seus imóveis e escritórios.

O programa lançado em 2008, numa perspectiva nacional, previa o preço das casas concebidas dentro do programa habitacional, em todo o país, no equivalente em kwanzas a 60 mil dólares. "As casas que preconizamos serão edificadas em espaços urbanizados minimamente, com uma área construída de 100 metros quadrados e o seu preço não será superior ao equivalente em kwanzas a 60 mil dólares", assumira o Presidente da República. Um compromisso corroborado pelo ministro das Finanças em 2011, reiterando que o valor ideal para

uma casa social seria, no máximo, 60 mil dólares e alertou o Executivo a trabalhar para controlar os preços das habitações para evitar a especulação e o fracasso de vários projectos assumidos pelo Estado.

"Temos um mercado onde há disfunções muito sérias no domínio da formação de preços e ainda especulativo, alertara Carlos Lopes, assegurando que o Estado deve actuar no sentido de proteger os cidadãos com menos posses.

#### Incentivos

Nunca foi revelada a quota atribuída pelo Estado. O acesso à habitação seria assim facilitado, em termos hipotéticos, com a criação, no ano passado, do Fundo de Fomento Habitacional que neste momento parece ter 'evaporado' como muitos fundos criados neste país.

Relativamente à criação do Fundo, pelo Executivo, no sentido de garantir aos cidadãos 80% do valor do crédito a contrair com um banco comercial para a compra de uma moradia, referiu, na altura, que a primeira função prende-se com a promoção da habitação social, apoiando a construção de casas para a população mais carenciada e a centralidade do Kilamba seria então para a classe média e alta.

O PR ao ordenar, recentemente, a redução dos preços das casas naquela que é vista como o modelo de cidade moderna, fez transparecer que o conceito de centralidades não é apenas visto numa óptica de luxo, visto que estão a ser desenvolvidos projectos de casas sociais, para permitir que não haja segregação em termos da classe média alta, média e baixa, a beneficiar de todas as facilidades que o lugar oferece.

Entenda-se que são moradias que, providas de condições urbanísticas aceitáveis, como arruamentos, sistemas de esgotos, água e luz, são construídas utilizando um modelo que permite que o preço final esteja de acordo com a capacidade financeira dos cidadãos com rendimentos baixos.

#### Medidas

As várias modalidades adoptadas pelo Executivo para a comercialização dos imóveis no Kilamba não deram os resultados desejados. Por isso, Eduardo dos Santos deu orientações precisas para a diminuição dos preços das casas que aguardam serem comercializadas. Eduardo dos Santos admitiu ter havido excessiva burocratização, desorganização e indisciplina no processo de aquisição das casas.

Mesmo sem fazer referência ao Fundo de Fomento Habitacional e outras medidas para a comercialização das casas, o PR lembrou que há "outros em-

preendimentos imobiliários em Cacucaco, Capari, Viana. Este ano, certamente estarão disponíveis".

A nova postura tem como objectivo, garantir que o Kilamba seja habitado "o mais rapidamente possível" e que as questões burocráticas sejam "ultrapassadas urgentemente". Deixou esta orientação durante um encontro com os responsáveis da Sonangol Imobiliária e Propriedade (Sonip), entidade gestora e responsável pela comercialização das referidas habitações.

Os dados da Sonip apontam que foram construídos cerca de 20 mil apartamentos do tipo T3

A, T3B, T3C, todos com três quartos, e T5, com cinco quartos.

O T3A está avaliado em 125 mil dólares, T3B custa 130 mil dólares, T3C, 140 mil dólares, ao passo que o T5 está orçado em 200 mil dólares.

O projecto global foi concebido para se desenvolver em três fases, com 80 mil apartamentos, em 710 edifícios, numa área de 54 quilómetros quadrados. Numa primeira fase, foram disponibilizados 115 edifícios, 48 lojas, 24 creches, nove escolas primárias e oito escolas secundárias, constituindo-se num elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza.

No âmbito nacional, o mais alto Magistrado afirmou que estão em curso neste momento a construção de cerca de 300 mil fogos habitacionais, que poderão estar concluídos neste ou no próximo ano.

'Driblo à mwangolé'

Os angolanos já estão habituados às simulações e promessas irrealizáveis apenas para 'inglês ver', como soe dizer-se. Não se sabe a real pretensão do ministro do Urbanismo e Habitação ao desmentir o Chefe do Executivo.

José da Silva protagonizou uma das piores contradições, em relação, ao já conturbado processo de venda dos apartamentos da centralidade urbana do Kilamba, ao desmentir as intenções do Presidente da República manifestadas na semana passada.

De acordo com o governante, JES não exigiu a redução dos preços, mas a procura dos mecanismos que permitam aos interessados o acesso fácil às habitações. No seu entender, tais medidas terão como base a figura da renda resolúvel ou arrendamento, tendo em conta que a modalidade de pagamento a pronto não permite que as pessoas possam adquirir tais moradias. O argumento é de que o que inibe a

ocupação das casas não são os preços, mas as modalidades de acesso ou pagamento das habitações.

Em termos comparativos, para José da Silva, se se tiver em conta o custo do mercado imobiliário em Angola, os preços das habitações do Kilamba estão substancialmente mais baixos do que aquilo que é o mercado imobiliário no país.

"Se pensarmos nas habitações sociais nas outras centralidades cujas obras estão em curso, os preços estão substancialmente mais reduzidos em relação a esses apartamentos", rematou.

O agente imobiliário Gaspar da Conceição, revelou ao AGORA que o problema da habitação não será resolvido com a construção de habitações do género dos condomínios. "Kilamba é uma cidade fantasma construída para uma classe média que não existe em Angola", reconheceu, tendo avançado que seria de bom-tom que o Chefe do Executivo deixasse de simular os cidadãos .

### 6.33 Empresas incumpridoras são levadas aos Tribunais

*Jornal de Angola*

*19 de Novembro de 2012*

O governador do Kwanza-Sul, Eusébio de Brito Teixeira, está preocupado com os atrasos registados na construção de 200 fogos habitacionais no município do Libolo, e prometeu responsabilizar criminalmente as empresas incumpridoras.

Falando à imprensa, no final da visita ao município, Eusébio de Brito Teixeira disse que as empresas seleccionadas para construir as casas não estão a cumprir o contrato estabelecido. O governador acrescentou que os empreiteiros vão ser chamados para esclarecer o motivo do atraso das obras, incluindo as empresas que receberam dinheiro do Estado e não construíram nenhuma habitação.

"Todas as empresas incumpridoras vão ser responsabilizadas criminalmente", garantiu o governador, para quem a tomada das medidas punitivas pode ajudar a disciplinar as empresas que não cumprem os contratos. Durante a sua estada no Libolo, o governador inaugurou um centro médico na comuna de Cabuta, visitou a comuna do Quissongo e o sistema de fornecimento e distribuição de água.

Investimentos para o Libolo

O governador da província do Kwanza-Sul, Eusébio de Brito Teixeira, defendeu em Calulo, a necessidade

de investir em vários domínios no município do Libolo, dada as potencialidades da região na produção de cereais, tubérculos, leguminosas e café. O governador fez estas declarações no final da visita de três dias que efectuou ao município onde constatou a realidade social e económica e teve contactos com as autoridades administrativas, líderes comunitários e população nas diversas localidades da região.

"O estado acentuado da degradação das estradas que ligam a sede municipal às comunas e os locais produtivos é, para nós, motivo de preocupação", disse o governador, que promete trabalhar em conjunto para encontrar soluções para os problemas. Eusébio de Brito Teixeira referiu que no Programa de Investimentos Públicos do próximo ano há acções para resolver os problemas que travam o desenvolvimento da região. O governador reconheceu que não se pode falar da dinamização do comércio rural sem resolver a questão das vias de acesso.

Eusébio Teixeira reconheceu os avanços registados no sector da saúde, em função da expansão a diversas localidades do município. No sector da educação, o governador considera que ainda há muito trabalho pela frente para a cobertura a do município com infra-estruturas escolares e professores.

Outros ganhos que alegraram o governador estão relacionados a com o aumento da oferta dos serviços de água no meio rural e da energia na sede municipal.

#### Apoios ao empresários

Durante o encontro que o governador provincial teve com a classe D empresarial do município do Libolo, os empresários manifestaram as suas preocupações, sobretudo com a falta de crédito bancário. Outras preocupações apresentadas têm a ver com a reparação das vias de acesso, instalação no município de um balcão do Banco de Poupança e Crédito (BPC), do Balcão Único do Empreendedor (BUE) e de uma escola técnica agrária.

Os antigos combatentes e veteranos da pátria solicitaram ao governador da província solução para os problemas relacionados com a falta de apoios em equipamentos agrícolas, terrenos para a legalização das associações e cooperativas agrícolas e formação profissional.

Num outro encontro realizado com os jovens e mulheres, Eusébio de Brito Teixeira foi informado sobre as dificuldades do acesso ao registo civil, falta de oportunidades para o ingresso no ensino superior, devido à distância entre o município e a sede da

província e falta de estabelecimentos de formação técnico-profissional.

Acompanhado dos vice-governadores Maria de Lourdes Veiga e António da Gama Teixeira, de delegados e directores dos distintos organismos públicos e dos membros da administração do município, o governador inaugurou um centro de saúde, na localidade do Bungo. Reabilitado e ampliado em três meses, o centro tem oito camas e vai beneficiar mais de seis mil habitantes, das comunidades de Bungo, Camama, Kitongo, Bimbe, Caxica, Huambo, Kissala, Nguelele e Bango da Cachica.

### 6.34 Desalojados foram viver para o Zango

*Jornal de Angola*

*19 de Novembro de 2012*

Famílias do município de Belas foram realojadas no Zango, depois das habitações precárias em que viviam terem sido destruídas pela chuva .

Entre as 15 famílias realojadas, três moravam no Benfica, onde construíram casas em áreas de grande risco, disse à Angop o director municipal do Gabinete de Comunicação e Imagem, Neto Segunda .

" O funcionário do município de Belas acrescentou que as restantes 11 famílias faziam parte de 36 famílias alojadas, há cinco anos, em tendas no bairro Sapu.

### 6.35 Quanto a essas famílias, disse, o processo de transferência para o Zango arrancou em Agosto e deve terminar em Dezembro. Moradores do Zango I abandonados à sua sorte

*Angolense*

*23 de Novembro de 2012*

O relógio marcava nove horas da manhã de Quarta-feira, quando a nossa equipa de reportagem chegou ao Zango, e os moradores ficaram apreensivos, pensando que se tratava dos responsáveis do Ministério da Assistência e Reinserção Social. Porém, quando a equipa se apresentou foi motivo de alegria, estampada no rosto daqueles moradores. "Estamos cansados com as promessas do Governo", disse um morador, em jeito de saudação à nossa reportagem. No local, tendas rasgadas, famílias desalojadas, fruto das últimas enxurradas que se abateram por Luanda,

lixo, águas paradas, cheiro nauseabundo e crianças, a brincarem nos charcos é o cartão-de-visita. E tem mais: donas de casa a chorarem pelos seus haveres levados pelas chuvas, casas feitas de chapas de zinco, porque a chuva arrastou tudo. Do outro lado da estrada, encontramos o controlo da Polícia, e o posto de emissão dos bilhetes de identidade, onde os moradores do bairro tratam os seus documentos para não se deslocarem à vila de Viana.

A População que por sinal é maioritariamente jovem, vindo das províncias Huambo e Benguela, sobrevivem do comércio e biscates. Rosa Salala, de 23 anos de idade, foi a nossa primeira entrevistada para falar do dia-a-dia da zona, sentada na sua cubata de chapa, descalça, fazendo seu negócio em sua porta. Mãe de dois filhos, Rosa contou que sustenta a sua família através do negócio que tem feito, que serve também para pagar as propinas dos filhos, visto que neste momento o marido encontra-se a abraços com o desemprego, antes como pescador, na Ilha de Luanda. "Temos muitas dificuldades, principalmente nos últimos dias, por causa da chuvas, estamos a dormir em "pé", todas casas estão inundadas, a falta de água, luz não temos recebido visitas de entidades, estamos no esquecimento", conta Rosa, para quem existe muita doença no Centro médico do Zango, sendo as crianças e Idosos as principais vítimas.

Entretanto, diariamente duas a três pessoas morrem no Zango, devido às péssimas condições. Nesta época chuvosa, por exemplo, os problemas aumentam, há muito calor, porque as casas são de chapa e ninguém consegue ficar dentro de casa. Uma outra interlocutora, Marcelina Majeje, de 68 anos de idade, encontrada logo à entrada da sua cabana, sentada numa cadeira branca, bastante suja, descalça, com um semblante triste falava em língua nacional Umbundu que traduzido em português dizia:

"Estamos a sofrer muito desde que viemos no Zango, falta quase tudo, somos vítimas de muitas doenças, como paludismo, Hipertensão, Derrame Cerebral, Sida, sarna, dor de dente, dor de ouvido são as doenças que predominam no Zango, por falta de saneamento básico" lamenta a anciã, que na Ilha de Luanda, onde residia anteriormente, comercializava peixe, mas neste momento encontra-se sem nada fazer e recorre à esmola. Para ela, as promessas feitas por governantes, são falsas porque até ao momento nem água vem nem água vai, estão abandonados e ninguém diz nada sobre o seu realojamento, não obstante estarem a viver próximo do Comité de acção do MPLA. Martins Chivela, de 56 anos de idade, segundo informou, no Zango não existe escolas, a maioria das crianças que se encontram no Zango em idade escolar não frequenta a escola, porque os pais na sua maioria são desempregados.

Por outro lado, acrescenta Martins Chivela, a zona não tem hospital e, em caso de doença, os populares recorrem ao Zango 11, que muitas vezes, antes de serem atendidos, têm que dar uma "gasosa" à equipa de médicos em serviço.

#### Delinquência mora no bairro

Populares do Zango I queixam-se dos constantes assaltos a que são sujeitos, todos os dias, em plena luz do dia. Os amigos do alheio, segundo moradores, não poupam ninguém arrombam casas, assaltam os populares e a polícia não diz nada, até os meliantes aproveitam-se da escuridão para fazer das suas, porque os moradores vivem a base de geradores.

As crianças do Zango são as mais prejudicada porque não tem espaço para lazer muitas delas passam o tempo a jogar a bola, e a "deambularem" de um sítio para o outro, muitas dessas crianças não vem televisão por falta de luz, a comunidade do Zango vive a base de geradores. De acordo com um dos coordenadores do bairro Zango, José Chimuco, já faz 4 anos que aquelas famílias foram para aquela zona, num total de mais de quatro mil famílias, desde Abril de 2009, e ninguém diz nada. "Estamos abandonados", lamenta o coordenador, para quem as entidades superiores devem respeitar as comissões de moradores.

#### Luanda

##### Governo irá construir valas de drenagem

O Governo Provincial de Luanda vai em breve construir valas de drenagem no distrito urbano do Rangel, de forma a permitir o escoamento das águas pluviais e residuais e se evitar inundações, disse no dia 21, o vice-governador para área técnica, António Resende. A informação foi prestada durante uma conferência de imprensa que visou esclarecer o actual estado dos municípios mais críticos de Luanda e as soluções imediatas soluções previstas para o escoamento das águas pluviais e a acomodação das famílias que se encontram ao relento.

António Resende fez saber que a gravidade do saneamento básico do distrito urbano do Rangel obrigou o Executivo a aprovar a sua macro requalificação, com vista a oferecer uma qualidade de vida mais digna aos seus moradores. O responsável disse haver melhorias nas intervenções feitas em algumas ruas do Rangel, tendo aventado a hipótese de se alargar a vala de drenagem adjacente ao Ngola Mbandy, para uma fluidez maior das águas. De acordo com o governante, para se minimizar as enchentes na comuna do Zango, o governo prevê a construção de uma bacia provisória de retenção de



água, ficando para o futuro, a construção de um canal até a linha de escoamento situada naquela região.

"Relativamente às inundações na ponte molhada, no município de Belas, nós, o governo da província estamos a trabalhar com os Ministérios do Urbanismo e Habitação e Construção, para a possível construção de outra", disse, tendo esclarecido que "a mesma tinha sido construída com o propósito de ser uma passagem molhada, mas pelo fluxo de viaturas, urge a necessidade da construção de uma maior. O vice-governador referiu-se a vários outros pontos críticos da cidade que estão merecer intervenção, dentre os quais no município do Cazenga e no distrito urbano da Samba, já com algumas melhorias.

### 6.36 Cidade do Kilamba

*Novo Jornal*

*23 De Novembro de 2012*

Visitei a centralidade do Kilamba para ver a qualidade daquele grande projecto habitacional. «Centralidade»? Será uma modernice? Não é preferível «urbanização» ou «cidade» à «centralidade»? Gostei do que vi. As ruas e os passeios são largos. Há longos e largos jardins, além das inúmeras árvores plantadas. Há bocas-de-incêndio, que permitirão e facilitarão a extinção de possíveis incêndios. As ruas têm sinais de trânsito, verticais e horizontais e postes de iluminação. Infelizmente, não vi topónimos com a designação das ruas e das avenidas. Não pude, no entanto, entrar nos apartamentos para ver avaliar a sua qualidade, porque não vi quem me pudesse dar consentimento para o fazer. Mas pude entrar numa das casas sociais construídas próximo aos prédios. As casas sociais, pintadas em laranja e castanho, têm uma sala espaçosa, três quartos de dormir, uma cozinha, três casas de banho- uma de serviço para todos os visitantes, uma dentro do quarto do casal e outra para os ocupantes dos demais quartos. A casa de banho comum une os dois quartos, através de duas portas. As casas sociais têm uma vedação construída com grades de madeira, de aproximadamente dois metros e meios de altura. O quintal é espaçoso, o que é bom. Contudo, acho, na parte traseira e o lado contíguo às duas casas, devia ser construído em tijolo ou em bloco para que os moradores pudessem ter alguma privacidade. Com aquela vedação, os moradores terão dificuldades para conservarem os seus haveres, que não poderão ser conservados dentro da casa coberta. À entrada da casa, justifica-se a existência das referidas grades.

### O Mas da cidade do Kilamba

Lamento o facto de, nas casas, não haver caixa de correio e de, nas ruas, não haver marcos de correios. Aliás, acho que em todos os projectos habitacionais deveria ser incluído a colocação de caixas de correios, pois sabemos que o Executivo está a dinamizar esses serviços, que trarão muitas vantagens aos beneficiários, além de poderem dar emprego a muitos desocupados. Nos prédios não existe espaços para o comércio. Por isso, penso que o dono da obra e o empreiteiro devem celebrar um contrato de empreitada para a construção de uma área comercial. Espero que seja uma rua com lojas, restaurantes com passeios largos, dando a possibilidade de haver esplanadas; farmácias - pelo menos duas, sendo que uma delas deverá funcionar 24 horas por dia; estação de serviço; padarias, cafés, churrasqueiras, mercearias; perfumarias; salmões de festas; ginásio, pequenos espaços reservados ao arranjo de peças de vestuários e ao conserto de calçados; sapatariãs; lavandarias; livrarias; biblioteca; ciber cafés; e um supermercado. Não podem faltar dois espaços para realização de cerimónias fúnebres. Esses espaços podem ter outra utilidade, quando não houver óbito: A família em luto poderá (ou deverá), nesses locais durante uma semana, realizar a cerimónia fúnebre, que, entre nós, vai até à missa de 70 dia. Deverá, pagando uma quantia razoável à Administração. Os imóveis-que proponho poderão ser vendidos ou arrendados aos eventuais interessados. A cidade do Kilamba não pode ser um dormitório, como é a Urbanização Nova Vida. O que proponho para a cidade do Kilamba serve para a Urbanização Nova Vida. Os espaços abertos, os jardins são importantes. Espero que haja um parque da dimensão da floresta da ilha de Luanda.

### 6.37 Executivo entrega casas aos antigos combatentes

*Jornal de Angola*

*23 de Novembro de 2012*

O Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria entregou na quarta-feira, no Bairro Ramiros, algumas casas do projecto de reabilitação de moradias dos antigos combatentes. A entrega foi feita durante a visita do ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Kundi Paihama, ao projecto de casas destinadas aos antigos combatentes no município de Belas.

O ministro anunciou a entrega de casas da segunda fase aos veteranos da pátria, no dia 15 de Janeiro do próximo ano, alusivo ao Dia dos Antigos Combatentes. O ministro acrescentou que o projecto

vai contemplar numa primeira fase os deficientes. Kundi Paihama reconheceu que as 38 casas da primeira fase "são como uma gota de água no oceano" tendo em conta o elevado número de antigos combatentes necessitados.

Os beneficiários têm de pagar uma renda resolúvel em 20 anos, "porque precisamos arrecadar fundos para dar continuidade do projecto", disse o ministro. Acrescentou que a qualidade do projecto é boa. Mas manifestou preocupação com a invasão dos terrenos destinados às casas dos antigos combatentes.

## 6.38 Nova centralidade é erguida no Uíge

*Jornal de Angola*

*24 de Novembro de 2012*

O governador do Uíge, Paulo Pombolo, visitou ontem as obras I nova centralidade habitacional, na região do Quilomosso, que vai receber 4.500 casas, e ficou satisfeito com a evolução dos trabalhos.

Iniciadas há dois meses, cerca de 10 casas já estão a ganhar forma. Paulo Pombolo ficou satisfeito com celeridade dos trabalhos e com a qualidade da obra, que é parte do programa do Executivo para a construção de um milhão de fogos habitacionais em todo o país.

O governador visitou as residências já erguidas e recebeu esclarecimentos técnicos do empreiteiro. Pombolo garantiu que a nova centralidade vai ajudar a reduzir o défice habitacional na região, garantir a realização do sonho de casa própria dos jovens e servir de incentivo para que muitos quadros que se encontram noutras partes do país e do undo regressem à província.

A construção de parques habitacionais, realçou o governador, demonstra o cumprimento do legado fundador da nação angolana, Agostinho Neto, centrado na resolução dos problemas do povo, na promoção da melhoria das condições de vida dos angolanos, através melhoria dos serviços de saúde, ensino, saneamento básico, agricultura, indústria, fornecimento de energia eléctrica e redução taxa de desemprego.

### Água e energia

O governador deu ordens à Direcção provincial da Energia e Águas para que, em conjunto com o empreiteiro, identifiquem as fontes e elaborem projectos para a instalação dos sistemas de fornecimento e abastecimento de água potável e energia eléctrica á centralidade de. Rui Rodrigues,

director da Kora Angola, empresa que esta a construir a nova urbanização, disse que no local estão

a ser erguidas vivendas, edifícios de quatro, três e dois pisos, toda do tipo T3. Fazem ainda parte do projeto campos desportivos integrados em pólos educacionais, comerciais, umidades, policiais e outros serviços.

O responsável da Kora Angola referiu que o projecto foi concebido com o propósito de estimular o convívio entre os moradores, promover uma nova comunidade urbana e garantir melhor qualidade de vida à população do Uíge.

Rui Rodrigues esclareceu que já estão delineados os arruamentos que no final da empreitada vão ser asfaltados, sinalizados e instalados sistemas de drenagem para evacuar as águas da chuvas e do uso doméstico. O responsável referiu que em dois meses já foram erguidas mais de cem moradias. "É um processo rápido, sustentável e com um grande nível de qualidade, visto que o material em uso obedece os padrões de qualidade aceites internacionalmente", garantiu.

O valor para a aquisição das casas e o período de pagamento estão em análise pela direcção comercial da empresa e vão ficar disponíveis até ao primeiro trimestre do próximo ano, para que os interessados iniciem os seus processos de candidatura.

### Palácio da Justiça

Paulo Pombolo visitou ainda as obras de restauro do Palácio da Justiça no Uíge, iniciadas no princípio do ano. Os trabalhos consistem na modernização dos aspetos arquitetónicos e estruturais do edifício, para garantir melhores condições de trabalho e proporcionar um atendimento mais célere á população.

O governador disse ter saído satisfeito com o andamento dos trabalhos e com a qualidade do material utilizado. Recordou que o Palácio da Justiça foi totalmente vandalizado durante o conflito armado, situação que não conferia dignidade aos magistrados e outros funcionários que ali trabalhavam.

"O Ministério da Justiça e o Governo Provincial financiaram a totalidade da reabilitação. Hoje, temos uma estrutura diferente e moderna, que vai conferir mais dignidade ao sector."

No edifício vão funcionar a Delegação provincial da Justiça, o Tribunal Provincial, a Procuradoria- Geral da República, os serviços de registo civil, notariado, identificação civil e salas para julgamentos.

## 6.39 Ministro do Urbanismo com dias contados

*Semanário Factual*

*De 24 de Novembro a 01 de Dezembro de 2012*

Na sua deslocação àquela centralidade, o PR, José Eduardo dos Santos, deu orientações para a diminuição dos preços das casas que aguardam para serem comercializadas.

O ministro do Urbanismo e Habitação desmentiu à imprensa pública angolana sobre as intenções do PR .

Fonte da Cidade Alta confidenciou ao Factual que, em função da descoordenação com o Chefe do Executivo, o ministro do Urbanismo e Habitação tem os dias contados.

"Foi uma falha grave. Não podemos continuar com governantes descoordenados", afirmou a fonte.

O ministro da Habitação havia dito que José Eduardo dos Santos não exigiu a redução dos preços, mas a procura dos mecanismos que permitam aos interessados o acesso fácil às habitações.

José da Silva declarou que tais mecanismos deverão ter por base a figura da renda resolúvel ou o arrendamento, tendo em conta que a modalidade de pagamento a pronto não permite que as pessoas possam adquirir tais moradias.

O argumento de José da Silva é de que o que inibe a ocupação das casas não são os preços, mas as modalidades de acesso ou pagamento das habitações.

Recorde-se de que o PR deu, naquela ocasião, orientações para a diminuição dos preços das casas que aguardam para serem comercializadas na nova centralidade urbana do Kilamba, 30 quilómetros a Sul de Luanda.

O objectivo é garantir que o Kilamba seja habitado "o mais rapidamente possível", esclareceu o PR.

José Eduardo dos Santos efectuou uma visita de trabalho àquela área e deixou as orientações durante o encontro com os responsáveis da Sonangol Imobiliária e Propriedade, entidade responsável pela gestão e comercialização das habitações.

Inicialmente, os preços das casas no Kilamba foram fixados entre os 98 mil e 250 Euros e 157 mil e 200 Euros, conforme os modelos disponíveis.

Construído por empresas chinesas de construção civil, o Kilamba foi inaugurado em Julho de 2011 e o

projecto global foi concebido para se desenvolver em três fases, com 80 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados, contemplando 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 50 quilómetros de vias. Constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza.

Numa primeira fase, foram disponibilizados 115 edifícios, com 3180 apartamentos, 48 lojas e dez quilómetros de arruamentos.

## 6.40 Preços das casas são exorbitantes

*Semanário Angolense*

*24 de Novembro de 2012*

O primeiro secretário nacional da JMPLA, Sérgio Luther Rescova, reconheceu, recentemente, na 3ª conferência intermunicipal sobre participação juvenil nos processos democráticos em Angola, que os custos das casas no país são altos e que, apesar disso, o Estado tem trabalhado no sentido de facilitar o acesso à habitação, reduzindo as taxas.

Rescova teceu tais considerações quando abordava o tema: «programas e políticas públicas e sociais vocacionados à protecção da juventude», numa iniciativa da Rede das Organizações Juvenis para Participação e Cidadania. Entende, portanto, que uma das formas de se generalizar o acesso à habitação, do ponto de vista dos preços, é a chamada auto construção dirigida. O, também, professor, da cadeira de Direito Constitucional, fez uma retrospectiva do passado, afirmando que Angola «de 1975, não é a de 1992 nem é de certeza a que tínhamos em 2002, estamos a ver aqui momentos concretos em que o país viveu alterações da sua estrutura, afirmando-se como país que temos hoje»

«Ao falarmos de políticas públicas em relação à juventude, é normal estarmos a falar em Luanda e para pessoas que vivem em Luanda, em municípios que foram devidamente estratificados, mas, ao pensarmos nos problemas da juventude, começamos a fazê-lo numa abordagem mais nacional», frisou.

Trabalhar fora de Luanda

Segundo o responsável da organização juvenil do MPLA, há muitos problemas que os jovens do Cazenga já não vivem, mas os jovens de Lumbala Nguimbo, de Kiquilungo e de outras paragens do país ainda têm, o que significa que, «ao pensarmos solucionar esses assuntos, temos de ser o mais nacionalistas possível.» Disse haver os que deixaram as suas localidades para virem viverem em Luanda e habitam também nesses municípios a que fez

referência, o que significa que, a dado momento, se algumas condições que vieram procurar em Luanda estivessem lá, poucos teriam razões para estarem aqui na capital do país.

Aconselhou a juventude a ver Angola como um todo, «porque a maior parte de nós, referimos à falta de habitação no bairro A ou B de Luanda, contudo, não são poucos os jovens que, terminando uma formação, muitas das vezes em áreas de especialidades esmo com a possibilidade de ter uma casa fora de Luanda e com um salário bom para começar a sua vida, tais jovens, e não só, mostram-se indisponíveis.

Frisou que cada um é livre de escolher a localidade em que queira habitar, mas aconselhou os jovens a serem realistas, pelo menos, para começar a vida, podendo abraçar uma oportunidade de emprego fora de Luanda. Exemplificou que existem pessoas trabalham nas sondas, ficando trinta dias fora das famílias e sustentando-as famílias em Luanda.

Outra preocupação apresentada por Sérgio Luther Rescova tem a ver com o fraco aproveitamento escolar da juventude ou seja, oportunidades no sector da formação. «Há quem lá está, não se sabe como, dito doutro modo, quantos de nós não tiramos o melhor proveito da oportunidade que temos de nos formarmos?», interrogou-se.

#### Bolsas & álcool

Disse que todos os dias ouve-se pessoas dizerem «eu vou à escola, quando o melhor seria dizerem que vou estudar. Quem está na escola sabe quantos lá vão para estudar de facto e quantos são aqueles cujos pais pagam propinas altíssimas e o rendimento é nulo.» Segundo o parlamentar, uma das políticas que a sua organização tem estado publicamente a defender é o acompanhamento que se deve dar aos jovens que estão a beneficiar de bolsas de estudo internas.

Para Rescova, muitas das vezes os alunos que beneficiam de bolsas de estudo internas são os que têm pior aproveitamento. Porque, nalguns casos, as bolsas estão a servir de acomodação de algumas pessoas, muitos sabem o sacrifício que os pais consentem para conseguir 250 dólares para pagar a propina, mas o estudante não tem determinação naquilo que está a fazer e reprova. O consumo excessivo de bebidas alcoólicas por parte da juventude angolana foi outro assunto criticado pelo secretário da Juventude do MPLA, que reprovou a atitude de certos jovens que pensam encontrar no álcool solução aos seus problemas.

«Eu costumo dizer que ninguém nasceu alcoólatra, ninguém nasceu drogado, são situações adversas da sociedade que levam a isso, mas temos de mudar, com campanhas de moralização, apesar do acesso a tais bebidas ser fácil, no caso do «the best», aludiu. Fez saber que é cada vez mais evidente que a questão do consumo de drogas e álcool não é assunto de pobre nem de quem tem problemas sociais, pelo contrário, quase tudo e todos estão a participar disso e é algo evitável. «Como? Com políticas publicas, só? Não.» «Isto que estamos aqui a fazer, este diálogo desapaixonado, despartidarizado é o que temos de fazer mais e não olhar muito para as questões políticas, às vezes, isso tem servido mais para nos desunir propriamente em torno de uma causa comum, que é o país», salientou.

### 6.41 Banco Sol entrega casas

*Jornal de Angola*

*26 de Novembro de 2012*

O Banco Sol distribuiu na zona do Camama, em Luanda, moradias a 26 funcionários, no âmbito do programa habitacional da instituição, que visa a melhoria das condições de vida dos seus quadros. Na cerimónia de entrega das casas, do tipo T4 e avaliadas em 250 mil dólares, o presidente do Conselho de Administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, disse que as moradias fazem parte da segunda fase de um projecto social da instituição.

O gestor bancário sublinhou que um dos objectivos sociais do Banco Sol é a criação de condições para que os funcionários se empenhem no desenvolvimento da instituição e do país. Coutinho Nobre Miguel anunciou, para 2013, o início da terceira fase do projecto, com a construção de mais 20 moradias. O Banco Sol é uma das instituições bancárias comerciais existentes em Angola.

### 6.42 Luanda. Requalificação dos bairros com projectos de casas sociais

*Jornal de Angola*

*27 de Novembro*

A maioria das zonas em requalificação nos distritos urbanos do Rangel e do Sambizanga e no município do Cazenga, em Luanda, destina-se à construção de casa sociais, disse à Rádio Luanda o director do Gabinete de Reconversão Urbana . Bento Soyto, que falava por ocasião do segundo aniversário da criação do Gabinete de Reconversão Urbana do Cazenga, Sambizanga e do Rangel, afirmou que "as obras



seguem o curso normal, as do Sambizanga na ordem dos 90 por cento, com a construção das redes técnicas de esgoto, energia eléctrica, abastecimento de água, de telecomunicações, drenagem de águas pluviais e residuais e viária com vias asfaltadas e passeios".

O director do Gabinete de Reconversão Urbana, Bento Soyto referiu que nos distritos do Sambizanga e Cazenga, estão a ser construídas as estações de tratamento de águas residuais e tanques de águas e definidos espaços para a instalação de infra-estruturas básicas, como escolas e centros de saúde. O programa de requalificação urbana do Sambizanga e do Cazenga foi lançado, em 8 de Novembro de 2010, pelo Presidente José Eduardo dos Santos. O projecto destina-se à promoção de habitação social.

No projecto consta a construção de edifícios de quatro andares com apartamentos do tipo T2, T3 e T4. As casas vão oferecer melhor qualidade devida e acomodação dos moradores.

### 6.43 Kwanza-Sul. Entregues casas evolutivas

*Jornal de Angola*  
28 de Novembro

O vice-governador provincial do Kwanza-Sul para a área Técnica e Infra-estruturas, António da Gama Lopes Teixeira, entregou no domingo, no município do Uko Seles, 12 casas evolutivas a pessoas que viviam em condições desfavoráveis, no quadro do programa de combate à pobreza no meio rural. As 12 residências fazem parte de um lote de 25, que estão a ser erguidas nos arredores da vila de Seles.

Tendo em conta a carência que muitos cidadãos vivem em termos de habitação, a entrega vai ser feita faseadamente, sempre que fique concluído a construção de um determinado número de moradias.

Um dos contemplados, Alfredo Manuel, que recebeu as chaves das mãos do vice-governador, mostrou-se satisfeito, pois vivia numa zona de risco, em péssimas condições de habitabilidade.

"Ter casa foi sempre o meu sonho, mas nunca tive condições para o concretizar e hoje vejo uma das dificuldades superadas. Estou bastante satisfeito pelo facto de o governo ter me atribuído uma casa", frisou. O vice-governador referiu que o Executivo vai continuar a trabalhar para resolver os principais problemas que afectam a população e exortou os beneficiários a conservarem as casas para que tenham a duração pretendida.

## 6.44 Casas novas para deputados na cidade do Kilamba

*O Continente*

*03 de Agosto de 2012*

Os deputados da Assembleia Nacional (AN), do mandato em curso, irão beneficiar de residências na Cidade do Kilamba, em Luanda.

Segundo apurou este jornal, a Casa das Leis terá já adquirido perto de 300 apartamentos onde serão alojados, para além de parlamentares, os funcionários administrativos e não só, daquela instituição.

Os primeiros beneficiários fizeram já a entrega à AN, dos respectivos documentos para a aquisição das moradias, estando os processos a decorrer de forma muito célere, supostamente, porque o seu mandato terminará em Outubro próximo, altura em que os deputados a serem eleitos nas eleições de 31 de Agosto irão tomar posse.

Ao que consta, o assunto está a ser gerido de forma sigilosa, não se sabendo o porquê. Sabe-se, no entanto, que quando estes deputados tomaram posse ficou acordado que cada um residiria na província referente ao círculo eleitoral pelo qual foi eleito, às suas "custas", através de um subsídio que teria sido entregue para o efeito. Recorda-se, igualmente, que muitos destes deputados, que foram reeleitos, haviam já beneficiado de residências, muitos dos quais no Projecto Nova Vida.

Quem continua a ver navios são aqueles, que findaram o seu mandato em 2008, depois de terem sido eleitos nas primeiras eleições gerais e multipartidárias realizadas no país, em 1992.

Entre estes estão perto de 20 ex-deputados que viviam em hotéis, complexo residencial da Vila Alice e em vivendas, cujas rendas eram pagas pela AN e pelo Ministério da Administração do Território (MAT), respectivamente.

Depois de 1997, a AN preocupada com a situação dos deputados, adquiriu casas no Projecto Nova Vida, tendo os que habitavam no complexo residencial da Vila Alice sido os principais beneficiários. Os que estavam alojados nos hotéis Flamingo, Trópico e em residências alugadas pelo MAT, permaneceram aí até serem compulsivamente desalojados porque a AN não honrava com os seus compromissos. Assim sendo, alguns foram alojados no complexo turístico Imbodex, em Viana, tendo mais tarde, igualmente, sido apeados por não pagamento, por parte da AN, instituição que viria a encontrar um meio-termo subsidiando os deputados

para arrendarem casas onde continuam até agora, depois do fim do seu mandato. Muitos estão "atirados" em bairros sem segurança, sem água e luz, há quatro anos.

Estes, por seu lado, defendem que a Casa das Leis, ao adquirir casas na Cidade do Kilamba, deveria dar prioridade a eles, uma vez que o subsídio vitalício que auferem, é considerado ínfimo. Entendem estes ex-parlamentares, que ao beneficiarem das residências prometidas a AN estaria a dar solução a um problema que transporta há muito tempo. Mas, aquela instituição, quando abordada sobre o assunto, diz que a actual presidência, de Paulo Kassoma, nada tem a ver com a matéria. Relembrar que os deputados da actual legislatura, depois da tomada de posse beneficiaram de um subsídio de instalação três vezes superior ao que os primeiros haviam recebido (35 mil dólares), por prestações, claro.

## 7. TERRA

### 7.1 Instituto de Propriedade e Industrial tem mais de 30 mil processos de reconhecimento de direito

*Semanário Continente*

*02 De Novembro de 2012*

Um total de 36 mil/401 processos de pedidos para o reconhecimento de direitos sobre patentes e marcas encontram-se na posse do Instituto Angolano de Propriedade Industrial (IAPI), afirmou terça-feira, em Luanda, o director-geral da instituição, Barros Licença. O responsável afirmou que este número está muito aquém, se comparado com a dinâmica da actividade económica e o número de agentes económicos inseridos nela. Referiu que cerca de 77,33% (28,148) dos 36, 401 (100%) processos pertencem a cidadãos estrangeiros e não residentes no país, enquanto 8,253 (22, 67%) são pedidos de nacionais e residentes no país. Sublinhou que a situação é preocupante para aquilo que é a necessidade de se perspectivar um desenvolvimento social e económico do país em bases científicas e tecnológicas por via da criatividade e da inovação. Acrescentou que ao longo dos 16 anos de existência do IAPI foram reconhecidos direitos sobre marcas e patentes que correspondem a 26.877 títulos, dos quais 340 respeitantes e cerca de 26,537 cas e patentes que a para marcas. "Os últimos três anos foram os que registaram maior fluxo de entrada de processos de pedidos, tendo entrado 13 mil e 54, o que correspondem a 35,86% do total geral. Esta é uma tendência positiva, e estamos convencidos que crescerá cada vez mais à medida que for se elevando a consciência da sociedade sobre a importância e utilidade da propriedade intelectual, e a necessidade de registo", sublinhou Barros Licença. Ainda assim o director do IAPI disse que um grande esforço terá de ser feito para aproximar a quantidade de pedidos de patentes ao das marcas. Ao IAPI com 34 funcionários, compete reconhecer em nome do Estado, os direitos sobre a propriedade industrial aos legítimos criadores/ detentores, outorgando os respectivos títulos.

### 7.2 Desalojamentos forçados e demolições

*Diário Global*

*02 De Novembro de 2012*

A organização não-governamental "SOS Habitat" promoveu, durante três dias, em Luanda, um Fórum Nacional de Habitação para abordar diversos temas, como as péssimas condições de vida, falta de assistência sanitária, educação e casas pouco condignas que são submetidas várias famílias desalojadas. No acto de abertura, que contou com a presença do ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, os discursos da praxe couberam a Cecília Augusto, da ACC - Associação Construindo Comunidades, Daniel Jumbi, Omunga e Rafael Morais, da "SOS Habitat". De acordo com os organizadores, o fórum visou abordar a problemática do direito a terra e habitação, como um direito natural, como regem algumas normas internacionais. O direito a terra não se restringe apenas a um abrigo, mas inclui uma concepção mais ampla. Divididos em três painéis, o tema "o direito à terra e habitação em Angola, Urbanismo, desenvolvimento e habitação e desalojamentos forçados e demolições", foi o que teve o maior número de intervenções. É que, segundo dados, mais de 12 mil famílias ainda encontram-se a viver, há mais de cinco anos, em situações extremamente precárias, sem escolas, hospitais, água, energia, em muitas áreas de reassentamento, como "Zango, Iraque Bagdad (Luanda) Tchavola, Tchimúcia (Lubango) entre outras zonas. Foi com este propósito, à mesma mesa, várias organizações não-governamentais, como Human Rights Watch, Mosaico, AJPD, Amnistia Internacional e outras ONG's juntaram-se para analisar e discutir esses problemas em que vivem as vítimas das demolições em algumas províncias do país, nos casos de Benguela, Huíla e, sobretudo, em Luanda. "Reflectir acções que visam apresentar propostas ao Executivo para que sejam levadas a cabo pelo ministério da Justiça e Direitos humanos, e submetidas à décima Comissão da Assembleia Nacional, foi o objectivo do encontro", disse um dos membros da organização.

Burocracia administrativa

Rafael Morais, o coordenador interino da SOS Habitat, louvou a presença do ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, que, na sua opinião, representa uma abertura para o diálogo com a sua organização e as comunidades. "A sua presença (ministro Bornito de Sousa) foi muito importante para SOS Habitat e as comunidades e representa uma abertura para o diálogo. É uma

mensagem encorajadora no sentido de trabalharmos juntos na educação das comunidades, de forma a explicá-las como devem agir em termos de ocupação de espaços", enfatizou. A persistência de ocupação de espaços e construção ilegal, por partes de determinados cidadãos, deve-se, muitas vezes, a burocracia administrativa, pela morosidade na concessão dos terrenos. A SOS Habitat, enquanto organização, vai trabalhar com as administrações para deduzir essa burocracia administrativa, de modos a permitir que pessoas não construam na ilegalidade e nem ocupem espaços que são reservas do Estado. Rafael Morais defende que é preciso haver celeridade por parte das no atendimento aos pedidos dos cidadãos, porque, conforme disse, "há pessoas que fizeram, há quatro ou cinco anos, requerimentos de pedido de espaços e, infelizmente, até agora não foram respondidos. É claro que essas pessoas precisam de viver e isso provoca que as pessoas construam na ilegalidade" ressaltou.

### 7.3 Direitos violados,

*Diário Global*

*02 De Novembro de 2012*

O ex-primeiro-ministro de Angola, Dr. Marcolino Moco, valorizou a presença do ministro Bornito de Sousa, o que constitui, na sua óptica, "algo novo pela primeira vez no Executivo", reconheceu. O também jurista e professor universitário não poupou duras críticas ao Executivo pela violação dos direitos fundamentais dos homens e na má distribuição dos bens públicos. Marcolino Moco disse o que se observado no país "é um desprezo do Estado em relação à questão dos direitos fundamentais", alertando que "O ser humano não depende do Estado, o Estado é que deve depender do ser humano." O jurista entende que há oportunistas que queiram enriquecer rapidamente ao receberem terrenos dos cidadãos para seus projectos, não respeitando os documentos do direito costumeiro, sobretudo de populações rurais que lá se encontram há dezenas de anos, "Como vou confiar num novo Governo que logo a seguir as declarações do Presidente da República, que promete governar para todos, publica oficialmente, no Jornal de Angola, uma lista onde distribui casas para os músicos que participaram na campanha eleitoral, isso, em qualquer país, é um escândalo", rematou Aberto ao diálogo. O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, disse, no final do encontro, que "o Executivo está disponível e aberto para essa comunicação. Saímos daqui com certeza de que as várias organizações da sociedade civil estão abertas ao diálogo e podemos encontrar soluções para o bem-estar das populações.", disse.

### 7.4 Desalojamentos forçados e demolições

*Diário Global*

*02 De Novembro de 2012*

A organização não-governamental "SOS Habitat" promoveu, durante três dias, em Luanda, um Fórum Nacional de Habitação para abordar diversos temas, como as péssimas condições de vida, falta de assistência sanitária, educação e casas pouco condignas que são submetidas várias famílias desalojadas. No acto de abertura, que contou com a presença do ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, os discursos da praxe couberam a Cecília Augusto, da ACC - Associação Construindo Comunidades, Daniel Jumbi, Omunga e Rafael Morais, da "SOS Habitat". De acordo com os organizadores, o fórum visou abordar a problemática do direito a terra e habitação, como um direito natural, como regem algumas normas internacionais. O direito a terra não se restringe apenas a um abrigo, mas inclui uma concepção mais ampla. Divididos em três painéis, o tema "o direito à terra e habitação em Angola, Urbanismo, desenvolvimento e habitação e desalojamentos forçados e demolições", foi o que teve o maior número de intervenções. É que, segundo dados, mais de 12 mil famílias ainda encontram-se a viver, há mais de cinco anos, em situações extremamente precárias, sem escolas, hospitais, água, energia, em muitas áreas de reassentamento, como "Zango, Iraque Bagdad (Luanda) Tchavola, Tchimúcia (Lubango) entre outras zonas. Foi com este propósito, à mesma mesa, várias organizações não-governamentais, como Human Rights Watch, Mosaico, AJPD, Amnistia Internacional e outras ONG's juntaram-se para analisar e discutir esses problemas em que vivem as vítimas das demolições em algumas províncias do país, nos casos de Benguela, Huíla e, sobretudo, em Luanda. "Reflectir acções que visam apresentar propostas ao Executivo para que sejam levadas a cabo pelo ministério da Justiça e Direitos humanos, e submetidas à décima Comissão da Assembleia Nacional, foi o objectivo do encontro", disse um dos membros da organização.

Burocracia administrativa

Rafael Morais, o coordenador interino da SOS Habitat, louvou a presença do ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, que, na sua opinião, representa uma abertura para o diálogo com a sua organização e as comunidades. "A sua presença (ministro Bornito de Sousa) foi muito importante para SOS Habitat e as comunidades e representa uma abertura para o diálogo. É uma



mensagem encorajadora no sentido de trabalharmos juntos na educação das comunidades, de forma a explicá-las como devem agir em termos de ocupação de espaços", enfatizou. A persistência de ocupação de espaços e construção ilegal, por partes de determinados cidadãos, deve-se, muitas vezes, a burocracia administrativa, pela morosidade na concessão dos terrenos A SOS Habitat, enquanto organização, vai trabalhar com as administrações para deduzir essa burocracia administrativa, de modos a permitir que pessoas não construam na ilegalidade e nem ocupem espaços que são reservas do Estado. Rafael Morais defende que é preciso haver celeridade por parte das no atendimento aos pedidos dos cidadãos, porque, conforme disse, "há pessoas que fizeram, há quatro ou cinco anos, requerimentos de pedido de espaços e, infelizmente, até agora não foram respondidos. É claro que essas pessoas precisam de viver e isso provoca que as pessoas construam na ilegalidade" ressaltou.

## 7.5 Falta de informação processual. Comunidades lamentam distribuição de terras

*Novo Jornal*

*02 de Novembro de 2012*

As comunidades camponesas do município do Quela, mais de 100 quilómetros a nordeste de Malanje, enfrentam várias dificuldades de ordem social e económica, referiu o coordenador da associação União Faz a Força, aldeia Ngola Kabila, daquela municipalidade, Manuel André Baião. "Com o fundamento dos homens capacitados que cá encontramos, levamos na nossa bagagem conhecimentos que vamos transmitir às nossas comunidades".

Nas regiões longínquas e inacessíveis aos meios de transporte está dificultado o escoamento e comercialização dos produtos, esclareceu o líder camponês que aguarda a criação de stocks para rentabilizar a actividade agrícola e melhorar as condições sociais dos associados, com o apoio da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), para a sua própria sobrevivência.

O presidente das associações da comunidade de camponeses da regedoria de Campo Cabandi, comuna de Mufuma, município de Kiwaba-Nzaji, Simão de Almeida Funda, aproveitou a sua estada no encontro das comunidades promovido pela ADRA - Antena Malanje para dar conta do desconforto que os fazendeiros criam aos donos das terras.

Um cidadão, cuja identidade e nacionalidade foram omitidas, há mais de dois anos que requereu um espaço (fazenda) na localidade, onde além da produção agropecuária detém cães que atacam e devoram o gado de pequeno porte dos produtores locais. Um dos animais da propriedade, que não tem vedação, foi abatido, suscitando a intervenção das forças da lei e da ordem com orientação da Administração Comunal que "meteu-o na cadeia algemado durante 24 horas", afirmou Simão de Almeida Funda, que vai denunciar o caso junto das estruturas do Ministério Público ao nível da capital provincial.

"A administração da região não está a respeitar as autoridades tradicionais (regedores e sobas) em relação ao processo de entrega de parcelas de terrenos aos interessados", evidenciou Simão funda. "Basta ouvir que a terra pertence ao Estado. Os sobas ou regedores aceitam porque, o Estado vem junto dele já que a terra é sua pertença", lembrou, acrescentando que a terra "não é cedida não de boa vontade" .

Na opinião do responsável da comunidade de camponeses de Mufuma, as administrações deveriam trabalhar com "pessoas sinceras de forma a solucionarem todas as preocupações que lhes são dirigidas". Muitos empresários recebem título de superfície da respectiva administração municipal sem o consentimento dos camponeses que, muitas vezes ao longo de dezenas ou mesmo centenas de anos, têm ocupado e trabalhado a terra, afirmou.

O administrador municipal de Kambundi-Katambo, Pedro Tito, explicou que na circunscrição que dirige permanece a lentidão para a concessão de crédito agrícola de campanha aos camponeses organizados em associações e cooperativas. Isto porque os pedidos são aprovados em Luanda e, apesar de ter havido um "número considerável" de cooperativas que se candidataram, ainda não obtiveram resposta.

Pedro Tito, questionado sobre a ilegalidade das associações que funcionam na região, garantiu que vai apontar o caminho "onde devem bater às portas e o que devem fazer" para a correspondente legalização e para agilizar os procedimentos. Em Calandula, 85 quilómetros a norte de Malanje, a realidade poderá ser diferente com as garantias do administrador municipal, Manuel Campos, em tornar regular (cumprindo o que está previsto na lei) os encontros do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social, tendo como baliza os resultados da 15ª reunião provincial das comunidades.

Segundo o administrador "são plataformas ímpares para que os cidadãos possam contribuir com

subsídios válidos, para que a governação seja mais efectiva, melhorada e aperfeiçoada", resultante das audiências de diferentes representantes locais. Em Calandula as organizações da sociedade civil AMMIGA - Associação de Militares Mutilados de Guerra de Angola e o Fórum de Mulheres de Calandula trabalham satisfatoriamente. Para os próximos tempos está na forja a criação do Conselho Municipal da Juventude.

## 7.6 Impacto psicológico de demolições e desalojamentos

*Jornal Angolense*

*02 de Novembro de 2012*

É curioso que, muitos acreditam neste paradigma. Ou seja, o próprio Estado, tornando a violência um facto habitual, ajuda a introjectar na cabeça e na alma das pessoas, a normalização da violência como algo aceitável. Forma-se um discurso epistémico em que se legitima a violência, de um lado, e como efeito, forma-se uma atitude de aceitação, quer por parte dos acólitos de quem manda, quer da parte de alguns pobres mal informados.

Quando apareceu a ideia de se demolir no Lubango, com o famoso Decreto N.10 do Governo Provincial/2010, iniciou uma campanha em que o então Governador afirmava, entre tantas coisas que "O Estado tem de recuperar aquilo que o povo usurpou, pela ocupação de terras públicas ...", "O povo não tem casas, mas casebres", etc. A linguagem da humilhação continuou, de modo subtil, pois estava ocupado a transportar as pessoas, os lugares escolhidos para o realojamento, tinham consigo um simbolismo claro de degedo: Tchavola, que significa podre, Tchimucua, que é um embondeiro grande e disforme e Tchituno, que significa buraco, podendo significar até Tumba ou sepultura. São essas referências que repousam na memória colectiva dos mais velhos e velhas transportados para o local. O curioso é que entre os tais pobres vítimas das demolições, alguns aceitavam aquilo como normal. O que se constrói - dimensão sociocultural da construção da casa/lar.

De acordo com o mundo cultural Bantu, a construção da casa tem várias etapas: a primeira é a escolha do local, que no passado tinha de ter bênção dos antepassados. A porta deve em princípio virar sempre para o oriente, pois é a primeira referência evocativa aos antepassados. Feita a casa, inicia o processo de sua construção cultural, religiosa e antropológica. Quanto mais antiga for a casa, mais fica recheada desse mundo espiritual. Ela é o espaço dos vivos e antepassados. Todos eles estão à volta do

Lar para o proteger. No quintal, estão enterrados os umbigos das crianças que vão nascendo. As três pedras que seguram as painéis, servem para acolher visitas, sobre elas se pousam as patas das aves domésticas (galináceos), para que não se afastem fora do lar.

Do ponto de vista histórico, são muitos os factores que se juntam na construção da casa. Muitos que foram erguendo, no Lubango, as suas casas, o fizeram com os subsídios de empregos, os estímulos da vida militar, a fabricação de cerveja caseira (makau) ou da aguardente (caporroto), venda de pastéis, etc. tudo isto gerou poucos recursos erguer as casas.

Acto contínuo, os jovens que foram construindo as casas, voltavam às aldeias, na época, afectadas pela guerra civil, para buscar os pais, irmãos, primos, tios, a fim de os resgatar dos ataques militares. Muitas destas casas passaram de pais para filhos e deste para netos. Por outra, os terrenos da Tchavola, Tchimukua e Tchitunu não eram baldios.

Viviam neles muitas famílias locais desde o princípio do séc. praticavam a agricultura e a pastorícia. Eram o único espaço que possuíam para a sua soberania alimentar. Havia igualmente cemitérios, onde repousavam pessoas de diversos estatutos. Desde os simples, até aos magnatas, suas tumbas encimadas por caveiras bovinas, para simbolizar o peso da riqueza que transportaram para a vida do além. As demolições, desalojamentos e realojamentos forçados.

### Perdas económicas

Do lado económico, as perdas foram colossais. Muitos tractoristas não só derrubavam casas, mas passavam igualmente por cima dos haveres que estavam por dentro da moradia. Documentos, livros, fogões, etc. se perdeu aí. Em geral, os vizinhos constituem a rede de apoio social e económico de qualquer um de nós. Nessa situação, ninguém tinha nada, nem os vizinhos. O que sobrou do tractor, era atirado aos camiões basculantes. Uma vez no local de realojamento, muitos bens eram descarregados accionando o mecanismo basculante do camião. O que sobrou, sobretudo de bens sensíveis como electrodomésticos, ficava ao relento, exposto ao sol, chuva e salteadores.

Outros tinham de alugar casas para poder subsistir e tentar continuar o ritmo da vida cruelmente quebrada. Era necessário ajudar as crianças na continuidade de seus estudos. Tal aluguer de espaços diminuiu imenso na renda familiar.

As mulheres que se dedicam ao comércio informal, vulgo as zungueiras, perderam a sua fonte de rendimento, enquanto os homens que tinham alguns empregos, mesmo precários nalguns casos, tiveram de perder o seu emprego. As famílias encontradas tiveram de perder imediatamente os terrenos para lavras e pasto, interrompendo as colheitas. Algumas famílias, tendo perdido tudo e sem nenhum pataco para por na algibeira, venderam os lotes que lhes haviam sido outorgados pelo Estado e emigraram para outros pastos, sobretudo para o interior onde há terrenos para agricultura.

#### Perdas não materiais

Em pouco tempo, muitas famílias tiveram de se separar. Enquanto uma parte tinha de permanecer no terreno doado, para não o perder, outros eram obrigados a buscar sobrevivência doutro modo. A saúde era um dos serviços mais críticos para as famílias. Nos bairros onde viviam havia postos de saúde, mesmo sendo de baixa qualidade em termos de prestação de serviços. Num ápice, não têm nada, e para alcançar os serviços, têm de penar. O pouco de saúde que sobrou às pessoas ficou exposto ao perigo: crianças e adultos passaram a viver ao relento, sob terreno ensopado, debaixo dos aguaceiros constantes. Perdas psicológicas

A perda da casa própria transtornou muitas pessoas. Muitas pessoas desmaiaram. Algumas nunca mais recuperaram. Observa-se que há muitos casos de bebedeira, de uso de drogas e prostituição no local. O facto de as pessoas terem perdido o estatuto etário, onde cada um tinha o seu espaço, complicou a vida. Os que calharam em tendas, foram obrigados a viver em espaços apertados e sem privacidade. A comunidade indígena perdeu-se e ficou sem espaços culturais e de referência. Os terrenos que consignados como de herança, de tios maternos para sobrinhos, perderam-se completamente. As árvores sagradas (omutiepanda) onde se enterram os prepúcios dos recém-circuncidados, ou onde repousam durante o dia, as meninas reclusas durante o tempo

#### Resultados

Faltam estudos compreensivos que ajudem a trazer à luz, os impactos causados pelas demolições. A ACC com ajuda das comunidades locais fez um levantamento rápido e deu conta de muitos traumas e feridas, algumas eventualmente concorrendo para a morte de pessoas. Mais de 24 mortos foi identificada ao longo de toda a Chavola. Houve homens que não aguentando mais os filhos e esposa, ficaram desesperados. Houve um caso de um homem que tendo sido abandonado pela sua esposa, pois ficou sem dinheiro e subsidio, regou a sua casinha de

gasolina, ateou-se ao fogo e preferiu morrer a suportar a humilhação. Há idosos abandonados à sua sorte, sem se saber o que fazer-se com eles. Houve senhoras que tiveram nados-mortos, enquanto outras viram seus filhos morrer sem poder fazer nada.

Os portadores de necessidades especiais não têm atenção especial requerida. Aumentou o crime na zona. As crianças, sendo as pessoas mais vulneráveis, são assaltadas em plena luz do dia. O trauma aumentava mais ainda quando apareciam entrevistas encomendadas a culpar na rádio, os pobres camponeses. Neste momento, o conflito entre as comunidades idas da cidade e realojadas no local e as comunidades encontradas não abateu. Parece estar sedimentado, mas continua sub-reptício e não poderá desaparecer enquanto justiça não for feita. Falta, infelizmente, o serviço social e de aconselhamento, porque tal ajudaria imenso em ajudar a tratar as questões sociais pendentes como emprego e a lidar com as dificuldades cruéis da circunstância. Ainda hoje, a maior parte não conseguiu construir casas propriamente ditas. E o estigma continuou até há bem pouco tempo, sendo chamados de preguiçosos, porque não constroem.

## 7.7 Sociedade Baía de Luanda ainda não definiu venda de novos espaços urbanos

### *Expansão*

*02 de Novembro de 2012*

A Sociedade Baía de Luanda não avançou ainda para comercialização de novos espaços urbanos sobre o mar, previstos para o decurso deste ano após a conclusão da mega empreitada Baía de Luanda. Aguarda-se por uma definição, que, à partida, marcará um período de forte concorrência junto de promotores e demais agentes imobiliários nacionais e estrangeiros.

A Sociedade Baía de Luanda beneficiou do desenvolvimento de novos espaços urbanos imobiliários, que obteve pela concessão pelo Governo para criar parcelas de terreno no mar, para no referido espaço desenvolver novos espaços destinados para a construção de produtos imobiliários. A sociedade beneficiou desta contra partida por aplicar dinheiro próprio em projecto de obra pública, no caso a Baía de Luanda.

Nestes novos espaços urbanos, com vista para o oceano Atlântico e para a Baía de Luanda, a Sociedade Baía de Luanda vai construir mais de 90 lotes de terreno, com diferentes dimensões,

respondendo às necessidades dos diversos segmentos de mercado.

Todos os investidores, a princípio, serão convidados para junto da sociedade adquirirem um espaço para desenvolver os seus projectos imobiliários, já que Luanda passará a contar com novos espaços de referência urbanística. Detalhes do projecto Baía de Luanda

A requalificada da Baía de Luanda, ou Avenida 4 de Fevereiro, teve a duração de 30 meses, contou com a participação de 900 trabalhadores, incorporou mais de 80% de materiais produzidos no País como é o caso das calçadas provenientes da província da Huíla.

O projecto resulta de uma parceria público-privada, onde a banca privada nacional assumiu um papel central de estruturação financeira necessária à concretização da obra pública, cujo investimento totalizou 36 mil milhões Kz, sem que para tal houvesse necessidade de recorrer ao Orçamento Geral do Estado.

Projecto resulta também de uma decisão do Executivo e foi desenvolvido pela Sociedade Baía de Luanda, SA, que tem como principais accionistas a Sonangol, o Banco Privado Atlântico, o Banco Comercial Português e a FiniCapital. A nova frente marítima adveio das operações de dragagem de areia que permitiram um alargamento da marginal em uma área equivalente a 39 campos de futebol, podendo-se apreciar agora no local uma novíssima frente marítima para Luanda.

## 7.8 Cobrança de energia no bairro Huambo. O justo e o especulativo no mesmo pote

*A Capital*

*03 de Novembro de 2012*

Há já algum tempo que a moradora Julieta Quitar não sabe o que é ter uma lâmpada acesa em casa. "Há parte no bairro que não tem energia há já longo tempo", revelou. Na sua residência, por exemplo, os técnicos electricistas daquela agência nada mais fazem senão inspecionarem o contador e, após recolha dos dados, retiram-se sem fornecerem qualquer esclarecimento aos seus proprietários. "Eles vêm, tiram a conta, não dizem quanto é e simplesmente desaparecem", queixou-se. As reais complicações, porém, surgem por altura do pagamento. É que mesmo sem gozar em pleno da energia eléctrica, vêem-se impelidos a pagar. E é aqui que a porca torce o rabo. "Temos que pagar aquilo que a agência estipula. Não temos como certificar, porque eles só

nos dão a factura e temos que pagar, sem saber se a conta é mesmo aquela ou não. E, às vezes, o pagamento de um mês pode chegar a dez mil kwanzas", revelou.

O curioso, para Julieta, é o alto valor que chegam a pagar por algo que nem sequer chegam a consumir. Diz-se, por isso, injustiçada. "Em casa apenas temos um televisor e a arca, mas ainda assim chegamos a pagar um preço alto. Isto é injustiça", deplorou. Para ela, seria sensato que os moradores tomassem contacto com os dados que são recolhidos pelos técnicos do agente da EDEL local. "Recentemente, por exemplo, fomos pagar demos conta que a factura foi alterada. Tínhamos que pagar seis mil kwanzas, mas vimos que a funcionária da agência estava a cobrar dinheiro a mais. Reclamamos e a mesma operadora pediu desculpas e rectificou", salientou.

E este, ao que disse, não é o primeiro caso: "eles têm alterado os valores, por não ser normal pagar mais de dez mil kwanzas num só mês". São várias as reclamações sobre este mesmo assunto, de tal forma que muitos preferem pagar na agência do Bairro Azul, na Samba, a terem que se ver prejudicados. "Ali o preço é com base no consumo do cliente", reconheceram.

A moradora Célia Manuel recorda que tudo se complicou após as eleições. Antes desta fase, adiantou, "a energia estava boa, tínhamos luz 24 horas por dia". Teve que permanecer, por exemplo, mais de duas semanas sem energia. Ela apontou o dedo aos trabalhadores da Agência Kapita, no Rocha Pinto, que têm prestado um péssimo serviço. "Eles apenas sabem cortar o fornecimento de energia. Muitas vezes, temos as facturas em dia, mas eles chegam e só cortam", registou. Nalgumas vezes, após reclamações apresentadas pelos consumidores por uma ou outra anomalia, a morosidade faz lei. "Eles demoram a repor a energia", criticou. Dai que muitos moradores vêem-se obrigados a recorrer em práticas pouco ortodoxas para verem a casa iluminada, como são os casos das "puxadas", naquilo que, popularmente, se convencionou chamar de "gato". "Não é justo, mas é o que acontece, visto que os técnicos garantem que vão aparecer e simplesmente não aparecem", lamentou.

Malfadada gasosa

Avançou ainda que muitas das vezes os moradores são obrigados a pagar uma 'gasosa' para evitar cortes de energia, sobretudo entre os moradores com dívidas acumuladas. "Eles trabalham muito mal. Não aprovo o que eles fazem, porque muitas das vezes uns que têm dívidas e simplesmente dão gasosa aos homens do terreno", revelou Célia Manuel, que exige,



por isso, mais responsabilidade por parte da EDEL, sobretudo na fiscalização dos seus técnicos de campo. Meio irónica, meio séria, Ana Amélia António afirma que já desconhece a "verdadeira cor da energia" eléctrica, que vai mais do que vem. É que quando a energia dá o ar da sua graça, é sol de pouca dura. "Ela (a energia eléctrica) aparece por algumas horas, mas acabamos por ficar mais de uma semana sem ela", contou, para depois reconhecer que se trata de "uma autêntica dor de cabeça, pois não conseguimos guardar nada em casa, sobretudo os produtos perecíveis".

Não raras vezes, os técnicos encarregue pelos cortes selectivos fazem-no na ausência dos chefes de família ou dos seus representantes legais. "Eles simplesmente cortam. E quando se trata de restabelecerem a energia, somos obrigados a pagar algum dinheiro para acelerar o processo", denunciou. A viver a pouco tempo no bairro, o morador que se identificou apenas por Almeida defende a ideia de que "a melhor maneira de se solucionar a questão é colocar contadores em todas as residências".

#### Os preços da EDEL

A energia eléctrica no país conta com uma tarifa que "está ao alcance de qualquer um", segundo o porta-voz da EDEL. Trata-se de uma medida que vigora há seis anos, desde 14 de Agosto de 2000 e que prevê o pagamento de 3,35 kwanzas por kilowatt-hora (kWh), para a baixa tensão doméstica, ou seja do tipo de ligação monofásica. Já para a baixa tensão, a tarifa social é de 15 kwanzas por cada kWh. A baixa tensão doméstica especial, que tem a ver com clientes domésticos particulares com um tipo de ligação trifásica, é fixada em 4,40 kwanzas por cada kWh. Temos depois também a baixa tensão para a indústria, para o comércio e serviços que é o mesmo valor", explicou. E, por fim, existe a baixa tensão para a iluminação pública, que é de 2,46 kwanzas por cada kWh. Tudo isto de acordo com a tabela tarifária pública no Diário da República nº 98, Iª Série, Agosto de 2006. E é com base nesta tabela de tarifas que a EDEL processa a facturação.

#### A posição da distribuidora

"Há clientes que fornecem aos vizinhos"

Este jornal procurou a todo custo obter esclarecimento por parte dos responsáveis da agência Kapita, ao Rocha Pinto, mas tal foi impossibilitado por suposta falta de "orientação superior" da EDEL. Seria, para o efeito, a área de comunicação e imagem da empresa quem se deveria pronunciar sobre o assunto. Diante das reclamações apresentadas pelos moradores do bairro Huambo, o porta-voz da

empresa distribuidora, Carlos Gil Sousa, esclareceu que o processo de facturação é da inteira responsabilidade da empresa-mãe. "Embora tenhamos agentes autorizados para "cobranças das facturas, os agentes só cobram aquilo que a empresa determinar", afirmou, para depois explicar que "o agente não processa nenhuma factura" e que "existe um sistema comercial que está interligado com um servidor na EDEL sede que se pode conectar com o sistema que funciona online".

"Quando um cliente chega aos balcões de qualquer agência comercial da empresa, mesmo que representada por um agente, essa agência só se poderá conectar com este servidor e imprimir a factura. Nunca o agente produzirá a factura", explicou. Em situações extraordinárias, naquelas áreas onde o fornecimento de energia é feito de forma irregular, a distribuidora tem desenhado um outro expediente de cobrança. "Ao invés de cobrar um mês, facturamos 30 dias. Se ficarmos a saber, por exemplo, que a energia foi fornecida numa determinada área apenas durante 15 dias, então ela (a EDEL) factura na mesma o consumo acordado, que é, no caso, aquele período que forneceu energia", explicou.

Por que clientes há que chegam a dez mil kwanzas por mês quando conta apenas em casa com um televisor e uma arca, quisemos saber, com base nas reclamações dos moradores do bairro Huambo, o porta-voz da empresa distribuidora Carlos Gil Sousa, esclareceu que o processo de facturação é da inteira responsabilidade da empresa mãe. "Embora tenhamos agentes autorizados para a cobrança, os agentes só pagam aquilo que a empresa determinar". "É possível aparecer distribuidora. uma facturação do género, na medida em que o cliente com contador forneça também energia aos vizinhos com problemas de cortes ou avaria na sua baixada", explicou, para depois, em miúdos, trocar: "embora o compartimento da pessoa contratada não tenha este consumo e apareça sempre esta factura é porque a pessoa está oferecer o resto da energia", reforçou.

Por outro lado, há ainda aquilo que porta-voz da empresa chamou de "consumo acordado", que é geralmente mais baixo do que o preço real. "Isto faz com que nos períodos em que não há leitura, seja emitida uma factura muita baixa, mas que depois o próprio sistema se encarrega de fazer o acerto da facturação", elucidou.

Mas, por que razão os dez mil kwanzas cobrados, insistimos. "Não quer dizer que seja consumo feito naquele período, mas é um acerto de facturação", adiantou, para depois esclarecer que "não existe factura para um período de consumo de três meses,

pois o sistema comercial da EDEL permite apenas uma facturação de até 31 dias".

Afirmou que os cortes selectivos são motivos de notificação da empresa, quer seja de forma particular, direccionada ou colectiva. "O corte não é objectivo da EDEL, mas é usado como último recurso para que o cliente pague a sua conta", explicou.

Reprovou os cortes realizados sem presença dos proprietários da casa. "Eles estão orientados a contactar as pessoas adultas para uma comunicação oficial e não os menores de idade", pontificou. O objectivo da distribuidora para os tempos que correm é disponibilizar um contador por cada cliente. "Isto é para evitar que os clientes se sintam injustiçados e veja o seu problema resolvido caso tenha razão".

Para o caso dos moradores do bairro Huambo, a sugestão é apenas uma: o consumo racional da energia. "Assim, vamos distribuir melhor o pouco que existe", alertou, sem, entretanto, convencer os moradores do referido bairro, para quem é preciso fazer muito mais do que apenas boa vontade das pessoas que se encontram à frente da empresa de distribuição de energia eléctrica de Luanda.

## 7.9 Comissão de moradores "Merecemos mais atenção"

*A Capital*

*03 de Novembro de 2012*

O secretário da Comissão de Moradores do bairro Huambo, Zeca Quiriri, desdramatizou as reclamações dos demais moradores do bairro. Defende que o fornecimento de energia tem sido regular, mas em regime de restrições. "A central que alimenta a área são turbinas no campo dos Sussu, que chegam a aquecer, pelo que temos feito restrições, de forma a evitar explosões de alguns postes transformadores", revelou.

Diz que reconhece competência nos técnicos da EDEL ali destacados "na solução do problema da energia do bairro", reprovando apenas que os cortes sejam feitos geralmente na ausência dos proprietários das residências. "O agente tem que saber que existe um regulamento que diz que se o proprietário não estiver em casa não pode mexer, porque há equipamentos que se podem queimar. Mas eles, mesmo que o proprietário não esteja fazem o corte, o que não é correcto e prejudicial para os consumidores", reagiu, mais a mais por nalgumas vezes tal acontecer até mesmo para os consumidores com as contas em dia.

Quiriri reprovou também o facto de muitas cobranças serem feitas de forma aleatória. "Os preços que devem vigorar na agência, são mesmos estipulados pela EDEL, mas, a meu ver, estes procedimentos legais não têm sido seguidos", contestou. O fornecimento de energia no bairro foi graças a uma participação dos moradores. "Se o povo não contribuísse não teríamos as cabines, pelo que penso que devia existir uma atenuante antes de se observarem os constantes cortes de energia", constatou. Exortou, ao mesmo tempo, o resto da vizinhança a liquidarem as suas dívidas junto das agências autorizadas da EDEL e da mesma forma reclamarem das anomalias que, eventualmente, venham a ser registadas.

## 7.10 Administração de Belas touxe confusões ao Cemitério "Bem-Vindo"

*Semanário Factual*

*De 03 a 10 de Novembro de 2012*

Face às negociações de terra no projecto urbanístico Cemitério "Bem-Vindo", que já aconteciam ainda mesmo no mandato dos antigos administradores que pertenciam ao município da Samba, a nova divisão administrativa de Luanda só veio dar vazão a este tipo de actividades. Para muitos funcionários administrativos, a passagem da área acima referenciada para a Administração de Belas consistia num "cesto com ovos de ouro", visto que pode benefício próprio ou a favor de um reduzido grupo. Ester Maria José revelou ao Factual que "a Administração de Belas trouxe muita confusão no projecto, depois de, em Março, a administradora Joana Quintas e o senhor Leitão Ribeiro terem incentivado os camponeses a invadirem as propriedades que já foram cedidas". A camponesa conta que viu o seu talhão n° 236 a 240 A, com o contrato promessa n° 427, ocupado por outra pessoa.

Ester Maria José informou que já contactou com a Administração de Belas, por meio de uma carta enviada a 28 de Março, onde expunha as suas preocupações, bem como a agressão de que foi vítima quando procurava saber da outra parte que havia cedido a área. Documentos chegados ao Factual indicam que a Repartição de Fiscalização e Inspeção de Belas enviou um despacho n° 672/05/2012, em que pedia à Repartição de Gestão Urbanística Construção e Habitação que prestasse a devida certificação dos dados da camponesa. Em resposta ao despacho, a Repartição de Gestão Urbanística, Construção e Habitação, numa nota de remessa n° 001/2012, de 26 de Junho,

afirmou que os terrenos em causa (236 a 240) pertencem à senhora Maria Gomes (falecida mãe da senhora Ester Maria José), de acordo com o cadastro do município e à autenticidade dos documentos apresentados. Em contrapartida, até ao momento, a Administração de Belas não repôs a legalidade, visto que o outro lado alega que quem passou o espaço foi a própria administração.

Por sua vez, o beneficiário António Emiliana, também uma das pessoas lesadas pelas falcaturas de terrenos no projecto urbanístico Cemitério "Bem-Vindo", fez saber que "após lhes serem distribuídos os lotes, através do técnico Luís Salvador, nesta altura não existiam conflitos entre os futuros ocupantes e camponeses. Esta situação ocorreu depois do surgimento da Administração de Belas". António Emiliana deu a conhecer que, logo após o surgimento dos conflitos, se escreveu para a Administração do Benfica e constituiu-se um processo nº 63/2012. "Fomos aconselhados a escrever uma carta com abaixo-assinado e, até ao momento, nunca houve resposta. Então, fomos consultar os camponeses e estes alegaram que tínhamos de ir à Administração de Belas. Várias vezes, deslocamo-nos para lá e os ocupantes ilegais nunca deram as caras", explicou.

Administradora de Belas sempre indisponível

"Fomos à Administração de Belas, e quem nos recebeu foi o vice administrador, Jorge Van-Dúnem. Deixámos os contratos-promessa dos lesados e nunca tivemos respostas. Já noutra tentativa, fomos recebidos pelo senhor Quintas que nos aconselhou a criar uma comissão, mas não tivemos sucesso", desabafou a fonte. Com a Comissão dos Futuros Moradores do Projecto urbanístico Cemitério "Bem-Vindo", tudo fizemos para ser recebidos pela administradora Joana Quintas, mas esta sempre se mostrava indisponível. António Emiliana, membro da Comissão dos Futuros Moradores do Projecto Cemitério "Bem-Vindo", afirmou que a Administração de Belas está a faltar com a verdade, pois esta nunca consultou os mapas, no sentido de apurar as legitimidades dos documentos. Beneficiários e camponeses ouvidos pelo Factual consideram que a administradora Joana Quintas expulsa, sisudamente, as pessoas quando estas alegam que os documentos foram passados pelo administrador Adão Malungo.

## 7.11 Reservas fundiárias do Estado no Cunene estão prontas para projectos habitacionais

*Jornal de Angola*

*03 De Novembro de 2012*

A brigada de desminagem da Polícia Nacional de Guarda Fronteira desminou nas reservas fundiárias dos municípios de Cahama e Namacunde, no Cunene, 824.489 metros quadrados, entre Janeiro e Outubro do ano em curso, revelou ontem ao Jornal de Angola o comandante Luís Marcolino João.

Luís Marcolino, que fazia o balanço das actividades desenvolvidas pela brigada desde o início do ano em curso, disse que a limpeza das reservas fundiárias vai facilitar a execução de projectos habitacionais e de reconstrução nacional. O comandante da brigada de desminagem referiu que os trabalhos de limpeza e desminagem nas reservas fundiárias dos municípios de Cahama e Namacunde possibilitaram ainda a recolha e desactivação de 18 minas anti-pessoal, 14 minas anti-tanque e 17.523 engenhos detonados e não detonados. Luís Marcolino disse que o sucesso da brigada se deveu à colaboração da população que ajudou a localizar zonas minadas, desde o início da operação. Considerou importante que as pessoas comuniquem às brigadas de desminagem a descoberta de material estranho. Luís Marcolino frisou que, para além da conclusão das actividades de desminagem nas reservas fundiárias, os técnicos da brigada da Polícia de Guarda Fronteira estão a realizar trabalhos na localidade de Oifidi, no município do Cuanhama, com verificação e limpeza de uma área com a superfície de 1 87.425 metros quadrados, onde já foram limpos 8.833 metros quadrados. O comandante da brigada de desminagem disse ainda que, em paralelo com a desminagem nas reservas fundiárias, foram removidos e destruídas, na semana passada, 70 engenhos, numa extensão de 750 mil metros quadrados na zona fronteiriça entre Angola e a Namíbia. A actividade de desminagem foi feita nos marcos fronteiriços 33 e 35 e resultaram na remoção e destruição de 58 projecteis, cinco minas anti-tanque, três detonadores de minas anti-tanque, duas munições anti-aéreas, uma granada de mão F-1.

Desafios no Dundo

Um total de 18 áreas na província da Lunda-Norte foi desminado nos últimos meses. Os terrenos estão agora a servir para o desenvolvimento de reservas fundiárias, actividades agrícolas e instalação de pontes, linhas de alta tensão para o fornecimento de energia eléctrica, estradas e captação de água. O chefe de departamento provincial do Instituto Nacional de

Desminagem da Lunda-Norte, Sapalo Rufino, disse que está concluído o processo de desminagem em 210 quilómetros do troço que liga o Dundo à localidade do Luó, na Estrada Nacional 180.

## 7.12 Família perde terreno por ser o elo mais fraco

*Semanário Factual*

*De 03 a 10 de Novembro de 2012*

O ciclo vicioso de funcionários da Administração de Belas, bem como o de antigos governantes, tem causado inúmeros problemas, sobretudo nas famílias que pouco ou nada têm para a sua sobrevivência, restando-as apenas um pedaço de terra para erguerem as suas casas. Esta introdução relata a história de uma família que, por ser o elo mais fraco, acabou por perder o espaço de terra de mil e 800 metros quadrados, cedido em 2008, com o contrato-promessa nº 571. Conforme Paulo Cucubica, filho de Victória Leonel António C. Miguel, antiga camponesa da área, um dos funcionários de Belas o alertou que o outro lado envolvido no litígio tem mais poder e que não adiantava lutar pelo terreno. "O funcionário falou-me ainda que até o seu chefe, o Cahoje, apelou para que não mexesse no caso". De acordo com a fonte do Factual, quem fez a venda do terreno pertencente à senhora Victória Leonel António C. Miguel, antiga camponesa, com o número de talhão 509, 510 e 514 A, foi o senhor Jorge Van-Dúnem, vice administrador do município de Belas. Por este facto, nunca a Administração procurou pôr, frente-a-frente, as duas partes. Investigação feita pelo Factual prova que o referido espaço foi vendido a um general que funciona na Casa Militar da Presidência da República. Paulo Cucubica revelou, igualmente, que, no encontro com a outra parte envolvida no litígio, o representante do general da Casa Militar da Presidência da República se fez apenas acompanhar de um contrato-promessa passado em 2011. Identificado por César, o representante não possuía o croqui de localização e o plano de massa genérico. Posteriormente, a fiscalização exigiu que o senhor César comparecesse com as documentações passadas pela Administração da Samba, mas este nunca mais apareceu e, até ao momento, nada é feito. O Factual vai continuar a acompanhar o desenrolar desta história e insistir na busca da verdade, com a publicação de alegações que provam o envolvimento de funcionários administrativos e antigos governantes em negociatas de terras, pelo que sugere um pronunciamento, antecipado, da entidade máxima do Governo da Província de Luanda.

## 7.13 VENDE-SE

*Jornal de Angola*

*03 De Novembro de 2012*

Terreno com licença de construção para edifício e Luanda

Localização: Maculusso - Luanda Com as seguintes características:

- Lote de gaveto em zona central perto da Sagrada Família com regime de posse plena
- 8 pisos acima do solo e 3 pisos em cave para estacionamento .
- R/C comercial com piso duplo, 6 pisos de escritório e 1 para habitação
- Arquitectura de prestígio

## 7.14 Beneficiários dizem-se irritados com administração

*Semanário Factual*

*De 03 a 10 de Novembro de 2012*

A situação parece ainda não conhecer o fim, dado que, a cada dia que passa, novas denúncias de expropriação irregulares, no projecto urbanístico Cemitério "Bem-Vindo" , chegam à redacção do Factual.

Beneficiários e camponeses mostram-se indignados com a posição da Administração de Belas, face ao litígio e à expropriação de terrenos já alocados. Desde a publicação pelo Factual, na sua edição nº 230, "as falcatruas de terras no projecto Cemitério "Bem-Vindo", por parte de funcionários administrativos", vários beneficiários e camponeses têm vindo à redacção, no sentido de verem resolvidos, por parte da Administração de Belas, os seus problemas. Importa aqui referir que, antes da aprovação do projecto urbanístico Cemitério "Bem-vindo", havia sido desenvolvido, na área, um projecto agropecuário que visava enquadrar e realojar camponeses e agricultores, cujas lavras e quintas ficaram abrangidas no perímetro do novo cemitério do Benfica, bem como aqueles que foram indicados para a exploração agropecuária.

Com a aprovação do projecto, em 2007, pelo então governador Luanda, Job Capapinha, sob vigência ainda de José Mayembe, antigo administrador do município da Samba, foi dado o arranque de loteamento e distribuição das parcelas, actividades que os



sucessores de José Mayembe, de Pedro Façonny e de Adão Malungo deram continuidade. No decorrer desta actividade de loteamento e de distribuição, cada campo-nês, no sentido de usufruir dos benefícios da nova zona urbana, recebia cerca de 30 por cento do total do espaço, sendo que 70 por cento eram dados a favor do Estado. Segundo Ester Maria José, camponesa, todos os camponeses que ocupavam a área do cemitério "Bem-vindo" concordaram com a proposta e, na sua maioria, foram indemnizados por lotes. De acordo com a camponesa, havia um ou outro caso de camponeses não indemnizados, ainda no mandato do arquitecto Mayembe. Ester Maria José referiu que, após a entrada de Pedro Façonny na Administração da Samba, o projecto parou. "O administrador Façonny não queria que os camponeses existissem naquele perímetro e que abandonassem a área a troco de uma indemnização no valor de seis mil dólares cada. Não concordamos. Isso fez que o administrador Façonny continuasse com a distribuição dos lotes", explicou Ester José. A camponesa afirmou que os técnicos que trabalharam desde o princípio no projecto, no caso dos senhores Poa, Luís Salvador e Emílio, o conhecem bem, assim como cada ocupante, visto que estes estiveram envolvidos na distribuição dos lotes. "Estes indivíduos conhecem a verdade do cemitério "Bem-Vindo", bem como cada camponês", asseverou a fonte.

### 7.15 Reservas fundiárias livres de minas

*Jornal de Angola*  
04 De Novembro de 2012

Terrenos na província da Lunda-Norte foram desminados nos últimos meses. Os lotes estão agora a servir para o desenvolvimento de reservas fundiárias, actividades agrícolas e instalação de pontes, linhas de alta tensão para o fornecimento de energia eléctrica, estradas e captação de água.

O chefe de departamento provincial do Instituto Nacional de Desminagem (INAD) da Lunda-Norte, Sapalo Rufino, disse ontem à imprensa que na quinta-feira ficou concluído o processo de desminagem em 210 quilómetros do troço que liga o Dundo à localidade do Luó, na Estrada Nacional 180. Como resultado do trabalho efectuado, o troço está já a ser asfaltado. Os sapadores efectuam o controlo da área até que a empresa termine todos os trabalhos de asfaltagem. "Atendendo à prioridade do Executivo e por a actividade ser de carácter urgente, tivemos de movimentar todas as forças nesse troço, de modo a facilitar os trabalhos da empreitada", afirmou, apontando as chuvas diárias, vegetação densa, falta de

combustível, avarias nos equipamentos técnicos, como as principais dificuldades registadas pela brigada. Sapalo Rufino sublinhou que, na província da Lunda-Norte, existem ainda áreas suspeitas de minas, como a localidade do Chapa, no Luó, o que tem criado dificuldades à circulação e ao exercício das actividades agrícolas. Para facilitar a identificação de áreas suspeitas, o Instituto Nacional de Desminagem está a realizar palestras para educar a população sobre o perigo das minas. Sapalo Rufino disse que as actividades estão a dar frutos, uma vez que tem aumentado o número de pessoas que participam às autoridades a existência de antigos paióis de armamento e áreas minadas ao longo do conflito armado. O chefe do Instituto Nacional de Desminagem na Lunda-Norte defende o reforço do número de sapadores para acelerar o processo na província e viabilizar os projectos de reconstrução do Executivo para a melhoria das condições sociais da população.

### 7.16 Cunene. Agentes comunitários em formação sobre saneamento básico e higiene

*Jornal de Angola*  
06 de Novembro de 2012

Agentes comunitários, autoridades tradicionais, igrejas e Organizações Não-Governamentais do município do Cuvelai, província do Cunene, participam desde segunda-feira, num seminário sobre saneamento básico e higiene. O evento, que é promovido pela comissão "Cunene-província sem defecação ao ar livre", visa mobilizar as pessoas sobre a importância da construção de latrinas, deposição de lixo em locais apropriados, com vista a reduzir, principalmente, a mortalidade infantil naquela parcela do Cunene.

O subcoordenador executivo da referida comissão, Generoso Cláudio Kondjasili, disse que o seminário, que terá a duração de cinco dias, vai analisar temas sobre a importância do saneamento básico e higiene, metodologias de estratégia para o saneamento total liderado pelas comunidades. Durante o evento, será feito o lançamento do programa municipal sobre saneamento total, liderado pelas comunidades e escolas, em curso na província, desde 2010, cujo projecto já abrangeu os municípios do Kwanhama, Ombadja, Namacunde e Cahama. Com uma população estimada em 96.352 habitantes, Cuvelai está dividido administrativamente por quatro comunas e 24 aldeias, numa extensão territorial de 16.270 quilómetros quadrados.

## 7.17 Chineses escravizam angolanos

*Jornal Angolense*

*09 de Novembro de 2012*

A constatação foi feita durante uma visita de trabalho nas terras, ontem consideradas do fim do mundo, hoje "terras do progresso" sob as reais condições sociais que acomodem às populações nas mais diversas regiões daquela parcela do território nacional. Constatado o acto que pode ser considerado como exclusão social, Vitorina Nhany disse que desde os longínquos anos de 1975 no país sempre existiu um paradoxo na defesa dos ideais entre os distintos grupos políticos. Pois, existiu forças que defendiam o sistema mono partidarismo como sendo o ideal, contraste aos que mostravam-se satisfeitos na defesa do multi-partidarismo.

Para ultrapassar este clima que opôs as mais diversas forças políticas, segundo Vitorino Nhany foram necessários 16 anos de sacrifícios, enfrentando sérios problemas sociais, incluindo físico e psicológicos para se chegar a conclusão que o melhor sistema é sem sombras de dúvidas o multipartidarismo. "Porém, o multipartidarismo requer o respeito pela diferença, tal como advogam as regras democráticas. Os 10 anos do calar das armas ainda não traduzem na prática o verdadeiro espírito de reconciliação nacional, o que se deve às debilidades quanto à educação política e patriótica no Kuando-Kubango, tais debilidades são nítidas se tivermos em conta alguns factos constatados", disse o político.

Durante a sua permanência no Kuando-Kubango, Vitorino Nhany constatou a ausência de uma implantação física dos órgãos do seu partido nos municípios do Kuito Kuanavale e Nancova, tudo por imperativos do conhecido fenómeno da intolerância política. Segundo o mesmo, actos desencadeados por dirigentes do partido no poder, no seu entender, estes têm dificuldades em viver na diferença, tal como recomendam as regras democráticas. No Município do Rivungo, segundo aquele político, reina um clima de segregação tribal, a julgar pela tendência de algumas tribos que nutrem tendências ou simpatia pelas ideias do "galo-negro", face a má interpretação sociológica, estas etnias estão a ser expulsas da área como sempre responsáveis pela vitória da UNITA naquela circunscrição da província do Kuando-Kubango.

Esta acção tem como autores morais, segundo a fonte, o administrador Municipal, António Simão e o Regedor local Raul Ngangula. Com este episódio, a ideia que transparece é que isso visa ganhar espaço para desestabilizar a falada autarquias que possivelmente podem vir acontecer em 2015. "Um

aspecto não menos importante prende-se com o facto de certos Sobas, em localidades onde o MPLA perdeu, terem visto os seus subsídios cortados. Um outro pormenor atentatório à interferência político-partidária no poder consuetudinário é o envolvimento de sobas como agentes eleitorais. Como contra factos não deve haver argumentos, o soba Domingos Mateus da Comuna do Longa, Município do Kuito Kuanavale com o nº de Credencial 028001077, funcionou como Policia Eleitoral nas eleições de 2008 e nas eleições de 2012 funcionou na Assembleia cc.cui.13.03.048, Tenda (Vitanga) Mesa nº 1 como Escrutinador. Como sabemos, a acta-síntese das operações das Mesas numa determinada Assembleia de Voto, é feita na mesa Nº 1", denunciou Vitorino Nhany.

Já incidindo para o sector social da província do Kuando-Kubango, Vitorino Nhany disse que o não foge dos demais pontos do território nacional, tendo afirmado que existem casos delicados que apontam para um liberalismo consciente, virado para a violação de um dos direitos que o angolano tem, tais como o direito ao Ensino, Cultura, Desporto, enfim ... Tal preceito consagrado no artigo 79º da Constituição da República de Angola. "Neste artigo o Estado deve promover o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efectivação, nos termos da lei".

A respeitabilidade da lei, no capítulo dos direitos da pessoa humana, está longe de acontecer. Pois, o político afirma que na maior extensão daquela província o ensino tem cobertura apenas as sedes municipais e comunais. A título de exemplo, citou os municípios do Dirico e Calai, onde não existe sequer uma única escola de ensino, apesar que o país reúne recursos para o efeito. Tendo comparado que no período de resistência à invasão Russo-Cubana, as aldeias todas beneficiaram de escolas, porque o saber liberta o homem.

As políticas ligadas à economia das populações rurais, tem um grande impacto na sua condição social. Naquela região, existem muitos problemas, mas concretamente na comuna do longa adstrita ao Cuito Cuanavale, onde as suas terras foram expropriadas por Chineses, conforme constatação feita e confirmada pelo Soba local Domingos Mateus "Mutuenda", residente na Aldeia Tchingondola. Entretanto, se as terras dos populares foram usurpadas por Chineses, significa que o factor solos, condição primária para a agricultura, não existe e nem se quer para o seu gado, num País que conta com cerca de 57,4 milhões de hectares de terras cultiváveis. "O artigo 15º da CRA no seu nº 2

consagra: "são reconhecidos às Comunidades locais o acesso e uso das terras, nos termos da lei. O n.º 3 da mesma lei, diz que "o disposto nos números anteriores não prejudica a possibilidade de expropriação por utilidade pública, mediante justa indemnização, nos termos da lei".

Sendo que aproximadamente 15.000 hectares de solos férteis foram tomados pelos cidadãos Chineses para a cultura de arroz com intenções de exportação. Nela foram contratados como mão de obras baratas, cidadãos autóctones incluindo adolescentes de 17 a 14 anos o que viola o artigo 80º da Constituição da República de Angola, no seu n.º 5 que diz: " É proibido, nos termos da lei, o trabalho de menores em idade escolar".

Como agravante são expostos numa jornada laboral de 12 horas diária repartido em dois turnos, começando das 06 às 18h e o 2º turno das 18h às 06h do dia seguinte. Auferindo um salário de 300 kzs dia e sem direito a uma única refeição e como se não bastasse, os trabalhadores são agraciados com cigarros.

"Esse salário corresponde a 9.000 kz/ mês. Sabemos que a cultura de arroz exige uma limpeza num mínimo de 3 vezes ao mês. Porque não procederem ao uso de outros meios deixando de escravizar os Angolanos se internacionalmente a escravatura foi abolida?", questionou-se. "Porque razão o contrato, se é que existe, não os direccionou para o Moxico, Bié, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje ou Uíge onde tem terras baldias ao invés de expropriarem terras de cidadãos angolanos que as usam para a agricultura de regadio e pasto? questionou-se.

## 7.18 Terras para a agricultura foram cedidas às mulheres

*Jornal de Angola*

*10 de Novembro de 2012*

A Organização Não-Governamental angolana S.O.S-CEDIA lançou ontem, nos municípios de Mbanza Congo e Cuimba, um projecto que consiste em distribuir 60 hectares de terra por 80 mulheres para a plantação de jinguba e mandioca.

O projecto denominado "Mulher Feliz", disse o director executivo da " ONG, tem o objetivo de ajudar as destinatárias, enquanto pessoas vulneráveis, a desempenharem o papel fundamental que têm na família.

Fernando Kazadi afirmou que com a execução do projecto, a ONG se junta aos esforços do Executivo no combate à pobreza.

O director executivo referiu que o projecto vai facilitar as mães a poderem garantir o sustento dos seus

filhos, "já que elas não conseguiam fazer por falta de condições. O vice-governador da província do Zaire

para o sector político e social, Rogério Zabala, que assistiu ao lançamento do projecto, elogiou a iniciativa da ONG "por permitir a melhoria das condições de vida".

## 7.19 Condenados ocupantes ilegais de terrenos no Cacucaco

*Jornal de Angola*

*15 de Agosto de 2012*

O Tribunal Municipal do Cacucaco condenou a três meses de prisão, com pena suspensa, 117 pessoas por ocupação ilegal de terrenos em reservas fundiárias do Estado naquela área de Luanda.

Os réus, que ergueram casas de chapas à entrada da nova centralidade do Cacucaco, ainda em construção, foram também condenados, cada um, ao pagamento de uma multa de 48 mil kwanzas.

A nova cidade do Cacucaco, que começou a ser construída, em quatro fases em 2008, está localizada no Musseque Sequele, a cerca de dez quilómetros da via expresso.

Além dos fogos habitacionais, AFP a nova centralidade vai ter, entre outros equipamentos, de zonas de serviços, comércio, restauração, instalações sociais e de turismo, indústrias, armazéns e infra-estruturas rodoviárias.

O projecto, orçado em 855 milhões de dólares, destina-se a 60 mil famílias.

O porta-voz do comando provincial de Luanda da Polícia Nacional, inspector Nestor Goubel, disse, à Rádio Luanda que "os infratores foram detidos durante uma operação" realizada no fim-de-semana.

## 7.20 Desalojados das Zonas de Risco. Governo de Luanda aperfeiçoa o controlo

*Jornal de Angola*

*16 de Novembro de 2012*

O vice-governador de Luanda para área técnica anunciou que vão ser usados "meios tecnológicos sofisticados" para evitar que pessoas retiradas de zonas de risco regressem aos locais. António Resende, que anunciou a medida após uma reunião com governador destinada a avaliar os danos causados pela chuva na madrugada de quarta-feira, disse que há situações daquelas nas encostas da Boavista protagonizadas por antigos moradores a quem foram entregues casas em áreas seguras. O registo de pessoas a serem realojadas, afirmou, vai ser feito com recurso biometria, cujos dados podem partilhados pelos Ministérios da Reinserção Social e da Construção, Urbanismo e Habitação. A venda das casas oferecidas pelo Governo Provincial, lembrou, não pode ser feita nos primeiros cinco anos.

### Medidas de prevenção

António Resende referiu que na encosta da Boavista, onde com muita frequência há desabamentos causados pela chuva, está a ser construída uma muralha para contenção das águas que, "pela sua grandiosidade", ainda leva algum tempo a ser concluída. Na reunião do Governo Provincial foi decidido "desassorear com urgência as valas 1,2 e 3 das zonas da Samba, Camuxiba e Mabunda" para facilitar o escoamento das águas para o mar e evitar inundações de ruas e casas, e adquirir mais motobombas, carros de sucção e cisternas. O governador pediu, na reunião, às direcções provinciais da Assistência e Reinserção Social, da Saúde e Protecção Civil e da Polícia, bem como à EPAL, à EDEL e à empresa de recolha de lixo e saneamento ELISAL que "redobrem esforços e prestem o máximo de atenção possível às comunidades".

Também foi decidido proteger as rampas do Morro da Luz e da Boavista e demolir o centro de saúde junto ao mercado Deolinda, no Hoji ya Henda, por se encontrar numa zona mais baixa do que estrada. O vice-governador salientou a importância de haver maior disponibilidade de recursos para a construção de vias de drenagem e protecção de declives para minimizar os problemas de desabamento e deslizamento de terras. Após uma visita do governador a vários municípios, disse, concluiu-se que as zonas mais afectadas foram os distritos urbanos do Rangel e da Samba que "em breve vão

merecer atenção especial das autoridades". As chuvas caídas na madrugada de quarta-feira deixaram desalojadas centenas de famílias em vários municípios de Luanda, às quais o governo já começou ontem, a dar o apoio com bens diversos, nomeadamente, montagem de tendas em locais apropriados para o alojamento, vestuário, alimentação, assim como bens de primeira necessidade e apoio social.

A chuva que se abateu em Luanda provocou também inundações de várias ruas, pontes e casas particulares, algumas das quais sucumbiram à força das águas, nos municípios de Cacucaco, Cazenga, Viana, Belas e Luanda.

## 7.21 Demolição imediata

*O País*

*17 de Agosto de 2012*

Por sua vez, José Floriano Capamba, «Catuca», um dos netos do soba Daniel Francisco, disse ter notado que os homens da administração estavam com muita pressa em demolir as casas, de tal modo que apressaram também o pessoal a desarrumar os seus haveres.

"Eles chegaram, partiram todas as casas daquele lado e disseram que já havia casas no Zango v, para onde vão 'todos do Museu", declarou Catuca, que contabilizou uma equipa administrativa composta por oito elementos, incluindo o maquinista.

Segundo Catuca, que ainda não foi ver o novo habitat do avô por questões de trabalho, a sua situação ficará um pouco complicada, pois, a viver no Zango, não conseguirá chegar cedo ao local de trabalho.

"por isso optei falar com o meu chefe para ficar em casa dele, para não perder o emprego", desafogou.

### Crianças ficam para estudar

Se José Capanda teve tempo para escolher ficar com o patrão o mesmo não se pode dizer das crianças da família do soba, que se verão obrigadas a voltar para o Museu da Escravatura ou para bairros da cercania, tão logo recomecem as aulas.

"Não temos escolha, os nossos filhos terão de viver próximo das suas escolas, para não perderem o ano lectivo", disse um dos encarregados, alegando que os responsáveis do desalojamento nunca ligam a esses pormenores da educação dos pequenos.

Os pais dos petizes preferirão arrendar uma residência nos bairros mais próximos, nomeadamente, o da Bela -Vista, do Matadouro,



flores-ta e Quilómetro 30, uma vez que as crianças estudam na escola primária do Ramiro.

## 7.22 Previsão de cultivar 3 milhões de hectares

*Semanário Factual*

*17 de Novembro de 2012*

Três milhões de hectares de terras serão cultivados, em todo país durante a campanha agrícola 2012/2013, segundo informação do ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Kanga.

Para o ministro, o cultivo de alimentos nesta quantidade de terras trará melhorias e segurança alimentar de forma significativa no país. Para tal estão a ser distribuídos insumos agrícolas e instrumentos de trabalho por meio das Estações e Institutos de Desenvolvimento Agrário.

O governante esclareceu que os meios em causa estão sendo repartidos em famílias agrupadas em associações de camponeses em todas províncias do país, que vão poder produzir milho, massango, massambala, feijão, hortícolas e tubérculos.

Afonso P. Kanga reconheceu que algumas províncias, como no caso da Huíla, ficaram afectadas pela estiagem, mas este ano, pela frequência de chuvas deverá ser diferente.

Na província da Huíla serão cultivados 605 mil hectares, sendo que 750 serão no município de Caluquembe.

## 7.23 Disputas de Terrenos

*A Capital*

*17 de Novembro de 2012*

Os terrenos em disputa foram adquiridos por intermédio da então Administração da Samba, em Janeiro de 2008. Porém pelas mudanças que se operaram no plano administrativo, as coisas esbarraram. Em face disso, os futuros moradores do Bem-vindo, constituíram uma Comissão de Reivindicação, cujo presidente é António Emiliano.

Segundo contou ao A Capital, foi através de documentos endereçados às autoridades, cujo deferimento demorou, que eles receberam os terrenos, tendo, a própria Administração se encarregado de fazer o devido loteamento, bem como o cadastro de todos os beneficiários.

Foi assim que, em 2008, a área técnica da referida Administração, levou-os até ao sítio indicado e, apresentou a cada um, o seu lote com o respectivo cadastro, chamado de "contrato-promessa".

"Na altura, o governador da província de Luanda era o senhor Job Capapinha, que tinha como administrador municipal da Samba, o senhor Mayembe", explicou António Emiliano, ele que, com seus companheiros, depois daquele procedimento, convenceram-se de que doravante, estavam legalizados.

Malgrado eles. Com o andar do tempo, tanto Job Capapinha como Mayembe, foram substituídos. Para a Administração municipal da Samba vem, então, Pedro Ambrósio dos Reis Façonny que, segundo os queixosos, cancelou o projecto.

"Não sei qual era o inconveniente que ele achou no projecto, apesar de que, já tinha sido aprovado. Simplesmente, ficamos sem saber porquê!", exclamou, Emiliano, falando em nome do grupo. Não tardou, Façonny é, por sua vez, substituído no cargo por Adão António Malungo, com quem, no entanto, o processo voltou a ter pernas.

"O senhor Malungo fez a sua administração e, nós ficamos assim. Esta é a situação que estamos a "viver", mercê, talvez, das sucessões constantes de administradores e o surgimento do novo

mapa administrativo da província que, por si só, levou a que o município da Samba deixasse de sê-lo, passando a distrito e, concomitantemente, pertencente ao município de Belas, em cuja Administração, a julgar pelo que dizem os queixosos, tudo parece encalhar.

E, como indicam, tudo começou no dia 02 de Março do ano corrente, quando a administradora do município de Belas, Joana Quintas, surgiu no terreno com um grupo de mulheres trajadas com o uniforme da Organização da Mulher Angolana, (OMA) e falou aos populares.

"Ela fez um discurso, dizendo que a terra é propriedade do camponês", palavras que na óptica dos reclamantes, exacerbou os ânimos dos camponeses que, apesar de já terem sido indemnizados para a deixarem, ganharam força para a reocupação.

"Foi-lhes dada toda a plantação que ali estava, algum dinheiro e, evidentemente, algumas parcelas de terreno", informou António Emiliano. "Temos aqui provas documentais cedidas pela Administração municipal da Samba, designadamente, contratos-promessa que estão todos no cadastro", adicionou, ao

mostrar um conjunto de papeis, que, em seu entender, os mesmos já se devem encontrar na posse da Administração de Belas.'

Ela não nos receber

Dizem os futuros moradores do Bem-vindo que a abordagem do caso com a actual titular não tem sido fácil. Isso foi, pelo menos, o que avançou outra integrante do grupo, no caso, Edna Gonçalves, para quem o litígio só existe, por, alegadamente, "a senhora administradora não estar a agir correctamente".

"Se ela quiser acabar com este problema, hoje mesmo ou amanhã terminaria", sublinhou Edna Gonçalves, o único senão é que já somam quatro tentativas de falar com a governante, e, simplesmente, "ela não nos recebe".

"Já mandamos o nosso advogado lá. Não o recebeu. Estamos aqui novamente. Disse que não nos recebia, porque tem um encontro. E isso tem sido constante", lamentou, deduzindo que as autoridades estejam a fazer passar o tempo até que eles se cansem e parem de chatear.

"Por exemplo, no meu espaço, eles partiram o muro. Vim me queixar, e mesmo assim nada aconteceu. Não vou estar a abdicar de muitos outros afazeres que tenho, para estar aqui em tempo integral", desabafou, inconformada.

Camponeses fantasmas

No entanto, uma névoa começa a confundir a situação. É que no mesmo espaço onde eles sonhavam erguer suas residências, alegadamente, sob orientação do Estado, paradoxalmente estão a ser feitas construções de grande envergadura.

"As obras que estão a ser feitas nos nossos terrenos, vão muito para além das capacidades financeiras das camponesas", denunciou, ainda, Edna Gonçalves, pois, observa, "as camponesas não conseguem pagar chineses para lhes fazerem obras daquela magnitude", o que os leva a deduzir que há gato escondido, porque, senão, "as pessoas que devem tomar a peito a situação, já o teriam feito".

"O que nós queremos de concreto é que nos seja restituído o que é nosso. Nós já constituímos um advogado. Se eles não podem nos receber por sermos muitos, então que recebam o nosso advogado e resolvam a situação", manifestou, irada.

Quem corrobora é João Isabel, que diz ter sido camponês na zona em litígio só que, depois trabalhou

muito tempo no Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

"Quando me reformei, deram-me uma parcela de terreno lá. Só mesmo agora com a senhora Joana Quintas como administradora é que estes problemas chegaram à este extremo", denunciou João Isabel que considera uma situação muito fácil de resolver.

De acordo com este cidadão, há pessoas ambiciosas a aliciar os camponeses, dizendo-lhes que a terra os pertence, mas que por detrás são elas que compram os nossos terrenos.

"As camponesas actuam compulsivamente. Quando nos vêem lá, começam a atirar pedras, agarrar nas camisas. Se você perde a cabeça, pode aleijar alguém", pelo que, "para que isso não aconteça, estamos aqui a pedir que nos sejam dados os nossos terrenos".

Há duas semanas, o A Capital tentou saber junto da Administradora de Belas ou de alguém por ela indicado, qualquer coisa sobre o assunto. Contudo, apesar de, através de seus colaboradores, nos ter sido, sucessivamente; assegurada a disponibilidade da governante para o efeito, acabamos por nunca termos sucesso.

## 7.24 Desalojados foram viver para o Zango

*Jornal de Angola*

*19 de Novembro de 2012*

Famílias do município de Belas foram realojadas no Zango, depois das habitações precárias em que viviam terem sido destruídas pela chuva .

Entre as 15 famílias realojadas, três moravam no Benfica, onde construíram casas em áreas de grande risco, disse à Angop o director municipal do Gabinete de Comunicação e Imagem, Neto Segunda .

" O funcionário do município de Belas acrescentou que as restantes 11 famílias faziam parte de 36 famílias alojadas, há cinco anos, em tendas no bairro Sapu.

Quanto a essas famílias, disse, o processo de transferência para o Zango arrancou em Agosto e deve terminar em Dezembro.

## 7.25 "Não me deixaram administrar a Samba"

*Semanário Factual*

*De 27 de Outubro a 03 de Novembro de 2012*

O Factual ouviu, igualmente, o antigo administrador do município da Samba, Pedro Façonny. Este, por sua vez, falou apenas que uma das tarefas que lhe foi passada era cuidar das propriedades do Estado e da legalidade.

"Quando cheguei, já encontrara este projecto com todo o plano feito. Havia já pessoas cadastradas e que tivessem pago. A princípio, tive de suspender o projecto, mas, neste momento, já existia muito dinheiro em jogo, e acabei por ter um grande problema doméstico, desde os primeiros meses do meu consulado até ao momento em que eu saí. Portanto, praticamente não me deixaram administrar a Samba", contou o Dr. Façonny.

Questionado se tinha conhecimento da inviabilidade do projecto na pessoa do arquitecto Bento Soito, ainda na qualidade de vice-governador para a Área Técnica de Luanda, Pedro Façonny falou: "Eu não vou comentar sobre isso, não ouvi o que o então vice-governador disse. Neste momento, estou em condição de lesado".

O Factual continuará a acompanhar o desenrolar do assunto até ao final deste ano, com o objectivo de ver resolvidas as questões que intrigam os funcionários do Governo Provincial de Luanda e os camponeses que vêm, até ao momento, usurpados os seus terrenos.

Na próxima edição, teremos os depoimentos da fonte e de cidadãos lesados por este ciclo vicioso que integra funcionários administrativos, bem como ex-governantes.

## 7.26 Dirigentes e funcionários acusados de abuso de poder

*Semanário Factual*

*De 27 de Outubro a 03 de Novembro de 2012*

Entre os dirigentes, destacam-se o então vice-governador da província de Luanda para a Área Técnica, Bento Soito; o antigo administrador municipal da Samba, Pedro Façonny, coadjuvado por Jorge Van-Dúnem (hoje funcionário da Administração de Belas). Os três são acusados de expropriação ina-

dequada de terrenos pertencentes a outrem, legalmente cadastrados.

Segundo fonte, este facto mostra o envolvimento do arquitecto Bento Soito, do antigo administrador, Pedro Façonny, e do arquitecto Jorge Van-Dúnem, na fraude de terras, no projecto urbanístico "Cemitério BemVindo", concebido para suprir a carência habitacional a nível dos funcionários do Governo Provincial de Luanda, da Polícia Nacional, dos Bombeiros, de entidades governamentais e cidadãos singulares.

A fonte afirmou, igualmente, que era intenção do arquitecto Bento Soito, enquanto vice-governador para Área Técnica, negociar toda a área defronte à estrada principal, sendo "aí onde começou a anarquia e o abuso do poder por parte do mesmo".

Bento Soito está envolvido

Documentos a que o Factual teve acesso, no quadro da sua investigação, indicam o envolvimento de Bento Soito, de Pedro Façonny e de Jorge Van-Dúnem, na expropriação indevida de terrenos já alocados. Um dos casos referidos tem a ver com a empresa Matomafoleno e Filhos LD, que apresentou carta de reclamação de expropriação indevida de terreno à Administração de Belas, bem como ao governador provincial de Luanda, Bento Bento.

Segundo o documento, a empresa alega que, aquando do mandato do administrador Pedro Façonny, coadjuvado, na altura, por Jorge Van-Dúnem, estes levaram a cabo a ocupação de espaços cedidos pela antiga administração de José Mayembe.

No sentido de mais esclarecimentos, o Semanário contactou a gerência da empresa Matomafoleno e Filhos - LD, na pessoa de Estêvão da Costa. Conforme o representante, que se fez acompanhar do contrato-promessa nº 519/08, foi-lhe indicado um talhão nº 2.B1 do respectivo loteamento, com uma área de quatro mil metros quadrados.

Cumprindo com todos os pressupostos legais, a empresa Matomafoleno e Filhos - LD - foi expropriada, ilegalmente, da área acima referida.

"Foi-me cedido um lote na área do Cemitério BemVindo, mas, para a minha surpresa, vejo que, no referido lote, estava a fazer-se a construção de dois edifícios", referiu, indignado.

De acordo com Estêvão da Costa, após verificar as construções feitas no local, foi contactar a Administração do Município da Samba, na altura gerida por Pedro Façonny, no sentido de resolver o caso, mas tal não aconteceu.

Antigo administrador da Samba atribui responsabilidades a Bento Soito

Pedro Fançony, então administrador do município da Samba, informou que o assunto deveria ser tratado com o então vice-governador da província de Luanda para a Área Técnica, Bento Soito, e este, por sua vez, alegou que o caso era da competência do engenheiro Alves, mas nada foi feito.

Na intenção de ter um esclarecimento sobre o que se passava, foram escritas duas cartas, uma para o então , vice-governador para a Área Técnica, no dia 21 de Junho de 2012, sem resposta até ao momento.

O mesmo acontece com a Administração de Belas, onde a empresa remeteu, igualmente, uma carta, com vista a ter esclarecimento sobre a situação.

O Factual soube que, no espaço cedido à empresa Matomafoleno e Filhos - LD, estão a ser construídas duas torres, e, na altura, quem fez a ocupação foi Jorge Van-Dúnem, alegando ser uma orientação baixada pelo arquitecto Bento Soito.

Segundo fonte, o local onde, neste momento, estão a ser construídas as Torres África é espaço pertencente à empresa Matomafoleno e Filhos - ID, pois existem documentos que comprovam a legitimidade do mesmo.

A fonte revelou que a expropriação deste terreno foi levada a cabo pelo então , vice-governador para a Área Técnica, Bento Soito; pelo antigo administrador, Pedro Fançony, coadjuvado por Jorge Van-dúnem (hoje funcionário da Administração de Belas).

## 7.27 "Inviabilizei o projecto "Cemitério Bem-vindo"

*Semanário Factual*

*De 27 de Outubro a 03 de Novembro de  
2012*

O Factual contactou, no dia 17, o então, vice-governador para a Área Técnica de Luanda, arquitecto Bento Soito.

O arquitecto afirmou que estava previsto um projecto na referida área, liderado pela Casa Civil da Presidência da República, na pessoa de André Mingas, mas não acabou por se concretizar.

Bento Soito fez saber que, na altura, havia no local um loteamento feito anarquicamente, pela extinta Administração Municipal da Samba, tendo ordenado o seu cancelamento.

Bento Soito falou, igualmente, que, depois de deixar o cargo, a Administração da Samba, na pessoa de Pedro Fançony, deu vazão à distribuição de lotes, pois ele não conseguiu resistir à pressão.

"Se estão a evocar o meu nome, é porque sempre combati aquele loteamento anárquico, e, por outro lado, fiz vincar projectos que foram muito antes lá, quer de reposição de lotes de pessoas que saíram da zona de Belas como as Torres África", afirmou o arquitecto.

Segundo Bento Soito, o mapa do projecto urbanístico "Cemitério Bem-Vindo", apresentado pela fonte do Factual, não é verdadeiro, alegando que, no mesmo, existem casas sobre as valas de drenagem.

"O projecto que inviabilizei, não trazia as valas de drenagem da área. As pessoas que lá estão hoje têm direito de superfície concedido pela então governadora Francisca do Espírito Santo", esclareceu.

Após a consulta de documentações em posse do Semanário, constatou-se que o então vice-governador para a Área Técnica de Luanda, Bento Soito, assinara documentos de Contrato-Promessa do loteamento "Cemitério Bem- Vindo", no ano 2008, o que contraria a versão prestada de princípio, que ele tinha inviabilizado .



## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Rocha Pinto às escuras

*Diário Global*

*02 de Novembro de 2012*

Os moradores da comuna do Rocha Pinto, concretamente nos arredores da escola Capipa, em Luanda, manifestaram-se preocupados com as constantes falhas de energia eléctrica, estando privados do mesmo há três semanas, facto que tem provocado perdas nos produtos alimentares, como carnes, peixes entre outros. Gilberto Luís Seke, morador do bairro, disse que a energia eléctrica no não faz 24 horas. "As falhas constantes de energia no bairro aumentaram ainda o número de assaltos. Já não podemos ficar na rua às noites. Muitos" desses delinquentes aproveitam-se da escuridão para práticas de vandalismo, roubos de telemóveis, roupas, e assaltos a residências. Os moradores são obrigados a comprar, todos os dias, combustível, e nem sempre há dinheiro, sem qualquer possibilidade de adquirir alimentos a grosso. A falta de energia tem provado também danos nos electrodomésticos, pois, como disse a senhora Manuela Mawete a forma como "a luz falta vai ou vem danifica-nos os aparelhos. Já contactámos a direcção da EDEL do bairro para que nos possam nos dar explicação e nadá', lamentou. Mesmo sem o fornecimento, os moradores, no final do mês, são obrigados apagar, conforme confirmou o morador' Pedro Sebastião. "No final de cada mês nos pagámos, mas quando tem qualquer problema eles não se pronunciam, isso deixam-nos muito triste". Da direcção da EDEL, No Rocha Pinto, nenhuma palavra sobre a falta de energia no bairro.

### 8.2 Municipales estão às escuras

*O Independente*

*03 de Novembro de 2012*

Não restam dúvidas da importância da energia eléctrica para uma população civilizada. Mas ao que parece a EDEL, Empresa de Distribuição de Energia Eléctrica, ainda não conseguiu dar conta do quanto o seu produto faz falta. Face às falhas de luz nos bairros Sambizanga, Miramar, Bairro Operários e outros, os moradores estão agastados, desolados até com a indiferença com que dizem estarem a ser tratados pela «nossa» EDEL. A falta de informação (ou justificação) por parte da empresa leva os moradores destes bairros ao desespero. Alguns já não acreditam que venham a ter luz eléctrica em suas casas, este ano. Outros começaram a tratar do expediente para 'mandar vir' um gerador para 'salvar'

a quadra festiva. Délcio Neto é um destes moradores que há muito não consegue compreender o que de facto se passa com a EDEL nos últimos meses. Na sua explicação, o morador do S. Paulo explica que já lá se vão mais de cinco dias que o referido bairro se encontra às escuras e a EDEL não diz absolutamente nada. "Acho que a própria EDEL, a começar, deveria ter muito mais consideração pelos seus clientes. Não se justifica que as pessoas fiquem mais de uma semana sem luz e a EDEL fique impávida e serena diante desta situação", lamenta. O professor, que mora no bairro a mais de 10 anos, diz que são muitos os prejuízos que as pessoas sofrem quando estão sem luz, até porque" quando se diz viver em zonas urbanizadas a questão dos serviços de primeira necessidade tais como a água, luz eléctrica e saúde devem ser vistas como prioridade". Délcio sustenta que a EDEL não tem mostrado melhorias em relação às falhas dos tempos passados. Reconhece que não sabe ao certo se a causa do actual mau serviço prestado está na produção ou na distribuição., mas diz que toda a estrutura de controlo e distribuição da EDEL não está a altura de suprir as falhas mesmo na distribuição. "Durante este tempo todo que vivo aqui no S. Paulo a EDEL mostra ser uma empresa que não quer superar-se. Os problemas que esta diz estar a solucionar não parecem chegar ao fim. Pelos vistos, esta empresa precisa de fazer grandes mudanças internas para ver se altera a forma de tratamento dos clientes", defende o morador, que diz não compreender que hajam tantas falhas de corrente eléctrica resultante de avarias de postos de transformação e de cabines. A coisa é sempre assim, conta, "todos os meses esta empresa apresenta uma queixa sobre o estado técnico dos seus equipamentos". Firmina Gomes, de 24 anos, morador a do Bairro Operário, B.O, entende que a EDEL continua a mostrar que não é séria e que não consegue corresponder à demanda. "Desde que vim morar neste bairro, a EDEL tem sempre o hábito de nos pregar partidas. Não vai mais de um mês que justificou um corte de energia alegadamente por se ter registado uma falha técnica em um dos condensadores. Agora vem a dizer a mesma coisa e, certamente, não vai demorar muito que no próximo mês virá a dizer algo igual", reclama. Emir Agostinho, morador da Vila Alice, é outro cidadão descontente com o funcionamento da EDEL e considerou de "mediocre". "A EDEL é uma empresa cujos serviços estão muito aquém do que se esperava, numa altura como essa. E acho que é a passividade dos consumidores que em parte tem deixado esta empresa a estar no estado que está. É difícil acreditar, mas a EDEL não consegue fornecer luz por um mês sem efectuar cortes, isto ainda sem estar relacionada à regularização de consumo. Porque outra das injustiças destes cortes é que tanto os credores como

os regulares ficam todos sempre prejudicados", lamentou.

#### Reacção e promessas da EDEL

Segundo justificação desta empresa, é do seu conhecimento que os bairros do Sambizanga, Ingombota e Rangel devido a avaria num cabo de alta tensão, que interliga a Central Térmica à Subestação da Boa Vista, estejam sem energia. A empresa refere que no distrito urbano do Sambizanga estão afectados os bairro Miramar, São Paulo, Operário, Sambizanga Sede, Porto Pesqueiro, Comarca, Valódia e Combatentes. O corte no distrito da Ingombota afecta a Avenida 4 de Fevereiro, Ruas Rainha Ginga e Major Canhangulo, Bairros da Boa Vista, Kinaxixe, Maculusso, Chicala, Ilha, Praia do Bispo, Coreae Bairro Azul, bem como a Cidade Alta. No Rangel, os bairros visados são o CTT e Marçal. Já no distrito urbano da Maianga estão afectados o Alvalade, Sagrada Família, Catinton, Vila do Gamek e Morro Bento. A EDEL informa ainda que a avaria está a ser reparada, estando prevista a reposição dos serviços do fornecimento de energia eléctrica às áreas mencionadas nas próximas 24 horas. Na sua comunicação à imprensa, esta informa ainda duas avarias de média tensão, sendo uma nas imediações da Praça dos Correios, que afecta os bairros do GoUe I e II, Fubu, no Distrito do Kilamba Kiaxi, e outra no Marco Histórico, afectando os bairros Antonov, Hoji Ya Henda, bem como Agostinho Neto e no município do Cazenga.

### 8.3 Crise de água no município

*Jornal de Angola*

*09 De Novembro de 2012*

A sede do município do Cubal, Benguela, vive, há cerca de quatro meses, uma crise no fornecimento de água potável, devido à seca severa que afecta a região. O Jornal de Angola soube que a água deixou de jorrar nas torneiras desde que secou a lagoa que abastecia o sistema de distribuição da cidade, devido à estiagem que afecta diversas regiões do interior da província. O director da Empresa de Águas de Benguela, Jaime Alberto, referiu que, para superar a crise, foi criado um sistema alternativo; em função da demora que se verificava na reabilitação do sistema de abastecimento que foi concebido para o município do Cubal. "A lagoa que abastecia a cidade secou por completo e para não penalizar a população criámos um sistema alternativo, com recurso a furos de água e captação a partir do rio Cubal, que é tratada e, depois, bombeada para um reservatório de 500 metros cúbicos",

explicou. Jaime Alberto reconheceu que, apesar do sistema alternativo, o fornecimento de água à cidade do Cubal ainda é crítico. "Avaliámos o projecto concebido, cujo concurso público ainda está em vigor e, tentativa de em conta que não havia perspectiva do seu arranque, encontrámos essa alternativa, que vai fornecendo água", disse. O programa alternativo de abastecimento de água à vila do Cubal foi particularmente valorizado pelo governador Armando da Cruz Neto, para quem isso demonstra o cumprimento dos prazos contratuais.

### 8.4 Excrementos aterrorizam moradores

*Semanário factual*

*De 10 a 17 de Novembro de 2012*

Há mais de dois anos que a recolha e a desinfecção clandestinas de excrementos por parte de camionistas pertencentes às empresas privadas têm constituído uma ameaça à saúde dos moradores dos Mulenvos, no município de Cacuo.

Os moradores mostram-se constrangidos perante tal situação, devido ao cheiro nauseabundo que abafa aquela circunscrição durante os últimos dias, o que fez centenas de famílias mudarem de residência para se acolher nas casas de parentes e amigos, enquanto a situação imunda prevalece. Alguns excrementos são atirados nas águas paradas, transformando-se em charcos, encontrados ao longo das estradas Viana/Sambizanga e Cacuo /Viana, onde crianças recriam na ausência dos pais ao longo do dia. As vítimas, maioritariamente crianças, permanecem longe das residências dos pais. Elas, durante o ano 2012, tiveram de se sacrificar em sair das suas casas; muitas faltavam às aulas e outras perderam o ano lectivo, pelo mau estado ambiental das ruas dos Mulenvos.

#### Escola encerra por imundície

Afonso Lukemba, professor primário, assistiu ao encerramento temporário da escola pertencente a uma denominação religiosa onde leccionava, dada a imundície e o aparecimento de vermes derivados dos excrementos, espalhados ao longo da via de acesso à instituição.

De acordo com observações do Factual, os excrementos são jogados na vala de drenagem ao longo da via expressa Viana/Cacuo, por camiões cisternas conduzidos por pessoal asiático.

Moradores contam que o período da madrugada, o meio-dia e o anoitecer são os momentos mais

frequentes em que estas supostas empresas jogam os excrementos ao ar livre, nas proximidades das habitações. Fonte das Administrações Municipais de Viana e de Cacucaco, municípios afectados, fizeram saber ao Factual que existem medidas severas para as empresas que contaminam o ambiente dos moradores, uma vez ainda não haver espaços legalmente criados para a deposição de dejectos. Saiba que as fezes, quando são expostas deliberadamente ao chão, libertam metano, um gás de efeito estufa 23 vezes pior que o gás carbónico.

### 8.5 População de Nzau Evua abastecida de água potável

*Jornal de Angola*

*19 de Novembro de 2012*

Um sistema de abastecimento de água potável para atender 1.260 habitantes da localidade de Nzau-Evua, comuna do Nkiende, município de Mbanza Congo, Zaire, foi inaugurado na quinta-feira pelo governador Joanes André, no âmbito do programa "Água para todos".

O sistema, que compreende um furo de cerca de 60 metros de profundidade e um tanque aéreo com capacidade para quatro mil litros, é sustentado, em termos de energia eléctrica, por um conjunto de painéis solares.

Para o soba da localidade, António Garcia Katendi, o sistema facilita a vida da população que antes percorria quase um quilómetro para carretar água do rio para consumir.

"Estamos satisfeitos, porque antes acarretávamos água do rio. A partir de agora vamos consumir água tratada", referiu a autoridade tradicional, que elogiou os esforços do Governo Provincial do Zaire para melhorar as condições sociais das populações. Joanes André avançou que o Governo Provincial vai continuar a desenvolver acções tendentes a solucionar as principais dificuldades que afligem as populações.

"Em Outubro visitámos a comuna do Nkiende e transmitimos as orientações do Presidente José Eduardo dos Santos, de continuarmos a resolver as preocupações imediatas das populações. Um dos problemas existente tinha a ver com a água potável. Por isso, cá estamos para entregar este bem à nossa população", salientou o responsável.

Além da água, o governador Joanes André prometeu várias acções para resolver os problemas dos sectores

de Energia, Saúde e Educação, no âmbito do programa de emergência do Governo Provincial do Zaire.

A aocalidade de Nzau Evua fica a 73 quilómetros de Mbanza Congo, capital da província.

### 8.6 Sistemas de pré-pagamento são instalados no Huambo

*Jornal de Angola*

*23 de Novembro de 2012*

A Empresa Nacional de Electricidade (ENE), na cidade do Huambo, está a instalar o sistema de pré-pagamento do consumo de energia eléctrica na rede domiciliária.

O director provincial da ENE, Gilberto Pessoa, disse ao *Jornal de Angola* que se está, neste momento, a colocar contadores em várias zonas da cidade.

"Começamos com a instalação do sistema de pré-pagamento do consumo de energia eléctrica, onde o cliente passa a comprar o seu crédito, que é pago de acordo com a necessidade do consumidor", disse o director da ENE.

Gilberto Pessoa referiu que esta é uma forma de ajuste, tanto para o cliente, que paga pelo que vai consumir, como para a ENE, que recebe por aquilo que fornece.

A distribuição de energia eléctrica às cidades do Huambo e Caála é feita através de três subestações eléctricas, localizadas na Caála, Dango e Benfica.

O responsável de ENE no Huambo disse que a distribuição de energia na cidade do Huambo melhorou, tendo em conta o número de zonas abastecidas, bem como o seu período de abrangência.

Alguns bairros periféricos da cidade do Huambo, como S. José, S. Luís, S. Pedro, Calundo Caquelewa e outros, que há muito não tinham energia eléctrica, viram o fornecimento restabelecido.

Gilberto Pessoa reconheceu haver ainda algumas falhas no fornecimento de energia, pelo facto de algumas zonas ainda serem abastecidas pela rede antiga, que apresenta muitas debilidades e não está protegida.

As duas redes, tanto a nova, quanto a antiga, recebem energia da barragem hidroeléctrica do Ngove. A ENE na província do Huambo está neste momento a trabalhar para a conclusão da reabilitação da rede de média e baixa tensão, para ligar todos os consumidores à nova rede, que é mais fiável.

## 8.7 Furos artesianos abastecem populações

*Jornal de Angola*

*25 de Novembro de 2012*

O Governo Provincial está empenhado na abertura de poços para garantir o acesso de água potável às populações, sobretudo nas zonas suburbanas e rurais, enquanto se aguarda a construção de barragens e mini hídricas na região. A província, que ostenta uma importante bacia hidrográfica, onde sobressaem os rios

Zaire, Mbridge e as cascatas da Serra da Canda e outras fontes, vive ainda com escassez de água.

O problema da água tem sido um tema muito falado na província do Zaire e o fraco abastecimento tem feito surgir algumas opiniões críticas. Desde que Angola se tornou independente, em 1975, o Zaire viveu sempre com problemas de água, por não ter herdado uma rede sequer de abastecimento da antiga administração colonial.

Para ultrapassar de forma faseada os problemas vigentes neste sector, o governador Joanes André programou a abertura de furos artesianos nas zonas rurais, enquanto se estudam outros mecanismos para a concretização de projectos de vulto nos sistemas de captação e distribuição de água às populações.

O primeiro ensaio, concluído na semana passada, teve resultados satisfatórios na aldeia de Nzau Evua, onde o governador inaugurou um poço artesiano, acoplado a chafarizes de consumo. O sistema funciona através de um furo artesiano de 60 metros e já está a beneficiar os 1.260 habitantes da aldeia.

Joanes André ofereceu aos aldeões centenas de bidões com capacidade para armazenar 20 litros, acarretar e conservar a água.

"Em Outubro, visitámos a comuna do Nkiende e transmitimos as orientações do Presidente da República no sentido de continuarmos a resolver as preocupações das populações que requerem soluções imediatas, sendo a água potável um dos problemas focados. Por isso, cá estarnos para entregar este bem que fazia muita falta às nossas populações", disse o governador provincial do Zaire, Joanes André, quando falava à população.

A chegada da água deu um novo alento às pessoas, que passam agora a percorrer menos distância para ir buscar água. "Assim, saímos todos a ganhar, porque antes bebíamos água do rio e muitas vezes provocava-nos doenças", disse a jovem Ana bela Suani.

### Alegria

O soba da aldeia do Nkiende, António Garcia Katendi, referiu, também, que o programa "Água para todos" vem numa boa altura, uma vez que as enxurradas que estão a abater-se quase todos os dias têm provocado várias doenças às pessoas que recorrem aos rios.

O novo sistema de abastecimento e fornecimento de água é sustentado por energia eléctrica e contempla um tanque com capacidade para armazenar quatro mil litros de água.

Um segundo chafariz está em construção naquela aldeia. Joanes André garantiu que a acção vai estender-se a todos os municípios e comunas. No total, está programada a abertura de 46 furos artesianos para o município sede, Mbanza Congo, para onde já foram traçadas estratégias para a instalação de uma segunda central de captação de água, a partir do rio Lunda.

A acção destina-se a assegurar o abastecimento de água aos habitantes de Mbanza Congo, tendo em conta a carência que ainda se faz sentir neste município. As autoridades tradicionais garantiram ao governador "tudo fazerem para preservar o bem público".

"Estou apenas a cumprir uma orientação do Chefe do Executivo, Presidente José Eduardo dos Santos, que é servir cada vez mais as nossas populações e estou aqui para tentar dar as melhores condições sociais aos que vivem na província do Zaire", disse Joanes André.

"Assumimos o desafio do fornecimento e abastecimento de água e em menos de 20 dias construímos esta captação. A nossa província tem condições para dar água potável a todos. Conseguimos encontrar o lençol a 60 metros de profundidade e vamos encontrar mais", acrescentou.

### Trabalho no Nzeto

Depois de ter inaugurado o primeiro projecto de "Água para todos" em Nzau Evua, o governador e membros do seu pelouro rumaram ao município piscatório do Nzeto para, de perto, se inteirarem dos principais problemas que afligem as populações. Durante seis horas, radiografaram a situação socioeconómica da região e visitaram as instalações de captação de água no rio Mbridge.

Joanes André inteirou-se, também, do andamento das obras do projecto de 200 fogos de tipo T3 em Construção, onde deu ordens precisas no sentido de ficarem concluídas dentro dos prazos acordados.



No município do Nzeto, o governador avaliou, ainda, o grau de execução física de vários projectos e o Funcionamento de outros já concluídos. No rio Mbridge está a ser projetado a nova Estação de Captação e Tratamento de Água para a sede municipal e bairros periféricos. Neste momento, decorrem os trabalhos de colocação da conduta adutora. No Nzeto, o governador reuniu separadamente com os membros do conselho municipal de Auscultação e Concertação Social e com os jovens, pelos quais foi informado sobre algumas dificuldades que estão a viver. Nos dois encontros, Joanes André apresentou o plano de desenvolvimento, no qual constam projectos de realce destinados a catapultar Nzeto para o patamar de "uma cidade devida".

#### Ponte do rio Mbridge

Na ponte sobre o rio Mbridge, no traçado da estrada Nzeto/Soyo, o governador recebeu do director técnico da Conduzil, Bruno Direito, informações sobre o curso normal da empreitada, que teve início em 20 11.

A conclusão da ponte, que está a ser construída na antiga jangada do Nzeto, vai encurtar a distância de 70 para 30 quilómetros da via que separa a sede municipal e Mukula, na estrada que dá acesso ao município petrolífero do Soyo.

#### Projecto agro-pecuário

O projecto agro-pecuário da fazenda do Nzeto, empreendimento a cargo de uma empresa israelita e Inaugurado em Agosto pelo ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, foi igualmente visitado pelo governador. A fazenda tem um aviário com capacidade para produzir, anualmente, 2.500 ovos, dez mil frangos vivos de corte e 700 toneladas de milho para alimentação de animais. A fazenda foi projetada pelo Executivo à luz do Programa de Combate à Pobreza e tem um vínculo comercial com o Supermercado Nosso Super de Mbanza Congo. Além de poder alavancar a actividade camponesa, a fazenda serve como Centro de Formação, onde os agricultores são potenciados com novos conhecimentos sobre técnicas e práticas de cultivo.

## 9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

### 9.1 Kwanza-Sul. Notificados vários casos de violência doméstica

*Jornal de Angola*  
01 de Novembro de 2012

A directora provincial do Kwanza-Sul da Família e Promoção da Mulher, Teresa Cardoso, considerou preocupante o número de casos de violência doméstica. Em declarações ao *Jornal de Angola*, a responsável da Família e Promoção da Mulher revelou que, durante o primeiro semestre deste ano foram registados 168 casos, entre incumprimentos de mesada, fuga à paternidade e violência física, resultante do consumo excessivo de álcool. Para alterar esta situação, Teresa Cardoso considera indispensável a realização de sessões de esclarecimento.

Na sua perspectiva, o combate à pobreza não passa apenas pelo apoio à agricultura ou pela doação de alimentos, mas também pela formação completa da mulher, sobretudo nas áreas da saúde, educação, saneamento e abastecimento de água potável, entre outros.

Nesse sentido, defende a criação de programas específicos que permitam a participação das mulheres na alfabetização e formação profissional, entre outras acções. Promover os laços de cooperação com as instituições religiosas e igrejas, ONG e outras instituições constituem outras apostas da direcção provincial da Família.

### 9.2 Detidos marginais envolvidos em assassinatos

*Jornal de Angola*  
01 de Novembro de 2012

O Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional realizou mais uma das várias operações integradas na designada "Periferia Tranquila", que culminaram com a detenção de dezenas de meliantes, indiciados no crime de homicídio voluntário, roubo de viaturas e valores monetários. Em Luanda, são detidos todos os dias cerca de cem cidadãos, uma situação que tem sido agravada pelo aumento da delinquência juvenil e que preocupa as autoridades judiciais e policiais. Noite de sexta-feira em Viana. Cinco elementos organizam um assalto no bairro conhecido como 500 casas. A tática a utilizar foi

planeada pelos assaltantes um dia antes. Reunidas todas as condições, o grupo parte convicto do sucesso de mais uma operação ilegal.

O grupo tinha a informação de que no interior da residência existiam avultadas somas em dinheiro e electrodomésticos, pertença de cidadãos chineses. Já no local, os marginais arrombaram violentamente a porta, mas, para seu espanto, encontraram no interior o inspector-chefe da Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC), Pedro Gaspar, e outras pessoas.

Dias antes, os cidadãos chineses tinham mudado de casa, que passou a ser habitada por Pedro Gaspar. Surpreendidos, os delinquentes retiraram-se do local levando apenas alguns bens pessoais, como telemóveis e outras bugigangas. Durante a retirada, o líder do grupo, identificado por Scover, considerado altamente perigoso devido aos inúmeros assaltos que já protagonizou, reconheceu o inspector-chefe da DPIC que, meses antes, o tinha detido no Cazenga por prática de roubo.

Como chefe do grupo, Scover ordenou a António da Graça que regressasse à residência e matasse o oficial da Polícia Nacional. Assim aconteceu e foram disparados três tiros contra Pedro Gaspar, que teve morte imediata. O assassinato do inspector-chefe da DPIC ocorreu meses antes da morte de Alberto Bumba, outro agente da corporação assassinado por Scover, que já se encontra detido, durante um assalto no bairro Hoji Ya Henda.

António da Graça, o suposto autor material, explicou ao *Jornal de Angola* que para realizar o assalto e assassinar Pedro Gaspar teve de consumir álcool para ganhar coragem. Conta que ficou escondido durante meses numa residência em Viana para não ser apanhado pela Polícia Nacional. Meses depois, perdeu o medo e começou a fazer serviço de táxi. Foi detido pelos agentes da Ordem por participar no furto de uma viatura. Agora arrisca-se a ser condenado a 24 anos, de acordo com o Código Penal vigente no país.

#### Assassinato de espanhol

Durante a operação "Periferia Tranquila" a Polícia Nacional deteve Sócrates Gonçalves, 21 anos, por, supostamente, ter participado na morte do cidadão espanhol Roque Mendonza, ocorrida na madrugada do dia 12 de Outubro, junto à discoteca Palos. Sócrates explicou ao *Jornal de Angola* que a confusão foi protagonizada por um grupo de cinco jovens, quando tentavam arranjar um lugar para a vítima estacionar a viatura.

A intenção, contou, era receber dinheiro do cidadão espanhol, que mostrou resistência, o que deu origem à agressão física que culminou com o disparo de uma arma de fogo, protagonizado, segundo a Polícia, por Artur José Pires, também conhecido como o "Mudo que Fala".

Sócrates Gonçalves referiu que contou com a colaboração de companheiros conhecidos por Ivan, De Gala, Vani, além de "Mudo que Fala". Depois de terem morto o cidadão espanhol, os marginais retiraram do bolso do indivíduo 800 dólares, que dividiram equitativamente, tendo depois cada um tomado rumos diferentes naquela noite.

A Polícia Nacional deteve há dias o presumível autor dos disparos, Artur José Pires, "Mudo Que Fala", que depois de matar fugiu para a província de Benguela, onde foi detido. Em declarações ao Jornal de Angola, explicou que tudo aconteceu depois de ter apontado a arma à cabeça da vítima, que se recusava a entregar o dinheiro. "Depois de estacionar o carro, ao abrir a porta, nós cercámos o espanhol, que vinha acompanhado por um amigo. A minha missão era roubar o dinheiro que a vítima trazia, e os meus amigos roubarém o amigo que o acompanhava", contou.

#### Casos de reincidência

Detido na Comarca de Viana por causa de um assalto simulado de 30 mil dólares, Alexandre Pongolola, 24 anos, foi solto mediante o pagamento de uma caução de 90 mil kwanzas.

Infelizmente, o tempo em que Pongolola ficou detido parece não ter sido suficiente para alterar a sua conduta, uma vez que, uma semana depois de ter sido solto, voltou a roubar, em companhia de três amigos uma viatura Toyota Prado, nas imediações do Lar do Patriota, levando-a até próximo da Feira Internacional de Luanda (FILDA), onde foram interpelados pelos agentes da Polícia Nacional.

António Manuel, um dos membros do grupo, explicou que saíram de uma discoteca e, como não tinham carro para regressar a casa, decidiram roubar a viatura em causa. Tunamau Afonso tem 28 anos e ganha a vida a tocar em festas. Numa terça-feira foi tocar numa feira em Cacuaco e, de madrugada, a caminho de casa, foi surpreendido por um grupo que o agrediu fisicamente. Decidiu puxar pela pistola que dias antes tinha conseguido ilegalmente e disparou contra um dos agressores, que veio a morrer 15 dias depois.

Com medo das consequências, fugiu de Cacuaco, onde vivia, para o Cazenga, para não ser apanhado

pela Polícia Nacional. Tunamau Afonso desconfia que tudo teve a ver com o facto de, meses antes, ter conhecido uma moça já comprometida, com quem conversava regularmente. Pessoas mal-intencionadas revelaram a amizade entre os dois ao marido. Segundo Tunamau Afonso, o marido, por ciúmes, contratou um grupo de malféitores para o agredir fisicamente. Com mulher e três filhos, Tunamau Afonso não conteve as lágrimas quando recebeu a visita da esposa, no posto da Polícia de Cacuaco. "Cuida bem das crianças, eu vou cumprir a minha pena", disse.

#### Detenções

o director provincial de Operações do Comando Provincial de Luanda, inspector-chefe Andrewyong Inaculo, disse que a operação teve como objectivo a detenção de elementos que se dedicam a crimes diversos e culminou com a detenção de 186 indivíduos, suspeitos de terem cometido diversos crimes. Foram ainda apreendidas 19 armas de fogo, das quais 16 do tipo AKM, três pistolas, um engenho explosivo (granada), 24 motorizadas roubadas e furtadas, seis telemóveis e 217 gramas de liamba. Além disso, a Polícia recuperou 11 viaturas roubadas e esclareceu 64 crimes que estavam sob investigação, com destaque para os casos de homicídios, violações, roubos e furtos.

O juiz presidente do Tribunal Provincial de Luanda, Augusto Escrivão, considera que a prisão preventiva aumentou no país, nos últimos três meses, na sequência do agravamento da delinquência juvenil na capital do país. Augusto Escrivão mostrou-se preocupado pelo número de crimes registados no país, praticados maioritariamente por jovens. Explicou que a delinquência está a aumentar diariamente e as prisões vão ficando cada vez mais lotadas, ultrapassando a sua real capacidade.

O juiz frisou que, devido a esta situação, o trabalho dos operadores judiciais nem sempre é fácil, na medida em que são muitas detenções efectuadas diariamente, perfazendo quase uma média de cem por dia. No entanto, a inauguração das novas secções criminais vai permitir, em breve, uma maior celeridade no julgamento.

"Desde o ano passado, até à data, já foram inauguradas várias secções criminais, pelo que todos os esforços estão a ser feitos para que as novas secções criadas possam permitir o desanuviamento de outras do Tribunal e uma maior celeridade dos processos", explicou.

### 9.3 Marginais investem contra jornalistas

*Semanário Continente*

*02 De Novembro de 2012*

A polícia angolana registou sob processo nº 6291/012, um incidente que relata um assalto à mão armada, ocorrido no passado dia 23 do corrente mês, contra o jornalista da RNA, António de Sousa De acordo com dados da polícia, o sucedido aconteceu quando dois elementos armados que se faziam transportar numa viatura vulgo "rabo de pato", interditaram o jornalista por volta das 18h30, na estrada do Palanca junto às novas instalações da viação e trânsito. Os assaltantes levaram consigo documentos e a viatura da vítima de marca Kia Portage, matrícula LD 59-97, cor cinzenta. Sabe-se que pelo menos, cerca de três jornalistas viveram episódios idênticos, no ano em curso. O DG adjunto do semanário "O País", José Kaliengue foi vítima de um assalto em casa. Os meliantes fizeram tiros e as balas passaram debaixo do colchão em que dormia uma das filhas gémeas, sem entretanto causar vítimas mortais. No dia 21 de Maio, o jornalista Celso Malovaloneke foi, por voltas das 2 horas da manhã, vítima de um assalto à mão armada por três elementos não identificados, na sua residência em Luanda. Além dos valores monetários (cerca de 210 mil kwanzas), os assaltantes, cujo paradeiro se desconhece até aqui, levaram consigo vários objectos de valor, dentre os quais o seu carro. Duas semanas antes, o editor de política do Semanário Angolense, Jorge Eurico, sofreu um assalto à mão armada no bairro Miramar, em Luanda. Os assaltantes levaram consigo os seus meios de contacto pessoal nomeadamente, o telefone móvel. Em Junho, um outro Jornalista do mesmo semanário, Dani Costa foi assaltado na estrada de Viana. Tiraram-lhe da carrinha Hilux (com menos de 6 Km) que se fazia transportar e pediram-lhe para deitar no chão. Os marginais levaram os seus bens tais como um fio de ouro e USD 2.900.00 Há cerca de três meses, um grupo de marginais teriam interceptado o jornalista e escritor Luís Fernando defronte ao alto das cruzes e receberam-lhe o computador. A jornalista da Rádio Despertar, Zenilda Vilola, também foi alvo de assalto na sua residência no Kilamba Kiaxi, tendo os meliantes levado consigo os seus objectos pessoais.

### 9.4 Juventude "perdida"

*Jornal Agora*

*03 de Novembro de 2012*

Observa-se actualmente no país, em partícula pela capital, sem exclusividade do género, adolescentes e

jovens transformando o seu futuro num autêntico perigo, caindo em diversos vícios que rompem com a boa conduta. Em Viana, por exemplo, existe um grupo de jovens denominado "As loucas do cemitério". O nome deixa desconforto na mente de uma pessoa sã. Segundo os moradores, trata-se de um grupo de meninas fora do sistema escolar que deambula pelas ruas, fazendo o uso excessivo de bebidas alcoólicas. "Têm a fama de serem donas das maratonas e feiras no município", conta-nos José Manuel (J.M.), estudante do ensino médio.

"Ingerem muito álcool e dançam de forma indecente, chegando mesmo a retirar a roupa e mostrar as partes íntimas do corpo. Em seguida, usando microfones, propõem aos rapazes a fazer sexo oral e serem masturbados em público por apenas 2000 kwanzas. É uma vergonha", lamentou J.M. Já no distrito do Sambizanga, existe um grupo formado por adolescentes entre 14 e 17 anos, denominadas "As provou gostou". A exemplo de "As loucas do cemitério", estas também usam roupas indecentes e adornam o corpo com brincos e piercings. Há muito abandonaram a escola, fazendo da rua a sua morada e ganha-pão.

Além disso, frequentam locais não aconselháveis para a sua idade, relacionando-se com adultos em muitos casos membros de gangs viciados em drogas e conflitos com grupos rivais. "Estas gangs perturbam o silêncio no bairro, principalmente à noite quando precisamos descansar", referiu Carlos André, morador Asa Branca.

#### Confusão total

A confusão no Cazenga não termina por aí. As 'Baconas' são outro grupo que envergonha a municipalidade. Dançam em festas com roupas curtas, desde calções a minissaias. "Os convivas chegam a gravar as cenas eróticas destas meninas que dançam des pudoradamente em telemóveis, ipads ou mesmo em câmaras digitais", explicou a nossa fonte. Muitos dos vídeos circulam sorrrateiramente de telemóvel a telemóvel." A imoralidade está cada vez mais em expansão nos bairros da capital", constata o mesmo contacto. "Já não conseguimos passar um dia sem provar uma gota de álcool", alegam alguns jovens acrescentando que os refrigerantes provocam feridas na boca.

E já existem comunidades de 'bebedeira'. "É verdade, são as chamadas 'CDA - Comunidades do Álcool', cujo objectivo é apreciar as bebidas alcoólicas e os seus efeitos no organismo", notou um membro da 'CDA'. Bebem tudo, desde cerveja a quentes, exceptuando bebidas caseiras. Para facilitar a aquisição dos produtos, recorrem ao esquema



'Vaquinhas' através do qual cada membro contribui com um valor monetário. "Fizemos algumas 'Vaquinhas' para podermos adquirir bebidas alcoólicas, mas por vezes, se um dos elementos do grupo não tiver dinheiro não é afastado do convívio".

Na 'CDA' uns têm emprego, mas outros não. Os desempregados recorrem aos jogos de azar e da sorte como o 'Não te irrites', para amealhar alguns trocos e entrar na comunidade. "Como se depreende, não roubamos para consumir álcool, alguns de nós trabalham e os que não o fazem contribuem também financeiramente quando ganham nos jogos da bato ta", defenderam.

E no Rangel?

Enquanto isso, no Rangel os jovens dizem que consomem bebidas alcoólicas como se fossem jogadores de futebol. "Bebemos com harmonia e dedicação como os jogadores do Barcelona, e o elemento do grupo que mais beber e revelar sinais no rosto ao longo da semana, recebe o prémio 'chutera', mas, na verdade é uma pequena chave de abrir cerveja para estimulá-lo a consumir cada vez mais", referiram.

As casas de venda de bebidas alcoólicas espalhadas em diversos bairros da capital, ou seja as 'janelas abertas' registam sempre enchentes, numa salutar concorrência. Aliás, cada local tem a sua clientela, mas a verdade é que o consumo exagerado de álcool está na origem de muitos males que enfermam a nossa sociedade, como o elevando índice de violência doméstica, assaltos a mão armada e não só.

## 9.5 Criminalidade em alta no Cazenga

*Jornal Agora*

*03 de Novembro de 2012*

Um homem identificado apenas por Mariano, e que aparentava ter 48 anos, foi morto recentemente por disparo de arma de fogo, nos Kwanzas, desconhecendo-se os autores do crime. O malgrado encontrava-se a dormir no interior da sua viatura, tendo sido surpreendido pelos assaltantes que dispararam na região abdominal, acabando por morrer no local. "Os criminosos não levaram nada, nem mesmo dinheiro que se encontrava com a vítima. O carro também não foi saqueado", contaram testemunhas, que adiantaram que o falecido foi alto funcionário da polícia económica. Outro caso ocorreu igualmente no bairro, quando um grupo de meliantes tentava assaltar a residência da cidadã Luísa Pereira. Por não aceitar abrir a porta, os amigos do

alheio, lançaram fogo dentro do quarto onde guardava os haveres dos clientes e as labaredas consumiram tudo. "Estávamos a dormir e por volta das 23 horas, escutei alguém a bater à porta, porém, com medo, não aceitei abrir. Poucas horas depois vi as chamas no quarto onde guardo as mercadorias dos clientes. Perdeu-se tudo", lamentou. Os moradores pedem o reforço do patrulhamento naquela circunscrição.

## 9.6 Cunene. Grupo de marginais foi desmantelado

*Jornal de Angola*

*06 de Novembro de 2012*

O comando provincial da Polícia Nacional do Cunene desmantelou, no último fim-de-semana; um grupo composto por seis elementos, dos quais cinco menores, suspeitos de praticarem crimes de furto a residências no bairro de Naipalala, de Ondjiva, no Cunene. A informação foi avançada ontem, pelo porta-voz em exercício da corporação, superintendente-chefe Salvador Adolfo dos Santos. A desmantelamento deste grupo foi fruto de um trabalho de patrulhamento, que culminou com a detenção de um cidadão de 20 anos e a detenção de cinco menores, três do sexo feminino, que se dedicavam ao furto de diversos bens e electrodomésticos.

Salvador Adolfo dos Santos disse que as acções eram perpetradas, na sua maioria, no período nocturno. Salvador Adolfo apelou aos encarregados de educação a terem mais atenção com os adolescentes através do diálogo, como uma das melhores formas de prevenir e instruir os jovens sobre as consequências da delinquência infantil.

O porta-voz disse ainda serem preocupantes os casos de violência praticados por jovens nos últimos meses. Durante a última semana, a Polícia Nacional no Cunene registou 20 crimes.

## 9.7 Sambizanga. Reflexão de estudantes sobre a delinquência

*Jornal de Angola*

*06 de Novembro de 2012*

A Associação de Estudantes da Escola do primeiro ciclo do Ensino Secundário 1131, do distrito urbano do Sambizanga, em Luanda, realizou um encontro de reflexão sobre análise e prevenção da delinquência nas instituições de ensino. O objectivo da associação é criar um espaço de diálogo permanente onde os estudantes possam exprimir com profundidade

assuntos que gerem a violência na sociedade. Em declarações à Angop, o membro da comissão organizadora do encontro, João Jorge afirmou que o seu núcleo pretende receber propostas dos estudantes e encontrar soluções que dão contributo para a elaboração de políticas de segurança nas escolas do Sambizanga.

O encontro decorreu sob o lema "Estudantes unidos na prevenção da delinquência no recinto escolar", com apresentações de temas como "A segurança nas instituições de ensino, como factor de desenvolvimento", "prevenção da delinquência escolar" e "o papel social da brigada escolar". No encontro, também debateram sobre a importância das actividades extra-escolares no crescimento e desenvolvimento intelectual dos estudantes. O seminário desenvolveu a discussão sobre as associações de estudantes para permitir uma participação exemplar no processo de sensibilização e prevenção de actos que transgridem as normas de funcionamento das instituições escolares.

Os participantes marcaram um segundo encontro de reflexão para o primeiro semestre do próximo ano lectivo, de modo que os estudantes continuem a ter um espaço para discutir a situação da delinquência juvenil na escola. Participaram no encontro, representantes da Polícia Nacional, brigada escolar, gestores de escolas, estudantes e encarregados de educação.

## 9.8 Delinquência nos estabelecimentos escolares

*Jornal Agora*

*10 de Novembro de 2012*

A Associação dos Estudantes da Escola do 10 ciclo do ensino secundário na 1131, do distrito do Sambizanga promoveu, recentemente, o 10º encontro de reflexão sobre prevenção da delinquência nas escolas da zona. No evento estiveram representados, o chefe de repartição de educação, encarregados de educação, alunos, delegados e subdelegados de turma, chefes de higiene, coordenadores de turno, de actividades extra-escolares, professores e efectivos da Polícia Nacional.

O director provincial da polícia de protecção escolar (Brigada Escolar), disse ao AGORA ser necessário que os pais dialoguem com os filhos para saberem dos seus problemas. "Quando os pais não interagem com os filhos, estes ficam constrangidos, acabando por não denunciar actos de que são alvos nas escolas. É preciso haver abertura para podermos saber das suas necessidades e preocupações", sublinhou,

Bartolomeu Campos, acrescentando que as direcções das escolas devem ter um papel importante nesta tarefa.

O director da escola, Gabriel Cassumba disse à nossa reportagem que, na educação das crianças, a responsabilidade primária, recai sobre a família e a escola. Acabar com a delinquência nas instituições de ensino não é, porém, uma tarefa fácil. "Prevenir é uma das medidas para atingirmos os objectivos preconizados mas, para isso, temos de privilegiar o diálogo entre gestores escolares e encarregado de educação", notou o responsável.

Por sua vez, Antónia de Lourdes, 14 anos, referiu em nome de outros petizes que "a educação é fundamental no desenvolvimento do homem, e nós crianças, temos de merecer atenção da sociedade por sermos os continuadores da nação".

## 9.9 Abraço mortal da Policia aos assassinos

*Folha 8*

*10 De Novembro de 2012*

No passado dia 19.10.2012, uma sexta-feira, o cidadão conhecido pelo nome de Rausse Alves Fernando Pinheiro recebeu um telefonema do seu primo, Osvaldo Gomes, mais conhecido por Gugu, dando-lhe conta de que nesse mesmo dia ele iria até ao Cacuaco para se encontrar com uma moça chamada Alice com a qual ele esperava passar a tarde na praia, a veranejar. Como amigos que eram, regozijaram-se ambos perante a perspectiva de momentos de felicidade a viver e, durante urnas horas nada mais houve que tivesse sido notícia a propósito desse encontro do Gugu com a Alice. Contudo, a certa altura, o Gugu faz uma comunicação telefónica a Merita a namorada apresentada. Esta mostra-se apreensiva e acaba por revelar preocupação ao primo Rausse que o seu amigo Gugu, se encontrava em dificuldades e pedia que lhe telefonasse o mais rapidamente possível. Este último tenta saber mais sobre o que se está a passar, mas como a Merita não sabe dar nenhuma informação válida, terminada a conversa ao telefone ele liga imediatamente ao seu primo e fica aterrorizado ao ouvir a sua voz a desfalecer e a descrever um cenário de filme de gangsters: «Vem rápido, rápido, Rausse, eles bateram apanhei um tiro, ai, ai, ai! apanhei, vou morrer» «Mas, aonde estás», «Aqui no Cacuaco, na Vidrul por trás do colégio Henrique .. Ai, ai ... » E a conversa por ali ficou Tudo muito confuso; BATER, TIRO, VIDRUL, COLÉGIO HENRIQUE ... Mas Rausse não pensou duas vezes, saiu imediatamente de casa, meteu-se

dentro do seu carro e, ala que se faz tarde, rumo ao Cacuo. Em caminho telefonou a um amigo seu que vivia perto da Vidrul e pediu-lhe para dar um salto ali onde havia um colégio e que por trás do edifício devia talvez estar o seu primo Gugu, ferido, que tinha sido assaltado e estava em apuros. O amigo fez o que o Rausse lhe tinha pedido, este, entretanto chegou ao Cacuo e quanto a novas de Gugu, nada de novo, não conseguiram encontrá-lo, o que os levou a tomar a decisão que se impunha, ir à esquadra de Polícia do Cacuo relatar o que sabiam do caso e pedir uma intervenção rápida a fim de ir ao socorro de uma pessoa que tinha sido ferida a tiro por meliantes. Os polícias de serviço não se deram conta da gravidade do caso, porque não estavam com disposição, ou outra razão qualquer, para assumir as suas responsabilidades de defensores da Ordem Pública, o que, naquela situação exigia uma ida ao terreno imediata e não o que eles fizeram, quer dizer, absolutamente nada. NA- DINHA!

A displicência dessa brigada da Polícia Nacional que estava de serviço nesse dia na unidade central do Cacuo, não tem ponta por onde se lhe pegue no que diz respeito a eventuais desculpas a apresentar para justificar o seu in-crível comportamento de «Está-se-marimbandista», numa atitude de «Não te rales» imperdoável. A sua passividade atingiu a certa altura os píncaros da indiferença absoluta perante uma situação de presumível assassinato, ou, pelo menos, de tentativa de roubo, ofensas físicas de extrema violência, pois o que aconteceu em seguida é de bradar aos céus! O primo do Gugu e o seu amigo, perante a passividade desses funcionários, decidiram continuar as suas pesquisas a fim de ver se encontravam uma solução. Não encontraram e regressaram à Esquadra. E é aí que a porca torce o rabo! A brigada já era outra e, portanto, os que os tinham recebido com a máxima indiferença já lá não estavam. Rausse dirigiu-se ao oficial do dia e explicou a situação, e o que obteve como resposta já é mais do que motivo para bradar aos céus, é criminoso: os polícias que receberam a informação e mandaram passear o primo do Gugu e o seu amigo, nem sequer tinham comunicado, ao chefe da brigada que os rendia, a informação, pois o agente, que, caricatamente, tinha feito alguns apontamentos e o auto de notícia se tinha transformado em papel amarfanhado, no seu bolso por estar a dormir e não queria ser incomodado. Incrível, pois havia um cidadão atingido por um tiro e que estava em vias de morrer atrás do colégio Henrique nas imediações da fábrica Vidrul, localizada no município do Cacuo. Ignoraram totalmente tudo. TUDO! Para que a morte se consumasse ... como aconteceu, no dia seguinte, por volta das 6 h00, quando a namorada recebeu uma comunicação telefónica dando-lhe conta

do infausto acontecimento. GUGU, já não fazia parte do nosso mundo. O seu corpo estava mutilado, ensanguentado, atirado no chão como se fosse um cão abandonado.

Sem comentários!

Mas fica a reflexão de Rausse Alves Pinheiro: "Dá a impressão de que estamos a viver num país em que a Polícia protege os assassinos e assaltantes e persegue os assaltados".

## 9.10 Caça ao crime no último fim-de-semana. Polícia deteve mais de 190 suspeitos em Luanda

*Novo Jornal*

*16 de Novembro de 2012*

O comando provincial da Polícia realizou, no último final de semana, uma mega-operação nos municípios de Cacuo, Cazenga e Viana, que resultou na detenção de 196 indivíduos. Bento Sajoi, de 33 anos, foi um dos alvos desta operação. O jovem, morador no bairro Miro, em Viana, está a ser acusado de ter matado a sua companheira, Valéria Benvinda, de 29 anos. Confrontado com a acusação, Sajoi assumiu a autoria do crime. Tudo terá acontecido a partir do momento em que o jovem chegou embriagado a casa. Depois de lhe servir a refeição, começou a brigar com a mulher, tendo de seguida, segundo relato do próprio, ido descansar. Bento Sajoi conta que se levantou, após algum tempo, quando foi surpreendido por uma chaminé que a malograda lhe atirou e que lhe acertou na testa.

"Ela dizia que é porque chego sempre a casa fora de horas. Como estava a sangrar, solicitei-lhe que me levasse ao hospital mais próximo para os primeiros socorros. Pelos vistos não queria gastar dinheiro' com o meu tratamento", frisou, acrescentando que pegou num dos cacos espalhados pela sala e cortou-lhe o pescoço. "Estou muito arrependido. Nunca mais vi os meus filhos e a família da falecida não me larga", finalizou. Outro jovem, que se encontra "atrás das grades", é Adão Caetano Cardoso, de 18 anos de idade, morador no Cazenga, que foi detido na sequência do crime de violação de uma menor de 16 anos.

Segundo apurámos, a detenção só foi possível graças à denúncia da própria vítima que terá reconhecido os autores da agressão. "Realmente, também eu me envolvi sexualmente com a menina e quando isso ocorreu estava sob efeito de bebidas alcoólicas. Sentia-me completamente embriagado, mas agora estou consciente da barbaridade que cometi e sei o

que poderei passar", reconheceu, manifestando-se arrependido. O suspeito garantiu que o seu amigo pôs-se em fuga, momentos depois do sucedido. António Augusto do Nascimento, de 15 anos, morador na rua 8 das Comissões do Cazenga, foi acusado de estar envolvido no crime de homicídio que resultou na morte de um jovem, até ao momento não identificado. O crime terá ocorrido numa festa na rua dos Skomay, bairro Boa Esperança I, em Cacuaco. "Estávamos numa rave a "curtir" e, como alguns amigos estavam a fazer racha com as suas motorizadas, um jovem acabou por ser atropelado. Com a falta de compreensão, começou a complicação. Face a esta situação, o meu amigo Eidy tirou a pistola e fez dois tiros", relatou. Por sua vez, Domingos Panguila (Eidy) referiu que começou a trabalhar como motoqueiro "kupapata" para conseguir comprar a pistola a um jovem que residia no Skomany. Eidy conta que adquiriu a arma de fogo devido à presença de muitos delinquentes na zona da Boa Esperança I e, principalmente, pela falta de tranquilidade nas vias públicas e nas periferias do bairro.

"Eu não matei, mas fiz dois disparos para o chão", desmentiu o adolescente, órfão de pai e mãe, acrescentando que no local estava um outro jovem que pertencia ao grupo rival que terá feito disparos à queima-roupa. Aconselhou os demais adolescentes a abandonarem este tipo de vida, sustentando que é um caminho para a auto-destruição.

#### Dados assustadores

A apresentação ocorreu na 41- Esquadra da Polícia de Cacuaco e entre os 196 detidos destacam-se 180 indivíduos envolvidos em crimes comuns, onde sobressaem sete homicídios voluntários, 17 violações, 81 roubos, 53 furtos, nove fogos postos e um por posse ilegal de arma de fogo. Vinte e uma pessoas foram detidas em flagrante, 14 por venda de drogas, um por posse ilegal de arma de" fogo e seis por roubo. No âmbito da recolha, foram também apreendidos 24 elementos suspeitos, devidamente identificados e catalogados. As investigações permitiram ainda esclarecer 75 crimes diversos, onde se destacam dois crimes voluntários, seis violações, 40 roubos e 23 furtos. Criminalmente, foram apreendidas 17 armas de fogo - 11 AKM e seis pistolas - 181 gramas de estupefacientes e recuperadas três viaturas e motorizadas roubadas.

## 9.11 Polícia desmantela grupo altamente perigoso

*A Capital*

*17 de Novembro de 2012*

À primeira vista, os jovens Afonso Morais, mais conhecido por Sky, Edson Andrade ou Tatoo, como também é conhecido, Bruno Ramos e Hélder Eduardo de 20,19, 18, 18 e 18 anos respectivamente, não levantam qualquer tipo de suspeita porque, além da boa e jovem aparência não apresentam qualquer perigo à vista.

Todavia, se seguir o historial dos mesmos, saberá que não passa de puro engano. É que, há muito eram procurados pela polícia por crimes diversos, entre os quais, roubos de viaturas e assaltos à mão armada.

No mês passado, no bairro Talatona, furtaram, do interior de uma residência, uma viatura de marca Hyundai, modelo Santa Fé com a matrícula LD22-43-CC de cor cinzenta. Entraram pela calada da noite na referida residência, onde renderam o proprietário com uma pistola apontada na cabeça e exigiram que, além das chaves da viatura, lhes desse dinheiro, cartões de crédito e dois computadores portáteis.

Já neste mês de Novembro, por volta das 20 horas, na rua Eugénio de Castro no bairro Vila Alice, renderam um casal com os dois filhos menores, os quais foram feitos reféns durante cer-

ca de três horas com pistolas apontadas à cabeça de cada membro da família. Caricadamente, um dos meliantes ainda aconselhou o filho do casal de 15 anos para estudar: "olha, você, tem que continuar a estudar para não ser bandido como eu, pois a esta hora estou aqui, quando deveria estar a dormir depois de um dia de trabalho condigno, mas, como não estudei estou aqui a assaltar a tua casa".

Daquela residência levaram dinheiro, computadores portáteis, roupa e cartões de crédito e foram embora sem que ninguém se apercebesse, mas não sem antes deixarem a família amordaçada.

Na mesma rua ainda tiveram tempo de assaltar uma boutique, de onde retiraram uma pasta com sete calças jeans, quatro camisolas e dois pares de ténis.

Na quarta-feira, 14, Morais, um dos membros do grupo, também sentiu na pele o que é sofrer um assalto. É que a residência em que vivia sozinho algures no município de viana foi assaltada por um outro bando de marginais que bem conhecia.

Numa espécie de revanche reuniu os amigos e armados com pistolas e metralhadoras foram ao



bairro Dangereux à casa do líder do bando adversário, onde meteram o bairro em pânico, na tentativa de colocarem o mesmo no interior da viatura, mas sem sucesso, porque em consequência do tumulto criado no bairro a polícia apareceu, mas ainda assim conseguiram escapar, depois de uma troca de tiros.

Aparentemente insaciáveis e como se exercessem o domínio sobre tudo, na quinta-feira, 15, por das 7 horas, algures no bairro Morro Bento, em mais uma acção tentaram assaltar uma viatura de marca Toyota Prado, mas sem sucesso, devido à pronta reacção de efectivos da polícia Nacional, finalmente, depois de uma perseguição e forte troca de tiros, desta vez foram apanhados já nas imediações do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, após embaterem em duas viaturas. Neste momento encontram-se detidos e declaram-se arrependidos.

Com os mesmos foram encontradas duas armas Star e AKM, além de um saco com liamba e a viatura Hyundai Santa Fé roubada.

## 9.12 Crescem denúncias de violência doméstica

*Jornal de Angola*

*19 de Novembro de 2012*

A direcção provincial da Família e Promoção da Mulher no Moxico registou, durante o primeiro semestre deste ano, 82 casos de violência doméstica, mais quatro em relação ao período anterior, informou ontem ao Jornal de Angola a chefe de secção para esta área, Lurdes dos Santos.

Aquela funcionária afirmou que o abandono do lar, incumprimentos de mesadas, fuga à paternidade, agressão física e moral são os tipos de casos mais registados no Moxico.

Mais de cinco casos diversos são atendidos por dia naquela secção, o que Lurdes dos Santos considera preocupante, porque muitos cidadãos ainda não têm noção da perigosidade dos actos que cometem com as suas famílias e com a sociedade.

Lurdes dos Santos sublinhou que a direcção da Família e Promoção da Mulher tem realizado palestras junto das comunidades com vista a reduzir o número de casos de violência doméstica, acções que vão prosseguir no próximo ano.

## 9.13 Mulheres atrás das grades

*Novo Jornal*

*23 de Novembro de 2012*

Geralmente são atraentes, bonitas e parecem inofensivas. O número de mulheres em Angola que se envolve no mundo do crime está a aumentar. De Janeiro a Outubro deste ano, o Comando Geral da Polícia Nacional deteve 712 mulheres em todo o país. Uma tendência que se torna preocupante, por romper com o padrão, e corroer um dos pilares da sociedade. Elas cometeram crimes hediondos, envolveram-se no mundo do crime e algumas são acusadas de assassinar os próprios maridos. Outras ainda envolveram-se no tráfico de drogas, no homicídio voluntário, em assaltos, roubos e furto de viaturas. Num relato pessoal e entrecortado por momentos de emoção, algumas das mulheres que estão presas contam as suas histórias ao Novo Jornal, desfiando as razões que as levaram a ir parar atrás das grades. Algumas das detidas arrependem-se do que fizeram; outras, nem tanto. Justificam os seus crimes. Muitas vivem num mundo completamente isolado, porque foram esquecidas, ou desprezadas, pelos seus familiares. Na cadeia depararam-se com uma realidade contundente. Os maridos ou namorados raramente aparecem para as visitar, relegando-as para uma situação de abandono que, para muitas, equivale a uma outra pena; uma segunda condenação, onde não têm direito a uma palavra, nem oportunidade de apelo. Maria Kingue, que optou por usar um nome fictício, tem 34 anos. Bonita e simpática, esta jovem de estatura baixa está presa há mais de dois anos na cadeia de Viana, por ter assassinado o companheiro, com quem vivia há sete anos. NA nossa relação sempre foi conturbada, mesmo no namoro a gente brigava muito. Ele me batia quase todos os dias, mas eu amava muito ele. Foi, por isso, que nunca me separei", recorda. A mulher garante que não teve intenção de matar o marido. Alega que só agarrou numa faca para se defender da agressão. "Juro que eu não queria matar o meu marido. Ele chegou bêbado a casa e começou a bater-me. Foi aí que peguei na faca, para me defender. Não sei o que aconteceu, só vi que ele estava a sangrar e a dizer que eu o tinha matado. Juro que não foi minha intenção, juro que não", insiste. As lágrimas rolam pelo seu rosto enquanto relata a tragédia que a atirou para a cadeia. Maria Kingue desvenda a sua história ao Novo Jornal ao lado da companheira de cela. Ao mesmo tempo que desfia o drama, confessa que a sua vida mudou completamente desde o dia em que o marido morreu. O arrependimento não mata, mas destroça. E é uma mulher destroçada que fala. "Ele ainda ficou hospitalizado por cinco dias, pensava que estava a recuperar, porque era isso que os médicos diziam,

mas depois de 10 dias a minha irmã veio me dizer que ele morreu. Foi o pior dia da minha vida".

Confiei na palavra dele

Carla Trindade, de 30 anos, está presa há três anos ~rposse de droga. A jovem conta que entrou no mundo do crime por causa do namorado. "Eu fazia viagens para o Brasil. foi aí que conheci o Tony. No princípio, a nossa relação era normal. com muito amor. Não sabia que ele era traficante. Era um homem muito influente, conhecia muita gente e parecia ser um bom homem. Passados dois meses, perguntou-me quando é que eu iria viajar para o Brasil e que tinha um amigo lá que me iria dar uma encomenda. Eu não sabia que era droga". Já no Brasil, segundo relata, Carta foi contactado pelo amigo do namorado. Um homem alto e bonito, que lhe disse que a encomenda já estava preparada e que tinha apenas de o informar do dia da viagem,' pois o pacote seria entregue nos arredores do aeroporto. "Não abri a encomenda para ver o que estava lá dentro, confiei cegamente na palavra do homem por quem estava apaixonada. Só dei conta que era droga aqui em Angola", garante. Depois de saber que a encomenda que recebeu era droga, a jovem ligou para o namorado a pedir explicações, mas, qual não foi a sua surpresa, uma mulher atendeu o telefone e disse ser a titular do número.

"Não sei o que fazer da minha vida. Não sei onde encontrar aquele homem. Ele sumiu do mapa, o mais triste é que as autoridades não acreditam que eu não tinha nada a ver com aquela droga. A minha família já procurou por ele, mas ninguém sabe do seu paradeiro", insiste Carla, que tem contra si uma história comum a muitos dos que são apanhados a transportar droga. Uma história que, de tão repetida, se tornou suspeita e que foi responsável pelo seu cárcere. Na rotina diária na cadeia passem as saudades que tem dos dois filhos, de sete e quatro anos, a quem se refere com muito carinho. "Tenho saudades dos meus filhos. Eles não sabem que estou presa. Disse à minha mãe para lhes dizer que estou em viagem e que não sei quando é que vou voltar. Achei melhor assim. Sofro muito por estar distante deles",

## 9.14 Campanha contra violência no género dá ênfase à estabilidade das famílias

*Jornal de Angola*  
27 de Novembro

A secretária-geral da Organização da Mulher Angolana (OMA) afirmou domingo, em Luanda, que o respeito pelos valores éticos, culturais e morais leva

à construção de uma nação pacífica, solidária e harmoniosa. Luzia Inglês, que discursava no acto de lançamento da campanha dos 16 Dias de Activismo contra a Violência no Género, afirmou que a OMA quer reforçar o seu papel interventivo na sociedade civil, juntando-se a várias acções e iniciativas que contribuam para a construção de uma nova mentalidade e para uma cultura de não-violência. Na cerimónia de lançamento da campanha, que decorre sob o lema "Da paz no lar à paz no Mundo: Vamos acabar com a violência nas famílias", Luzia Inglês sublinhou que é na família que se transmitem os ensinamentos oriundos de gerações passadas e onde são construídos os alicerces e pilares da Nação.

Este ano, a campanha vai dar ênfase ao combate ao consumo excessivo de álcool que "é um elemento gerador de violência", declarou Luzia Inglês, para quem a sociedade deve ser alertada para os efeitos nefastos provocados por este flagelo social. A secretária-geral da organização feminina do MPLA sublinhou que a campanha acontece numa altura em que se regista o recrudescimento da criminalidade em Angola e disse ser necessário que sejam analisadas as causas do problema para serem encontradas as melhores soluções. "A violência doméstica constitui um problema social que chega a atingir níveis extremamente preocupantes", afirmou Luzia Inglês. Na sua opinião, a lei contra a violência doméstica, aprovada em 2011, vai inibir os excessos nas famílias e noutros ambientes próximos e é um passo na direcção da observância plena do respeito pelos direitos humanos. Luzia Inglês fez rasgados elogios ao trabalho desempenhado pelos centros de aconselhamento jurídico da instituição existentes em todo o país por estarem a exercer um papel conciliador nas famílias desavindas.

Doação de roupa

A Organização da Mulher Angolana (OMA) ofereceu roupa infantil a mães de 11 bebés nascidos domingo, na maternidade do Hospital Municipal do Cacucaco. A oferta, entregue pela secretária-geral da maior organização feminina do país, Luzia Inglês, enquadrou-se na campanha dos 16 Dias de Activismo contra a Violência sobre a Mulher na sociedade, iniciada domingo em todo o país.

No decurso da sua visita àquela unidade hospitalar, Luzia Inglês inteirou-se do funcionamento das várias áreas de serviço, na companhia de deputadas, membros do Executivo e dos secretariados nacional e provincial da Organização da Mulher Angolana (OMA).

O hospital funciona desde Dezembro passado e atende, diariamente, entre 700 e 800 doentes nas

áreas de pediatria, obstetrícia, ginecologia, ortopedia, cirurgia, estomatologia e planeamento familiar. A unidade hospitalar faz por dia uma média de 30 partos, disse a directora clínica, Anizete Félix. A responsável disse aos visitantes que a unidade hospitalar tem um corpo clínico composto por 15 médicos e 100 enfermeiros, um número que não é suficiente. O hospital precisa de mais 15 médicos, segundo Anizete Félix, que manifestou preocupação com o número de crianças com queimaduras que dão entrada no hospital. "As crianças que dão entrada no hospital trazem queimaduras graves provocadas por água quente e velas acesas em casa, o que significa que as mães não estão a exercer o seu devido papel como vigilantes", sublinhou a médica. O 25 de Novembro foi instituído Dia Internacional contra a Violência sobre a Mulher. Em 1997, as Nações Unidas lançaram nesse dia a campanha 16 Dias de Activismo Contra a Violência no Género.

### 9.15 Falta de policiamento preocupa moradores do Chinguari

*Semanário Factual*

*De 27 de Outubro a 03 de Novembro de 2012*

O grito de socorro vem dos moradores do bairro Chinguari, comuna do Benfica, município de Belas, devido aos constantes assaltos na via pública de acesso aos bairros que compõem aquela circunscrição.

De acordo com informações ouvidas dos moradores, há mais de cinco meses que o bairro do Chinguari carece de um policiamento, a partir das 16 às 23 horas, dado o índice de delinquência que mora nas ruas principais da comuna.

Conceição Baptista, de 27 anos, é moradora do Benfica há 10 anos e conta que, nos últimos dias, há uma presença constante de indivíduos desconhecidos que fazem das ruas as suas paradas para amedrontar e roubar as pessoas no Benfica.

"Moradores estão em pânico, porque não sabem quando e onde é que serão assaltados. É este o grito de socorro que lançamos, para que fossem colocadas esquadras móveis em todas as ruas principais e para que pudéssemos circular a vontade", pediu.

O Factual ouviu os comerciantes francófonos, vulgo malianos, sobre a situação de segurança da comuna do Benfica. Estes lamentam o que está a suceder-se e consideraram a situação perigosa para a sua

integridade física, uma vez que os assaltos são cometidos à mão armada por jovens com idade para a vida académica.

Ndalo Lofua, maliano, que se encontra a residir há mais de quatro anos em Angola, contou ter sido alvo de ataques e de roubos constantes por parte de jovens desconhecidos, no período das 17 às 18 horas, por falta de segurança na sua loja e nas ruas do Benfica.

"Não posso parar de vender por causa de pessoas que a Polícia não consegue deter. Devemos ser duros com os meliantes. Se a Polícia não consegue resolver este problema, os moradores usarão meios para fazer revés destes jovens, sem ocupações profissionais", alertou.

O Factual contactou a esquadra próxima ao bairro Chinguari e obteve a informação de que tudo está a ser feito para averiguar e deter os prevaricadores.

Vale recordar que a falta de electricidade é uma das causas da existência da criminalidade em Luanda.

### 9.16 Polícia garante segurança

*Semanário Factual*

*De 27 de Outubro a 03 de Novembro de 2012*

Passado um mês desde que a Polícia Nacional (PN) resolveu colocar o seu efectivo em todos os quadrantes do mercado dos Congolenses, no distrito do Rangel, dado o índice de delinquência que, anteriormente, se fazia sentir naquela zona, moradores e vendedeiras dizem estar mais seguros.

Cidadãos e taxistas que circulam nos arredores explicaram ao Factual que se sentem mais seguros em relação ao estado anterior, no qual eram alvo de assaltos à mão armada durante o dia e no período nocturno.

Cerca de 20 efectivos da PN, organizados em postos móveis, do princípio ao fim da rua, espaço que compreende o mercado em causa, controlam a circulação de pessoas, viaturas e socorrem as vendedeiras e moradores dos pequenos incidentes durante o dia até às primeiras horas do princípio da noite.

Conforme moradores dos Congolenses, a situação está a normalizar, pois, vezes sem conta, se assistia a roubos praticados por ladrões aos cidadãos que circulavam na zona e muitos destes violavam e matavam pessoas indefesas no período nocturno.

Deolinda Felizarda, de 35 anos de idade, é mãe de cinco filhos, vendedeira naquele mercado há cinco anos e conta ter vivido, durante este tempo, uma das piores fases da sua vida, quando lhe foram roubados 900 dólares, por três indivíduos desconhecidos, no espaço que hoje é tomado pela PN.

"Não é a primeira vez em que as forças policiais se fazem presentes nos Congolenses, mas, desta, estamos agradecidos, por um lado, em virtude de saber que a nossa integridade física está salva-guardada, mas, por outro, entristecida também, por saber que a falta de luz e o mau estado da estrada ainda são uma dor de cabeça para os taxistas que aumentam sempre a corrida de táxi", contou.

O Factual trocou impressões, em off, com um dos agentes da Polícia em serviço no local que garantiu serem criadas todas as medidas de segurança para serem cumpridas, sem restrições.

## 9.17 Aumenta violência contra as crianças

*Jornal de Angola*

*21 de novembro de 2012*

O Instituto Nacional da Criança em parceria com a Procuraria-Geral da República junto Julgado de Menores e a Direcção Provincial de Assistência e Acção Social de Luanda realizou, ontem, um encontro de trabalho com os gestores de creches, em alusão ao Dia Mundial da Prevenção do Abuso contra a Criança.

O objetivo do encontro foi analisar o funcionamento das creches, para proteger e garantir os Direitos da Criança.

O encontro surgiu devido a denúncias que o Instituto Nacional da Criança (INAC) tem recebido, sobre actos de violência, sobre as crianças nos centros infantis de Luanda.

O chefe do departamento nacional da protecção à criança, Paulo Calessy disse que as creches "são instituições da primeira infância vocacionadas para dar uma educação pré-escolar às crianças com vista ao ingresso futuro nos estabelecimentos de ensino, públicos ou privados". Paulo Calessy disse ainda que o trabalho realizado pelas creches de acompanhar a dinâmica que o país vive atualmente: "as educadoras e vigilantes de infância precisam de estar atualizadas para melhor responderem às exigências na protecção da criança contra a violência".

A procuradora do Julgado de Menores, Carla Correia, disse que o tribunal tem competência na área

prevenção criminal e da protecção social: "é da competência do Julgado de Menores agir porque existem cada vez mais crianças em situação de risco, vítimas de abusos sexuais e violência doméstica". Carla Correia referiu que "Angola aderiu à Convenção dos Direitos da criança, "aderimos à doutrina da protecção integral onde a criança prioridade absoluta e toda a questão relativa aos pequenos tem de ter n conta o seu superior interesse".

A procuradora do Julgado de Menores de Luanda afirmou que "os pais têm vários mecanismos onde recorrer se a criança sofrer qualquer tipo de violência".

Elsa Pereira é diretora da creche "Os Três Bentinhos" e disse que para abrir a creche "fiz uma formação de vigilante e de educadora infantil pré-escolar no Centro Profissional Ilumba, depois dirigi-me ao Ministério da Assistência e Reinserção Social para conseguir licença de abertura de estabelecimento. Tenho três funcionárias e são formadas em educação infantil". Participaram no encontro representantes da Direcção Provincial da Assistência e Acção Social de Luanda, representantes das creches de Luanda e a procuradora do Julgado de Menores.

### Direitos da Criança

O Instituto Nacional da Criança, com o apoio da UNICEF, no âmbito do 23º aniversário da adesão de Angola à Convenção dos Direitos da Criança realizou, ontem, em Luanda, uma reunião para permitir que as instituições públicas apresentem acções que concorram para a sua segurança.

A secretária de Estado para a Assistência Social, Maria da Luz Magalhães, presidiu ao acto de abertura da comemoração do aniversário da Convenção dos Direitos da Criança. Disse que "desde a sua ratificação que o Executivo aprovou diplomas legais que visam fortalecer os mecanismos de protecção das crianças".

Maria da Luz Magalhães salientou que "responsáveis e técnicos das diferentes instituições do Estado e da sociedade civil, cidadãos em geral e a própria criança, temos de ter este instrumento jurídico internacional bem presente nas nossas actividades diárias, para garantir a aplicação dos direitos da criança".

A representante da UNICEF em Angola, Amélia Russo de Sá, disse que a instituição está a trabalhar com o Ministério da Justiça para melhorar as condições técnicas do registo de nascimento, expandir os serviços de registo às zonas rurais,



especialmente para as crianças em situação de vulnerabilidade.

Amélia Russo de Sá salientou que apesar das conquistas "temos de continuar a reforçar as acções com vista a garantir o cumprimento dos 11 compromissos com a criança". A representante da UNICEF disse ainda que "devem ser reforçados os esforços para melhorar os indicadores do registo de nascimento e fortalecer as acções de prevenção, tratamento, apoio e redução do impacto da Sida nas famílias e crianças". Amélia Russo de Sá saudou o Executivo e o Parlamento de Angola pela aprovação da Lei da Protecção e Desenvolvimento da Criança, um instrumento chave para a materialização e cumprimento dos direitos das crianças: "apelo à criação de fundos adicionais no Orçamento Geral do Estado, para projectos que visam melhorar o bem-estar delas no país", disse Amélia Russo de Sá.

## 9.18 Nas cercanias do ministério do Interior

*Agora*

*24 de novembro de 2012*

Cresce a onda de assaltos a pessoas e viaturas estacionadas em diferentes artérias e largos nas imediações da sede do Ministério do Interior, situação que está a colocar em pânico os moradores mas também trabalhadores de diversas instituições nacionais e estrangeiras que funcionam na aquela área.

Numa ronda por aquela zona, uma equipa de reportagem deste Semanário teve contacto com estudantes que foram assaltados, tendo sido retirados telefones, para além de outros artigos como mochilas e até os ténis que calçavam, durante o dia, sob ameaça de lâminas ou de facas.

Um dos casos mais recentes, foi inclusive divulgado por um cidadão por via das redes sociais no sentido de alertar para o grau de perigosidade daquela área, que envolve, particularmente, o largo do Ambiente, que está em obras e por isso, cercado por chapas que dão cobertura aos marginais.

Todos temos consciência de que a criminalidade está a aumentar assustadoramente em Luanda, alerta o internauta, mas não temos visto acções para a estancar ou diminuir. Há um mês, quando conduzia o meu carro, conta, seguindo do largo do Ambiente para a rua que vai dar à Unicargas, bem ao lado das instalações da Conduril fui violentamente abordado por dois indivíduos armados com uma pistola Makarof e assaltado. Quando depois liguei para o

meu telefone, os indivíduos disseram que podíamos negociar, e que estavam à espera ao lado do refeitório de uma petrolífera, e bastava chegar ali e voltar a ligar. Confirmei no entanto, que foi ali mesmo onde fui assaltado. Mas quando cheguei lá, infelizmente o telefone já estava desligado.

A vítima encheu-se de coragem e ainda andou por ali às voltas, constatando que os meliantes que fazem os assaltos naquela área estão bem ali junto ao muro desse tal refeitório, onde fazem morada permanente, como se fossem moradores de rua. Com eles estão também algumas mulheres que os auxiliam. Bem perto, mas do outro lado, na encosta do muro dos Bombeiros também há outro grupo de assaltantes que estão baseados ali faz tempo.

Conversando esta semana com uma pessoa amiga, o denunciante ficou a saber que o carro de um trabalhador de uma empresa petrolífera situada nas imediações do largo foi assaltado dentro do parque da empresa, e tudo aponta para esses meliantes.

O meu itinerário, disse ainda, é sempre pela rua Rainha Ginga, largo do Ambiente e por essa rua que vai dar à Unicargas. Falando com pessoas sobre a situação nessa área, chegou à conclusão que a situação é bem pior do que imaginava e está à vista.

Por exemplo, na rua Rainha Ginga, os jovens que fazem morada na encosta do S. José do Cluny realizam assaltos na Rainha Ginga, nas imediações do prédio da Dbeers e Diamang. Os que moram numa casa já velha depois do prédio Rainha Ginga e em frente a um veterinário, fazem assaltos nessa área e no largo do Ambiente. Os que moram no pequeno bairro por detrás da antiga Angoship também assaltam e roubam por essas áreas. Juntando os grupos atrás mencionados, significa afinal que toda a área na Rainha Ginga, largo do Ambiente, Eixo Viário, imediações da Unicargas e discoteca Bingo, mesmo no centro da cidade, é bastante perigosa, mesmo estando próximo do Ministério do interior. De todas as vezes que por ali passo, argumenta ainda o denunciante, de vez em quando vejo alguns agentes da polícia, mas a mandar parar os cidadãos de motos.

Toda essa área é considerada extremamente perigosa pelas pessoas que são assaltadas todos os dias e pelos carros estacionados que os meliantes partem os vidros para tirarem do seu interior rádios e retrovisores. Com toda a certeza esta situação não é novidade para a polícia, mas o que é verdade é que a insegurança é muito grande. Vamos esperar que a polícia faça alguma coisa, porque realmente essa gente está a viver nesses locais há anos, sem ocupação, de alguma forma têm de sobreviver, e o mais fácil para eles é assaltarem e roubarem as

peçoas, os carros, podendo resultar em morte um dia de uma das vítimas, porque quando eles actuam, estão bem estimulados, ou seja, com efeitos de droga.

## 9.19 Violência Juvenil debatida em Luanda

*Agora*

*24 de Novembro 2012*

O Director Nacional da Juventude, Afonso Cardoso, reconheceu, recentemente, numa palestra realizada na Casa da Juventude em Viana, o elevado índice de crimes praticados por jovens entre 14 e 16 anos

O responsável realçou que "a criminalidade juvenil está em alta e assume já contornos perigosos, a julgar pelo número de criminosos detidos diariamente", garantindo a construção de infra-estruturas para a reabilitação de menores de má conduta social.

"Estão em construções quatro imóveis para acolher jovens conflituosos. Ali serão reprimidos, com ajuda de psicólogos, sociólogos e psiquiatras", acrescentou sem entrar em mais detalhes.

Por sua vez, o jurista Norberto Garcia, que dissertou no mesmo fórum, indicou que "a palavra violência e a criminalidade, devem estar presentes aos olhos de todos mas, nunca a sua prática".

De acordo com o académico, o Estado tem a competência de intervir em determinados comportamentos da população, visando atenuar a má conduta dos jovens.

Já o sociólogo Rafael Aguiar, apontou a pobreza como uma das causas do desvio do comportamento dos jovens, a par do conflito de gerações por falta de diálogo com os adultos, consumo exagerado de drogas e bebidas alcoólicas entre outras.

Entretanto, o Presidente da Associação dos Estudantes de Luanda, Miguel Vieira, lamentou o facto de a maior parte da população prisional nas cadeias da capital ser constituída principalmente por jovens.

"O que mais preocupa é sabermos que boa parte destes jovens reclusos postos em liberdade, voltam a cometer crimes ainda mais violentos", concluiu.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Regularidade das chuvas estimula os agricultores

*Jornal de Angola*

*01 de Novembro de 2012*

A regularidade das chuvas que se abatem sobre o município de Caculama está a deixar satisfeita a população camponesa local, prevendo-se uma boa colheita, na presente época agrícola. O agricultor João Cambolo, morador do bairro Camalenda, disse ao Jornal de Angola que, chegada das chuvas, além de beneficiar os campos, vai possibilitar a regularização do caudal do Rio Nhenguene, principal fonte de abastecimento de água para o consumo da população. O ano agrícola passado foi péssimo em termos de resultados, disse o agricultor, para adiantar que a produção de tomate, batata-doce e rena, mandioca, banana, cana-de-açúcar e outros bens, registaram baixas significativas, devido à falta de chuvas.

A camponesa Segunda Martins, residente no município de Caculama, considerou de positiva a estratégia do Executivo angolano na criação de condições para o Crédito de Campanha aos camponeses organizados em associações e cooperativas, programa que está a dar uma nova dinâmica à actividade do campo na região. Responsáveis da União Nacional das Associações de Camponeses (UNACA) a nível daquela parcela da província, pediram aos agricultores para se esforçarem mais, no sentido de aumentarem os níveis de produção.

### 10.2 Camponeses do município do Andulo esperam boas colheitas no próximo ano

*Jornal de Angola*

*01 de Novembro de 2012*

Vários agricultores e camponeses contactados pelo Jornal de Angola no município do Andulo, província do Bié, mostraram-se, terça-feira, satisfeitos com as chuvas que caem abundantemente na região e esperam boas colheitas na próxima campanha agrícola 2012/2013. Individualmente ou agrupados em associações e cooperativas agrícolas, os camponeses já começaram a preparar a nova época, para a qual foram planificados 500 hectares distribuídos pelos sectores empresarial e camponês, envolvendo um total de 25 mil famílias. Os camponeses do Andulo esperam colher grandes

quantidades de milho, feijão, batata-doce, mandioca, soja, tanto para o seu sustento, como para amortizarem integralmente e, nos prazos acordados, os créditos que contraíram junto dos bancos comerciais. Logo pela manhã, as estradas e picadas do Andulo estão apinhadas de grupos de camponeses que, com enxadas aos ombros e sacos de mantimentos, se dirigem às lavras ou fazendas.

Mulheres com filhos às costas e jovens das zonas rurais e até mesmo pessoas idosas, como Daniel Nunes, 76 anos, caminham a passo rápido em direcção aos campos agrícolas da região. Daniel Nunes vive na localidade de Chilessso, não muito distante da vila do Andulo e está satisfeito com as chuvas que se abatem diariamente sobre o Andulo. "Com esta regularidade de chuvas espero ter uma boa colheita no presente ano agrícola" diz, reconhecendo que a maioria dos camponeses está satisfeita com as chuvas deste ano. António Cunene é, também, camponês, mas vive na povoação de Chicumbi, arredores da vila do Andulo. Ao Jornal de Angola explicou que, com as chuvas regulares, está garantida uma boa safra.

"A produção do milho, feijão, batata-doce e diversas hortícolas aumentou muito", refere António Cunene, que só espera agora que comerciantes de todo o país se desloquem ao Andulo para adquirirem a produção e revenderem noutras zonas que ainda têm falta de alimentos. Devido à fertilidade dos seus solos e às chuvas abundantes que permitem o cultivo de várias espécies, o município é considerado o celeiro da província do Bié.

### 10.3 Seca põe em perigo população da Bibala

*Novo Jornal*

*02 de Novembro de 2012*

A população camponesa e os criadores de gado do município da Bibala enfrentam sérias dificuldades por causa da falta "gritante" de bens alimentares, água e pasto, consequência da seca que assola as regiões do centro e sul do país. Quimbos despovoados, animais e pessoas desnutridas e um número não controlado de gado morto ao longo da transumância, por falta de água e pasto, foi o cenário com que se deparou o Novo Jornal, durante um périplo pelas localidades de Tchitemo, Vitoco, Tchiwe e Iumbua, a convite do administrador do município da Bibala, Pedro António Mussungu.

"Os criadores queixam-se da perda de muitas cabeças de gado. Agora só contam com animais de pequeno porte, vitelos e caprinos, São criadores com uma

grande experiência na pecuária, vamos ver o que eles farão. Não é a pela primeira vez que o município é assolado pela seca. Muitos transumaram com o seu gado e, logo que a chuva caía, regressam com seu potencial pecuário", relatou o administrador.

A Administração -do Município da Bibala aconselhou os criadores a não voltarem às regiões que consideram de risco para a estabilidade económica das famílias. "Identificámos, com as autoridades tradicionais, outras localidades onde possam desenvolver e estabilizar a sua vida, próximo dos riachos, escolas e postos de médicos", esclareceu Pedro António Mussungu.

De acordo com o entrevistado do NJ, a campanha agrícola resultou num fiasco e os camponeses estão sensibilizados para se adaptarem às novas técnicas de obtenção de água e de irrigação, por meio de electro-bombas, furos artesanais e sistema de rega gota-a-gota para novas culturas. "Os resultados não foram tão promissores como se esperava, porque a agricultura praticada na região é rudimentar e, com a falta de gado de tracção, não permitiu atingir níveis de produção satisfatórios", notou aquele responsável. Neste momento, segundo adiantou, quer o governo da província, como o central, mobilizam apoio em bens de primeira necessidade para acudir cerca de 50 mil pessoas, estimadas em oito mil famílias em situação difícil.

#### Município regrediu

A antiga Vila Arriaga, potencial agro-pecuário da província, dista mais de 150 quilómetros da cidade do Namibe, tem uma expansão geográfica de 14 mil quilómetros quadrados e uma população estimada em 211 mil e 20 habitantes, agricultores e camponeses, por excelência. Possui três comunas, Lola, Caitou e Kapa Ngombe. A localidade ainda reclama por mais escolas e unidades sanitárias. Pedro Mussungu admite que o município que dirige há cinco meses regrediu do ponto de vista económico devido à situação crítica de seca que se vive, mas está optimista quanto ao regresso aos tempos áureos. "Estamos a preparar o ano de 2013 para a construção de casas evolutivas, hospitais, postos médicos, escolas, etc.

Estamos convencidos que o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza poderá inverter o quadro desolador, que colmatará as maiores dificuldades que estamos a enfrentar a nível do município". A administração municipal e o governo da província querem que onde se construir uma escola ou um posto médico se construa também uma residência para o professor e enfermeiro, dotada de água. "Há escolas e postos médicos que não têm água e nós estamos a trabalhar

para que estas instituições tenham água próximo para permitir estabilidade e que o ciclo de vida das pessoas também se desenvolva".

Segundo o administrador municipal, alguns privados "têm a intenção de implantar fábricas de água mineral, de concentrado de massa tomate e de citrinos", como constata pelas entidades privadas com fortes interesses em investir no município que a Administração tem recebido. A entrada em circulação do caminho-de-ferro de Moçâmedes é outra mola que pode impulsionar o município para um pólo de desenvolvimento agrícola. A desintegração dos ministérios das pescas e da agricultura, espera deste último (agricultura) maior apoio em equipamentos agrícolas para potenciar as associações de camponeses, a braços com a falta de meios e que há muito esperam por "crédito da campanha agrícola", acrescentou.

Algumas vias de acessos estão em reabilitação, mas a maioria, que liga a sede do município à cidade capital da província e às demais localidades, não oferecem condições para a circulação de pessoas e mercadorias. A expectativa da população gira à volta da estrada que liga a cidade do Lubango, passando pela Bibala, até à nacional número 280, que vai até à cidade do Namibe, a ser asfaltada em 2013.

#### Problemas Ecológicos

O município da Bibala é uma localidade onde o abate indiscriminado de árvores por parte de lenhadores e carvoeiros é acentuado, o que colide com os programas de combate à desertificação. O interlocutor do NJ, com alguma reserva, fez notar a dificuldade que tem tido em lidar com o problema: "Proibimos, por um lado, o corte de árvores e o fabrico de carvão e, por outro, estamos a tirar o direito a quem tem fome. Pode ser um meio de sobrevivência. Só que exercem esta actividade em áreas proibidas, que no futuro poderão provocar sérios problemas ecológicos. Mas já encetámos contactos com o Instituto de Desenvolvimento Florestal para a Fiscalização destas zonas florestais".

Na Bibala, a 12 quilómetros da sede do município, encontra-se o centro turístico da Montipa, onde o principal pólo de atracção são as águas termais, com infra-estruturas degradadas. O entrevistado do NJ garante que muitos empresários manifestam interesse em investir no turismo com as atenções viradas para Montipa. Mestrado em História, Pedro Mussungu não quis fechar a conversa sem falar do mosaico histórico-cultural da localidade que dirige e que clama por protecção.



Temos sítios com pinturas e arte rupestre identificada e classificada pelo Ministério da Cultura e outra por identificar. A partir do norte do município do Virei, na região do Caraculo até ao norte deste município, encontramos sítios históricos e sítios com arte parietal, região Makahama, região Vialo-I e Vialo-II, Quenguelela, Namkombo. Em todos estes sítios encontramos variadíssimas pinturas com desenhos de zoomorfos e antropomorfos, arte que os homens que viveram aqui antes da expansão dos bantus deixaram e que hoje são estudadas. O estado de conservação não é o mais desejado", lamentou.

O administrador advoga mudanças no quadro do seu executivo para ver materializados os programas de desenvolvimento socioeconómico do município que já foi grande fornecedor de produtos agrícolas aos mercados do país. Segundo constatou, a situação em que se encontra o município já não lhe permite trabalhar com "as pessoas que caem na rotina".

## 10.4 Bio combustível arranca no próximo ano

*O País*

*02 de Novembro de 2012*

O Presidente da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, anunciou esta semana em Luanda que o projecto de bio combustível que está a ser desenvolvido em Malange, município de Cacusso, arranca no próximo ano, e espera que seja mais uma fonte de energia eléctrica para o país. Em entrevista à TV Zimbo e a O PAÍS, o responsável da multinacional brasileira espera que a entrada em funcionamento desse projecto contribua para acudir a situação de escassez de luz eléctrica que algumas cidades vivem. Odebrecht revelou que é um investimento de quinze milhões de dólares, resultante de parceria com a Sonangol e empresários nacionais. Estima que o anunciado projecto ofereça mais de três mil empregos.

O bio combustível é um dos projectos para os quais a empresa brasileira está inclinada, além do agro negócio, diamantes (participação no projecto Catoca), as lojas Nosso Super, Belas Shopping, e a construção civil. O sector da construção civil representa hoje trinta por cento do volume de negócios da multinacional, em todo mundo, mas em Angola é ainda a maior fonte de receitas e por isso o maior investimento. Segundo Marcelo Odebrecht, a sua empresa investe anualmente cerca de 50 a 100 milhões de dólares em equipamentos, e chega a ter receitas na ordem de mil milhões de dólares anualmente.

Marcelo Odebrecht, cuja empresa construiu a barragem da Capanda, diz que a hidroeléctrica não tem qualquer deficiência resultante da construção. Recorda que a sua empresa tem tradição neste sector, e sempre trabalhou primando pela qualidade. "Não há, de modo algum, qualquer problema de construção. Fizemos a construção da barragem com a qualidade que nos caracteriza sempre. Tenho informação de que se trata de estiagem, uma situação a que qualquer país está sujeito, razão pela qual uns vão já encontrando outros "back up" para repor a ausência de luz eléctrica vinda das barragens". Quanto à qualidade das estradas que a Odebrecht constrói, e que tem suscitado críticas, o presidente executivo da multinacional brasileira respondeu com as mesmas palavras.

"Não se trata de falta de qualidade do nosso trabalho. Muitas das vezes é uma questão da manutenção, que é um desafio em qualquer país basta as vezes fazer manutenção, é importante fazer o controlo do peso dos camiões que por lá circulam, porque por mais qualidade que uma estrada tenha, ela não irá ter o tempo de vida esperado se passam por lá camiões acima do peso esperado. É portanto, um desafio para todos nós". referiu. Marcelo Odebrecht reafirma a vontade de continuar a trabalhar no sector da construção civil, ajudando deste modo o governo angolano a desenvolver as infra-estruturas. "Angola é um mercado importante e real. Apesar da crise financeira, é um país com muito potencial e que abre sempre oportunidades a quem quiser cá investir. E nós estamos dispostos a dar o nosso melhor para elevar a qualidade de vida dos cidadãos angolanos, não apenas dando emprego mas também formação", promete.

O Estado é o maior cliente da Odebrecht, sobretudo no âmbito das infra-estruturas, e o seu presidente elogia o governo angolano caracterizando-o de "bom pagador". "Não temos qualquer razão de queixa em relação ao nosso principal cliente no sector da construção civil. Se não confiássemos no governo angolano não estaríamos cá há 25 anos, Ele (o governo) é um bom pagador, nunca tivemos problemas estruturais", refere.

## 10.5 Huíla. Chuva destrói casas no Cuvango

*Jornal de Angola*

*07 de Novembro de 2012*

Chuva acompanhada de fortes ventos provocou, na segunda-feira, a destruição parcial de sete casas no município do Cuvango, 356 km a leste do Lubango. Além de destruir a cobertura superior das sete

residências, a chuva derrubou árvores, postes de iluminação pública e inundou algumas aldeias próximas a sede municipal. Uma fonte da Administração Municipal, contactada pela Angop, disse que a maior parte das casas afectadas são de construção precária, com adobe, capim e chapas de zinco.

A fonte garantiu que o apoio a essas famílias está assegurado. Há uma semana, 35 casas ficaram afectadas pela chuva naquele município. O Cuvango tem mais de 100 mil habitantes, sendo 80 por cento camponeses. Agricultura em Caluquembe Cerca de 750 hectares de terras agricultáveis estão preparados, no município de Caluquembe, província da Huíla, no âmbito da campanha agrícola 20 12/2013, que arrancou na segunda-feira, disse o administrador, Emílio Tchitacumbi.

Os terrenos preparados destinam-se, sobretudo, ao cultivo de milho, feijão, batata-doce e rena, mandioca, massango e massambala. A campanha 2012/2013 envolve milhares de camponeses agrupados em cooperativas e associações, além de pequenos agricultores, que já têm as suas terras preparadas, com base numa estratégia de apoio mecanizado aos camponeses gizada pela direcção da Agricultura.

Emílio Tchitacumbi considerou necessário o fornecimento de vários utensílios e sementes aos camponeses, para que possam corresponder às expectativas do Governo. Com uma extensão de quatro mil quilómetros quadrados, o município de Caluquembe, na província da Huíla dista 193 km a norte do Lubango

## 10.6 Chuvas fortes causam mortes

*Jornal de Angola*

*10 de Novembro de 2012*

O porta-voz do comando provincial da Protecção Civil e Bombeiros da Lunda-Norte, Joaquim Samulambo, confirmou ontem a morte de quatro pessoas em consequência de chuvas fortes, que provocaram também a destruição de 2.041 casas.

Joaquim Sámulambo indicou que município de Cambulo registou o maior número de casas destruídas, com um total de 483, seguido do Chitato, com 249.

"Nos últimos dias, os municípios de Chitato, Cambulo, Cuilo, Xá-Muteba, Lucapa, Caungula, Cuango e Lubalo têm sido os mais afetados pelas fortes enxurradas", disse.

O porta-voz disse que o corpo ração não dispõe de meios para apoiar as famílias sinistradas, porque os estragos causados são' elevados. Sublinhou que a situação está a preocupar as autoridades locais, porque "sempre que chove aumenta o número de famílias desabrigadas e a viver.

## 10.7 População da recebe 158 toneladas de bens diversos

*Semanário Angolense*

*10 de novembro de 2012*

Cento e cinquenta e oito (158) toneladas de bens diversos, traduzidos em arroz, óleo vegetal, conservas de peixe, farinha de milho e feijão, foi a ajuda atribuída aos sinistrados da estiagem, na província do Namibe.

Em declarações a propósito ao *Semanário Angolense* a directora provincial do Namibe da Assistência e Reinserção Social, Lemba Lopes, indicou ao que os produtos em causa, já estão nas mãos dos beneficiários, desde a passada segunda-feira, 05. A distribuição dos bens foi feita criteriosamente pelas administrações municipais contempladas, nomeadamente o Virei, Camuciuo, a Bibala e o Namibe, que envolveram no referido processo, autoridades tradicionais e outros parceiros sociais locais.

A responsável referiu que a população' alvo manifesta-se satisfeita com o apoio, embora a estiagem seja encarada ciclicamente na província do Namibe, havendo necessidade de se adoptar medidas que visem prevenir o impacto das calamidades naturais no seio da população bovina e os criadores de gado.

Além da distribuição dos bens alimentares, as administrações municipais providenciam igualmente o abastecimento de água potável à população sinistrada, acção extensiva ao abeberamento do gado, por intermédio de viaturas cisternas. A empreitada é visível nos municípios do Namibe, da Bibala e o Camuciuo, não havendo, porém, indicadores de que haja igual programa, de distribuição de água, no Município do Virei, liderado por Juliana Fonseca.

O administrador do Município do Namibe, Armando Valente, a meio da passada terça-feira, 07, reuniu com todos os criadores de gado e o soba do Giraul de Cima, todos da jurisdição do Namibe, com quem debateu os problemas atinentes ao abastecimento de água aos bebedouros existentes para abeberamento do gado e as formas de socorrer as comunidades

rurais que insistem em enfrentar o deserto nestes tempos de estiagem.

Ver para crer

«Nós fomos os mais interessados do que os próprios criadores, queremos tranquilizar as pessoas e dar a conhecer os passos que esta mos a dar em defesa das vidas humanas e dos animais. Sabemos que o problema passará pela reabilitação e construção das chimpacas, represas, reservatórios e novos fontenários», disse o Edildo município do Namibe, Armando Valente.

Por enquanto, sublinhou o administrador, encontrámos uma mediana que permita ajudar a ultrapassar a situação gritante de água para o gado, que não conseguiu caminhar para outras áreas no quadro da transumância. As chuvas que já se fazem sentir no norte da província e na vizinha da Huila, segundo o administrador Armando Valente, faz acalantar esperanças em dias melhores para ultrapassar o sofrimento da população criadora de animais, expressou.

Desconhece-se, no entanto, o real número de pessoas atingidas pela estiagem, pois a mensagem dos apoios governamentais, faz com que muitas pessoas estejam a descer as montanhas em busca de socorro.

O soba do Giraul de Cima, Manuel Faustino, no final do encontro com o administrador Armando Valente, considerou gratificante o entendimento alcançado, apesar de pretender ser como São Tomé, «ver para crer.»

«Criança que não chora, não mama. Apresentamos todos os argumentos possíveis, agora, vamos aguardar pela reacção prática da Administração Municipal do Namibe, quanto à promessa de apoio em camiões cisternas para abastecimento de água ao gado e à população», reagiu.

O «Munene» soba Manuel Faustino disse ter sentido na flor da pele as consequências da estiagem, quando esta vitimou dois bois do seu «sambo» (Curral). Os animais, sublinhou o soba, não resistiram à calamidade, tendo sucumbido sob seu olhar impotente, por falta de água. «O mesmo terá acontecido ao meu primo, no seu sambo, e ele está aqui connosco neste encontro com o administrador municipal», lamentou.

Todos atingidos

«Quem diz que estamos a inventar, então que venha ter com os criadores de gado aqui presentes, nenhum de nós vai dizer que no seu sambo não morreu nenhum animal», acrescentou, o soba, clamando por

socorro.

Alguns criadores falaram das dificuldades por que passam, enquanto se aguarda por apoios em termos de abastecimento de água à população animal.

«Estamos a sofrer, muitos bois já morreram por falta de água, carecemos de apoios do governo para socorro ao nosso gado, clamaram os criadores tradicionais da área de jurisdição do município do Namibe», disse a concluir.

Por seu lado, o novo governador do Namibe, Isaac Francisco Maria dos Anjos, manifestou a sua determinação em encontrar fórmulas que possam diminuir o impacto da estiagem na vida animal e humana, prevendo um estudo mais aturado sobre o fenómeno, rebuscando os métodos de contenção na era da administração colonial para adequá-las às novas filosofias. Muitos acreditam numa viragem, tendo em conta a formação técnica do actual governante, que é agrônomo, podendo potenciar a província, conhecida como sendo potencial em ouro verde e clima propício para a criação de gado bovino, caprino, suíno e ovino.

## 10.8 Chuva das nossas desgraças!

*Semanário Angolense*

*10 de Novembro de 2012*

Bastaram «poucas gotas» de chuva para que as debilidades de Luanda viessem novamente ao de cima: muitas ruas inundadas e sérios transtornos na circulação rodoviária, devido aos buracos e crateras abertos, pelas águas.

Ficou, uma vez mais, provado que a cidade capital não está preparada para receber chuvas, sobretudo as zonas da periferia onde não existem redes de esgotos capazes de dar vazão as águas pluviais ou residuais. Mesmo no casco urbano, os esgotos nem sempre conseguem dar passagem as águas, devido ao lixo que impede a sua livre circulação.

Luanda molha-se à mínima chuvada, traz à superfície a miséria e a falta de condições de salubridade que grassam, sobretudo, nos musseques, onde vive o grosso da população.

Apesar das desgraças que arrastam consigo, as chuvas, ainda que a contra-gosto, têm tido o «mérito» de se comportarem como verdadeiros fiscais, de reconhecida competência, já que servem para avaliar a qualidade (duvidosa) de muitas obras executadas durante o tempo seco.

As últimas chuvadas que se abateram sobre a cidade bem podiam servir para avivar a memória dos

responsáveis governamentais para que continuem a promover a construção ou reabilitação de vias estradas sérias, de qualidade, e não as de esferovite, que se desfaçam ao simples contacto com as águas; espera-se que conclua, com a maior celeridade, as valas de drenagem; uma tarefa que só êxito quando a população se consciencializar que o lixo não deve ser atirado para as valas de drenagem de águas pluviais ou residuais.

## 10.9 Executivo garante medidas drásticas para travar garimpo ilegal de inertes

*Jornal de Angola*

10 de Novembro de 2012

Os exploradores ilegais de minerais têm os dias contados, afirmou ontem, em Luanda, o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, durante a reunião com os operadores e empresários nacionais do sector de inertes.

O ministro recomendou aos operadores de burgau, areia e brita para tomarem conhecimento da legislação referente às condições de exploração de minerais para a construção civil. Sublinhou que o artigo 100º do Código Mineiro determina o fim das explorações ilegais.

Francisco Queiroz considerou a exploração ilegal de areia, brita e burgau como "concorrência desleal", porque os exploradores ilegais não pagam impostos ao Estado. Num total de 94 empresas inscritas, o Governo Provincial de Luanda recebe apenas por trimestre 800 mil kwanzas como pagamento de contribuições.

Na exploração mineira, recordou ministro, os operadores devem ter em conta o estudo de impacto ambiental, respeitando a Lei de Protecção do Ambiente.

O vice-ministro do Interior, José Laborinho, que assistiu ao encontro, disse que vai trabalhar com o Ministério de Geologia e Minas no sentido de encerrar as empresas ilegais e responsabilizar os indisciplinados e os que violam a Lei: "o país tem de ter ordem neste domínio". Nos próximos dias, o Ministério do Interior vai sobrevoar as áreas de exploração ilegal, sem protecção dos terrenos e do Ambiente, para começar a actuar.

O encontro entre o Ministério da Geologia e Minas e os operadores de inertes serviu para encontrar soluções para os problemas levantados pelas

empresas legalmente constituídas e com os seus impostos em dia.

Francisco Queiroz disse que o país regista um aumento na construção de habitações, o que gerou uma pressão sobre os inertes "mas isso não pode significar desordem". Manifestou preocupações em relação ao Ambiente, já que muitos operadores não repõem a terra depois da exploração de inertes, criando grandes crateras em vastos espaços.

O ministro Francisco Queiroz afirmou que é de interesse público garantir os recursos naturais, explorando o que existe e preservar o Ambiente para que a natureza seja preservada.

## 10.10 Chuva desaloja famílias

*Jornal de Angola*

11 de Novembro de 2012

Pelo menos 28 famílias estão desabrigadas, na aldeia de Calei-Cuchile, município de Ekunha, província do Huambo, em consequência das chuvas torrenciais que caíram na madrugada de sábado.

As chuvas torrenciais causaram a destruição de 27 moradias, uma capela da Igreja Católica e 20 hectares de culturas diversas.

Em declarações à Angop, o coordenador da aldeia, Eduardo Pena, disse que os prejuízos causados pelas chuvas são ainda incalculáveis, principalmente nas áreas agrícolas, onde foram cultivados produtos como milho, feijão, batata rena e hortícolas, que constituem a principal base alimentar da população da aldeia de Calei.

## 10.11 Seca no Kwanza-Sul. Três mil famílias recebem bens de primeira necessidade

*Novo Jornal*

16 de Novembro de 2012

Os municípios do Sumbe e Porto-Amboim deram o pontapé de saída no âmbito do combate à fome e à pobreza no Kwanza-Sul, consequência da seca que assola a província. Ernestina Faustudo, de 90 anos de idade e residente na periferia da cidade do Sumbe, admite que a estiagem é um fenómeno que se regista por esta altura do ano. Mas a mais velha nunca se deparou com uma situação idêntica, durante a sua vivência, em que as populações tivessem de depender de ajuda humanitária nesta época.



Com as chuvas que já começaram a cair, a anciã acredita que dias melhores virão. O director provincial de Assistência e Reinserção Social disse à Rádio local que o governo está ciente das suas responsabilidades que, com a seca que se regista, são cada vez mais acrescidas. Manuel Macedo tranquiliza a população, sobretudo a das localidades que foram identificadas como sinistradas pela estiagem, assegurando que os produtos para acudir à fome chegarão às suas zonas de residência.

"Isso vai beneficiar cerca de duas mil, 791 famílias, uma ajuda per capita de seis quilos I semana. Hoje mesmo chegou também um produto ao município do Sumbe, cerca de três toneladas de arroz, que será complementada por outros produtos", assegura, esclarecendo que, dentro de alguns dias, os outros produtos vão chegar. "A verdade é que os municípios que nós apontámos como os que tiveram o problema da estiagem vão ser contemplados", garante.

Os municípios do Seles, Conda, Amboim, Cassongue, Mussende, Kilenda, Ebo e parte da Kibala esperam ansiosamente pela ajuda. Por enquanto foram contemplados apenas o Sumbe e Porto-Amboim, os primeiros a receberem ajuda humanitária.

A seca não poupou sequer o efectivo bovino, caprino, ovino e outras espécies animais. A estatística aponta para a morte de mais de três mil cabeças de gado, sobretudo nos municípios de Porto-Amboim e Sumbe.

## 10.12 Chuvas provocam mortes

*Jornal de Angola*  
16 de Novembro de 2012

Pelo menos duas pessoas morreram devido à trovoada e um número indeterminado de casas ficou destruído, em consequência das fortes chuvas que se abateram na madrugada de terça-feira, sobre as cidades de Benguela, Lobito, Caturbela e Baía Farta. Segundo o administrador municipal de Benguela, Leopoldo Muhongo, as duas vítimas mortais pertenciam à mesma família e viviam no bairro 11 de Novembro, arredores da cidade de Benguela.

O administrador Leopoldo Muhongo garantiu apoio à realização dos funerais, além de chapas de zinco e bens de primeira necessidade às famílias sinistradas. O coordenador do Bairro, Fernando Chimuco, confirmou que as vítimas foram atingidas por raios enquanto dormiam. O Jornal de Angola percorreu várias áreas e pôde constatar um cenário desolar: quedas de árvores, desabamento de residências e

inundação das principais artérias do Lobito, Benguela e Baía Farta.

As ruas que são utilizadas como rotas alternativas ficaram, também, completamente intransitáveis, devido ao seu alagamento e falta de sistema de drenagem. As autoridades das localidades fustigadas pelas chuvas criaram comissões técnicas, reforçadas pelos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, para se efectuar o levantamento dos dados definitivos.

## 10.13 Chuva causa dificuldades às famílias luandenses

*Jornal de Angola*  
16 de Novembro de 2012

As zonas mais atingidas são as do Marçal até ao S. Paulo, Hoji-yaHenda, Filda e Quinta Avenida.

Já em Viana, automobilistas temem não poderem circular, em tempos de chuva, com as suas viaturas, em virtude do mau estado de algumas vias daquele município. No Kilamba Kiaxi, os moradores do bairro Neves Bendinha, temem que a água da chuva invada as suas residências. Enquanto isso, a maioria dos moradores do Rangel luta para se livrar da presença da água salobra, acumulada em seus quintais, outros tantos fazem desta água, imprópria para consumo, meio de subsistência. Numa altura em que a maior parte das residências não beneficia de água canalizada, os que extraem a água salobra em quantidades industriais, vendem-na aos mais necessitados que aproveitam-na para banhos e lavagem de roupa. Essa água, representa perigo para a saúde pública, na medida em que é o albergue de larvas de mosquitos anopheles, o causador do paludismo, a endemia responsável pelo maior número de mortes no país. Num balanço provisório feito pelo Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), o seu porta-voz, Faustino Sebastião, disse que a água destruiu, igualmente, coberturas de residências e inundou quintais, tendo causado prejuízos materiais consideráveis, principalmente em electrodomésticos e viaturas. No distrito urbano da Ingombota a situação agravou-se devido à inoperância da vala de drenagem localizada ao longo da linha férrea dos Caminhos-de-Ferro de Luanda (CFL), considerado a principal causa das inundações na zona da Boavista. Na comuna da Kinanga registou-se também enchentes em moradias nos sectores A e B do bairro do Saneamento e da Favela, causando prejuízos materiais. Verificou-se igualmente, o derrube de árvores e danificação de quatro viaturas na Ilha de Luanda, Ingombota sede, Maculusso e Kinanga. A chuva, que durou aproximadamente quatro horas, nesta parte baixa da

cidade, que abrange a Ingombota, foi acompanhada de fortes ventos e relâmpagos, e destruiu chapas de zinco, tapumes de obras de construção civil e derrubaram galhos de árvores. No município de Belas, as águas inundaram a chamada "ponte molhada" de acesso às centralidades de Talatona e Patriota, causando longas filas de viaturas (engarrafamento). As brigadas da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) e do Serviço de Bombeiros começaram às primeiras horas de terça-feira a recolha dos destroços de árvores e outro material nas ruas, bem como a sucção de águas no interior de residências e estabelecimentos públicos, nos municípios de Luanda (distritos urbanos da Ingombota, Sambizanga, Samba, Kilamba Kiaxi, Rangel), Cacucaco e Viana.

## 10.14 Desalojados das Zonas de Risco.

### Governo de Luanda aperfeiçoa o controlo

*Jornal de Angola*

*16 de Novembro de 2012*

O vice-governador de Luanda para área técnica anunciou que vão ser usados "meios tecnológicos sofisticados" para evitar que pessoas retiradas de zonas de risco regressem aos locais. António Resende, que anunciou a medida após uma reunião com governador destinada a avaliar os danos causados pela chuva na madrugada de quarta-feira, disse que há situações daquelas nas encostas da Boavista protagonizadas por antigos moradores a quem foram entregues casas em áreas seguras. O registo de pessoas a serem realojadas, afirmou, vai ser feito com recurso biometria, cujos dados podem partilhados pelos Ministérios da Reinserção Social e da Construção, Urbanismo e Habitação. A venda das casas oferecidas pelo Governo Provincial, lembrou, não pode ser feita nos primeiros cinco anos Medidas de prevenção

António Resende referiu que na encosta da Boavista, onde com muita frequência há desabamentos causados pela chuva, está a ser construída uma muralha para contenção das águas que, "pela sua grandiosidade", ainda leva algum tempo a ser concluída. Na reunião do Governo Provincial foi decidido "desassorear com urgência as valas 1,2 e 3 das zonas da Samba, Camuxiba e Mabunda" para facilitar o escoamento das águas para o mar e evitar inundações de ruas e casas, e adquirir mais motobombas, carros de sucção e cisternas. O governador pediu, na reunião, às direcções provinciais da Assistência e Reinserção Social, da Saúde e Protecção Civil e da Polícia, bem como à

EPAL, à EDEL e à empresa de recolha de lixo e saneamento ELISAL que "redobrem esforços e prestem o máximo de atenção possível às comunidades".

Também foi decidido proteger as rampas do Morro da Luz e da Boavista e demolir o centro de saúde junto ao mercado Deolinda, no Hoji ya Henda, por se encontrar numa zona mais baixa do que estrada. O vice-governador salientou a importância de haver maior disponibilidade de recursos para a construção de vias de drenagem e protecção de declives para minimizar os problemas de desabamento e deslizamento de terras. Após uma visita do governador a vários municípios, disse, concluiu-se que as zonas mais afectadas foram os distritos urbanos do Rangel e da Samba que "em breve vão merecer atenção especial das autoridades". As chuvas caídas na madrugada de quarta-feira deixaram desalojadas centenas de famílias em vários municípios de Luanda, às quais o governo já começou ontem, a dar o apoio com bens diversos, nomeadamente, montagem de tendas em locais apropriados para o alojamento, vestuário, alimentação, assim como bens de primeira necessidade e apoio social.

A chuva que se abateu em Luanda provocou também inundações de várias ruas, pontes e casas particulares, algumas das quais sucumbiram à força das águas, nos municípios de Cacucaco, Cazenga, Viana, Belas e Luanda.

## 10.15 Chuva provoca estragos incalculáveis em Luanda

*Agora*

*17 de Novembro de 2012*

Nesta quarta-feira, por exemplo, os aguaceiros praticamente fizeram um teste às inúmeras obras em curso na maior cidade do país, embaraçando em muitos casos os trabalhos das empresas de construção civil envolvidas em diferentes empreitadas.

Os transtornos para as empreiteiras são visíveis por exemplo, na Avenida Brasil, onde a água das chuvas impediu a progressão da obra de reparação da estrada, há muito em estado de degradação.

O AGORA testemunhou o esforço que os operários de uma empresa chinesa estavam a fazer para sugar o líquido e o lodo de uma profunda vala que, provavelmente, estará a ser preparada para o sistema de drenagem, visando evitar danos futuros.

As máquinas estavam paradas, excepto uma electrobomba que roncava, atirando a água turva para

o canal do rio seco, nas imediações da Cidadela, supostamente construído pelos chineses. Tal era a preocupação em continuar a obra para honrar os compromissos contratuais com as autoridades.

Para além das estradas intransitáveis, piorando os engarrafamentos, as chuvas inundaram bairros, fecharam ruas e provocaram o deslizamento de terras. Foi assim na Samba, onde o Morro da Luz ruiu e impediu o tráfego automóvel por várias horas.

António Fernando, morador da Samba explica-nos melhor: "O morro ruiu e o trabalho efectuado pela Odebrecht, evitou a inundação da estrada. Penso que tem que haver canais que facilitem o escoamento das águas para que estas desgraças não voltem a ocorrer'.

Para o descongestionamento do movimento rodoviário foi necessário recorrer às motoniveladoras, pás-carregadoras e camiões basculantes. Ainda no Distrito Urbano da Samba, além das estradas alagadas, ruas esburacadas, os quintais de muitas casas também ficaram inundados e a energia eléctrica cortada.

"Já não temos energia desde que começaram a cair as chuvas. Os frescos apodreceram e tivemos que levá-los à lixeira", lamenta dona Raquel Jambela, moradora do bairro Sossego.

Segundo o chefe dos serviços comunitários do distrito, com o recurso às medidas de intervenção a situação parece estar controlada e sem razões para alarme, comparando com os danos causados nos anos anteriores.

Dorlito Falongo indicou que a manutenção das valas de drenagem, o trabalho de terraplenagem efectuado em algumas ruas, bem como a limpeza dos esgotos, contribuíram para a redução dos danos na área.

Em diferentes zonas estavam já em curso trabalhos de sucção das águas nos quintas e nas ruas, enquanto os técnicos visitavam outras áreas afectadas com ajuda dos presidentes das comissões de moradores.

#### Deslizamento de terras

Se na Samba os estragos das chuvas não eram tão acentuados, no Sambizanga houve mais danos, a começar pela estrada Kimakienda. Parte deste troço rodoviário estava intransitável em consequência do deslizamento de terras, nas encostas da Boavista, bairro da Madeira.

O excesso de terras na estrada, dificultou o trânsito automóvel, e estava a ser feito em apenas uma faixa de rodagem, no sentido Porto de Luanda/Rotunda da Boavista, causando longa fila de veículos.

As chuvas provocaram ainda a inundação da escola 4020, o transbordo das águas em duas valas de drenagem, no bairro Uíge, bem como o alagamento de várias ruas dos arredores do Santos Rosa, Mota, Bukavú, Ungria, Frescura e 12 de Julho.

Feito o balanço do impacto das chuvas nesta quarta-feira, após uma ronda efectuada à vários bairros por uma equipa da administração do Distrito do Sambizanga, chefiada pela sua titular, Mara Regina Baptista, considerou preocupante o actual estado de algumas áreas dos bairros Sambizanga e Ngola Kiu-luanje, aos quais já foram encaminhados meios para minimizar as dificuldades.

As autoridades distribuíram algumas motobombas e caminhões para a sucção das águas, priorizando as instituições públicas, residências e vias principais.

Mara Regina Baptista reconheceu haver meios insuficientes para dar resposta com brevidade e na totalidade, às preocupações dos munícipes .

## 10.16 Luanda não está preparada para as chuvas

*O Independente*

*17 de Novembro de 2012*

Degradação de ruas e estradas é cada vez mais visível no interior dos municípios e distritos da província de Luanda. As chuvas que caem sobre a cidade já começaram a causar grandes problemas, aos transeuntes. Estradas esburacadas e intransitáveis, aglomerados de lixo nas ruas e sucatas abandonadas, fazem o triste cenário que podemos observar após as chuvas que caíram recentemente em Luanda.

Por exemplo no bairro do Gamek, distrito urbano da Maianga, a rua que liga a vila à chamada praça da Madeira está a receber obras de reabilitação. As obras consistem na construção de esgotos, passeios, pavimentação e iluminação pública, mas a situação, nesta época tomou-se crítica. Homens e máquinas trabalham para manter a circulação rodoviária cada vez mais descongestionada. Mas por causa das chuvas, outros problemas nas vias começam a surgir. Estes trabalhos deveriam ser executados muito antes das chuvas como aquela da Rua da Praça do Campo, que começa na Rua 22 de Junho próximo ao Campo do Inter desemboca na estrada principal da Samba.

O cenário não é diferente no Cassequel do Buraco, onde a ponte que liga ao bairro Neves Bendinha continua a degradar-se cada vez mais, mesmo depois de ter sido encerrada durante sete anos para obras de reabilitação. A Rua 68 foi terraplanada. Passa pela

rotunda da Teixeira, junto à Tourada, e acaba no mercado do Catinton. Esta área está cheia de lixo, produzido pelos vendedores, por isso foi feito U111 desvio que vai dar ao rio Cabulombo, que é a continuidade da vala Senado da Câmara e desemboca na Rua 21 de Janeiro, que dá acesso à base da Força Aérea Nacional.

As obras começaram em Setembro do ano passado e as chuvas provocaram atrasos na sua conclusão. Mas 80 por cento das obras no troço estão prontas. As consequências das mais recentes chuvas no Cazenga são bem visíveis nas principais vias, que se encontram alagadas. A avenida Hoji ya Henda foi recentemente reabilitada mas as inundações deixam marcas.

Há uma enorme lagoa em frente às instalações da empresa de autocarros SGO. Na Rua do Patrício o cenário é o mesmo. "Quando as obras estiverem concluídas vão facilitar o trânsito automóvel", disse Miguel Manuel, um automobilista que tem "grandes dores de cabeça", porque circula diariamente nas vias do Cazenga.

Mas muitos municípios dizem que a Administração Municipal "tem de trabalhar mais" para melhorar os sérios problemas de saneamento básico e da recolha do lixo existente em todos os cantos do município.

Maria da Conceição é de opinião que as obras nos municípios do Cazenga e distrito urbano do Sambizanga vão dar outra imagem, a esta vasta zona da cidade de Luanda. "Vivo há 42 anos aqui e a minha casa nunca inundou. Mas desde que começaram a reabilitar a Avenida Ngola Kiluanje quando chove fico aflita, porque a casa inunda", disse Maria da Conceição. Admitiu que o número de municípios aumentou nos últimos anos e que as construções desordenadas contribuem para o aumento das condições precárias.

Moradores do município do Cazenga prometeram colaborar nas acções de melhoria do saneamento básico e das infra-estruturas da comunidade. Pedro Damião, que reside nas imediações da Rua do Patrício, disse que "os trabalhos em curso só podem ganhar um ritmo acelerado com o fim das chuvas".

Acrescentou que "todos nós podemos colaborar para resolver os problemas de saneamento. Estamos com esperança de que num futuro próximo, as coisas possam melhorar rapidamente". Para ele, cada município deve estar consciente que é parte activa na comunidade e que a sua participação é muito importante na criação das condições de vida da população. No município do Rangel, a situação também é preocupante, principalmente nos bairros

do Rangel e Marçal, onde algumas ruas se encontram alagadas e dificultam a deslocação dos moradores.

O bairro Marçal já teve obras. Mas nas ruas da Olivença, Jacó e na Rua Ngola Mbandi, mais conhecida como Rua dos Balneários, formaram-se autênticas piscinas ou balneários de rua. Joaquim da Silva manifestou a sua preocupação com a ausência de saneamento básico e com as águas paradas nas ruas, factor que contribui para o aumento de casos de malária no bairro.

"As pessoas não estão mentalizadas para a importância do saneamento básico, sobretudo no que respeita à eliminação de charcos, o que tem um grande peso na proliferação de mosquitos na maior parte das casas. É necessário tomar medidas, para que não se registe um aumento do número de doentes com paludismo", disse Joaquim da Silva.

Mas para os moradores da Rua Ngola Mbandi, a situação é mais complicada, porque as águas de outras ruas desaguam nela. Gomes Neto, 64 anos, disse que as coisas pioraram depois que foi feita a terraplanagem em algumas ruas.

## 10.17 Chuvas fustigam kapangombe

*Folha 8*

*17 de Novembro de 2012*

Mais de 40 famílias estão ao relento, em consequência da destruição de suas residências por chuvas, acompanhadas de fortes ventos, na Comuna do Kapangombe, município da Bibala.

O sinistro acontece depois de a província ter observado um período de três meses de estiagem, que causou igualmente a morte de animais, a transumância de pastores para outras paragens e a fome nas famílias autóctones.

No período de tarde da passada terça-feira, 13.11, das 17H45 as 18H00, as chuvas fustigaram as aldeias rurais de Kapangombe, Município da Bibala, deixando mais de duzentas pessoas sem abrigo.

O Delegado do interior e Comandante Provincial do Namibe da Polícia Nacional, Comissário António Pedro Kandela, na qualidade de coordenador da comissão de protecção civil, na província, garantiu que as autoridades afins já estavam no local, para acomodar a população sinistrada, em alimentação, realojamento e outra.

O balanço do sinistro aponta para 4 feridos graves, um dos quais, evacuado para o hospital central do Lubango, segundo disse o Comandante dos serviços



de proteção civil e bombeiros, José Catraio. Em apenas 15 minutos, a chuva que caiu das 17H45 as 18H00, além de ter posto 40 famílias ao relento, destruiu parcialmente 47 casas e 40 residências outras ficaram sem tecto, ao passo que, 4 lojas, um posto médico, um refeitório do internato de Kapangombe, uma escola politécnica, estaleiro mecânico, dois postes de iluminação e uma pocilga Pertencente a fazenda Ducha, desabaram.

O Comandante da Proteção civil e bombeiro disse que a população do Namibe uma vez mais demonstrou o grau de solidariedade com os sinistrados, ao cooperar com as forças envolvidas no socorro.

"Tal como o fizeram aquando do período dos desmaios ou desfalecimentos nas escolas, a população do Namibe tem sabido corresponder a expectativa, colaborando com as forças, no socorro dos sinistrados, portanto, o mesmo voltou a acontecer na localidade do Kapangombe onde tivemos apoio da população, os nossos agradecimentos e esperamos que a população continue a colaborar", reagiu o comandante da proteção civil e bombeiro, José Catraio.

## 10.18 Desalojadas 27 famílias

*Agora*

*17 de Novembro de 2012*

Pelo menos 27 famílias do município da Cachiungo, cerca de 62 quilómetros a leste da cidade do Huambo, estão ao relento em consequência da chuva que se faz sentir naquela circunscrição.

Em declarações à Angop, o soba grande do sector de Samba, Estevão Cauoli, revelou que na sua área a chuva, seguida de fortes ventos, causou a morte de duas pessoas e a destruição de vários bens das populações.

O administrador adjunto do Chiumbo, Augusto Capundi, assegurou que a administração local está a trabalhar para adquirir chapas de zinco, visando a melhoria da acomodação das famílias afectadas.

Por seu turno, o chefe do posto de saúde do sector do Upunda, Evaristo Salazar, confirmou a destruição parcial da infra-estrutura sanitária, mas continua a atender os pacientes com várias patologias na região.

Kwanza Sul e Lunda Sul

As chuvas acompanhadas de fortes ventos, que caíram nos últimos dias no município da Cela, no Kwanza Sul, causaram ferimentos a 15 pessoas, entre

elas cinco crianças e a destruição de 30 residências nos bairros Cinco Cambango e Kissanga-Kungo, indica uma nota da administração municipal.

De acordo com a fonte, ficaram afectados com esta calamidade natural, cerca de 100 famílias que receberam já garantias de ajuda da administração local.

Na região da Cela, as chuvas caem no período que vai de Setembro a Maio.

Enquanto isso uma pessoa morreu e outra ficou ferida em Saurimo, segunda-feira, na sequência de uma descarga eléctrica originada pela forte chuva.

O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), Faustino Sebastião, informou, na terça-feira, em Luanda, que foram vítimas um adulto de 24 anos e um menor de cinco.

Conselho dos Bombeiros

Sobre os acidentes, devido às descargas eléctricas, que se registam em diversas províncias do país nesta época chuvosa, o porta-voz do SNPCB aconselhou as pessoas a não procurarem abrigo perto de linhas de transmissão, postes, cercas metálicas e pára-raios.

Faustino Sebastião indicou que "caso estejam a conduzir devem manter toda a família no interior do veículo e nunca porem debaixo de árvores", defendendo ainda a necessidade de tomar-se cuidado até mesmo dentro de casa, pois apesar da residência ser um abrigo seguro, alguns cuidados devem ser tomados.

"Deve-se evitar tomar banho durante a tempestade: falar ao telefone, e desligar os aparelhos das tomadas", concluiu.

## 10.19 Vítimas da seca recebem ajudas

*Jornal de Angola*

*20 de Novembro de 2012*

Mais de cinquenta toneladas de produtos alimentares estão a ser distribuídas às populações no município do Kamuciuo, da província do Namibe, afectadas pela seca.

Segundo o administrador municipal daquele município, José Casimiro, em declarações à Angop, os bens foram disponibilizados pelo governo local.

As comunas do Mamué e Chingo e da povoação das Cacimbas foram as mais afectadas. As populações locais vão receber fuba, feijão, óleo, arroz, sabão e

conservas, entre outros produtos de primeira necessidade.

"Nestas localidades, para além da população afectada pela estiagem, vamos também dar prioridade aos mais vulneráveis, como idosos, crianças e mulheres, dando-lhes alimentos para o seu sustento", acrescentou o administrador.

A seca está a assolar mais de vinte mil famílias que habitam em algumas zonas de difícil acesso e que na sua maioria se dedicam à agricultura e à criação de gado.

Nas zonas afectadas, o gado bovino está a ser vendido a baixo preço por falta de água e de pasto para a sua sobrevivência.

## 10.20 Administração da Samba concede apoio aos desalojados do bairro da Camuxiba

*Jornal de Angola*  
20 de Novembro de 2012

Ao todo, 200 famílias que foram desalojadas no bairro da Camuxiba, distrito urbano da Samba, em Consequência das chuvas, começaram, sábado, a receber apoio da direcção provincial de Luanda da Assistência e Reinserção Social.

As vítimas das chuvas, que encontraram abrigo em casas de familiares e amigos, receberam colchões, roupa usada, reservatórios de água, cobertores e utensílios de cozinha. O chefe dos Serviços Sociais do distrito urbano da Samba, Santa Rosa, confirmou que mais apoios vão ser destinados às vítimas das chuvas no bairro Camuxiba.

O responsável pelos Serviços Sociais da Samba disse que a destruição das casas em que viviam as 200 famílias é resultado da construção anárquica e da colocação de lixo em lugares inadequados, acções que travam ou desviam o curso normal das águas pluviais. Santa Rosa anunciou que está em curso, no distrito, um programa de prevenção de doenças no período das chuvas. O programa prevê a distribuição de água potável em camiões cisternas, de lixívia para desinfetar água e a realização de palestras sobre como prevenir doenças no período das chuvas.

## 10.21 Chuva causa dificuldades na circulação em Luanda

*Jornal de Angola*  
21 de Novembro de 2012

Na madrugada de ontem, muitas casas nas zonas urbanas e suburbanas ficaram inundadas. Há ruas alagadas e intransitáveis.

Andar em Luanda ontem foi um caos. A chuva que caiu até às primeiras horas da manhã fez com que muitos luandenses, principalmente os que trabalham na Baixa, chegassem tarde aos locais de trabalho ou faltassem, porque nas ruas em que vivem as casas estão inundadas.

Até às oito horas da manhã era possível circular na Baixa de Luanda porque muitas pessoas estavam retidas nas zonas críticas. No distrito do Rangel, o caos começou na Avenida Brasil e estendeu-se até ao Hospital Américo Boavida. O trânsito estava parado, nas paragens estavam muitos passageiros à espera dos táxis que não circulavam porque muitos taxistas encostaram os seus carros, devido às inundações nas ruas.

No Cazenga existiam muitos engarrafamentos, sobretudo para quem subia em direcção à Filda. Para quem ia ao mercado Asa Branca encontrava muita lama. Desde a via principal até chegar ao famoso bairro do Patrício, as dificuldades de trânsito eram muitas.

Alguns carros avariaram no meio da rua. Até mesmo os camionistas tidos como os indomáveis das estradas, conduziam como se tivesse a acompanhar um cortejo fúnebre. Em quase todas as ruas do município do Cazenga, só se vê lama, lagoas e casas inundadas, o que fez com que muitos não saíssem de casa. Ana Esteves vive no Cazenga há mais de dez anos. Ontem esteve desde as seis da manhã a retirar a água que invadiu a sua casa durante a noite: "não tenho muito a dizer, porque isto já não é novidade para nós. Sabemos que sempre que chove temos trabalho. É importante que a Administração arranje a via e coloca esgotos nos bairros, porque essas águas ficam estagnadas e provocam doenças graves".

Algumas escolas também não foram poupadas pelas chuvas. A Escola 7013, em semana de provas, ficou com as salas inundadas e os alunos brincavam nos charcos.

Alguns não fizeram provas porque a professora não conseguiu chegar à escola. Nos bairros do Morro Bento, Catintom e Golfo-II, várias ruas ficaram intransitáveis para peões e viaturas devido a grandes

poças de água, com um metro de profundidade e cinco de largura.

No distrito urbano da Ingombota, que ocupa mais de 50 por cento da zona urbana da capital, a chuva provocou poucos estragos.

A obra que está a ser feita na via principal do Camama, onde existia a rotunda, e os buracos provocados pelas chuvas estão na base dos engarrafamentos.

"Praia" no Sambila No distrito do Sambizanga foi necessária a intervenção dos Serviços da protecção Civil e Bombeiros para acudir a inundações. Quando passa um carro a água penetra nas casas. "Já não sabemos o que vamos fazer. Sempre que chove aqui é assim. Os nossos filhos estão em provas e hoje faltaram", lamentava Lurdes Francisco, moradora no Bairro Frescura.

É fácil perceber a falta de esgotos e de saneamento básico no bairro. Os moradores estão sem opção. Ou andam nas águas ou permanecem dentro de casa, até o nível da água baixar. A via que dá acesso às antigas instalações da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DINC) está cada vez pior.

O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), Faustino Sebastião, referiu que os municípios mais afetados pela chuva foram os de Viana, Cazenga, Belas e parte dos distritos urbanos da Samba, Kilamba Kiayi e Maianga.

Quatro viaturas ficaram soterradas no bairro Fubu e a ponte "Molhadas" que dá acesso a centralidade de Talatona, no município de Belas está fechada ao trânsito.

## 10.22 Chuva aumenta a degradação de agita a rua do Sambizanga

*Jornal de Angola*

*22 de novembro de 2012*

A chuva que caiu sobre Luanda na madrugada de terça-feira piorou o estado de degradação da rua 12 de Julho, no distrito do Sambizanga, em Luanda, devido à acumulação de águas pluviais, criando transtornos aos automobilistas e transeuntes.

Considerada uma das mais movimentadas no Sambizanga, por dar acesso ao Porto Comercial de Luanda e à zona industrial da Petrangol, na comuna do Ngola Kiluanje, a rua 12 de Julho, localizada no centro do bairro Mota, está cheia de buracos e lixo, pondo em risco a saúde dos moradores. Com a chuva, a via ficou inundada, a circulação tornou-se

complicada e com longas filas de viaturas. A sua degradação está a preocupar os moradores, que consideram urgente a sua recuperação.

Além da degradação, a rua, de acordo com a Angop, não dispõe de iluminação pública.

O bairro Mota, sede do distrito do Sambizanga, é a mais afectada, enquanto o da Lixeira tem fornecimento regular de electricidade.

Sobre a situação, a agência de notícias Angop ouviu uma fonte da administração local, que indicou que a instituição tem informado o Governo Provincial de Luanda (GPL) para que a via seja recuperada o mais rápido possível.

A administração está solidária com a aflição dos moradores, mas não podemos fazer nada porque tudo depende das instituições superiores", explicou a fonte.

Caso se concretize, a reabilitação do troço vai consistir na substituição do asfalto velho, a construção de esgotos, colectores e passeios.

A fonte explicou que, em Setembro, uma equipa do Gabinete Técnico do GPL visitou o troço com o objectivo de estudar a melhor via para ultrapassar a situação. A rua 12 de Julho, uma das principais vias do Sambizanga, tem 925 metros de extensão, sete de largura e dois metros de passeios de cada lado.

## 10.23 O Inspector-geral coloca em causa o plano de contingência da província de Luanda

*Semanário Continente*

*23 de Novembro de 2012*

Bastou que S. Pedro abrisse as comportas para largar as primeiras cargas fluviométricas, que de certa forma era desejada pela ausência do famoso caudal para que tivesse pujança suficiente para gerar electricidade, o quadro geral voltasse à normalidade e o gerador passasse novamente como fonte alternativa, já que a ordem estava invertida, quando para as populações a energia eléctrica ocupava o lugar daquele.

Como dizia, bastaram as primeiras gotículas de água para o quadro se tornar nebuloso daquilo que a cidade já havia ganho e principalmente nas vias públicas. Locais onde não se viam constrangimentos, aconteceram em função de uma espécie de ressuscitar dos velhos buracos visíveis por falta de escoamento das águas.

Há localidades da cidade de Luanda que são simplesmente deploráveis, como nas linhas de água da Samba, onde depois daquele trabalho profundo que se efectuou, ninguém esperava que o problema alcançasse outra vez a dimensão em que os moradores acabaram desalojados e outros sem possibilidades de sair do seu recinto habitacional. Na vala do Katinton, que embora esteja previsto no programa de requalificação, e que não teve ainda este privilégio, a chuva não esperou que isso acontecesse, pois se antecipou e disse que se se quiser atacar o problema, tem que ser coisa muito séria, pois a mesma varreu tudo que encontrou pelo caminho, até mesmo as próprias habitações precárias, embora não sejam os famosos casebres. Nos bairros urbanos, onde com ou sem chuva a desgraça é a mesma, aqui a particularizar o distrito do Rangel, só desgraças, porque ali onde com as botas de chuva se poderia ajeitar transitar, esta possibilidade foi remota, tanto é que os seus moradores, na imprensa, desabafavam que não entendem como é que aquela situação chegou ao extremo, pois aquele bairro, foi dos primeiros que na era colonial, possuía asfalto.

No distrito do Kilamba Kiayi então é que ficou mesmo complicado, pois no Palanca onde há uma obra se tanto de 1,5 km de estrada, a Olímpio Makuéria, a conhecida Estrada Nova, que a muito continua com o nome, mas mal uma chuva cai sobre ela se toma velha, interrompida para obras quase que eternas, porque já leva mais de um ano e o que se pensava terem sido para atenuar a circulação dos automóveis nesta época, continua fechada, como quem diz, sem circulação de pessoas e bens. Para não variar, não se criaram outras opções e em consequência, quem pretende transitar pelo bairro Popular, isto se quiser fugir o trânsito para Estrada de Catete, ou estrada o carro ou fica sem saída, porque nem sequer se pensou em melhorar as alternativas, porquanto a principal está em obras.

Mas o que os munícipes não entendem, é a dificuldade que ainda se regista na via de Viana, pois após requalificação, reabilitação e correcção, em determinados locais, não resultou, porque o constrangimento traduziu os 20 kms para a vila satélite em longas 4 horas de distância, tempo suficiente para chegar por estrada à longínqua província das Acácias Rubras.

Viu-se nos ecrãs da TPA, os responsáveis do país, e até os provinciais e distritais, atónitos com a situação, o que espantou os cidadãos atentos, pois, estes sendo autoridades administrativas, nunca poderiam estar perplexas, já que eles são efectivamente parte do problema, que em tempo e útil deveriam diagnosticar e apontar soluções.

Agora, aparecerem surpreendidos e no calor da situação, sugerirem que se adquiram electrobombas, até parece que a chuva chegou para uma oportunidade de negócio, como alguém também havia sugerido à população para o comprar geradores diante da falta de energia. Diante dos fenómenos naturais que hoje já não podem atormentar as autoridades, pela previsibilidade que estão sujeitos, se recorrendo as tecnologias de informações, não accionarem o plano de contingência das chuvas previamente elaborado, coloca em dúvida a sua existência e consequente exequibilidade.

## 10.24 Captura do pescado cresce 37% mas não trava importação

*Jornal Expansão*

*23 de Novembro de 2012*

Os armadores nacionais registaram a captura de 84 805 toneladas adicionais de peixe, de Janeiro a 31 de Outubro do presente ano, sobre as 227 900 toneladas capturadas em igual período de 2011. Contudo, o indicador "conquistado" não foi suficiente para colmatar o défice interno de produção de pescado. Por esta razão, previsões feitas em 2011 apontavam para a continuidade da importação de 90000 toneladas de peixe carapau, de modo a contrapor a escassez interna. Segundo dados do Ministério das Pescas, que se reuniu recentemente, em Luanda, com os armadores de todo o País, a importação de carapau está abaixo da metade da quota estabelecida.

O Governo estabeleceu a importação de 90 000 toneladas de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012, com prazo de descarga até 31 de Janeiro de 2013. A quota estabelecida resulta da preservação das espécies nos mares do País, ainda por se quantificar, por ineficiência de sistemas tecnológicos de diagnóstico bastante avançados, adiantaram ao Expansão armadores presentes no encontro com o ministério da tutela.

O Governo adoptou há cerca de três anos medidas de recuperação dos limites biológicos de segurança do carapau, por constituir um dos principais elementos do cardápio da maior população do nosso País. Até 31 de Outubro último, dos 161 armadores autorizados para importarem carapau, apenas 51 concretizaram atingindo as 32 136,4 toneladas, o que representa 35,7% das 90 000 toneladas programadas.

Entre as províncias com maior número de armadores, Luanda lidera o ranking, com 141 empresas autorizadas para importar carapau, seguida de Benguela (5), Namibe (4), Cabinda (3) e Kwanza Sul (2). Contudo, das empresas autorizadas, apenas



47 de Luanda se fizeram às compras aos mercados internacionais, bem como uma de Cabinda e outra do Kwanza Sul.

O empresário pescador Mário Faria, do Namibe, justificou a redução de captura, capaz de substituir os indicadores de importação, apesar da veda limitada do carapau, devido a falta de infra-estruturas para a conservação, "As vezes orientamos as embarcações para reduzirem a produção de pescado, devido à falta de instalações de congelação, conservação", esclareceu, reforçando que esta é uma realidade com forte incidência no Namibe.

Lamenta que esta situação cause estrangulamento, porque, vezes sem conta, quando se tem muito peixe, não há condições para o recepcionar. Para o director provincial de Luanda da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Júlio de Carvalho, "estamos a tentar prognosticar o sector para 2013. Como medida preventiva vai se reforçar a fiscalização sobre os índices de captura".

Assegurou ao Expansão que esta medida pretendida vai permitir aos serviços ligados ao sector avaliar com precisão as quantidades que serão capturadas no próximo ano. Carvalho detalhou a previsão almejada, quando afirmou que fora feito um balanço para apurar se as exigências do sector para o presente ano, para com os armadores, foram cumpridas ou não. Explicou também que era importante saber se as embarcações usadas foram as planificadas, se as previsões de capturas foram atingidas ou se ficaram abaixo das expectativas. Por isso, situações semelhantes, na óptica do empresário Faria, "não têm sido fáceis de gerir".

Refere que o Namibe já foi forte a nível das pescas em Angola, mas, hoje, apresenta sérios problemas. A produção de carapau, que é uma das maiores riquezas do mar namibense, está bastante baixa. "Ainda assim, estamos a trabalhar dentro das nossas capacidades", reforçou o empresário pescador: Na visão do director provincial das Pescas do Kwanza Sul, Miguel Vicente, as capturas representam uma recuperação, de modo geral, no País, em termos estatísticos.

Apesar da veda do carapau, enfatizou o facto de as capturas registarem melhorias, fruto de projectos em implementação, nomeadamente, a unidade de salga e seca, e a construção de um centro de apoio à pesca artesanal, naquela província.

Os projectos citados estão a ser executados no município pescador de Porto Amboim, onde, igualmente, está em recuperação a reposição do entreposto de frio na empresa Peskwanza, um gigante pescador há muito "adormecido", mas que até ao

início da década de 90 deu o ar da sua graça, numa parceria entre Angola e a Itália.

Angola fez-se às compras com 58,9 milhões USD O nosso País importou peixe carapau no valor de 58,9 milhões USD, de Janeiro a 31 de Outubro de 2012, como resultado do Decreto Legislativo Presidencial n. o 319/2011, de 30 de Dezembro, que estabeleceu o limite máximo de 90 000 toneladas. O maior fornecedor de peixe carapau a Angola, no período já citado, é a Mauritânia, com 15,4 mil toneladas, seguida da África do Sul (6,6 mil toneladas) e da Nova Zelândia (1,5 mil toneladas). Do primeiro, Angola importou 28,2 milhões USD de peixe carapau, enquanto do segundo foram 13,4 milhões USD, e a Nova Zelândia teve uma facturação de 3 milhões USD.

Segundo a secretária de Estado das Pescas, Antónia Nelumba, aquando da recente reunião com armadores, "a importação do carapau vai continuar em 2013, apesar dos bons níveis de recuperação da espécie, uma vez que vai haver défice desse produto". Saliu a necessidade de se analisar as verdadeiras quantidades em desenvolvimento no nosso mar.

A governante advertiu que os armadores devem saber especificar as quantidades que estão a capturar, para, desta forma, recuperar-se os recursos biológicos em risco, situação que contribui para a veda de espécies como o carapau. Os armadores vaticinam que, apesar da contínua restrição da pesca do peixe preferido da maioria da população angolana, a quantidade prevista para 2013 poderá ser menor.

Justificam que das 90 000 toneladas permitidas para importação, apenas atingiu-se a quota de 32 136 toneladas e resta-me nos de mês e meio (Dezembro e menos de metade de Novembro) para encerrar o prazo estipulado. Diante do facto, afirmam, o mercado não registou carência alarmante de carapau.

#### Ranking por províncias

A produção pesqueira da frota semi-industrial por província, referente aos primeiros três trimestres de 2012, avaliada em 108471 toneladas, segundo dados estatísticos do recriado Ministério das Pescas, é liderada por Luanda com uma taxa de 37%.

Benguela e Namibe seguem-se na lista com 33% e 25%, respectivamente, do total, ao passo que Kwanza Sul ficou com 5%. A produção de 2012, da frota de conservação semi-industrial, superou a de 2011 calculada em 93023 toneladas. Quanto à produção de 2011, tal como no presente ano, Luanda liderou o ranking com 59% níveis de captura. do total, seguida de Benguela (27%), Namibe (11%) e Kwanza Noutra

vertente, Sul (3%). No entanto, Luanda registou em 2012 uma redução de 22 pontos percentuais face ao ano para importar passado, no segmento de produção de frota semi-industrial. Júlio de Carvalho, responsável pelas Pescas na capital, adiantou ao Expansão que se pretende aprimorar os métodos de fiscalização das quantidades retiradas do mar, a fim de se apurar as verdadeiras razões posteriores a cenários similares.

Quanto à pesca artesanal, os indicadores do ano passado são mais animadores em relação ao presente. O total de captura da pesca dos três primeiros trimestres do ano, registado nas províncias de Cabinda, Zaire, Bengo, Luanda, Kwanza Sul, Benguela e Namibe, é de 42 858 toneladas. Neste segmento, Benguela liderou o grupo com uma taxa de 34%, ao passo que Cabinda ocupou a última posição com 3%. Benguela cresceu 21 pontos percentuais, em 2012, em relação ao ano passado. Já Cabinda manteve-se com li mesma taxa.

#### Projectos em curso

O Ministério das Pescas, segundo a secretária de Estado para o sector, Antónia Nelumba, pretende lançar projectos para 2013 com a finalidade de melhorar os seus indicadores em relação aos desafios propostos.

Para situar a evolução do sector, em 2009, quando foi aprovado o Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2010 e o pelouro ainda não havia sido inserido no Ministério da Agricultura, as Pescas receberam uma verba de 16,7 mil milhões Kz (174,7 milhões USD) para desenvolver 13 projectos. Em 2011, quando as Pescas já estavam atreladas à Agricultura, receberam um orçamento de 10,4 mil milhões Kz para oito projectos. No ano seguinte, com sete projectos definidos no orçamento público, foi atribuído um pacote de 5,6 mil milhões Kz.

A secretária de Estado das Pescas avançou projectos já definidos no presente Programa de Investimentos Públicos, conforme ilustra a página 4, para execução imediata. Estão em curso projectos de ampliação de três salinas em Benguela e duas no Namibe, processo que "decorre a bom ritmo", garantiu.

Em relação ao peixe seco fez-se alguns investimentos, em três centros de salga e seca, dois no Namibe, nos municípios do Tômbwa e do Namibe, e outro no Kwanza Sul. "Este processo vai continuar e vamos apoiar as mulheres que já praticam esta actividade comercial em condições não higiénicas", prometeu. A intenção é de proporcionar as praticantes desta actividade condições de embalagem do produto com padrões aceitáveis para o

mercado de consumo, para serem distribuídos aos centros de logística de serão implantados em todo o País.

## 10.25 Chuvas com impacto na produtividade

*A Capital*

*24 de Novembro 2012*

Se na época chuvosa passada os gritos e as orações eram para que as chuvas se dignassem cair, o mesmo já não é feito por esses dias. Aliás, de acordo com as previsões do INAMET, a presente época chuvosa poderá ser intensa. Segundo relatos de correspondentes de várias estações radiofónicas sediadas em Luanda, actualmente, existem algumas zonas do país onde as chuvas estão mesmo a deitar tudo para baixo desde casas até plantações. Em Luanda também já começou a chover, mas contrariamente às províncias da Huíla e do Bié (só para citar algumas), tratam-se de chuvas normalíssimas e até mesmo se tivermos que comparar com as habituais chuvas que caem em províncias como Huambo Malange ou Uíge, as chuvas de Luanda poderão mesmo estar na categoria de chuviscos.

Mesmo assim dão muita bronca aos munícipes de Luanda. É provável que não passa de meia dúzia o número de pessoas em Luanda que não saboreia os tormentos que as chuvas trazem. Já uma vez um governador de Luanda, em plenas funções, terá mesmo dito e em bom tom que Luanda não está preparada para receber chuvas. Incrível. E essa situação parece não ter um fim a vista, porque todos os anos o busílis repete-se.

Se as chuvas que caem por Luanda e arredores fazem os camponeses das redondezas da capital exultar de alegria, já os munícipes que vivem sobretudo nos inúmeros bairros não experimentam o mesmo sentimento uma vez que eles saboreiam momentos controversos caracterizados por doses altíssimas de engarrafamentos, vias alagadas ou esburacadas, casas inundadas, perdas de haveres, etc. Até aqui parece não ser algo assim tão alarmante, porém se olharmos esse quadro numa perspectiva económica veremos que estamos perante um problema preocupante cuja solução deve ser urgente pelo seguinte:

Primeiro há que ter em conta que quando chove em Luanda, para além de muita gente faltar ou chegar tarde nos seus locais de trabalho (o que traduz-se em perdas de produtividade das empresas e consequentemente da economia), o Estado costuma consentir encargos financeiros adicionais para acudir

os sinistrados. Segundo, devido a falta, incrivelmente, de um rede de transportes públicos fiável, aproveitando-se da enorme procura pelos serviços dos candongueiros, estes engordam o preço da corrida e nalguns casos chegam mesmo a encurtar as paragens. Terceiro, devido ao tipo de habitações que a maioria da população possui em Luanda e a precariedade ou a falta de redes técnicas básicas como esgotos e outros, quando chove, muitos munícipes perdem os seus haveres conseguidos, muitas vezes, com suor de sangue. Os cidadãos ficam completamente afectados uma vez que os mesmos têm que consentir custos adicionais não previstos nos seus orçamentos tanto para fazer face ao preço do candongueiro que agora é outro, tanto para comprar novos haveres. Numa altura em que se fala muito do combate da fome e da pobreza não é nada inteligente que essa situação continue a fazer companhia dos munícipes da capital.

A resolução deste problema não terivadas, ou seja, é um problema cuja solução pode ser encontrada com a maior tranquilidade possível, bastando possuir níveis aceitáveis de boa fé.

Para amenizar os cíclicos calafrios que as chuvas aplicam constantemente aos munícipes de Luanda a solução passa, até certo ponto, pela construção de mais estradas e que as mesmas sejam de facto duráveis. As que têm sido construídas até agora, se não são frágeis demais pelo menos não devem andar muito longe disso, aliás qualquer pessoa que vive em Luanda pode constatar a facilidade com que muitas estradas voltam a estar em obras.

Depois da construção de uma rede viária decente em toda Luanda será preciso garantir o surgimento de muitas empresas de transportes públicos. Paralelamente a isso, será preciso implementar em todos os bairros de Luanda as redes técnicas básicas ao mesmo tempo que têm que ser travadas as construções anárquicas que ocorrem mesmo diante das barbas das administrações municipais e comunais. A questão das construções anárquicas não é de agora, todos estão ao corrente do problema, mas quase nada tem sido feito para travar isso.

Basta andar pelas cercanias da cidade para ver os inúmeros bairros de construção precária a surgirem. Dentre estes o mais famoso, actualmente, deve ser o bairro que já nasceu e está apenas a crescer entre Cacucaco e Viana ao longo da "auto-estrada". São maioritariamente casotas de chapas, constituindo uma verdadeira "metrópole" brilhante sem o mínimo de condições. Será preciso ainda providenciar que os novos bairros sejam construídos em espaços com todas as infra-estruturas básicas. Medidas deste tipo, para além de melhorarem consideravelmente a

qualidade de vida dos cidadãos, irão resultar também em ganhos para a nossa economia visto que a produtividade das empresas e da economia irá aumentar, o bem-estar dos cidadãos irá aumentar, e o Estado vai poupar muitos recursos financeiros, uma vez que não existirá tanto sinistrado por causa das chuvas como actualmente.

Em suma, é preciso que os constrangimentos desnecessários que as chuvas criam sobre Luandasejam erradicados. Com vontade é possível. Se em muitas cidades capitais africanas quando chove a vida das pessoas realiza-se com toda passividade porque é que Luanda não pode viver a mesma experiência?

## 10.26 Chuva intensa provocou corte de várias estradas

*Agora*

*24 de Novembro no Cazenga*

Estragos materiais, com viaturas submersas, inundações em zonas de habitação e corte de estradas é o resultado das chuvas intensas que se abateram recentemente em Luanda, anunciou o porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros.

Citado pela agência Angop, Faustino Sebastião disse que os municípios mais afectados foram os de Viana, Cazenga e Belas, e parte das áreas urbanas da Samba, Kilamba Kiaxi e Maianga.

A chuva intensa começou a cair ainda antes da meia-noite, tendo-se prolongado até às primeiras horas da manhã.

Segundo o porta-voz do SNPCB, quatro viaturas ficaram soterradas no bairro da Fubu, e há ainda a registar a queda de árvores e a interdição de circulação na chamada ponte molhada, que dá acesso à centralidade de Talatona e à zona residencial do Lar do Patriota, no município de Belas.

Nos bairros do Morro Bento, Catintom e Golfo-II (distritos do Kilamba Kiaxi e Maianga) várias ruas estão intransitáveis para peões e viaturas devido à dificuldade no escoamento da água aglomerada.

No distrito da Ingombota, que ocupa mais de metade da zona urbana da capital angolana, a chuva que caiu foi de menor intensidade.

## 10.27 As chuvas que “estamos com elas”

*O Independente*

*24 de Novembro de 2012*

As chuvas que nos últimos dias têm estado a cair um pouco por todo o país estão a provocar, de modo notório, prejuízos humanos e materiais incalculados. Desabamento de moradias, estradas intransitáveis, aldeias e plantações inundadas, populações ao relento ... Tudo isso e mais alguma coisa só vem aumentar o rosário de dificuldades comuns da população. O balanço, sempre provisório, pois a época chuvosa ainda vai a meio, revelou que houve, só em Luanda, viaturas soterradas, ruas alagadas, residências inundadas e queda de árvores. O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), Faustino Sebastião, referiu que os municípios mais afectados foram os de Viana, Cazenga, Belas e parte dos distritos urbanos da Samba, Kilamba Kiayi e Maianga. A chamada ponte molhada, que dá acesso, de um lado e do outro, ao Talatona e ao Lar do Patriota, de tão precária a sua construção, está a revelar-se, com as chuvas, como um ponto crítico do trânsito em Luanda. Nos bairros Morro Bento, Cantintom e Golfo-II (distritos do Kilamba Kiayi e Maianga) várias ruas ficaram intransitáveis para peões e viaturas devido a existência de grandes poças de água, com cerca de um metro de profundidade e cinco de largura. Situação idêntica registou-se no município do Cazenga, com destaque para as sétima e quinta avenida. Exemplos de solidariedade mas também, e isso devia ser realçado pela comunicação social, têm se verificado exemplos marcantes de solidariedade mútua e iniciativa local contra a adversidade. No mercado do Asa Branca, em Luanda, os vendedores fizeram coleta de dinheiro para alugar uma moto bomba que fez a evacuação da água que invadiu os locais de venda e impedia a passagem dos compradores. Em várias localidades do país as famílias que perderam as suas residências foram imediatamente abrigadas por familiares e vizinhos. É em momentos como este, o da escalada das chuvas, que se faz sentir a necessidade de se dar maior autonomia às administrações locais. É que as situações calamitosas, além de geralmente imprevisíveis, estão sempre a mudar de feição, daí que as respostas das autoridades devem ser rápidas, simples e concretas. Aqui, vamos ressaltar um caso. A Administração Municipal de Belas fez a aquisição de motobombas para sucção das águas das chuvas que inundaram na madrugada de terça-feira mais de 500 residências no bairro das Salinas, comuna do Benfica, em Luanda. Em declarações hoje à Angop o chefe do gabinete de comunicação e imagem da administração, Neto

Segunda, disse que está em estudo, com as entidades superiores do governo de Luanda, a adopção de novas estratégias para acudir a população que se encontra ao relento. O responsável disse que para além das motobombas, prevê-se apoiar as vítimas com outros meios. A acção das autoridades visa beneficiar os sinistrados da comunidade da Honga, Camama e de outras áreas críticas. Outras medidas incluídas no pacote de acções da administração de Belas é a distribuição de lixívia, a sensibilização para os cuidados primários de saúde e a intensificação do programa de luta contra a malária.

### Novas valas de drenagem

O Governo Provincial de Luanda vai, em breve, construir valas de drenagem no distrito urbano do Rangel, para permitir o escoamento das águas pluviais e residuais e evitar as inundações, disse esta quarta-feira o vice-governador para área técnica, António Resende. A informação foi prestada durante uma conferência de imprensa que visou esclarecer o actual estado dos municípios mais críticos de Luanda e as soluções imediatas previstas para o escoamento das águas pluviais e a acomodação das famílias que se encontram ao relento. António Resende fez saber que a gravidade do saneamento básico do distrito urbano do Rangel obrigou o Executivo a aprovar a sua macro requalificação, com vista a oferecer uma qualidade de vida mais digna aos seus moradores. O responsável disse haver melhorias nas intervenções feitas em algumas ruas do Rangel, tendo aventado a hipótese de se alargar a vala de drenagem adjacente ao Ngola Mbandi, para uma fluidez maior das águas.

De acordo com o vice-governador, para se minimizar as enchentes na comuna do Zango, o governo prevê a construção de uma bacia provisória de retenção de água, ficando para o futuro a construção de um canal até a linha de escoamento situada naquela região.

"Relativamente às inundações na ponte molhada, no município de Belas, nós, o governo da província estamos a trabalhar com os Ministérios do Urbanismo e Habitação e Construção, para a possível construção de outra", disse.

Esclareceu que a mesma tinha sido construída com o propósito de ser uma passagem molhada mesmo, mas pelo fluxo de viaturas, urge a necessidade da construção de uma maior.



## 10.28 Kwanza Seco

*Diário Global*

*02 De Novembro de 2012*

A tia Jamuzemba veio do mato com a notícia de que havia mudado de endereço, estabelecendo-se em Mbanza-Bombo, ó que não deixou de nos surpreender. Em Kubaza, onde cultivava batata-doce, milho, macunde e mandioca, só lá vai, agora, nos tempos secos. O Kwanza é bem comportado: não alaga os canais, notadamente. Portanto, não estraga as lavras e permite uma navegação mais pacífica. Ninguém, por estes dias, a encontrara na sua casota as margens do rio: passou-se para a casa de Mbanza Bombo, para onde se vai depois do desvio, a direita, no sentido Dondo, para a Kabala. Uns, se tanto, 19 quilómetros. Queria saber onde fica esta localidade, que, agora, acolhe os costados velhos da Tia Jamuzemba. Nasce rente à margem Norte do Kwanza e por altura do tempo chuvoso, as populações ribeirinhas refugiavam-se na região do Longa. Atravessavam, portanto, o Kwanza com as suas ímbambas e tudo, até à margem Sul. De canoa. Encetavam, depois, uma caminhada até aquelas terras longínquas. Lá chegados, estabeleciam-se em cubatas feitas de capim e paus, mas que tinham a vantagem de, em caso de chuvas, não desmoronarem. O caso é que nas margens do Kwanza, a acção das chuvas tem um significado recorrente: inundações das lavras e casas, tornando-as totalmente inabitáveis. Já no Longa a coisa é diferente. Por mais forte que seja a "bordoadá" não se registam grandes danos, ou se assim for, eles são facilmente superados pelas pessoas migrantes. De maneira que, esse drama das populações ribeirinhas, permanece

### O Rio

actual e as autoridades tomaram, finalmente, nota do assunto. As pessoas agora têm um tecto esta aldeia como podia fazê-lo, interminavelmente, com relação às outras, como Kambondia ou Passos. Talvez devesse, querendo, descrever com mais vagar a vivência e os sentimentos das populações daqueles lugares. O que prometo fazer um dia desses. Por ora, fico-me pela o "pulo" que dei há uns domingos atrás, de Luanda até Mbanza Bombo e que se estendeu até a Kabala. Parei, intencionalmente, as margens da Lagoa 107. Como é bela a nossa terra angolana: sentei-me no capim e comeci a apreciar o verde do capinzal as margens. Travei, mais tarde, conhecimento com um pescador "sacudido" chamado Tony. Conversa vai-conversa-vem, por ele e outras pessoas, como o meu tio, outro Tony, então fiquei a saber que a jusante do Kwanza as coisas estavam feias. O Kwanza que por altura da Kabala despeja água aos borbotões, estava agora seco. E isso

me levou a querer ir ver de perto o que se passava e tirar as minhas próprias conclusões, de modos, que levámos uns "cacussinhos", digo bem, "cacussinhos" mal formados ainda, sob protestos da minha parte: Isto é para devolver a Lagoa, não da pra comer - indignei-me. Perdoa, pai, é o nosso sustento devolveu o pescador. Ao descermos para Kabala, passamos por Mbanza Bombo, a uma velocidade moderada e atingimos a ponte sobre o Kwanza. A partir de uma visão, não propriamente dantesca, mas bizarra, no mínimo, observámos as alterações climáticas na área. Por exemplo: as lavadeiras exerciam a sua nobre actividade num banco de areia no meio do Kwanza. Um sujeito, jovem, fazia a pé uma despreocupada travessia do rio, enfim. E que a montante, dizem-me, as coisas não andam lá abençoadas por São Pedro.

## 10.29 Chuvas na Catata matam e destroem

*Jornal de Angola*

*05 De Novembro de 2012*

As fortes chuvas que se abatem sobre a comuna da Catata, no município da Caála, causaram, nos últimos dias, quatro mortos, seis feridos e a destruição de várias infra-estruturas de impacto social. O administrador da comuna da Catata, Simão Tchiduva, salientou que as chuvas provocaram a destruição de cinco casas e deixaram sem tecto algumas igrejas e outros estabelecimentos. Simão Tchiduva referiu que os estragos aconteceram numa altura em que um número considerável de pessoas se encontrava fora das suas residências, sublinhando que as aldeias de Tchicambi e Tchicala são as mais afectadas. Em consequência dos estragos causados pelas chuvas, 250 pessoas ficaram desabrigadas. As chuvas, que caem com grande intensidade em quase todo o território da província do Huambo, estão igualmente a afectar a produção agrícola, principalmente de batata rena e milho. O administrador comunal da Catata pediu apoio para a instalação de pára-raios nas zonas mais visadas. Simão Tchiduva aponta ainda a devastação das florestas como uma das principais causas dos problemas naturais, por não haver regulação dos ventos. Os Bombeiros e Protecção Civil continuam a fazer o levantamento dos estragos causados pela chuva.

### 10.30 Plantação de eucaliptos no Huambo

*Jornal de Angola*

05 De Novembro de 2012

Mais de mil eucaliptos foram plantados na sexta-feira, no perímetro oresta do bairro da Senteria (arredores da cidade do Huambo), por estudantes do curso de Geografia do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), numa iniciativa destinada a combater a desertificação na região. Em declaração à Angop, o chefe do departamento de Ciências da Natureza do ISCED, César Pakissi, disse que a plantação contribui para melhorar o equilíbrio ecológico, vai dar um aspecto ambiental mais agradável e ajudar a sustentar o avanço da ravina que ali se encontra. O responsável assegurou que foram mobilizados para esta tarefa os estudantes do 2º e 3º ano do curso de Geografia para ajudarem na sensibilização da sociedade, no sentido de se proteger o meio ambiente e repovoar o perímetro florestal.

### 10.31 Milhares de pessoas ficaram sem abrigo

*Jornal de Angola*

05 De Novembro de 2012

Pelo menos 1.872 pessoas ficaram sem abrigo, na província do Uíge, em consequência das fortes chuvas que têm caído sobre a região, desde Outubro. O porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Eduardo André, disse sexta-feira que as chuvas provocaram a destruição de 197 residências, seis escolas e duas igrejas em várias localidades municipais da província do Uíge. Eduardo André informou que, nos municípios de Milungae Sanza Pombo, foi registada a morte de dois jovens, que ficaram carbonizados no interior das respectivas residências, por descargas eléctricas. O porta-voz avançou que os municípios do Uíge, Puri, Sanza Pombo, Milunga, Bungo, Bembe e Quitexe foram os mais afectados pelas chuvas a nível da província. A construção de casas em locais impróprios, como terrenos inclinados, em cima de lençóis de água e em zonas próximas das valas de drenagem está na base dos sinistros. "É necessário que as pessoas antes de erguerem as suas casas efectuem primeiro um estudo dos terrenos onde pretendem construir, para saberem se os solos resistem aos fenómenos erosivos ou não", aconselhou o porta-voz. Eduardo André referiu também que se deve avaliar a qualidade do material a ser utilizado na construção de residências em campos inclinados, junto dos rios e valas de drenagem, por estar a cair muita chuva na região. Eduardo André esclareceu que a maior parte dos sinistrados dos

municípios do Uíge, Quitexe e Negage já beneficiou de apoios do governo, que entregou chapas de zinco, bens alimentares, materiais para cozinha, roupa usada e cobertores.

#### Material de construção

"Com o material de construção entregue, as pessoas afectadas podem construir outras moradias ou reerguer aquelas cujas condições permitirem, visto que muitas das vítimas foram obrigadas a refugiar-se em casa de parent, vizinhos e amigos", disse. Eduardo André defendeu a necessidade do reforço das acções preventivas e mobilizadoras junto das populações, tendo em conta que se perspectivam níveis de sinistralidade superiores aos dos períodos anteriores, de acordo com as previsões do Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET), que apontam para a ocorrência de chuvas fortes e torrenciais em todo o território nacional. Em função disso, está previsto o reforço de meios logísticos, pela Comissão Nacional de Protecção Civil, com vista a permitir que o apoio do Executivo seja abrangente a todos aqueles que perderem habitações e bens de uso doméstico, em consequência das chuvas.

### 10.32 Famílias desalojadas em Malange estão ao relento

*Jornal de Angola*

09 De Novembro de 2012

Chuvas torrenciais que caíram, nos últimos três dias, sobre os municípios de Malange, Quirima e Luquembo desalojaram 600 famílias, na sequência da destruição de 120 moradias. O porta-voz do comando provincial dos Serviços de Bombeiros e Protecção Civil em Malange, Miguel Bernardo, disse que, entre os imóveis destruídos, estão também três estabelecimentos comerciais e uma tenda sanitária, no município de Cangandala. Actualmente está a ser feito o levantamento dos danos a nível de outras regiões para, posteriormente, se dar início aos apoios do Governo Provincial de Malange. O mesmo cenário é vivido noutras regiões do país e com prejuízos ainda maiores pelo facto de receberem chuvas torrenciais em dias consecutivos, como é o caso das províncias de Malange e Uíge.

### 10.33 Angola apresenta avanços na aplicação dos protocolos relacionados com o clima

*Jornal de Angola*

*09 De Novembro de 2012*

o secretário de Estado do Ambiente para as Novas Tecnologias e Qualidade Ambiental, Syanga Abílio, apresenta em Genebra, em nome de Angola, os avanços na aplicação do Protocolo de Montreal, sobre Substâncias Destruídas da Camada do Ozono. A comunicação vai ser feita durante a Conferência das Partes do Protocolo de Montreal, sobre Substâncias Destruídas da Camada do Ozono, onde Angola passa a presidência da Mesa da Assembleia do Protocolo à Suíça. Syanga Abílio deve, também, apresentar as recomendações saídas da reunião anterior. Angola tem feito progressos na área do Ambiente. Entre as várias acções já realizadas e bem sucedidas, Angola tem agora a obrigação de eliminar os Hidroclorofluorcarbonos, até 2015, numa proporção de dez por cento ena sua totalidade até 2030. Em Angola entrou em vigor o Decreto Presidencial nº 153/11, de 15 de Junho, que aprova o regulamento que estabelece as regras sobre produção, exportação, reexportação e importação de substâncias, equipamentos e aparelhos possuidores de substâncias que empobrecem a camada de ozono. O diploma proíbe a entrada de substâncias como clorofluorcarbonos, halons, tetracloro de carbono, bromocloreto de metilo. Nos aparelhos de ar condicionado estão clorofórmio de metilo, brometo de metilo e hidroclorofluorcarbonos, sujeitos ao pagamento de taxas. "Angola tem tido um papel muito importante neste Protocolo, que é considerado um dos tratados mais bem sucedidos a nível internacional, com 197 países signatários. Por isso, vamos redobrar esforços para que o nosso contributo na proteção da Camada de Ozono e do planeta Terra seja uma meta bem cumprida", garantiu. Além de contribuir para a reconstituição da Camada de Ozono, que serve de parede para filtrar os raios ultravioletas, Angola luta também pela salvaguarda dos ecossistemas terrestres e marinhos. O país não produz produtos que empobrecem a Camada de Ozono, mas é importador dessas substâncias. O Protocolo de Montreal sobre a Camada de Ozono, que Angola assinou em 17 de Maio de 2000, consolida-se como um dos mais eficientes acordos multilaterais estabelecidos pelo sistema das Nações Unidas. No âmbito das suas obrigações, Angola aderiu às quatro Emendas do Protocolo, a de Londres, de Copenhaga, de Montreal e de Pequim.

### 10.34 Chuva causa estragos em municípios e distritos

*Semanário factual*

*De 10 a 17 de Novembro de 2012*

"Nvula Weza" faz-nos lembrar o lindo refrão da música de Filipe Mukenga, mas, para muitos, este facto traduz-se em grandes problemas, tendo em conta a falta de condições de saneamento básico e de técnicos capazes de fazerem face ao grau de danos resultantes da chuva. A chuva que se abateu sobre Luanda durante a madrugada de terça-feira, 6, demonstrou o que o *Semanário Factual* havia publicado na sua edição nº 228 acerca da ausência de condições a nível dos municípios e distritos da capital.

Num périplo efectuado por algumas áreas já visitadas, foi possível constatar o grau de estragos causados pela chuva. No município do Cazenga, a chuva causou estragos nas avenidas e residências. Na comuna do Tala-Hady, as escavações feitas para a reabilitação das ruas tornaram-se num verdadeiro riacho. Já nas zonas onde não existem sistemas de drenagem para as águas da chuva, as consequências são piores, com a inundação de residências e com a obstrução do tráfego automóvel em várias avenidas, com realce para a 5ª e 7ª avenidas. As dificuldades no tráfego, tanto automóvel como de pessoas, também são visíveis nas ruas das Conduatas, no BCA e na FIACO. Este facto está a preocupar os moradores da área, o que levou Adão João a afirmar ao *Factual* que "é impressionante o que estamos a viver aqui na rua das Conduatas, nem carro nem pessoas aqui conseguem passar à vontade. As obras prometidas nunca estão a ser efectuadas e, se começam, não terminam", desabafou o morador. No bairro Curtume, foi possível ver famílias preocupadas em retirar a água das suas residências. Paula Lourenço, que vive na 7ª avenida, zona 18, considerou que "a causa das constantes inundações que temos verificado aqui nesta área tem a ver com o encerramento da cacimba. A água que escorria para lá hoje concentra-se dentro das nossas casas. Até ao momento, nada é feito e as obras que estavam a ser feitas aqui na avenida estão paradas".

Trabalho de requalificação das vias dá lugar a riachos

Como já se previa, as coisas voltaram a piorar. Trabalhos, no âmbito da requalificação das vias secundária e terciária, acabaram por não dar em nada. A ignorância por parte de algumas pessoas ligadas ao projecto está a causar o sofrimento dos luandenses, sobretudo dos residentes nas zonas periféricas da cidade de Luanda. Muitas obras levadas a cabo durante a aproximação do período eleitoral, em

particular a requalificação das vias secundária e terciária, não conheceram o seu término, ou seja, não foram cumpridas as metas prognosticadas, que era o melhoramento das condições dos munícipes quanto ao sistema de saneamento e à criação de mais vias de escape, no sentido de desafogar o trânsito nalgumas zonas. Nada foi concretizado. Na visita que o Semanário efectuou ao município do Cazenga e ao distrito do Rangel, antes do pleito eleitoral, foi possível constatar o movimento de homens e de máquinas, facto que levantou a esperança de Dona Matilde da Costa, residente na ma do Alentejo, no bairro Terra Nova, no distrito do Rangel. Na época, Dona Matilde afirmara que tinha a certeza de que o bairro, em particular a sua rua, iria melhorar. Após a chuva da madrugada da última terça-feira, 6, Matilde da Costa desabafou: "É uma tremenda brincadeira o que sempre fazem connosco. O bairro, neste momento, encontra-se pior do que estava e sempre é assim: aparecem, escavam as ruas e nada mais é feito. Depois de acontecerem catástrofes, chegam com montes de palavreados caducos". Segundo constatou c Factual, tanto no município do Cazenga como no distrito do Rangel, as máquinas foram retiradas dos locais de trabalho; as ruas tornaram-se autênticos riachos, facto que está a tirar a calma aos cidadãos. "É impossível andar assim. As ruas voltaram a ser escavadas e deixadas à sorte de quem lá vive. Este é um acto que se traduz num sofrimento contínuo da sociedade e que demonstra a falta de interesse de muitos governantes pelo bem-estar", afirmou António Paulo, morador do município do Cazenga.

Pouco se faz no distrito do Rangel

Ainda com base no projecto de requalificação das vias secundária e terciária, Pedro Simão, automobilista, revelou: "para ser franco, não vejo nada o que está a fazer-se, principalmente aqui, no distrito do Rangel, que é uma zona muito utilizada para se chegar à zona baixa de Luanda". "Várias vias que podem servir como escape para desafogar o trânsito a nível de várias zonas da província de Luanda estão totalmente deterioradas e, até ao momento, nada é resolvido. Caso haja trabalhos no local, os mesmos não são concluídos. "É o que se vê hoje da requalificação das vias secundária e terciária no município do Cazenga e nos distritos do Rangel e do Sambizanga", afirmou o automobilista Pedro Simão. Para o jovem Fernandes, morador do bairro Marçal, no distrito do Rangel, a situação é lastimável a nível do bairro, sobretudo na rua dos Coronéis, usada por muitos automobilistas como escape aos engarrafamentos, devido aos trabalhos que estão a ser feitos na avenida Hoji-ya-Henda. O jovem fez saber, igualmente, que, "neste momento, tem sido uma grande ginástica sair de casa. A rua já sofreu obras

duas vezes, mas, face ao trabalho descartável feito, voltámos a estar em situação pior. Esta situação vem deitar abaixo o pronunciamento feito pelo então ministro do Urbanismo e Reconstrução Nacional, Francisco Fonseca, no âmbito da visita de constatação do andamento das obras, em termos de execução e cumprimento dos prazos, de que o seu Ministério não realiza projectos paliativos ou de soluções temporárias, mas efectua projectos que garantam soluções definitivas.

Empresas retiram técnicos e máquinas dos locais de obras

Hoje, estas obras não foram concluídas. As empresas adjudicadas retiraram dos locais os técnicos e as máquinas. Quanto ao prazo de execução, está sob o segredo dos deuses. Importa aqui referir que a interrupção das obras de requalificação das vias pode causar graves consequências, como as verificadas no ano passado. O Factual contactou o responsável pela informação da Comissão Administrativa da Província de Luanda, no sentido de ter uma explicação sobre a paralisação dos trabalhos de requalificação das vias, mas este afirmou que os trabalhos são da responsabilidade do Ministério do Urbanismo e Reconstrução Nacional. O Semanário vai insistir, na próxima semana, junto do Ministério do Urbanismo, para que esclareça o porquê da não execução atempada das obras de requalificação, bem como a retirada dos técnicos e das máquinas. A previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMEI) , para os próximos meses, aponta a ocorrência de chuva em abundância. A informação foi prestada na terça-feira, 6, pelo director técnico da referida instituição, Francisco Osvaldo.

### 10.35 Cerca de 500 milhões de USD para apoiar vítimas da seca

*Jornal Agora*

*10 de Novembro de 2012*

O Executivo encontrou uma saída para acudir as vítimas da estiagem, recorrendo a um programa de 4,4 mil milhões de dólares (cerca de 500 milhões de dólares) para atenuar os efeitos do problema que afectou os camponeses em diversas províncias do país. Pelo menos, já estão a ser distribuídos alimentos adquiridos pelas autoridades aos afectados de nove províncias carenciadas. O Ministro da Agricultura Afonso Pedro Canga afirmou, na última terça-feira, que foram já adquiridos bens alimentares, medicamentos e instrumentos agrícolas, que já começaram a ser entregues aos destinatários. "O Executivo, em Junho do ano passado, aprovou um programa de assistência com alimentos, instrumentos



agrícolas, medicamentos e algumas acções no domínio da nutrição para a população afectada pela seca", disse o governante. Dos 4,5 milhões de dólares, já foram disponibilizados 2.200 milhões (mais de 200 milhões de dólares), o que permitiu a aquisição de 7 mil 533 toneladas de alimentos diversos para a população das províncias do Bengo, Benguela, Kwanza-Sul, Zaire, Cunene, Huíla e Namibe. O titular da Agricultura revelou ainda que estão a ser introduzidas medidas adicionais para mitigar os efeitos da seca que assolou algumas regiões do país. A situação originou uma quebra na produção agrícola, com particular incidência para as culturas de cereais e leguminosas em nove províncias do país. "Estamos a desenvolver medidas de sustentabilidade, através de programas de expansão da capacidade de irrigação, com a reabilitação de perímetros irrigados, reabilitação de pontos de água e outras medidas complementares, para quando ocorrerem estas situações podermos mitigar os efeitos", sublinhou.

Por sua vez, o Ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, indicou que foram disponibilizadas mais de três mil toneladas de bens alimentares que estão a ser distribuídos através dos departamentos ministeriais, da Assistência e Reinserção Social, da Agricultura e do Interior.

### 10.36 Famílias afectadas pela estiagem com apoio alimentar do governo

*Jornal de Angola*

*26 de Novembro de 2012*

Pelo menos 5.499 famílias do município de Quilengues, afectadas pela estiagem, estão a receber bens alimentares diversos, no âmbito do programa de apoio às populações, realizado pela direcção da Assistência e Reinserção Social (MINARS). A directora provincial do MINARS, Catarina Manuel, disse sexta-feira, ao *Jornal de Angola*, que o gesto, em parceria com o Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros da Huíla, visa acudir as dificuldades que as famílias do município de Quilengues atravessam pela falta de alimentos, em consequência da estiagem. As fracas chuvas que caíram em toda a extensão do município, que dista cerca de 143 quilómetros a norte da cidade do Lubango, causaram um défice na colheita da época agrícola passada. Catarina Manuel disse que o governo provincial adquiriu, para a administração municipal, 84 toneladas de bens alimentares diversos,

"O governo da província da Huíla está atento aos problemas que afligem as populações afectadas pela estiagem, e assim, através da direcção provincial do MINARS, tem estado a apoiar estas famílias", disse a

responsável. A direcção do MINARS levou para o município de Quilengues farinha de milho, sal, sardinha e atum em conserva, arroz e massa alimentar, num total de 84 toneladas de bens alimentares diversos. Catarina Manuel acrescentou que estão a ser igualmente entregues aos camponeses insumos agrícolas, como charruas, enxadas, sementes diversas, com vista a dinamizar a campanha agrícola 2012/13, aberta sábado em toda a província da Huíla.

A directora provincial do MINARS disse que a próxima actividade de apoio às vítimas, dentro de um programa gizado pelo governo provincial, vai estender-se aos municípios de Caluquembe e Chicomba, onde existem igualmente famílias afectadas pela estiagem. O administrador adjunto do município de Quilengues, Abel Wandí, referiu que as comunas de Impulo, Dinde e a comuna sede são as mais afectadas pela estiagem, que está a causar muitos prejuízos.

#### Produção de bens alimentares

O administrador Abel Wandí assegurou que durante este ano são cultivados 60 mil hectares de produtos diversos, com destaque para massango e a massambala. O responsável adiantou que está tudo preparado para a campanha agrícola de 2012/2013, cuja abertura se realizou na comuna do Dinde. O administrador municipal adjunto afirmou que, devido à falta de pasto nalgumas partes do país, as populações vizinhas são obrigadas a escalar as terras de Quilengues à procura de alimentação para o gado. Nos últimos dias regista-se um aumento significativo do número de famílias que procuram alimentos para o gado, tomando-se imperioso prestar particular atenção a estes cidadãos, avançou o administrador Abel Wandí. Disse que os municípios de Camucuiu e Bibala, na província do Namibe, são as localidades que mais procuram por pasto para o gado, daí a necessidade de se prestar algum apoio à estes criadores.

### 10.37 Uíge. Vítimas da chuva encontram abrigo

*Jornal de Angola*

*28 de Novembro*

Várias famílias dos bairros Cantombe e Bembangando, na cidade do Uíge, abandonaram as suas casas destruídas pela chuva que caiu sobre a região na segunda-feira. Ao todo, 18 famílias acabaram por encontrar refúgio em casa de familiares e amigos, até que cheguem os apoios das autoridades locais para a reabilitação das suas moradias destruídas. O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, informou ontem, em Luanda, que, na sequência da chuva que caiu sobre aqueles dois bairros da província cafeeícolá do Uíge, duas pessoas ficaram feridas depois do desabamento da parede de uma moradia. Uma equipa de técnicos avaliou no terreno os danos causados pelas chuvas.

